**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

GERALDO JORGE TUPINAMBÁ DO VALLE

**A CIDADE DO ESQUECIMENTO: MANAUS ENTRE A MEMÓRIA
DAS AUSÊNCIAS E AS AUSÊNCIAS DA MEMÓRIA**

**São Paulo
2013**

GERALDO JORGE TUPINAMBÁ DO VALLE

**A CIDADE DO ESQUECIMENTO: MANAUS ENTRE A MEMÓRIA
DAS AUSÊNCIAS E AS AUSÊNCIAS DA MEMÓRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni

São Paulo

2013

GERALDO JORGE TUPINAMBÁ DO VALLE

**A CIDADE DO ESQUECIMENTO: MANAUS ENTRE A MEMÓRIA
DAS AUSÊNCIAS E AS AUSÊNCIAS DA MEMÓRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Nome – Professora orientadora
Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni

Nome – Professora convidada
Prof^a. Dr^a. Vanderli Custódio

Nome – Professor convidado
Prof^a. Dr^a. Isabel Alvarez

Nome – Professor convidado
Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

Nome – Professor convidado
Prof. Vítor Ribeiro Filho

São Paulo, _____ de _____ de 2013

Dedicar - amor

**Antonio Valle (in memoriam)
e Iracy de Menezes Tupinambá do Valle
Sheyla e Antonio José
E sempre me pergunto quantas almas compõem a minha?
Inúmeras. Não sei.
Mas com certeza sei que estas estão aqui...**

Agradecer – dores e alegrias...

Vou começar pelo que todos sabem de um trabalho como esse - por isso um lugar comum: não há trabalho acadêmico individual. Nesse aspecto nem sei bem como agradecer a tanta gente: vai um obrigado.

As pessoas especiais não deveriam ser nomeadas posto que ocupem nosso coração. A três pessoas vou agradecer: Sheyla Márcia Figueiredo do Valle e Antônio José Tupinambá Figueiredo do Valle; Iracy de Menezes Tupinambá do Valle. Trabalhei e escrevi para elas.

Obrigado ao amigo Jaime Kuck a ele agradeço por todos esses anos de conversas e debates sobre Manaus.

Nesse sentido tenho que ressaltar essa pessoa também muito especial que foi minha orientadora: Sandra Lencioni. Ela não existe, sempre fico desconfiado disso. Tenho dúvidas se no mundo de hoje, epidérmico, superficial há mesmo alguém como ela. Calma e tranquila. Fala quando tem que falar. Orienta quando tem que orientar. Muito obrigado pelo aprendizado e pelo carinho Sandra. Foi maravilhoso ser seu orientando e foi demais aprender tanto.

O amigo Otoni Mesquita presenteou-me de duas formas ao discutir este trabalho, de forma duríssima, para que encontrássemos as inconsistências da paixão, que sempre nos cega. A primeira é que seus rabiscos no original formam quase as gravuras de suas personas, traços importantes de sua arte.

A segunda com uma metáfora, que me tocou muito, pois sempre senti isso sobre Manaus. A nossa cidade é uma cidade sem tempo, uma cidade do tempo que sempre passou para ela e ela não viveu esse tempo.

Otoni me contou que sempre achou que Manaus era como uma velha virgem, moralista e pudica. O mundo todo está mudando à sua volta, ela está perdendo a sua pureza, sem perdê-la de fato, mas sendo agredida, transformada sem que possa e tenha forças de assumir suas mudanças e pior, sem querer mudar. Talvez

por isso respeitamos pouco a Manaus que ainda está aí, mas que ninguém liga, que ninguém lembra. Esse tempo nos constrói quase como um lugar provisório, um lugar que ainda se está por fazer, incompleto, um “acampamento”, boa lembrança de Otoni sobre Caio Prado Júnior, e que remete sempre a um lugar que encontramos para armar nossas barracas, mas que na verdade esse lugar tem uma história – que ninguém vê ninguém se interessa.

Muitos outros amigos foram importantes. Gonzalo Renato Nuñez Melgar como presença sempre constante a me inquietar com nossas diferenças que me obrigam a pensar para dar respostas a uma Manaus pensada da mesma forma, mas analisada de forma diferente. Valeu a força em tudo.

Os amigos da Universidade do Estado do Amazonas e da Universidade de São Paulo que foram fundamentais. André Baldrá e Ana Paula Camilo da USP são muito especiais. E aos amigos do grupo do colóquio e na UEA Neliane Alves, valeu mesmo, ao Isaque Souza e Simone Carvalho. Na Escola Normal Superior Roberto Mubarak, Neylane Pimenta e Graça Barreto.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPESAM pela ajuda financeira fornecendo a bolsa do RH-Interinstitucional.

Apresentar - Memórias...

A diversidade e a vertigem são apaixonantes nas cidades. A paz e as cores sem cor são apaixonantes na natureza. No Amazonas essa confusa mescla de sentimentos acontecem em um único lugar: Manaus.

A cidade possui como qualquer outra do mesmo porte uma intensa diversidade e uma dolorosa vertigem que nos deixa sempre extenuados, cansados de tantas coisas. O clima, as diferenças de classe no mesmo momento em que o olhar se desvia de uma linda paisagem. Tudo ao mesmo tempo, agora, como diriam os Titãs.

No entanto, quando cansamos, quando enjoamos, vamos à beira do Rio Negro, ou de um igarapé e ficamos em paz. É incrível a dificuldade para percebermos as intensas, complexas e infindáveis tonalidades de verdes, de amarelos, de azuis das folhas, das árvores e delas em relação ao espaço e horizontes sem fim.

Os laranjas que são violetas; os violetas que são vermelhos, todas as cores, na cor do sol se pondo no Rio Negro, estejamos nós no triste abandono do bairro do Educandos ou no Hotel Tropical, tanto faz, o sol vêm e nos carrega com ele por memórias e vivências sejamos nós de onde for.

Porém Manaus não é uma cidade para principiantes. Como nos diz o poético geógrafo amazonense José Aldemir de Oliveira, a cidade é dura, em excesso. E a cidade é doce também. Bem, não sei se é Manaus que é doce, ou os que nela vivem que a fazem dócil, pois invadidos que estão por tanto sentimento, em algum lugar buscam poesia. Enfim, Manaus não é para os que sentem a natureza e percebem a dor de perdê-la. Não deveria ser assim. Mas é.

E onde Manaus nos toca? No coração? Não sei talvez já me tenha tocado mais. Hoje, a tristeza invade sem compreender que tudo isso é necessário para o futuro. O futuro? Qual futuro? Não sei. Só sei que Manaus ainda me mobiliza, e do passado retiro da dor um pouco de felicidade por lembrar que vivi em uma Manaus que valia à pena.

Uma infância feliz. É assim que a cidade de Manaus onde a memória alcança está na minha vida. Hoje, quando conto a Antônio sobre minhas lembranças entre incrédulo e curioso ele se questiona como era possível jogar futebol em dupla e de bicicleta. É isso mesmo, inventávamos muitas brincadeiras. Criávamos para suprir as ausências.

Éramos uma dezena de amigos com idades as mais variadas e tínhamos alguma liberdade de brincar na rua. Manaus no final da década de sessenta e início da década de setenta não era uma cidade perigosa. Os riscos eram aqueles de qualquer cidade com seu porte e população.

O rico de nossa experiência eram os lugares que usávamos para brincar. Privilegiados, tínhamos o Teatro Amazonas, a Praça São Sebastião, a Praça do Congresso, a Praça da Saudade e no fim das contas quase o centro da cidade todo à nossa disposição.

O nosso universo, como um grupo de pequenos exploradores era a cidade de Manaus, nossa galáxia o centro da cidade, nosso mundo a Praça de São Sebastião, o Teatro Amazonas e seus arredores. O conjunto de dez quarteirões que compunham o mundo era palco de brincadeiras de polícia e ladrão, barra-bandeira e outros jogos lúdicos coletivos em que o espaço disponível para o cenário das aventuras não era um problema.

A essa época ainda era possível jogar futebol na praça, tomando algum cuidado com os esparsos veículos que passavam. Levamos muitas carreiras¹ de taxistas. Vez por outra as boladas eram inevitáveis.

Havia o perigo localizado e sazonal de toda cidade. Na época do festival folclórico, no mês de Junho, que acontecia no campo do vigésimo sétimo batalhão, onde hoje está o Colégio Militar, as mães, irmãs e tias, nos enchiam de

¹ Na Amazônia “tomar uma carreira, levar uma carreira” é ser perseguido, correrem atrás de você quando porventura tenha feito alguma arte, alguma danação.

recomendações sobre as gentes que afluíam à Praça São Sebastião, para a concentração de Bois, Tipitis, Cacetinhos, Cirandas e outros grupos folclóricos².

Concentravam na rua lateral ao Teatro Amazonas, a José Clemente, para seguirem em filas dispostas de acordo com o tipo de grupo e de dança em que iriam disputar o festival, e aí, dada a proximidade na fila dos diversos grupos rivais de bairros diferentes quase sempre aconteciam confusões.

Os balneários³ ficavam longe e, portanto ir a eles significava fugir de casa por algumas horas. Na verdade, um dos poucos acessíveis, sem ir com a família no fim de semana era o Igarapé do Mindú ou a praia de Ponta Negra. A solução era andar muito de bicicleta ou de ônibus e ir brechar⁴ casais de banhistas mais ousados no isolado areal do Igarapé do Mindú.

Muitas aventuras. O bairro do Parque Dez de Novembro era longe, e não havia se configurado ainda como um bairro comercial. Na época um conjunto do BNH. O trecho do Igarapé do Mindú em que era possível tomar banho, uma pequena cachoeira, na curva da estrada circular, hoje Avenida Grande Otelo. Parávamos em um ponto, amarrávamos as bicicletas em árvores, descíamos uma ribanceira pelo meio do matagal, e chegávamos a uma pequena concentração de pedras e areia que se transformava em areal.

² Os grupos folclóricos mais comuns nessa época na cidade de Manaus eram compostos por grupos familiares de bairros periféricos que congregavam uma grande quantidade de pessoas. O tipiti é uma dança com fitas em torno de um mastro alto em que na parte superior do mesmo ficam presas as fitas de várias cores; mulheres e homens alternadamente seguram fitas de tons das cores diferentes, um grupo de vermelho, laranja e roxo e outro grupo de azul, verde e branco, dentre outras cores complementares, vão dançando e trançando as fitas até envolver totalmente o mastro com uma bela tessitura muito parecida com os cestos indígenas. O cacetinho é uma dança para adultos, pois envolve movimentos bruscos com facões (terçados) de grande peso e tamanho. Os brincantes sempre são instados a duelar por uma dama, e o movimento do duelo é realizado com golpes bruscos e violentos dos facões no chão ao lado do corpo de seu oponente, o bonito do movimento é que a coreografia é muito parecida com a da capoeira e os golpes são dados em geral com o corpo dos oponentes em ângulos muito acentuados em relação ao chão e a pancada do metal no chão gera faíscas fortes, e como na dança as luzes são apagadas e efeito visual e sonoro são impressionantes. A ciranda é uma dança coletiva que envolve complexas e belas coreografias onde os pares formar filas e se alternam em volteios e curvas acentuadas para dentro e para fora dos círculos concêntricos que o grupo vai formando. É uma dança também das roupas que são coloridas e vistosas, onde as mulheres usam uma saia rodada multicolorida. O Boi é uma dança mais complexa, com enredos que mudam de ano para ano, contando histórias mitos e lendas amazônicas. Para mais detalhes de todas estas manifestações ver Câmara Cascudo (Ver o ano em Manaus).

³ Os balneários no Amazonas são em geral Praias de Rios e Igarapés em que as pessoas se reúnem nos fins de semana para tomar banhos e ficarem com suas famílias. Na época se levavam peixes, bebidas e outras guloseimas, hoje as pessoas para usufruírem têm que pagar taxas de entradas e as comidas e bebidas permitidas se compradas nos quiosques de bares e restaurantes.

⁴ Brechar significa olhar de forma furtiva, escondida o que os outros estão fazendo.

Ao contornar, o areal enorme, e a curva do Mindú que levava à cachoeira. O banho era complicado, pois exigia cuidado. Na época das cheias, em nossas férias escolares, o Mindú neste trecho corria muito, e havia muitas mutucas⁵, com picadas doloridas. Um escorregão nas pedras poderia significar muitos machucados e surra em casa, ou de menos muita gozação na volta para casa.

Em agosto de 1970 começaram a cercar com tapumes parte importante de nosso mundo, a Praça São Sebastiao e os arredores do Teatro Amazonas. Ali nosso universo começou a mudar. A Feira de lançamento da Zona Franca de Manaus foi sensacional para aqueles pequenos exploradores.

Muitas motocicletas expostas, produtos de cristal, relógios, outros produtos que a partir daquele momento seriam “produzidos” (montados) na nossa “cidade industrial”. Muito orgulho, muitos folhetos, televisores mostrando em cores os processos produtivos e muitas moças bonitas explicando tudo. Lembro muito bem de quão rudimentar era a montagem daquilo tudo.

Entre as poucas opções de lazer em Manaus na época uma nova e interessante passou a existir. Passear de carro pelo recém-implantado Distrito Industrial de Manaus. Área imensa, na Zona Centro-Leste da cidade, ainda muito precário, na verdade possuía poucas unidades fabris. Na mesma Zona de Manaus, indo pelo Bairro do Educandos podia acessar o Aeroporto de Ajuricaba, hoje Base Aérea de Manaus sede do Sétimo COMAR, também um passeio interessante. Sempre uma vista maravilhosa do Rio Negro pela Estrada do Paredão. Ali perto minha irmã mais velha trabalhava alfabetizando operários na Fabrica da BRASILJUTA, e ir para aquela área da cidade sempre era uma aventura.

No início da Zona Franca de Manaus, algumas unidades de produção industrial não se localizavam no Distrito Industrial. Lembro-me de duas, a Fábrica de relógios Nelima e a de Cristais, ambas no Centro da Cidade.

⁵ Espécie de mosca bem pequena que possui uma picada extremamente dolorida, que logo incha e deixa o local bastante intumescido e coçando, além de avermelhado.

A cidade de Manaus começa a mudar nessa época. Para nós, os exploradores, por certo porque estávamos afinal entrando na adolescência, e o nosso universo, galáxia e mundo foram mudando de acordo com nossos interesses de vida. Guardo fortemente a sensação de que outras coisas mudaram também, na cidade mesmo, no ambiente e nas relações urbanas na cidade.

Os deslocamentos foram se transformando. Andávamos muito a pé, pelo centro da cidade, e bairros vizinhos, mas, na medida em que foram mudando todos os vizinhos da Praça São Sebastião, minha família também mudou e aí de fato meu mundo físico e simbólico se ampliou.

Ainda quando morava no centro de Manaus, estudei na Escola Técnica Federal do Amazonas, e isso, quis dizer naquele momento outro roteiro de circulação. A pé ia pela Avenida Sete de Setembro para as aulas e no caminho íamos encontrando novos amigos, outros exploradores que agora, todos na entrada da vida adulta já pensávamos em trabalhar. O milagre brasileiro nos atingia, e a Geografia da Cidade de Manaus havia mudado.

Este trabalho se propõe a analisar a cidade de Manaus não nestes momentos; do “milagre” da transformação da Zona Franca de Manaus e no “fausto” da Borracha, mas outra Manaus; essa, esquecida, quase sem referências e pouco estudada teve sua existência em um longo tempo.

Essa Manaus que vou analisar e descrever durou da década de 1910 até a década de 1970, portanto o período de tempo entre os dois momentos que todos consideram os mais importantes da cidade e que em minha opinião obscurecem a memória deste outro, que foi lindo, por ser em outra escala, tanto geográfica quanto histórica e principalmente social.

Era uma Manaus que olhava para si mesmo, mais do que para os outros. Não que os outros mundos não fossem importantes, mas dadas as dificuldades os outros eram um sonho longínquo, mas possível, então era premente produzir algo aqui para mostrar lá. Hoje não, parece que o nosso é menor. Parece que o nosso é menos, e assim, copiamos sem medidas e critérios e esquecemos que podemos muito.

Era uma Manaus que talvez como em nenhum outro momento gerou movimentos e associações de pessoas e ideias. Pensamentos e ideais. Ideais tão férteis, criativos, e críticos quantas eram as lamúrias por estarmos em “crise”. Mas como toda cidade e todo processo social Manaus é dúbia, contraditória e por tudo isso interessante.

RESUMO

Os territórios, os espaços, a vida vivida nos espaços das cidades nos ajudam a compreender os processos políticos de formação da cidadania, do imaginário, das memórias e o modo como nominamos, usamos e referenciamos nossos espaços. Iremos neste trabalho elaborar uma história dos processos de ocupação da Amazônia, do Estado do Amazonas e principalmente questionar quais as razões para que nesse processo a Cidade de Manaus tenha tido sua história urbana e da própria cidade em si, tendo sido construída com lapsos de memória, esquecimentos de determinados momentos de sua história como cidade.

Palavras-chave: História Urbana do Amazonas e de Manaus; Memórias Urbanas, Manaus.

ABSTRACT

Territories, spaces, life lived in areas of the city help us understand the political processes of citizenship formation, imagination, memories and how nominated, and we mention we use our spaces. This work will develop a history of the processes of occupation of the Amazon, the State of Amazonas and mostly questioning the reasons for that in this process the City of Manaus had its own urban history and the city itself, having been built with memory lapses, forgetting certain moments of its history as a city.

Keywords: Urban History Amazon and Manaus; Urban Memories, Manaus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da Villa de Manaós 1845.	128
Figura 2 – Embarcação da Amazônia em 1840.	142
Figura 3 – Planta da cidade de Manaus de 1879.....	145
Figura 4 – Vista do Igarapé do Espírito Santo.....	147
Figura 5 e Figura 6 – A Residência do Presidente da Província do Amazonas em 1862 e Rua de Manaus.....	148
Figura 7 – Mapa da cidade de Manaus em 1852.....	149
Figura 8 e Figura 9 – Mapas das Collectorias e Mezas de Rendas do Amazonas e Pará. .	153
Figura 10 – Mapa da Carta cadastral de Manaus e Arrabaldes em 1895.....	173
Figura 11: Vetores de ocupação histórica da Amazônia.....	185
Figura 12 – Imagem de Palafitas no Bairro de São Raimundo.....	189
Figura 13 – Imagem aérea da cidade flutuante em Manaus no ano de 1963.	215
Figura 14 – Obras do Porto de Manaus em 1901.	224
Figura 15 – Obras do Teatro Amazonas em 1895.....	228
Figura 16 e Figura 17 – O Carnaval de rua em Manaus em 1913.	232
Figura 18 – Casa de seringueiro.....	234
Figura 19 – Fac-símile de página do Relatório de produtos exportados pelos Portos de Belém e Manaus em 1900.	242
Figura 20 – Quadro dos Empresários Portugueses e Espanhóis em Manaus entre 1910 e 1940.....	244
Figura 21 – Quadro síntese da situação social do Amazonas.	254
Figura 22 – Continuação do Quadro síntese da situação social do Amazonas.	258

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da evolução da estrutura urbana na Amazônia e suas principais condicionantes.	133
Quadro 2 – Características dos Arranjos Territoriais Regionais.	159
Quadro 3 – População Amazonas e Pará entre 1850 e 1890.	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela da população da Cidade de Manaus.	213
--	-----

SUMÁRIO

Introdução	1
PARTE 1 – Tempos, espaços, memórias e identidades	7
1.1 – Tempos e espaços: Da prosa do mundo à memória das ausências.....	7
1.2 – Memórias e identidades: As ausências da memória.	53
PARTE 2 – Por uma aproximação crítica à ocupação da Amazônia e à formação do Estado do Amazonas – a cidade de Manaus e a gênese do esquecimento.	94
2.1 – Da espoliação do espaço à exploração das almas: memórias e identidades como ferramentas da alienação – a atuação da Igreja.	109
2.2 - Do espaço na política à espoliação do espaço: esquecimentos e desalento – a atuação do Estado Nacional.	131
2.2.1 – Do sertão às redes de vilas e cidades - Do espaço como estratégia de domínio ao arranjo territorial e espacial: a cidade de Manaus e sua importância.	153
PARTE 3 – Da cidade cenário à cidade sem memórias: esquecimento, ausências e vivência urbana em Manaus.	186
3.2 – Localizando a cena.	186
3.2 – Dos cenários do fausto ao renascimento dos ritmos da vida local.....	201
3.3 – Do renascimento da vida à ilusão do futuro.	236
3.4 – Fechando a cena – a desigualdade como modo de vida.....	251
Considerações finais	267
REFERÊNCIAS:.....	270
ANEXOS	286

A CIDADE DO ESQUECIMENTO: MANAUS ENTRE AS MEMÓRIAS DAS AUSÊNCIAS E AS AUSÊNCIAS DAS MEMÓRIAS

Introdução

Estudar a Amazônia envolve paixão. É claro que outros temas também são motivados por vontade de aprender, de se encantar, mas nos parece, que esse tema, Amazônia, está sempre no limite entre a perda e paz de ter contribuído da mínima forma que for para que os homens dessa região tão misteriosa possam usufruir um minuto de atenção. O mistério que nos envolve é conhecido de todos e de diversas formas, teóricos e poetas já disseram que todo o tempo se inventa uma Amazônia.

Sempre nos lembramos de uma história que minha mãe contava sobre uma irmã de criação que ela tinha no interior, além dos já inúmeros irmãos de sangue. Pois bem, essa tia, que era da etnia Mura; e que havia aparecido na vida da família ninguém nunca nos explicou como, sempre visitava nossa casa no centro de Manaus e gostava de “botar” cartas. Fazer previsões a partir de suas percepções dos números e cores do baralho, velho, de papelão, que ela, com uma habilidade que impressionava a todos, se danava a ler a vida de quem estivesse por lá.

Em primeiro lugar minhas tias, de sangue mesmo, irmãs de minha mãe. Muitos casamentos, dinheiro fácil, e outras coisas felizes sempre. Depois minha mãe e minhas irmãs. Muitos casamentos, dinheiro fácil, e outras coisas felizes. No fim, meu pai dizia, e eu? E ela; irritada e desconfiada, dizia: Professor, se o Senhor não acredita para que eu vou colocar as cartas para o Senhor? Ao que ele respondia, não importa, pelo menos aprendo sobre o teu mundo e tenho alguém se dedicando a compreender o meu, além do mais, é sempre bom nessa terra solitária termos alguém que nos dispense atenção, pelo menos por alguns minutos.

Nunca compreendemos de quais mundos ele falava e muito menos porque achava Manaus uma terra solitária. De todo modo, quando ficamos adultos e passamos a nos preocupar em compreender a nossa terra nos deparamos com uma solidão imensa, e sem medo de plagiar, nos parecia que cem anos de solidão eram

poucos, o escritor deveria ter nominado seu mundo como um mundo de mil anos e mil formas de solidão.

Exagero à parte, para tentar sermos poéticos, sempre nos impressionou a capacidade de inventar formas e tempos da solidão que a vida Amazônica tem. Espaços imensos, cores imensas, sons e silêncios maiores ainda, um tempo que para e que se esvai em questão de milênios e segundos. Um espaço que existe e logo em seguida não está mais lá. Sensações das mais estranhas essa terra nos causa, e, creio causa em todos que nela passam algum tempo, um dia que seja.

Lugar árido, sem amenidades, ao mesmo tempo acolhedor. Inebriante e ao mesmo tempo sólido, onde percebes que viver é algo que não comporta sutilezas. A Amazônia é tudo isso e mais do que isso não nos é nada, pois está sempre se escondendo de todos nós. Teremos muito ainda a descobrir mesmo quando acharmos que já sabemos tudo.

É sempre muito difícil escrever qualquer trabalho científico. Escrever sobre a Amazônia parece ser mais complexo ainda. A impressão que temos é termos de dizer algo extremamente novo, como se a novidade não estivesse por natureza embebida pelo antigo, pelas memórias.

Ocorre que esse novo, não é somente uma teoria ou uma ilação que ainda não fizeram, para que possamos posar de conhecedores da imensa e quase não conhecida história e cultura amazônica. É pior a exigência. Devemos estudar e escrever sobre a Amazônia para decifra-la, para elucidá-la para as gerações futuras como se a Amazônia fosse o petróleo do futuro. Não é.

A Amazônia é ao mesmo tempo mistério, desconhecimento imenso, mas também muito saber e conhecimento acumulado e por vezes – a maioria das vezes, mal articulado com as outras esferas da sociedade que sequer imagina o quanto já se conhece sobre a região.

Mas a Amazônia é também outro tipo de saber e conhecimento. E é nesse saber e conhecimento que nos inserimos com a proposta desse trabalho: o saber que ficou no tempo, acumulado, guardado e pouco lembrado.

O que nos faz dessa forma é talvez a principal pergunta que devemos fazer para a Amazônia. Ponto de partida e ponto de chegada de todo e qualquer trabalho científico, artístico, ou de qualquer outra natureza, o que nos faz peculiares nos faz também universais. Buscar a nós mesmos deveria ser o muiiraquitã⁶ mais importante da incessante busca dos conhecimentos sobre a Amazônia.

A Amazônia deveria ser nossa memória, não apenas a memória da sociedade que nós somos, mas a memória do mundo e da cosmogonia que fundamos constantemente, diuturnamente. Uma memória da natureza, uma memória das sazonalidades, uma memória de quais festas e santos devemos festejar em tais épocas.

Se formos do Amazonas e do boi tal ou tal não importa, pode importar para quem de fato não compreender que o outro não é contrário, mas o eu invertido, no espelho de nossas próprias identidades e que se o negarmos estaremos negando a nossa própria existência.

Aí reside o problema da Amazônia. Nós nos negamos todo o tempo. Esquecemo-nos todo o tempo e todo o tempo lembramos - a natureza não nos deixa esquecer; para nosso desespero, que somos seres das águas, e da terra, mas das águas principalmente.

Somos anfíbios, respiramos alguma coisa como 73% de água. Somos peixes, a água cai em nossas cabeças e pés pelo menos dois terços do ano, os outros um terço os rios sobem, ou seja, não temos como negar – dependemos da natureza e da nossa boa relação com ela.

Por que negamos então? Não sabemos, sempre ficamos intrigados com essa pergunta e sua possível resposta. Esse trabalho é uma tentativa de “botar” as cartas

⁶ Desde pequeno ouvimos a lenda das pequenas tartaruguinhas de barro ou pedra que eram oferecidas para os homens que visitavam a tribo das Amazonas para a procriação. As guerreiras icamiabas mudavam constantemente suas tabas de lugar, sempre na região do rio Nhamundá. Como os homens nunca conseguiam encontrar o caminho, só quando elas permitiam, então acreditava-se que os muiiraquitãs eram sagrados e protegiam as guerreiras. Existem outras inúmeras versões do mito.

sobre a vida passada e futura da cidade de Manaus. Como estamos na academia, explicaremos melhor.

O que nos interessou sempre foi que tínhamos uma pergunta não respondida sobre Manaus e também sobre o Amazonas, mas principalmente sobre a sua capital. Quais seriam as motivações do esquecimento de um longo período de nossa história e da nossa cidade? E quais seriam as implicações e consequências desse esquecimento para nossa vida social?

Bem, em primeiro lugar tínhamos um problema para resolver. Teria alguma relação entre o esquecimento, à ausência de memória social e urbana da cidade de Manaus entre as décadas de 1910 e 1970 com a construção de um modo de ver a cidade nesse período? E se, quando após a vida na cidade cenário do fausto da borracha para o surgimento da cidade do vivido – não que as outras de outras épocas não tivessem vivências; com suas dores, seus problemas, suas angústias (a dos homens é claro), e, se houve de fato um obscurecimento, um encobrimento com o véu da renúncia, da negação dessa memória social e urbana? É provável que tenha ocorrido em função de que nesse período não se vivia na cidade a vida da opulência, a vida do fausto.

Ora, percebemos pela quantidade de informações com que sempre nos defrontávamos sobre esse período de tempo da vida na cidade de Manaus que sim. Que havia primeiro um esquecimento, e que depois, havia uma relação com um determinado modo de ver a cidade de Manaus dessa época específica.

Era sempre como se Manaus não existisse. Ao ler quaisquer dos importantes livros de História e Geografia do Amazonas, quando chega a esse período estamos frente a frente com um abismo, um hiato. O texto vem, descreve o período colonial, depois o período imperial, o ciclo da borracha acontece e, o vazio aparece.

O abismo tem nome e se chama invariavelmente: A Grande Crise, o momento de Estagnação. Bem, e aí depois a História continua e Manaus se torna esplendorosa na ilusão da Zona Franca, inclusive bem real na destruição do centro histórico da cidade, nas diferenciações espaciais que aqui são desigualdades e não

transformações dos espaços como potencialidades e uma brutal disparidade de renda, que ao final entendemos como sendo uma desigualdade como modo de vida.

A nossa Tese é a de que o Amazonas e sua capital Manaus entre as décadas de 1910 e 1970 são discursivamente construídos a partir de uma visão de mundo que advém de uma sociedade sempre em constantes recomeços de seus processos de formação, que em nossa opinião são incompletos nas suas manifestações urbanas em Manaus, e da construção dos espaços da cidade e da vida social. Estes processos sendo constantemente interrompidos por pontos de inflexão da vida social, econômica e que tem como fundamento, o discurso que as constrói, baseado em um engano por parte das elites: a confusão entre modernidade e capitalismo.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira e a segunda parte cada uma, tem dois subitens e a última possui quatro subitens. Na primeira parte que se chama - *Tempos, espaços; memórias e identidades*; vamos tratar de analisar quais seriam os fundamentos teóricos que explicariam as formas que as memórias sociais assumiram como discurso explicativo do mundo um grau de negação do que foi vivido em uma determinada época da vida de Manaus, e o que foi determinante para que elas tivessem na vida social esse conteúdo.

Em nossa opinião foram derivadas das relações de trabalho em todo o processo social da Amazônia, do Amazonas e de Manaus; nas formas como a linguagem, a denominação do mundo funda um tipo específico de negação do vivido e por fim a confusão que já mencionamos antes por parte das elites de não perceber as diferenças entre as formas de organização da sociedade submetida ao modo de proteção capitalista, que não é de forma nenhuma a mesma dos valores e discursos que explicam e orientam o comportamento da modernidade.

A segunda parte que se chama - *Por uma aproximação crítica à ocupação da Amazônia e à formação do Amazonas – A cidade de Manaus e a gênese do esquecimento*; em que vamos tratar de analisar através de um painel em que usamos a história e a geografia da formação do território amazônico e do Estado do Amazonas para entender quais foram ao longo do tempo da vida social as dinâmicas que esse esquecimento tiveram em relação a vida vivida na cidade de Manaus.

Por fim, na terceira parte que denominamos - *Da cidade cenário à cidade sem memória: Esquecimento, ausências e vivência urbana em Manaus*; em que vamos tentar mostrar através de um painel também de algumas vivências na cidade de Manaus como e em que condições esses erros de percepção da sociedade, dos discursos de negação e derrota criados pela elite local para explicar a vida na cidade de Manaus entre 1910 e 1970 não foram um ato isolado, e que se houve um contexto mais amplo como esse contexto contribuiu para a formatação desse esquecimento.

Notamos por fim, que esse período de tempo do vivido na cidade de Manaus não foi homogêneo, ao contrário, a crise e posterior estagnação de fato ocorreu no Amazonas e na Amazônia, e a cidade de Manaus viveu uma crise decorrente da outra mais ampla. Ocorre que em alguns períodos a crise e as situações cotidianas vividas na cidade de Manaus, não estavam desvinculadas de momentos de crise muito semelhantes no Brasil e no mundo. As escalas e os impactos é que foram diferentes.

PARTE 1 – Tempos, espaços, memórias e identidades.

1.1 – Tempos e espaços: Da prosa do mundo⁷ à memória das ausências⁸.

Tornamo-nos nós mesmos quando aprendemos a nossa história.

Mircea Eliade
A provação do labirinto
1987

O trabalho tem uma motivação clara: lembrar. Os atos de lembrar e esquecer fazem parte da memória social (Halbwachs, 2006) (Pollak, 1989 e 1992). Porém, se uma sociedade somente esquece e se constrói cotidianamente do presente para o futuro esse futuro não existirá. Se não estivermos com um olhar para o passado ele não se concretiza como identidades no presente e o futuro não nascerá de nossas experiências. O sentimento de não pertencimento ao tempo é a morte da esperança.

Por formação familiar lembrar é ato poderoso. Família onde os velhos ainda são muito importantes e carregam cotidianamente as identidades nos discursos e nos comportamentos, temos umas percepções às vezes felizes outras angustiadas de que é necessário falar, contar sempre histórias e mais histórias, muitas vezes

⁷ O termo prosa do mundo é livremente inspirado no título do livro de Maurice Merleau-Ponty “A Prosa do mundo”, (Merleau-Ponty, 2002).

⁸ O sentido de memória das ausências nesse trabalho como um todo é o de que em muitos momentos de nossa vida social, nosso imaginário nos constitui como uma cidade, a cidade de Manaus, do “já teve”. Passamos parte de nossa infância e de nossa adolescência ouvindo sempre referências às coisas, aos lugares, aos eventos, que já existiram em Manaus em outras épocas, em tempos passados. Quase sempre, estes eventos se deram em tempos muito antigos, o Hipódromo, o Velódromo, a raia de canoagem nos Igarapés do centro, dentre outros. Eram raros, senão raríssimos os eventos que eram citados localizando-os no tempo histórico da cidade no nosso período do recorte temporal do trabalho – o período entre as décadas de 1910 e 1970. Por isso estamos usando ora a frase “memória das ausências” para os períodos anteriores ou iniciais desse recorte temporal, e em relação ao nosso período propriamente dito, entre 1910 e 1970 usaremos “ausência de memória”. Esse procedimento é importante porque estamos considerando a cidade de Manaus como produto de arranjos culturais, simbólicos, econômicos, espaciais de conjuntos de épocas diferentes. Os fatores determinantes da formatação dos espaços da cidade, de uma ou outra forma dependeram das relações políticas e de poder entre as elites locais, as elites nacionais, além é claro de como as elites locais conseguiram inserir-se no jogo político e de poder da vida nacional, do país. Em muitos momentos a cidade como discurso cultural, como obra – no sentido de Henri Lefebvre, como valor de uso, foi produto de uma “memória das ausências”, em outros quando já não mais se aplicava a ideia dos espaços da cidade como uso, cujo elemento simbólico importante em nossa opinião é uma memória da cultura e do fazer-se cotidiano então a elite local a constrói como um discurso de uma pura e simples “ausência das memórias” calcado no esquecimento do que não era estratégico lembrar.

míticas, outras jocosas. Nesse palimpsesto percebemos a formatação de um mundo em constante mutação.

Gerações entram e saem do tempo, os brinquedos voltam, se espalham pela casa e lembramos então de como eram os pais dos que agora brincam nas salas e pátios, e por consequência como eram os lugares de memória (Nora, 1984), as cidades, os balneários e os passeios que faziam conosco e que agora fazemos com seus filhos, todos juntos, numa grande rede de lembranças que reforçam um mundo feliz e esquecem as partes difíceis como as mortes antes e fora do tempo de nossos corações.

Viver em sociedade haveria de ser assim. Mas não é mais. O tempo longo, a prisão do imaginário, das memórias e das reflexões sobre o vivido (Braudel, 2011) da vida social apagou e enfraqueceu muito as possibilidades de que possamos como grupo social lembrar alguma coisa que valha a pena para as memórias e as identidades sociais. Como vivemos o presente do tempo do consumo e das relações superficiais e epidérmicas, não sentimos na pele o amor, a alegria e a paixão de estarmos compartilhando um lindo lugar da terra, a Amazônia⁹.

⁹ Vemos uma contradição interessante e curiosa. Ao mesmo tempo em que construímos determinadas identidades do tempo, do ritmo da vida social do consumo, com produtos disponíveis e valorizados socialmente, como motocicletas, carros importados, vida na cidade com todas as benesses desse tipo de consumo; como seres da Amazônia somos constantemente bombardeados por uma exigência às vezes veladas, às vezes explícita de que sejamos responsáveis pela preservação da Amazônia. O que é contraditório aqui é que para que a Amazônia seja preservada faz-se necessário um conjunto de Políticas Públicas específicas, investimento em conhecimento da vida natural e suas potencialidades, transformar através da educação no tempo longo a forma de vida de toda a sociedade e não apenas dos amazônidas, como no mostrou Ramon Folch, Economista e Ecólogo espanhol "... nos enfrentamos a unos considerables problemas socioecológicos que van mucho más allá de la mera descripción de las pequeñas disfunciones ecológicas que realmente podemos tener. La opulência objetiva em que la estamos instalados los occidentales reduce demasiado a menudo a nuestros ojos la problemática ambiental em la consideración de estas pequeñas o grandes incomodidades de nuestro entorno, mientras que com frecuencia obvia um aspecto fundamental y básico: ¿de qué manera los recursos del ambiente son realmente utilizados y controlados dentro del balance global de uso y control de estos recursos a nível planetário? (...) Em definitiva, los habitantes del mundo occidental desarrollado vivimos em um mundo de hiperprotección, pero nos sentimos incômodos ante pequeñas molestias o disfunciones ambientales, que tendemos a confundir com los auténticos problemas ambientales del mundo. Uma vez más, el entorno sociológico deforma la percepción de la verdadera fenomenologia. En el mundo existen personas com sérios problemas ambientales sobre los cuales no tienen tiempo, oportunidad ni ganas de reflexionar. Al lado de estos problemas, los nuestros no pasan de errores del sistema de refrigeración. La gobernabilidad, pues, empieza por admitir estos hechos". (Folch, s/d: 31).

O que queremos lembrar é simples: a cidade de Manaus. Uma cidade que foi esquecida pela sua própria população, por seus governantes e por sua elite, e mais, uma cidade que justo por ter sido esquecida e por termos encoberto com o véu da renúncia as nossas identidades, não lembramos mais como era.

Não temos como usar as memórias dos indivíduos somente, elas são fluídas, são estratégicas e muitas vezes os espaços por elas descritos não obedecem a uma medida e muito menos a uma escala confiável (Abreu, 1998). A memória coletiva por sua vez é muito importante, localiza as memórias individuais e as retira do imaginário e do onírico e as localiza mesmo na dor ou na alegria do vivido em um lugar mais razoável de ser creditado, de ser verificado.

Mas as memórias somente não são confiáveis. É necessário construir uma investigação sobre as possibilidades de que esta memória do vivido, da vida social nos espaços possa ser reproduzida, reconstruída e nos sirva de base para pensar um lugar, um espaço, uma cidade.

Importa então estar consciente dos jogos e estratégias que estão acontecendo, que aconteceram ao longo do tempo para que possamos decodificar uma razoável chave de interpretação do vivido naquela cidade e que nos habilite a dar uma versão minimamente coerente da memória da cidade, daquela cidade, ainda que como as outras cidades ela tenha passado por momentos muito parecidos de sua vida urbana, de suas construções espaciais.

Essa vida por certo foi formatada em diferentes cenários, em consequentes discursos explicativos, mas queremos lembrar e questionar justamente isso: o modo como a cidade de Manaus, ou melhor, seus habitantes, suas classes, suas elites, as pessoas enfim; como elas construíram uma determinada versão da vida vivida na cidade entre as décadas de 1910 e 1970 e por que esta vida foi esquecida e mais ainda, em nossa opinião foi negada por todos como se não tivesse existido.

Práticas sociais foram vivenciadas em escalas do tempo e do espaço; foram produzidos espaços na cidade; e muitos foram esquecidos. Escolhemos mal o que guardar. Por isso Manaus não produz hoje o futuro que merece ter.

A memória e a história que estará presente no trabalho é lembrança do vivido, mas também uma memória construída por pesquisa e pela leitura da construção da vida social de Manaus nos seus espaços da cidade entre as décadas de 1910 e 1970. O período escolhido não é aleatório.

Período de nossa história urbana que reputamos como de esquecimento, de penumbra. A vida em Manaus entre estas décadas sofre uma opacidade, um esquecimento. Pouco se escreveu e pouco se fala dessa época em particular. Nos textos, pelo menos nos que conhecemos esse período é denominado como “estagnação da cidade de Manaus”.

Alertamos para o fato de que a própria memória social é um conceito como outro qualquer. A memória não é algo que possamos ter no real, ela não se transforma em história por qualquer motivo, mesmo sancionada pelos que compõem a elite hegemônica de uma sociedade, ela não é um tipo ideal de comportamento ao lembrar, uma expectativa do grupo social do que é para ser lembrado ou interdito à memória social; e nem um objeto.

Os objetos eleitos pela sociedade para manifestação de sua cultura, identidades, lugares de memória e discursos manifestados pelas memórias, não podem ser tomados como manifestação da memória de “todos” que fazem parte do conjunto, dos grupos que compõem a sociedade naquele dado momento histórico. Podem ser, e a história nos mostra, manifestação e escolha dos grupos hegemônicos em detrimento de outras escolhas, de outros grupos.

Os níveis da vida social onde estas escolhas são realizadas são múltiplos. Há memórias dos indivíduos em seu mais íntimo momento e há memórias da sociedade como um todo, imagens do caleidoscópio montado pelos movimentos que certas classes fazem, se a (paisagem) imagem que está próxima de se configurar não as agrada.

No que diz respeito às cidades, suas permanências, seus espaços, suas vivências, cremos que a maior parte dos objetos eleitos para comporem o cerne dos discursos que constroem as memórias e identidades sociais das cidades é escolha das elites, como parte da elaboração de um discurso hegemônico.

A memória é a manifestação do vivenciado no ato dos indivíduos ao selecionarem suas lembranças. Se escolhermos uma ou outra lembrança temos nossos motivos e o fazemos como estratégias que no conjunto da vida social fazem um sentido que não é passível de crítica pela escolha em si, mas podemos questionar as estratégias e os resultados dessas escolhas.

Estas estratégias e escolhas sancionam para todo o conjunto da sociedade quais memórias, o que lembrar e quais seriam as palavras e o vocabulário válido para definir, descrever e mostrar ao mundo que cidade é aquela, que lugar é aquele e como deve ser ou não reconhecido por um ou outro ponto de vista. Mesmo isso acontecendo, vale ressaltar que não há nenhuma garantia de que os outros irão ler e entender o discurso explicativo de uma ou de outra forma¹⁰.

A memória, o que lembrar, e as histórias que daí serão decorrentes, contadas, faladas, escritas, e que definirão quem somos nós, quem são os outros e como nós nos vemos, ou melhor, como gostaríamos de sermos vistos, tudo, mas tudo isso mesmo é construção, é lido a partir do real, mas não é o real. Não podemos em nenhum momento entender e querer que os outros entendam essa ou outra forma que a cidade, a nossa cidade, do vivido, das relações, do econômico, do

¹⁰ Em seu belíssimo “A prosa do mundo” Maurice Merleau-Ponty entre muitas e complexas formas de analisar a linguagem e os vocabulários possíveis derivados da experiência humana vai afirmar dentre outras coisas que a linguagem, inclusive a linguagem científica é redutora da experiência e como tal sempre a partir do vivido não é capaz de expressar o que realmente foi vivido por ser justamente não redutível a um mesmo ponto de partida. Em função dessa deficiência primária até a linguagem científica, a matemática, por exemplo, sofreria ruídos no momento de resumir em símbolos e sentenças o dizível: “A única virtude – mas decisiva – da expressão é então substituir as alusões confusas que cada um de nossos pensamentos faz a todos os outros por atos de significação pelos quais somos realmente responsáveis, porque o exato alcance deles nos é conhecido, é recuperar para nós a vida de nosso pensamento, e o valor expressivo do algoritmo depende inteiramente da relação sem equívocos das significações derivadas com as significações primitivas, e destas com signos insignificantes em si mesmos, nos quais o pensamento só encontra o que neles colocou. [...] A linguagem, em todo caso, se assemelha às coisas e às ideias que ela exprime, é o substituto do ser, e não se concebem coisas ou idéias que venham ao mundo sem palavras. Seja mítico ou inteligível, há um lugar em que tudo o que é ou que será prepara-se ao mesmo tempo para ser dito. [...] Mas se a língua está aí como um instrumento bom para todos os fins, se, com seu vocabulário, seus torneios e suas formas que tanto serviram, ela responde sempre ao apelo e presta-se a exprimir tudo, é porque nela já está escrita toda a nossa experiência futura, tal como o destino dos homens está escrito nos astros. Trata-se apenas de **encontrar** essa frase já feita nos limbos da linguagem, de captar as palavras secretas que o ser murmura” (Merleau-Ponty, 2002: 25-26). Talvez advenha daí que a afirmação ou a negação de uma determinada memória ou de um determinado discurso seja relativa, se terá eficiência ou não. Para angústia de todos nós dependerá do outro, portanto algo relacional e imponderável. Porém, para isso existem as artes, a arquitetura, a música dentre tantas formas de linguagem que podem exprimir a cidade e os discursos que a constroem.

cultural, dos monumentos, das vias, das casas; enfim os lugares, as paisagens daí produzidas serão. Construímos apenas.

Os outros e nós mesmos leremos a cidade de diversas formas. Por isso que, como mostraremos mais à frente, um importante escritor do Amazonas ao descrever a estada de Euclides da Cunha em Manaus em 1905, mostra a “sua” expectativa do que deveria ter sido a leitura do autor do clássico “os sertões” sobre nossa capital do Estado do Amazonas.

Em artigo de 1998, na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mauricio de Almeida Abreu mostra a importância das memórias das cidades. Aprofunda a discussão com vários autores e refere-se ao fato de que existem diferenças bastante nítidas entre a “história do urbano” que tem entre seus mecanismos e operações metodológicas, construções feitas a partir das memórias coletivas ou mesmo um conjunto de memórias individuais de uma determinada cidade em relação com outras cidades; quase sempre de longa duração e de grandes escalas.

Estudos que mostrariam que por outro lado mesmo a história do eminentemente local também não está desarticulada das relações com o mais geral, com as histórias do sistema econômico e social, com os processos sociais mais gerais, de outra escala. Uma cidade não está isolada. Ela não seria cidade se assim fosse, mesmo na Amazônia. E Manaus, por certo esteve em diferentes momentos de sua história e de suas relações espaciais sempre se relacionando com diferentes escalas.

“Finalmente, é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isto não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização” (Abreu, 1998: 88).

A “história da cidade” que teria outra perspectiva, inclusive metodológica seria outra coisa. A história da cidade, de uma determinada cidade, teria como contribuição, como ferramenta e orientação de elaboração a reconstrução de uma memória coletiva junto com um conjunto de memórias individuais de uma determinada cidade em seus aspectos espaciais, físicos, materiais, a vida vivida a partir de suas relações urbanas, mas localizadas, mostradas a partir do lugar. Se estas relações se constroem a partir de um conjunto de relações mais gerais estaremos articulando escalas, mas a cidade será observada, percebida pelas suas particularidades e algumas de suas raras singularidades:

“Em outras palavras, a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria, portanto a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre a cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na(s) cidade(s). A história da cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. Segundo o mesmo autor, o conjunto dessas duas histórias nos daria *“a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias”* (Santos, 1994:69-70)” (Abreu, 1998: 90).

Para que possamos construir uma leitura coerente dos processos é necessário realizar um diálogo entre as duas metodologias porque justamente as escalas são diferentes, e os espaços também. Espaços das relações mais fluídas, políticas, econômicas e nestes sentidos mais abrangentes em suas escalas e matrizes teóricas definem a história do urbano.

Espaços do vivido, do cotidiano, dos lugares; definem a história da cidade; principalmente porque como nos mostra Mauricio Abreu “O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda, vivo na cultura e no cotidiano

dos lugares, não é de estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido à essa procura da diferença” (Abreu, 1998: 79).

É justamente esse jogo entre as vivências, as coisas, os lugares, que definem as escolhas da sociedade, da cultura, e como consequência a construção do “singular”, do particular e dos universais que vão dar a tônica da busca das identidades deste tempo do vivido.

O tempo, e não faria diferença nesse caso, se fosse o tempo em que ele escreveu seu artigo, final da década de 1990 ou mesmo dos tempos do passado, e aí reside o problema da cidade de Manaus e da vida urbana no Amazonas e na Amazônia, escolhemos, elegemos dentro do jogo das vivências o que nos vai caracterizar de forma um tanto desconectada do real, do vivido, do vivido que nos mostram os dados e não os discursos deste vivido.

Como dissemos antes na apresentação deste trabalho, sempre nos pareceu que *“a nossa cidade é uma cidade sem tempo, uma cidade do tempo que sempre passou para ela e ela não viveu esse tempo”* e por isso, fica ao que parece sempre complexo compreender que quando estudamos seus processos sociais, espaciais, históricos estamos a realizar um trabalho de confirmação, de afirmação do que foi dito, construído como interpretação por outros autores em outros tempos, quando sabemos que, nas diferentes escalas desse vivido nos seus espaços, na vida urbana, em Manaus e no Estado do Amazonas, e na vida da e na cidade de Manaus há lapsos inexplicáveis da vida vivida em longo período de tempo, esquecimentos, ausências como, por exemplo, o período entre as décadas de 1910 e 1970.

A cidade que se construiu entre 1910 e 1970 é uma cidade com certas características e especificidades. Em função das circunstâncias históricas vivíamos de fato um momento difícil, com perda de população que anteriormente vivia em Manaus, com grandes afluxos de população do interior para a capital Manaus em condições de miséria, pois eram pessoas que já tinham migrado do nordeste no período da borracha para outros lugares do Amazonas e do Acre e vinham dos seringais em condições muito adversas.

Estas pessoas chegavam a Manaus em precárias situações financeiras e de saúde em função das longas e desfavoráveis condições da viagem. Passam a ocupar as áreas menos adequadas à moradia humana, as partes baixas da cidade e as águas do Rio Negro. Por outro lado, nem sempre, nesse longo período de tempo da vida de Manaus os problemas urbanos foram de mesma natureza e nem sempre a miséria era a tônica da vida vivida nos espaços da cidade.

Houve épocas, dentro deste período de tempo entre 1910 e 1970 em que a cidade, ou os seus governantes, sua população e sua elite, conseguiram estabilizar a vida econômica dentro de uma nova ordem de organização dessas relações, uma ordem local, que foi importante para organizar os arranjos sociais necessários à outra dinâmica da vida econômica, política e social. Por volta das décadas de 1920 e 1930 já havia sido reestabelecida a normalidade e a cidade vivia dentro de suas possibilidades constante crescimento populacional e um conjunto de transformações de seu espaço urbano inclusive com acréscimo de área construída. Porém essa época somente é lembrada como crise e estagnação.

O que estaria em questão na busca do entendimento dessas ausências, dos esquecimentos, que ao fim são a forma como a sociedade, os grupos, as elites se veem e também aos seus processos da vida que foi construída em um determinado tempo, da história da cidade e das suas relações com outras cidades? Talvez uma percepção das instituições, da vida social, os campos de luta e suas forças que estão ali, na batalha cotidiana em que ora vencem e ora perdem, mas que não são possíveis de serem abandonados.

Se quaisquer uns dos grupos que estão habilitados a lidar com esses embates abandonam a luta, migram, mudam, adaptam de diferentes formas suas estratégias, assumem os riscos. E, com o risco de serem excluídos do processo mais geral de formação da sociedade brasileira, acabam por ficar periféricos ao processo.

Todos estes processos se dão em determinado tempo histórico e em uma específica geografia dos campos de luta. São processos que acontecem em escalas de tempo e espaço e seguem segundo Henri Lefebvre “determinadas relações entre estes espaços” nas cidades, que dependem por sua vez das “relações de produção,

quer dizer, do modo de produção e, através dele, da divisão do trabalho no interior da sociedade” e nesse sentido as cidades seriam “uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante” (Léfebvre, 2008: 82).

O modo como os grupos se relacionam com a cidade, e com as “ordens” próximas e distantes nesse processo de mediação podem determinar se aquela cidade especificamente estará mais ou menos habilitada para viver as relações dos processos de contínuo desenvolvimento da vida urbana, nas escalas mais abrangentes, do tempo e dos espaços.

Vale ressaltar a partir de um comentário de Ester Limonad e Ivaldo Gonçalves de Lima que quando estamos de algum modo usando os argumentos de Henri Léfebvre temos que perceber que o “próximo” e o “distante” na obra desse autor não são especificamente “dimensões numéricas”, não seriam quantidades a serem medidas e que no que diz respeito ao tempo não seriam uma “duração”:

“Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re) produção do espaço social – que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo” (Limonad & Lima, 2003: 22)

As “ordens próximas” seriam as que estão na base da organização da vida cotidiana, nas cidades, aquelas ordens que seriam lidas a partir das relações cujo domínio e organização se dão nas relações imediatas da vida no entorno das cidades, na esfera das relações campo e cidade e que “a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobretrabalho” (Léfebvre, 2008: 82). As cidades são partícipes dessas dinâmicas, e com Manaus não foi diferente. No que diz respeito às “ordens distantes” Henri Léfebvre acrescenta que:

“A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.). Enquanto mediação a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como por exemplo, aquelas entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece. [...] ...a cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele é também modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. [...] Em consequência, na cidade antiga, o uso ou o valor de uso ainda definem o emprego do tempo. Nas formas tradicionais da cidade, a troca e o valor de troca ainda não romperam todas as barreiras, nem se apoderaram de todas as modalidades de uso. É nesse sentido que as cidades antigas são e permanecem obras, e não produtos” (Léfebvre, 2008: 82 e 83).

Os jogos políticos e de poder que são jogados para que estes mesmos agentes em suas ações possam participar e obter algum ganho, no conjunto ou de forma individual, para o grupo, os líderes e seus séquitos, mas não para a sociedade como um todo, nas cidades esse processo é uma constante ida em direção à vida urbana, um processo teleológico, uma potencialidade que pode sofrer diversos tipos de rupturas, sociais, geográficas e principalmente no que diz respeito ao tempo histórico dos processos.

No início do capítulo “A cidade e o urbano” de seu livro “Espaço e Política” Henri Léfebvre, propõe uma discussão muito interessante, que define um conjunto de reflexões que nos ajudariam a compreender os caminhos para a construção do que pretendemos mostrar com nosso trabalho. Para o autor a “sociedade contemporânea está em mutação” e alerta que nas “ciências humanas” essa palavra “mutação” não é um “conceito” e sim uma imagem, uma metáfora, que obscurece a questão principal: “Para onde vamos?” (Léfebvre, 2008:79).

Por certo, essa ideia de perguntar para onde vamos está embebida de uma teleologia, mas também traz embutida uma preocupação importante, que é a de sempre perguntar pelos processos que estamos vivendo e questionar o que vivemos para que possamos compreender o que iremos viver.

Henri Léfebvre aponta um engano inicial nessa percepção da “mutação”. Nesse escopo da discussão estão presentes um conjunto de “crises” nos mais

variados aspectos da vida social; a crise econômica, da economia política, na arte, na literatura dentre outras, e ele se pergunta qual seria de todas estas crises a mais importante e responde de modo a não deixar dúvidas.

A “crise da realidade urbana” é a mais importante delas, e o é por razões que estão postas a partir do fato de que a realidade urbana engloba todas as outras, e assim sendo, a crise urbana está em uma escala da “ordem distante”, pois tem a ver com o modo de produção capitalista e seus modos de ordenar potencialmente os espaços e as relações nos espaços das cidades.

Ainda segundo o autor “pode-se dizer que a sociedade industrial acarreta a urbanização”, porém segundo ele “essa constatação e essa fórmula tornaram-se banalidades” e na verdade deveríamos estar atentos e nos perguntar se no fundo não seria o contrário “as consequências do processo, ou seja, a urbanização não se torna rapidamente mais importantes que sua causa inicial: a industrialização” (Léfebvre, 2008: 80).

Ocorre-nos se este não seria justamente o problema em Manaus. As formas de leitura do processo histórico por parte das elites que tomam o fato como mais importante que as suas consequências. As transformações nos espaços da cidade sempre foram vinculadas a duas dinâmicas, uma de escala local, das relações locais das próprias conformações da natureza em espaços à medida em foi sendo necessário organizar e dinamizar estes mesmo espaços.

Outra questão importante, e que está mais próxima da problemática proposta por Henri Léfebvre foi o processo de transformação dos espaços da cidade relacionados com uma dinâmica da ordem distante, dos mercados internacionais que absorviam nossa matéria prima – a borracha e nos devolviam modelos de vida e comportamentos nos espaços, sem que na verdade estivéssemos vivendo essa dinâmica senão de forma residual:

“A tese aqui apresentada é a de que a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada do processo de industrialização. [...] Nesse processo de duplo aspecto ocorre algo de muito importante, em termos clássicos: um salto qualitativo. O

crescimento quantitativo da produção econômica produziu um fenômeno qualitativo que se traduz, ele próprio, por uma problemática nova: a problemática urbana. É essencial dela tomar consciência e conhecimento para não perpetuar um erro teórico e prático; erro que consiste em pretender derivar da racionalidade empresarial, experiência da industrialização, modelos e esquemas aplicáveis à realidade urbana em formação” (Léfebvre, 2008: 80)

Essa “quantidade” que processualmente se transforma em “qualidade” é na verdade uma organicidade de todo o processo social, as coisas não acontecem de forma separada, o que não houve nos tempos históricos de nossa formação social foi essa passagem, essa transformação nas relações, na constituição dos espaços.

Houve é certo um excesso de capital circulante, porém não um capital advindo do trabalho, mas das relações comerciais. Esse capital não estava comprometido com a formação desta sociedade. A cidade de Manaus se modernizou, mas no sentido proposto por Henri Léfebvre não se urbanizou, não passou a viver a vida urbana como “qualidade” e racionalidade processuais, e cremos que isso em todos nos nossos momentos históricos.

Como estamos constantemente aludindo aos processos de formação da vida social, histórica e geográfica da cidade de Manaus, do Estado do Amazonas¹¹, para

¹¹ Por certo que temos consciência que as escalas do vivido, as relações construídas no cotidiano, nos espaços, nos territórios são totalmente diferentes em relação à cidade de Manaus e ao Estado do Amazonas, mas estamos supondo que uma não acontece sem a outra. Houve momentos na história de formação do território do Estado do Amazonas em que a cidade de Manaus pouco influenciou essa dinâmica, porém, nos momentos em que são importantes para o nosso trabalho e que estamos considerando como pontos de inflexão de nossa história urbana do Estado do Amazonas e da história da cidade de Manaus a relação entre o Estado e sua capital estavam imbricados de forma bem profunda. Os momentos que consideramos importantes e os enxergamos como quebras, rupturas dos processos de nossa formação social, e que redirecionam e recodificam nossas memórias, nossas identidades e levam nossa matriz cultural a um ponto de tangência, de limite, quase rompimento de uma ordem antiga para uma ordem nova, sem que, no entanto como dissemos na introdução – o novo esteja como potencialidade no antigo; essas condições extremas nos levam por outro lado quase à inércia às vezes, uma paralisia angustiante que depois retoma seu fluxo de eventos refazendo quase ao limite os elementos importantes, tanto institucionais quanto, e principalmente, os que são manifestados nos espaços pela vivência dos grupos, classes, pessoas; o que nos caracteriza, entretanto é que, em todos estes pontos de inflexão as ideias, as ideologias que nos refundaram, usando um termo caro a Otoni Mesquita (2009), são introduzidos e reformulados em nossa cultura por agentes externos, e aí reside nosso problema, pois não realizamos uma mescla, uma síntese, simplesmente apagamos nossas antigas formas de viver e pensar para, a partir de um dado momento, quase como uma mágica, ser outros, novos seres encantados de uma nova sociedade, como se isso fosse possível. Como não é, ficamos sempre incompletos, e, esquecemos nos ajustamos, e esquecemos novamente, e mais uma vez esquecemos, indefinidamente esquecemos.

que possamos entender as dinâmicas da formação dos discursos que explicam a cidade, seus espaços e suas relações em um determinado tempo histórico, temos que compreender quais seriam as implicações para a memória social dessas operações todas de deslocamento dos focos de construção dessa mesma memória da sociedade amazonense e manauara. Alex Fiúza de Mello no seu livro “Modo de produção mundial e processo civilizatório” faz uma síntese interessante sobre estes aspectos que estamos a questionar:

“Por funcionar o capitalismo como um modo de produção estruturado em escala *mundial*, a dinâmica das relações sociais e institucionais deixa de processar-se exclusivamente no interior dos espaços societários mais restritos (localidades, nação, região), para alcançar, na qualidade de *mercado (sistema) mundial*, contornos mais abrangentes (globais) e *desterritorializados* – como dirse-ia hoje – de sociabilidade e institucionalidade. “O desenvolvimento das forças produtivas – afirma Marx (como verdadeiro precursor da “teoria do desencaixe”, tão cara aos sociólogos da chamada “alta modernidade”) -, que implica já que a existência empírica atual dos homens *decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local*, é uma condição prática prévia absolutamente indispensável [da sociabilidade moderna] (...) Ele constitui, igualmente, uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens (...) tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que, finalmente, os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial, em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local” (Mello, 2001: 52-53)

Sendo estas as condições vivemos sempre uma contradição em Manaus. As condições estavam dadas para a participação nesse “mercado (sistema) mundial”, mas eram as condições materiais de transformação das relações no espaço transformado, modificado, modernizado, que não geravam mais as expectativas anteriores, dadas as escalas, monumentalidades, dentre outros fatores. Mas o mesmo não se deu no aspecto das culturas, da vida vivida no cotidiano, cujas relações ainda estavam submetidas à outra lógica: a da submissão da pior espécie – a negação da própria cultura.

As escolhas de como vamos construir uma determinada forma de representar nossa cultura, portanto nossas cidades, também são determinadas por formas de como os tempos e os espaços são vivenciados na vida urbana e nas cidades. Como se referiu Paul Virilio:

“A representação da cidade contemporânea, portanto, não é mais determinada pelo cerimonial da abertura das portas, o ritual das procissões, dos desfiles, a sucessão de ruas e das avenidas; a arquitetura urbana deve, a partir de agora, relacionar-se com a abertura de um “espaço-tempo tecnológico”. O *protocolo de acesso* da telemática sucede o do portão. Aos tambores das portas sucedem-se os dos bancos de dados, tambores que marcam os ritos de passagem de uma cultura técnica que avança mascarada pela materialidade de seus componentes, de suas redes, vias e redes diversas cujas tramas não mais se inscrevem no espaço de um tecido construído, mas nas sequências de uma planificação imperceptível do tempo na qual a interface homem/máquina toma o lugar das fachadas dos imóveis, das superfícies dos loteamentos...”(Virilio, 1993:10).

O pressuposto seria, e a vida cotidiana em qualquer grande cidade tem mostrado isso, de que seríamos capazes de fazer nossas escolhas, construir nossas formas de estar no “espaço-tempo tecnológico” da vida urbana habilitados para lidar com difíceis mecanismos sociais de percepção das cidades dadas as vastas opções disponíveis para todos nós no dia a dia da vida urbana. Como bem mostrou Anthony Giddens¹², cotidianamente lidamos com múltiplos “sistemas peritos” nas cidades.

¹² Anthony Giddens em seu livro “As consequências da modernidade” aponta que há um “desencaixe” dos sistemas sociais no mundo contemporâneo, ele diz “Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991:29). Com isso percebemos que a habilidade de entender as relações sociais, decodificá-las e transformá-las em estratégias a serem usadas nas relações dos grupos na vida social se tornam cada vez mais complexas e especializadas e dependentes de um domínio de linguagens muito técnicas; exagerando, um aprisionamento dentro da “gaiola de ferro” Weberiana, da ordem racional cada vez mais especializada e científica. As cidades nesse contexto vão sendo palco de cada vez mais relações e fluxos de informações e novos campos se abrem cotidianamente deixando para trás as tradições e as formas mais humanas da escala da vida social frágeis e “desencaixadas”. Anthony Giddens nos propõe, porém que há um “reencaixe” dessa ordem de tempo-espaço das relações sociais, mas aí já em outras condições, sendo esse novo tempo-espaço determinados por sistemas peritos “... o reencaixe vincula a confiança em sistemas abstratos à natureza reflexivamente móvel destes, bem como proporciona encontros e rituais que mantém a confiabilidade (...). Podemos sumarizar estes pontos como se segue: Relações de *confiança* são básicas para o distanciamento

No entanto, isso não é verdade. Não estamos de fato habilitados para tais operações. Se por um lado, de fato, em alguns países, e em muitas cidades do mundo isso acontece e se concretiza em metrô, modernos sistemas de transporte, tecnologias a serviço da vida urbana. Por outro lado, na maior parte do mundo, no entanto isso não acontece.

Se Paul Virilio tem razão em muitos aspectos, as tradições foram substituídas por outras formas de lidar com os espaços e tempos das cidades, ocorre também, que mesmo que isso tenha acontecido, e aconteceu em muitos lugares, mas não em todos; ainda temos que lidar com as diferenciações culturais e os diferentes níveis que dentro de uma mesma sociedade existem entre as classes para lidar com a informação, a transmissão dela e as tecnologias usadas nessa transmissão de informações.

Por consequência, esse ato cotidiano de guardar, lembrar, escolher e negociar em relações as mais diversas uma determinada identidade, um comportamento do grupo, ou das classes, dependerá de um conjunto de relações culturais, familiares, econômicas, espaciais e um sem número de ações sociais que se articularão para fixar, firmar o campo de lutas do dia a dia, sempre determinados pelas estratégias dos grupos para lidar com as diferenças. E aí, nesse momento do cotidiano o modo como os espaços das cidades aparecem nesse jogo social é fundamental.

Ocorre que essas estratégias são determinadas pelo lugar de classe, pelas percepções individuais dentro das classes sociais a que os indivíduos pertencem no jogo social.

Cada um, cada grupo, e todos ao fim, terão um conjunto de valores, conhecerão a memória social e as abordarão, usarão para seus benefícios e dos

tempo-espaço dilatado em associação com a modernidade; *A confiança em sistemas assume a forma de compromissos sem rosto*, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante” (Giddens, 1991: 91) O trecho de Anthony Giddens sobre as formas e regras do reencaixe é muito mais extenso, mas por ora nos interessa reter apenas estas mostradas acima. E gostaríamos de lembrar que estamos analisando a forma como a sociedade amazonense e da cidade de Manaus construíram cultural e socialmente seus comportamentos de construção da memória social de forma tão fluída e sem uma forte identidade perpassando os grupos e classes sociais.

grupos também dentro de um conjunto de regras de percepção do jogo e dos campos em que ele ocorre – no nosso caso, o espaço urbano.

Se estivermos nos referindo às memórias sociais, a um conjunto de escolhas que irão traduzir uma determinada forma de uso dos espaços das cidades, então o acesso “culto” - no sentido de informado, não no sentido de erudito, a estas informações será fundamental para uma igualdade de condições de usos e percepções sociais dos espaços das cidades. E não é isso que se dá na maioria das cidades, e Manaus entre elas.

As cidades já foram em momentos diversos da história um lugar das relações onde os homens podiam apreender todas as regras de seus usos, de suas funções, especialmente as econômicas. Essas regras e usos inclusive determinando os acessos e direitos dos cidadãos aos espaços urbanos. Se diferenças havia, todos conheciam as regras, pois o jogo se dava em uma escala espacial e de tempo à medida da humanidade de cada um¹³.

¹³ Poderíamos citar alguns autores que especialmente trabalharam com estes temas do processo de transformação da vida social nas cidades e até da formação de uma determinada cultura das cidades e nas cidades que geraram processos mais amplos civilizacionais mesmo, com o surgimento do Direito e das Leis, dos comportamentos cidadãos, dos valores culturais, filosóficos e de dever e honra com a humanidade das relações, um ordenamento que gerou todo um conjunto de comportamentos que perdurou até quase mundo capitalista e que teve no Renascimento uma manifestação muito clara de especialização das cidades para as artes e para o comércio, com o mecenato e a produção da vida social coletiva baseada na escala das relações entre cidades. Autores como Fustel de Coulanges com o seu “A Cidade Antiga” que ao descrever o aparecimento das relações religiosas e míticas dos homens greco-romanos vai aos poucos montando a descrição dos processos de transformação das relações entre os homens, na família, na vida pública, na política (Coulanges, 1981); em outra escala de construção do pensamento Werner Jaeger com “Paidéia – A formação do Homem Grego” constrói um longo painel de como a partir das Leis de costumes e honra as tribos Nômades e seminômades foram se civilizando através da Educação dos Homens, sendo a educação o processo da formação da própria cultura, a partir das guerras e do comércio até a formação do mundo clássico das Cidades Estado (Jaeger, 1994). Um autor mais recente que tem um interessante livro sobre o mesmo assunto é Richard Sennet com “Carne e Pedra – O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental”. Em uma interessante resenha deste livro Emir Sader resume: “Nada estranho então que Richard Sennet, que se dedicara ao tema da crise da esfera pública, tenha dado continuidade às suas análises com um livro que se volta para a cidade. Em “A Decadência do Homem Público”, analisava a aparição da vida pública em Paris e Londres, durante a década de 1750, num momento de florescimento da burguesia, quando as delimitações entre as esferas pública e privada vão ganhando contornos mais definidos. A primeira grande crise dessas relações é estudada por ele nas décadas de 1840 e 1890, quando se transformam as imagens do corpo, as pautas da linguagem, o homem-como-ator, as teorias da expressão em público e as condições materiais da cidade” (Sader, 2011). No livro Sennet busca compreender como as transformações das relações dos homens com os espaços das cidades fizeram surgir determinados tipos de comportamentos aptos à individualidade extrema e abandono das relações mais coletivas, uma valorização do indivíduo em detrimento do coletivo. (Sennet, 2008)

Os outros eram os outros e não pertenciam aos nossos espaços. Construíam lá e não cá outras formas de jogar as regras da vida social em outras cidades. As similaridades (e as diferenças) das regras do jogo faziam os homens entenderem e valorizarem seus espaços, suas cidades e daí suas culturas e lhes davam padrões de conhecimento e valorização gravada na memória social; os tornavam pertencentes a um lugar. Novamente Paul Virilio nos alerta que:

“... “Em política, diferentemente da física, percepções são fatos” escreveu Lionel S. Johns(...) Quem negaria hoje que a PÓLIS, que emprestou sua etimologia à palavra POLÍTICA, pertença ao domínio dos fatos? Se, de agora em diante, pode-se vislumbrar tão facilmente o desaparecimento das cidades na estratégia nuclear anticidade ou na reorganização pós-industrial é porque há quatro décadas a imagem da cidade esfumou-se e dissipou-se a ponto de, hoje, não ser nada mais do que uma lembrança, uma rememoração da unidade de vizinhança, unidade esta que vem sofrendo continuamente os efeitos da mutação dos meios de comunicação de massa, enquanto não desaparece no êxodo pós-industrial, no exílio de um desemprego estrutural causado pela robotização, o reino soberano das máquinas de transferência” (Virilio, 1993: 22).

Essas percepções teóricas e políticas de qual é o papel das cidades no mundo de hoje, e de quais são as formas de perceber a arquitetura, as morfologias das cidades, temas do Arquiteto Paul Virilio; por certo já sofreram transformações desde a época em que Virilio escreveu seu livro “O Espaço Crítico”. Aprofundaram-se as crises da percepção de como a economia, o trabalho, as relações dentro da ordem de organização da vida nas cidades no capitalismo, por exemplo, vem a influenciar as estratégias dos grupos dentro da dinâmica urbana.

Há uma discussão muito interessante e que apesar de datada pode nos ajudar a compreender as implicações dessa crise de percepção, das classes, dos grupos e pessoas que estão com suas vidas inseridas nas escalas e no âmbito das cidades. Como será que as classes, as elites, conseguem avaliar, se é que o fazem, as transformações por que passam, quando acontecem estas transformações, uma determinada configuração dos tempos e dos espaços de representação do vivido? E as transformações do próprio conjunto de relações mesmo, como prática social,

quando mudam radicalmente são refletidas na sociedade de que forma? Estas questões, ao fim, nos fazem entender nosso objeto que advém de uma construção incompleta e de uma análise superficial do vivido na cidade de Manaus dentro de um tempo específico dessa vida social.

Segundo Emília Viotti da Costa, no seu clássico texto “A dialética invertida: 1960-1990” (Costa, 1994) há desde os anos 1960 uma discussão sobre os níveis de profundidade com que os agentes históricos e sociais se apropriam da percepção do que vivem do modo como refletem sobre os discursos explicativos da vida social. Ela vai ressaltar que há uma constante “tensão” entre as categorias de “liberdade” e “necessidade” dentro da dialética.

Em função desse conflito, dessa oposição os agentes históricos e sociais “ora enfatizam o papel do sujeito com suas subjetividades”, em outros momentos “enfatizam o papel das forças históricas”. Nas ciências humanas e em especial na historiografia há um “deslizamento progressivo de um momento estruturalista que privilegiava a necessidade para um momento anti-estruturalista que dava ênfase na liberdade” (Costa, 1994:10).

Estamos supondo que essa percepção das classes, dos nossos “agentes históricos” é lida de formas diferentes pelas duas percepções das correntes teóricas, pois que as duas, segundo Emília Viotti da Costa são “reductoras” da realidade. E isso é importante porque estamos conduzindo o entendimento a partir de um conjunto de circunstâncias históricas que tem a ver com essa discussão: o trabalho, a linguagem e um erro de percepção das elites de como os valores poderiam difundir e conduzir uma determinada forma de viver em sociedade, mas que na verdade era um engano; a confusão entre modernidade e capitalismo, então precisamos para compreender estas relações e o produto delas nos espaços da cidade de Manaus e nos discursos e manifestações que daí são gestadas para compreender essas diferenças (Costa, 1994).

A liberdade e a necessidade podem ser vistas dentro de uma mesma linha de tempo, produzida nos espaços, com um ir e vir constante, com avanços e recuos, e que as perspectivas teóricas que se vão construindo de acordo com as

transformações das estruturas mentais, dos imaginários e das culturas dos grupos frente às condicionantes dos sistemas que estruturam a produção.

Funcionalista? Porém, sem que tenhamos esta percepção não compreendemos as contradições e iremos ler o processo como uma dualidade. A necessidade que gera um determinado arranjo e a liberdade que questiona esse arranjo que se formou, mas que na verdade é um processo de ir e vir, com absorções mútuas quando diferentes grupos, de culturas diferentes se encontram nos campos de batalha de suas histórias e geografias.

Muitas vezes, os processos se misturam, mas vencem uns e submetem os perdedores, que se transformam e absorvem os valores, as superestruturas dos dominantes. Daí gera todo um debate sobre se as classes menos favorecidas produzem ou não uma cultura, um discurso próprio, ou mesclam o seu discurso a partir da junção, da soma, do acréscimo de outros discursos com os seus?

Se de um lado, as posições teóricas estavam, a partir da Europa e Estados Unidos, consolidando formas de ver o mundo que apesar de grandes construções teóricas não aprofundam para além das posições de princípios as questões que a periferia viveu e vive ainda hoje, então nos perguntamos se de fato apesar da insegurança de que estejamos também construindo uma leitura datada, a partir de categorias já questionadas e já criticadas, para entender um processo ainda vivo.

Preferimos o risco da crítica, mas entendemos o processo da vida social de Manaus entre as décadas de 1910 e 1970 deve ser analisado a partir desse ponto de partida. Pode ser que as formas e os recortes teóricos sejam como o passado, como roupas que não nos servem mais, mas o vivido traz como resultado as mesmas explorações desse mesmo passado. A historiadora aprofunda a discussão refletindo que:

“Quando eu ouço Michelle Perrot, uma das historiadoras de vanguarda na França, dizer numa entrevista que a sociedade pós-moderna é uma sociedade em que as possibilidades de expressividade individual se multiplicaram, que o impacto do sistema político e os modelos culturais têm sido exagerados e que afinal de

contas as pessoas ainda têm sua vida privada, que suas faculdades críticas são cada vez mais desenvolvidas porque um maior número de pessoas são educadas, eu me pergunto se de fato essa observação se aplica às camadas populares tanto nos países periféricos quanto no centro. Mas quando Perrot afirma que a sociedade pós-moderna é uma sociedade em que as pessoas têm um respeito muito maior pelas outras, eu me pergunto em que mundo ela tem vivido. Racismo, tortura, massacres de lideranças, guerrilhas, esquadrão da morte, problemas de sobrevivência que afetam o dia-a-dia de homens e mulheres das periferias, a violência do cotidiano, a manipulação da mídia, esses e tantos outros problemas que são o dia-a-dia de milhares de pessoas nas periferias do mundo não parecem ter entrado no universo de Michelle Perrot e de muitos outros intelectuais de vanguarda dos países desenvolvidos. Visto da periferia, o narcisismo celebratório e as formas de militância dessa nova vanguarda europeia que ignora o que se passa nos confins de suas ex-colônias parecem suspeitos e isso me leva a indagar da validade de categorias interpretativas nascidas de uma experiência tão diversa e a perguntar-me até que ponto elas são úteis para entender nossa realidade. Com isso não quero dizer que se deva descartá-las, mas sim, que é necessário manter-se uma postura crítica em relação a elas” (Costa, 1994: 23-24).

Essa percepção de Emília Viotti da Costa é interessante porque ao fim, quando percebemos o processo histórico e a geografia dos espaços daí gerados, as escalas, os territórios, as territorialidades que foram produto dessas vivências da exploração e da vida consumida em desigualdades de renda, em trabalho não valorizado, na renda que se restringe e atinge apenas determinados segmentos da sociedade, vamos ver a final, que esse quadro se repete; e ainda que Karl Marx tenha se referido a outro processo, aqui cabe questionar se ele não tinha muita razão quando afirmou que a “história se repete...”.

Um pouco mais adiante, a autora vai complementar a análise que nos dá muitas pistas para entender o problema e como relacionar estas formas centrais “europeias e americanas” de construir uma análise teórica do mundo contemporâneo, com as formas periféricas de elaboração dos discursos teóricos, ou das elites locais – já então periferia de um país periférico como o Brasil; sobre a própria situação de nossas condições locais de reprodução das forças de produção frente ao poder e influência das elites e intelectuais do que seriam os lugares centrais de nossa sociedade:

“Durante anos, a polarização leste/oeste tornou difícil uma avaliação crítica das posições e contribuiu para a formação de uma ortodoxia dissociada das transformações que ocorriam no mundo. É dentro desse contexto que as gerações mais novas buscaram novas formas de ação política e a historiografia européia buscou novos caminhos, repudiando as categorias tradicionais nascidas de uma realidade diversa. Mas esse é apenas um lado da história. O outro é muito mais difícil de se analisar e tem a ver com a internacionalização da economia, a industrialização das periferias e o consequente processo de industrialização que ocorreu no centro; a adoção de técnicas industriais novas que economizam mão de obra resultando na diminuição do proletariado nos países centrais do mundo capitalista; o crescimento do terciário, a presença de um número crescente de trabalhadores migratórios (italianos, portugueses e espanhóis, por exemplo, na França e na Alemanha) e a melhoria das condições de vida de certos setores do proletariado a expensas de outros (brancos versus pretos, nos Estados Unidos, nacionais versus estrangeiros na Inglaterra, França ou Alemanha) e a consequente multiplicação de conflitos étnicos que dificultam a coesão de classe; a expansão do setor informal (no qual os trabalhadores não têm nem poder nem direitos); o extraordinário aumento da participação da mulher na força de trabalho (gerando novos problemas na esfera doméstica e levando ao questionamento das noções tradicionais sobre a classe operária e a rebelião feminista); a adoção por parte dos industriais de novas técnicas de controle de mão de obra com a renovação de *putting out systems* característicos das primeiras fases do movimento industrial e o inevitável isolamento das trabalhadoras; as transformações do padrão residencial com o desaparecimento de bairros exclusivamente operários dificultando o desenvolvimento de uma consciência proletária; as mudanças nas práticas de lazer, a crescente importância da mídia e o consequente isolamento dos indivíduos; e, finalmente, a generalização do consumismo que intensifica a tensão entre privação e desejo e enfatiza o individual às expensas do social, tudo isso tem forçado a redefinição da prática e da teoria, da política e da historiografia. É dentro desse quadro, extremamente complexo e que varia de uma sociedade para outra, que se constituiu a nova história” (Costa, 1994: 24-25).

A partir destes comentários e dessa lúcida síntese de Emília Viotti da Costa, temos diante de nossos olhos o quadro histórico da cidade de Manaus sendo analisado e compreendido pelas tensões geradas de todas estas relações que estão acima descritas. Guardadas as devidas distâncias e um descompasso de escala do tempo histórico, dos espaços e da produção de um discurso hegemônico, que explicaria tudo isso, as relações, o poder e as posições políticas que são gerados dentro e a partir desse processo, mesmo com diferenças dos momentos vividos pelo capitalismo ao nível mundial e a consequências desse processo no Amazonas e em

Manaus, vemos que é possível fazer o recorte teórico usando as categorias de análise que foram escolhidas. É possível inclusive realizar correções em nossas próprias percepções e ver os limites que as posições dos autores apresentam.

Se o chamado “desemprego estrutural” se deu em princípio apenas por causa da “robotização”; aconteceu no desenvolvimento e reestruturação do capitalismo e que o próprio trabalho em si assumiu outras versões, e causou um desemprego em função das características da formação e perfil dos trabalhadores, desemprego com empregos sobrando¹⁴ em proporções maiores do que a idéia do exército de reserva de Karl Marx.

É fato também que as transformações das relações de produção no que diz respeito ao papel do trabalho no processo produtivo do capitalismo, e ao fim, no papel da reprodução e valorização dos espaços urbanos, fragilizando ideologicamente o papel que os espaços sempre tiveram na construção e constituição das identidades de classe; e como nos mostra David Harvey:

“No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo e se divide pela língua, política orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio dos quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores

¹⁴ Em seu livro “O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital”, André Gorz relaciona e analisa as novas formas de organização e caracterização do trabalho no mundo capitalista. Ele anota logo no primeiro capítulo que “Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital Inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que, desde Adam Smith, era considerado como fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidade de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não podem mais se aplicar” (Gorz, 2005:15). Ora, esse trabalho, nas novas formas de organização da produção transformaram fortemente a própria organização espacial dos meios materiais de produção capitalista, e como consequência a organização das funções urbanas das cidades, especializando as informações e os trabalhadores e tornando desigual de forma mais profunda ainda as relações entre as classes. Por isso, a informação, a educação e os meios de transmissão desses valores imateriais foram tornados inacessíveis aos trabalhadores.

privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição. A história da acumulação primitiva implicou a produção de títulos de superioridade “natural” e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado (a Revolução Francesa e Estadunidense). Ao longo de sua história, o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações, e os próprios trabalhadores lutam para definir meios de ação coletiva que muitas vezes se defrontam com os limites das identidades étnicas, religiosas, raciais ou de gênero” (Harvey, 2011: 57-58).

Além de nos permitir uma percepção clara da dinâmica social desse elemento fundamental do(s) modos de arranjo da produção dentro do capitalismo, no que diz respeito ao caráter humano, cultural; David Harvey nos remete historicamente também ao fato de que, ainda que existam diferentes formatações técnicas para lidar com o fator trabalho, temos também que o trabalho é importante para os arranjos sociais das diferenciações de classe, numa “competição” formatada pelas classes hegemônicas não apenas nos níveis dos discursos que organizam a ação em si, mas também nas formas ideológicas de “fragmentar” uma dada percepção do lugar de classe. Quase sempre, na história do capitalismo isso ocorreu nas cidades.

O que entendemos como importante destas percepções para o nosso argumento é que, ao longo da história urbana da cidade de Manaus, da própria história social da ocupação do Amazonas e da Amazônia, e da história da cidade de Manaus, percebida em suas relações com estas escalas mais abrangentes; o trabalho, como categoria de análise, e que como práxis, reputamos como elemento fundamental do painel de formação das sociedades, de seus modos de produção, sempre foi, em nosso caso, um dos frágeis elos dessa corrente.

Sempre estivemos com relação às variáveis mais importantes dessa equação em posição desfavorável e desequilibrada. O trabalho, e, portanto, a igualdade entre os homens ante a cidadania, a Polis, no sentido de lembrado por Paul Virilio – aquele que empresta sentido à Política; estiveram sempre como variável dependente da equação. Essa fragilidade nos negou ao longo de nossa história possibilidades de emprestar à construção social das vidas, dos homens, das classes

sociais em Manaus e no Amazonas outro significado que não apenas o da dependência.

Não conseguimos desenvolver, como sociedade, através de uma atitude política, cidadã, em que o trabalho tem uma importância fundamental para criar uma cultura de participação; os requisitos necessários em termos do desenvolvimento das estruturais materiais e mentais dos grupos sociais em Manaus um campo da vida política, econômica, e das formas de organização urbana dessa vida - com os elementos que tornam a vida urbana outro estágio do que meramente a vida nas cidades; que nos levasse a valorizar atitudes, práticas, conhecimentos e informações que fossem transmitidas de geração em geração contribuindo para criar uma práxis mais assertiva com um amplo conhecimento dos deveres e direitos de cidadãos.

Os motivos são vários, desde a forma como foram construídas as relações de mando, de poder, das próprias relações entre o Estado Português e depois Estado Nacional e as classes dominantes no Amazonas. Depois em outro momento histórico mais recente de nossa história, já éramos dependentes de governos centrais e de políticas públicas e não sabemos mais nos libertar dessa quantidade enorme de possibilidades que nos oferecem cotidianamente e nos esquecemos de criar as nossas.

A fragilidade das construções de um conjunto de valores que ajudem aos membros da sociedade a perceber-se como partícipes de um projeto de sociedade, de suas negociações entre classes, e das atitudes e projetos das elites políticas, administrativas que responderão as estas demandas de acordo com as circunstâncias históricas da formação e constituição dos jogos de forças que vão estar presentes todo o tempo; inclusive com estes interesses manifestados nos territórios e nos espaços, nas flutuações da propriedade privada da terra, quando se transformam em valor de troca.

Ocorre que em Manaus, isso não se deu sempre dessa forma. O processo aconteceu aos saltos, sem que no espaço local, nos lugares em que se representavam as cenas dos jogos de poder, fossem de fato ali decididos o poder e o domínio sobre estes mesmos produtos gerados pelo vivido.

Na escala do lugar por certo que esse jogo existiu e gerou poder; mas, como o Estado Português sempre esteve presente com suas elites e as benesses a elas concedidas por obra e desejo da Corte¹⁵ que influenciaram de forma bastante clara a força que cada uma das elites locais teve em relação à Corte, em cada Província, e imaginamos que as Províncias do Norte foram menos favorecidas que as de outras regiões do Brasil nesse processo.

Essa situação demonstra que no Brasil como um todo esse jogo de forças aconteceu, com um balanço nem sempre equilibrado entre as forças políticas em cena. A economista Maria da Conceição Tavares em uma divertida entrevista concedida à Revista Praga em 1997 comenta os traços dessa luta de formação das relações de poder no Brasil e das lutas políticas das elites intelectuais dos movimentos políticos de direita quanto às de esquerda no espectro político do país. Ela comenta que:

“Os intelectuais de esquerda brasileiros em geral colocam como hipóteses excludentes a nação e a classe. Sempre me espanta que não se compreenda que existem as duas coisas. Para explicar isso aos meus alunos, inventei uma imagem: um círculo – o estado nacional – dividido ao meio. Na parte de cima estão os nacionalistas, de esquerda e de direita, e em baixo, a luta dos oprimidos, também de esquerda e de direita, pois os populistas de esquerda aparecem do lado dos oprimidos. Sem isso não se entende Vargas, não se entende nada. [...] Essa luta é posta pela filosofia, pelo direito, mas em situações específicas em que os opressores manipulam o direito de acordo com seus interesses, assim como o fizeram com a mercadoria força de trabalho, ao converter valor de uso em valor de troca. Quando o desemprego aumenta, os direitos civis e sociais regridem aproximamo-nos perigosamente da barbárie tecnológica. A

¹⁵ Mais adiante na Parte 2, sobre a ocupação da Amazônia, da formação territorial do Amazonas e da influência que teve a cidade de Manaus sobre este processo e como foi influenciada por ele, vamos mostrar através do belo livro de Rodrigo Ricupero (2009) “A Formação da elite colonial – Brasil c.1530 – c.1630” onde o autor vai trabalhar com uma interessante ideia de que no processo de formação do território e da estrutura burocrática do Brasil, os diferentes soberanos de Portugal, em todos os momentos deste processo, lançaram mão da iniciativa de seus súditos mais abastados para concretizar suas políticas de ocupação e defesa desse território em troca de benesses tanto materiais quanto simbólicas na forma de títulos de nobreza, dentre outros. Ocorre que em uma escala de importância que não existia de fato, mas era compreendida por todos como uma linguagem de poder, da proximidade ou não dos súditos com o Rei e seus funcionários mais próximos, as Províncias do Norte, à exceção do Maranhão, não valiam muito dentro dessa hierarquia baseada na tradição e reconhecimento do Rei, então poucos se interessavam em investir recursos nessas províncias pois as benesses eram ínfimas e os títulos sem valor.

manipulação da mídia e a fetichização dos direitos não contribuem em nada para ampliar “os direitos universais” pelos quais lutaram tantas gerações” (Tavares, 1997: 14).

Interessante e original, ainda que passível de críticas, pois nos parece um tanto reducionista perceber a complexa realidade brasileira em termos de oposição entre a opressão e as classes dominantes. No Brasil, a realidade é mais complexa que apenas as duas divisões da imagem do “círculo” proposto por Maria da Conceição Tavares, no entanto, essas diferenciações e subdivisões das classes, os estamentos em uma visão Weberiana, mais próxima de Florestan Fernandes¹⁶ (1960, 1965 e 2010) e Raymundo Faoro (2001) que existem e atuam nesse jogo de forças da sociedade brasileira na verdade seguem um pouco mesmo um esquema simplista, como dizia o também economista Ignácio Rangel “No Brasil as esquerdas pensam o país e as direitas o executam e ninguém consegue explicar essa contradição”.

As matrizes teóricas de Maria da Conceição Tavares eram múltiplas e variadas, o método é que lhe permitia transitar por leituras mais profundas. Como era formada em matemática e estatística e depois complementa sua formação em economia; ela vai aos números e daí extrai além de quantidades uma análise qualitativa das realidades brasileiras, e depois, já no Brasil, ao chegar no ano da morte de Getúlio Vargas tenta entender tudo o que acontecia lendo os clássicos do pensamento brasileiro depara-se com situações que lhe instigaram a ir mais adiante para entender as matrizes da desigualdade brasileira, a questão das elites, a questão da economia, das matrizes de organização da Burocracia e do Estado, dentre outros temas. Ela se refere a esta fase:

¹⁶ Na verdade o exercício teórico de elucidação das realidades e das contradições brasileiras por parte de Florestan Fernandes são muito mais complexas ainda. Os recortes teóricos e metodológicos realizados pelo sociólogo paulista eram extremamente refinadas e ele conseguia fazer uma síntese muito erudita de Karl Marx e Max Weber, fazendo-os dialogar, fato por si só impressionante ainda mais levando-se em consideração o fato de que suas elaborações transitavam por objetos eminentemente históricos, cujas fontes eram indiretas, como no caso do estudo sobre os Tupinambás e outros que eram leitura do próprio momento em que vivia a sociedade brasileira como a inserção dos negros na sociedade do Brasil contemporâneo.

“Quando saí de Portugal, em 1954, os problemas lá eram democracia, humanismo, terror. Já no Brasil, eram a injustiça social, o atraso e a presença do imperialismo. Quando entrei para o BNDE, aluna de economia ainda – ao fazer um estudo matemático sobre a distribuição de renda -, deparei-me com as estatísticas: esse país é uma desigualdade só. E ainda têm os desequilíbrios regionais, as origens históricas” (Tavares, 1997: 05).

Esses pontos são importantes para que entendamos que essa realidade que se construiu em cima de desigualdades históricas, regionais, de organização da vida social de forma repetitiva, renitente, e que geraram “desigualdades regionais” que são graves até hoje e que tem uma origem histórica não apenas no modelo de capitalismo que se instala no país, mas em um arcabouço da própria constituição da arrumação das elites no poder, na forma com as opções pela criação e funcionamento e uso das regras da burocracia, aqui adaptadas não nos moldes das superestruturas do capitalismo, mas, apesar de obedecendo a elas, como princípio, incorporadas muitas vezes de forma invertida, em uma dialética muito particular do Brasil.

Isso nos interessa, pois se não tivermos essa percepção, repetimos os mecanismos metodológicos e teóricos de ler o Brasil a partir de um olhar invertido, como achamos aconteceu com todas as leituras da cidade de Manaus no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1970.

Traduzindo em outra escala o que estamos discutindo sobre os motivos do esquecimento de tão longos anos de história de uma cidade, fosse pela fragilidade da formação dos discursos, fosse pelas feudais relações de trabalho ou mesmo pela posição subalterna das elites quando criam um discurso explicativo da vida social e sua confusão nesse discurso entre modernidade e capitalismo, em outro trecho Maria da Conceição Tavares refere-se à outra percepção das mesmas lutas, nas maiores abrangências de tempo e espaço, e nas menores nas caracterizações de cada realidade social específica, escala maior de análise, mas que nos serve para compreender nossa realidade:

“Como a luta de classes não se dá em abstrato, não é um universal como a mercadoria, a esquerda está confusa, com medo dos nacionalismos regressivos, dos fascismos à moda da Europa nos anos 20 e 30. Como nós não somos europeus (e tampouco os asiáticos), os terrores que esperam, evidentemente não são esses. [...] Um universal, a mercadoria, serve para explicar a expansão do modo de produção que está aí há pelo menos quinhentos anos. Quando começou a mundialização? A economia-mundo que o Braudel descreve – o mediterrâneo, as repúblicas italianas e suas relações com o norte da Europa – era muito pequena. Depois os portugueses, os espanhóis os holandeses ampliaram “o mercado”. Agora, parece que, sob a égide dos americanos chegamos ao mundo. [...] Já o outro “universal”, o direito, pelo contrário, é determinado espacialmente, através da democratização do Estado. Apesar da tentativa atual de generalizar o direito individual e o direito mercantil, do ponto de vista dos oprimidos o universal não é esse. Direito aqui é o modo como reage cada sociedade, no seu espaço político de organização, com sua filosofia política histórica, de acordo com sua capacidade de luta. É evidente que o capital (como a burguesia) é internacional, mais ainda não está provado que o proletariado e a luta de classes sejam “universais”. Para os excluídos a luta pelos direitos é ainda mais longa” (Tavares, 1997: 14-15).

Se estivermos discutindo o trabalho e o modo como estas fragilidades das relações que a partir dessa relação social seminal para a formação das consciências de classe, de transposição dos indivíduos de uma percepção isolada do mundo para o mundo do social, então nosso lugar está em uma posição com alguma gravidade.

Se de todo modo as nossas relações que em busca do que seriam os “direitos universais” de reconhecimento de suas demandas, lutas e principalmente os direitos a ter a igualdade, e isso não aconteceu em nenhum dos momentos históricos de formação do Estado do Amazonas, no processo de crescimento, tanto de importância quanto o próprio crescimento e transformação física da cidade de Manaus dentro deste processo maior do Estado do Amazonas, então, as nossas formas populares, dos oprimidos de comunicar o mundo, de percebê-lo inclusive para comunica-lo estão comprometidas. Estiveram e estão comprometidas por uma elite que não teve em nenhum momento uma identidade construída nestes embates.

Fomos crescendo, construindo relações e estas estavam atreladas ou a um tempo sem tempo do efêmero ou a uma posição aventureira em que sempre o provisório esteve a determinar as relações.

Se for verdadeiro o modo como entendemos nossa história, nos períodos e nas caracterizações dos períodos, então tudo ficou mais grave ainda dada às circunstâncias da nossa dependência sempre presente em relação ao externo, ao exógeno, fossem ideias, fossem discursos, fossem modelos de sociedade.

Copiamos sempre e muito, e a cada momento em que nossos processos passaram por fortes períodos de crise e transformação, sempre causados pelo sistema social mais amplo, nas escalas da economia nacional ou internacional – que identificamos como pontos de inflexão de nossa história social¹⁷, que em nossa opinião forma quatro destes momentos; tivemos que nos reinventar, de nos construir de novo e isso nos enfraqueceu mais ainda como sociedade¹⁸.

¹⁷ Identificamos quatro momentos que consideramos como pontos de inflexão de nossa história social na Amazônia; no Amazonas e em Manaus. Três destes momentos são anteriores ao nosso período de tempo estudado neste trabalho e um deles é posterior e que são: 1) O Governo do Marquês de Pombal que com suas políticas específicas para o ordenamento da vida social na Amazônia transforma na base as estruturas de poder locais por volta de meados do século XVIII; desestruturando uma primária mas existente base de produção agrícola baseada na escravidão indígena pelos Jesuítas (Furtado, 2009: 199) 2) Em meados do século XIX com a consolidação de Manaus como a capital da Província do Amazonas e o início da exploração da borracha – incipiente nos primeiros vinte e cinco anos, que vai durar de forma mais organizada de 1870 até 1910 mais ou menos há uma transformação das estruturas burocráticas do Estado Português na Amazônia; 3) Após o ciclo da borracha cujo declínio ocorreu durante a década de 1910 começa um longo período que vai até finais dos anos 1960 e primeiros anos da década de 1970 do século XX, que estamos considerando como um período de transformação inclusive das relações econômicas de Manaus com o interior do Estado do Amazonas e também de transformação da vida social na cidade de Manaus e que é nosso recorte de tempo analisado nesse trabalho; 4) Período posterior aos anos iniciais da década de 1970 e que dura até os dias de hoje esse último período a cidade de Manaus passa por fortes momentos de concentração, atração e polarização da vida social, econômica do Estado do Amazonas e esse período criam-se as condições para o desenvolvimento do que chamamos de “a desigualdade como um modo de vida”. Cada período pode ser entendido como um ponto de inflexão dadas às circunstâncias do aprofundamento das crises e tentativas de transformação da vida social na busca pelo novo, por novas ordens de organização da produção.

¹⁸ Em um artigo sobre “A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço”, Cristovão Fernandes Duarte (2006) constrói logo no início a relação conceitual entre as “continuidades e discontinuidades” e nos mostra que apenas do ponto de vista dos conceitos se poderia “... justificar uma oposição conceitual entre os termos ruptura e permanência. Ruptura indica uma discontinuidade, uma mudança súbita de orientação no curso previsível dos acontecimentos, um corte com relação ao conjunto de valores e expectativas estabelecidos numa determinada época, acompanhado de um salto em direção a uma nova conjuntura, a ser instituída a partir da superação da conjuntura precedente. Em todos os casos, é sempre sobre o pano de fundo das permanências, isto é, sobre o eixo temporal da continuidade dos processos estudados, que se pode pretender identificar e assinalar as rupturas. Uma não existe sem a outra: dialeticamente unidas, ruptura e permanência constituem um mesmo movimento, através do qual se opera a transformação dos processos em curso e que equivale, em última análise, ao próprio movimento da História. [...] Os períodos de transição nos ajudam a clarificar a interdependência estabelecida entre ruptura e permanência. Em tais períodos, experimentamos a sensação de viver em dois mundos simultâneos. Trata-se da transição entre o que já foi e o que ainda não é. Aquilo que se encontra em processo de superação, se opõe e resiste ao novo que se anuncia. Ao mesmo tempo, é a partir do velho que são engendradas as condições

Em outro livro sobre o tema trabalho, André Gorz mostra os motivos pelos quais em geral isso acontece no mundo contemporâneo. As lutas de classe, as novas formas de organização do trabalho e as demandas atendidas ou não das classes sociais são negociações e dinâmicas intensamente influenciadas pelas novas formas de organização da vida social no trabalho e suas substituições e transformações do lugar que cada classe ocupa no mundo do consumo, da velocidade:

“A divisão do trabalho permitiu, graças à especialização das tarefas, a mobilização de quantidades imensas de saber na escala da sociedade. Esta a fonte da rapidez das evoluções técnicas, da potência do aparelho produtivo e da riqueza das sociedades industrializadas. (...) Mas, da massa crescente de saberes mobilizados, cada indivíduo só domina uma ínfima parte. A cultura do trabalho, fragmentada em mil estilhaços de saber especializado, vê-se assim isolada da cultura do cotidiano. Os saberes profissionais não fornecem nem as balizas, nem os critérios que permitiriam aos indivíduos imprimir um sentido, orientar o curso do mundo, nele orientar-se. Descentrados de si mesmos pelo caráter unidimensional de suas tarefas e de seus saberes, violentados em sua existência corporal, devem viver em um ambiente em vias de dispersão e fragmentação contínuas, entregues à agressão megatecnológica. Esse mundo, impossível de ser unificado pela experiência vivida, não é mais do que uma dolorosa ausência do mundo vivido. A vida cotidiana estilhaçou-se em paragens de tempos e espaços isolados uns dos outros, uma sucessão de solicitações agressivas e excessivas, tempos mortos e atividades rotineiras. A esta fragmentação renitente à integração do vivido corresponde uma (não)cultura do cotidiano, feita de sensações fortes, modas efêmeras, divertimentos espetaculares e informações também fragmentárias” (Gorz, 2003: 93-94).

necessárias para a sua superação. Na superação, por sua vez, o que é superado não é eliminado de uma vez por todas, mas conservado no processo de transformação. Por isso é tão difícil assinalar sobre um eixo cronológico a data precisa em que se processou uma determinada ruptura. Pois, como no diz Lefebvre (1983: 231), superação implica, também, numa espécie de retorno ao passado que é, em cada etapa do desenvolvimento, reencontrado, mas superado e por isso mesmo aprofundado, liberado de suas limitações” (Duarte, 2006: 27-28). Estes momentos de inflexão, portanto de ruptura a que nos referimos na nota anterior por certo que estão dentro dessa dinâmica de leitura dos processos de transformação das ordem de produção, porém acrescentaríamos que esse movimento dialético de conter e estar contido da vida social, dos meios e formas de perceber a produção, no Amazonas e em Manaus sofrem um abalo significativo porque o que era o momento anterior é simplesmente desconsiderado, esquecido, e não serve de padrão para dali gerar o próximo momento, há simplesmente um processo de negação do passado, não buscamos nos reencontrar com ele, queremos superá-lo como se ele não tivesse existido, que é óbvio não é possível, por isso esse constante sentimento de incompletude em nossa formação social.

As tecnologias, as novas formas de organização da vida social a partir de novas regras de convivência dos homens com as máquinas, suas normas, sua ciência, os estatutos que gerenciam inclusive as distribuições de poder no espaço, e principalmente, suas linguagens, geraram diferentes respostas às demandas das sociedades que se adaptou a estas novidades e as usou para criar novas formas de exploração do trabalho e alienação dos corpos e das mentes dos homens.

A fragmentação do mundo, dos espaços, da vida social, normatizaram de forma excludente os que por algum motivo não conseguem decodificar os novos discursos sem ter a chance inclusive de usar as novas falas sociais a seu favor. O discurso explicativo do mundo, da velocidade do tempo das máquinas, das tecnologias teve, no entanto, um impacto diferente em cada uma das sociedades, considerando-se as especificidades culturais, mas principalmente o acesso que as sociedades tiveram e tem às tecnologias, os métodos e as linguagens científicas e às próprias máquinas em si, para operar o sistema.

Os momentos históricos tiveram diferentes consequências em Manaus em relação às formas como essa sociedade se constituiu dentro das relações com o espaço, com o lugar que o trabalho e as atividades materiais vividas nos espaços da cidade aconteciam. Períodos diferentes e diferentes desenvolvimentos das relações de produção nos espaços fizeram acontecer em Manaus. Temas complexos que não iremos desenvolver, mas que nos servem de base para o entendimento e explicação de nossas ausências, de nossos esquecimentos. Faremos nesse trabalho como o sábio conselho de Friedrich Nietzsche (Nietzsche, apud Latour, 1994: 17): “Nietzsche dizia, sobre os grandes problemas, que eram como banhos frios: é preciso entrar rápido e sair da mesma forma”.

Os problemas até o momento apontados na percepção das cidades pelos seus agentes, por quem as vivencia e as descreve e inscreve dentro de uma determinada forma de manifestar estas emoções, estes dados, da vida urbana; artistas, ensaístas, literatos, arquitetos, geógrafos, dentre outros são importantes e não podem ser analisados de forma isolada.

No caso da cidade de Manaus em que estas ações são perpassadas todo o tempo por fragilidades inerentes ao “lugar simbólico” de onde partem as falas dos

que vivenciam cotidianamente estas identidades e memórias; a articulação entre o modo como os indivíduos pensam sua existência e as vivenciam é muito importante.

As ações dos grupos que não são hegemônicos, em muitos casos influenciados pelas elites locais e nacionais, ali nos campos sociais onde as práticas, localizam-se e se concretizam em um lugar subalterno.

Este fato vem a influenciar outro aspecto muito importante dos processos de construção das memórias e identidades sociais: o discurso político e o discurso do imaginário social construídos para explicar e contar a cidade, ou seja, “a prosa do mundo”.

O próprio ato de nominar as coisas, dar nome aos espaços e aos lugares é importante para compreendermos em que circunstâncias essas identidades e memórias foram construídas e como ao fim foram criadas hierarquias e preferências, ou seja, quais os critérios que foram usados nas escolhas que o grupo social fez ao longo de sua história para nominar, criar um vocabulário usado para a construção dos modos de pensar os espaços e daí vir a falar a “língua” que vai ajudar a construir o modo de entendimento do mundo, inclusive dos espaços onde se desenrolam as formas materiais da produção do próprio espaço nominado:

“Tratando-se de espaços, de identidades coletivas ou de instituições, quando a língua designa “objetos”, ela os constitui, conferindo-lhes sentido. A atribuição do nome distingue e reagrupa, ordena e qualifica. Ora, a concordância sobre esses pontos não é absolutamente garantida. Em sociedades diferenciadas e hierarquizadas de múltiplas maneiras, os indivíduos vêm ao mundo social dotados de esquemas classificatórios diferentes. Estes dizem respeito à evidência prática, a posturas e olhares que se expressam tanto em maneiras de fazer quanto em maneiras de dizer. Eles permitem a cada um dar sentido ao espaço social e à sua própria posição no interior deste, bem como organizar suas condutas de maneira mais apropriada aos recursos disponíveis e àquilo que concebem como sendo seus interesses. A reprodução de uma ordem social qualquer tolera muito bem múltiplas variações entre os esquemas classificatórios próprios às diferentes posições que aí se inscrevem, mas ela implica também que alguns desses esquemas sejam objeto de um acordo suficientemente geral para manter a ordem no registro simbólico. São esses sistemas de classificação comuns, objetivados em instituições e em uma língua oficial, punica e

legítima, que é, nas sociedades “modernas”, a língua nacional” (Depaule & Topalov, 2001: 20).

Temos forte crença de que as transformações no espaço urbano da cidade de Manaus, ao longo de sua história, em todos os momentos em que ocorreram de forma mais acentuada, em escalas intensas e extensas de transformação até da vida social; como o aterro dos igarapés para a construção de pontes e avenidas, a construção do Teatro Amazonas, do Porto de Manaus, dentre outras que foram significativas na transição do século XIX para o século XX e mais tarde; a construção e instalação do Distrito Industrial de Manaus, dos Conjuntos Residenciais, do Aeroporto Eduardo Gomes, foram obras tão significativas¹⁹ que marcaram e geraram um vocabulário próprio, nas duas épocas, que passaram a definir um modo de vida.

Criaram as obras e as palavras e discursos que as definiram; de forma tão intensa um sentimento de pertencimento à “modernidade”, repetimos, nos dois momentos, que os outros momentos da história foram reduzidos e sintetizados a eles próprios, como se Manaus só existisse ali, congelada e absorvida como identidade e memória urbana por aqueles atos redentores de civilização.

É óbvio que isso não é verdade. A cidade de Manaus já existia antes do “fausto da borracha” e continuou existindo depois. A cidade de Manaus existiu antes da Zona Franca e continuou existindo depois, com identidades sociais que foram construídas e reconstruídas em cada um destes momentos por uma estratégia complexa de ser explicada.

Nos momentos históricos entre as duas fases de sua vida urbana em que ela esteve imersa em uma “ordem distante”, participe que era do circuito do capitalismo mundial exportando matéria prima para múltiplos usos industriais e depois

¹⁹ Em nossa avaliação estas obras, como algumas outras que irão aparecer ao longo do trabalho, foram significativas porque são produto no espaço de uma determinada época, que consideraremos com pontos de inflexão e transformação da vida social no Amazonas e em Manaus e como consequência foram relacionadas aos discursos que nessas épocas se construiu como forma de ver a cidade.

industrialmente montando mercadorias de alto valor agregado como motocicletas, televisores, e hoje celulares - os conhecidos ciclo da borracha e da zona franca de Manaus; a vida vivida cotidianamente sofreu um esquecimento, não gerou significativas palavras que a nominassem de forma profunda a ponto de gerar uma identidade social forte o suficiente para marcar o imaginário social.

O tempo entre as décadas de 1910 e 1970 existiu como manifestação da vida material na cidade de Manaus. Uma determinada cidade estava sendo construída, com determinadas relações econômicas e sociais.

Nós todos ao fim operamos o mesmo discurso da “estagnação” do Amazonas e da cidade de Manaus, especialmente no período após a derrocada dos preços internacionais da borracha amazônica.

Construímos socialmente uma espécie de sentimento de perda, de angústia que nos paralisa como sociedade e que tem um efeito muito curioso e danoso.

Esquecemos o passado quando ele não se enquadra em nossas demandas simbólicas e, no entanto, ao invés desse mesmo passado ser lembrado para não ser esquecido como um exemplo do que não devemos fazer, nem repetir, repetimos o passado sem pensar no presente e sem imaginar o futuro.

Copiamos sempre fórmulas prontas, modelos de sociedade, de comportamentos. Copiamos arquitetura, cidades, modelos de planejamento – inclusive sempre atrasados, quando estes mesmo modelos já nem são mais úteis ou foram considerados obsoletos por quem os criou.

Copiamos fórmulas mágicas e salvadoras de regras e processos econômicos. Somos ávidos por depender sempre do exógeno, do que não foi por nós mesmos incorporados no tempo histórico como uma identidade. Somos ávidos pelo ontem, pelo momentâneo.

Por fim, depois de todos estes modos de nos desconstruirmos não nos espanta que a maioria de nossos artistas, escritores nos construam como angustiados, paralisados, abestalhados ou quando não somos descritos assim,

somos fortes seres mitológicos de uma natureza forte e implacável, heróis imbatíveis de um rico passado indígena e caboclo que dominava a natureza impiedosa.

O que nos deixa sempre curioso é que não identificamos nem este personagem urbano paralisado e nem o caboclo guerreiro do interior, porque nem bem o Amazonas pode ser considerado um Estado totalmente desenvolvido em termos de vida urbana - não temos isso nem em Manaus, e muito menos o homem do interior abandonado que é pelo poder público há décadas pode ser considerado cidadão, ainda que sejamos todos lutadores em nossas adversidades.

A sociedade como um todo viveu uma espécie de torpor, de hiato no discurso de suas identidades sociais²⁰, como se os de fora não pudessem mais nos construir como sociedade, afinal como sempre o fizeram, pois nesse período não tínhamos mais nada a oferecer.

O discurso que nos constitui e instaura como um grupo social não deveria, pelo menos em tese, partir de fora para dentro, afinal estaríamos enfim com uma chance de nos construirmos de dentro para fora, mas preferimos manter nossa

²⁰ Milton Hatoum nas belíssimas páginas iniciais de seu romance “Dois irmãos” no momento em que conta a morte da Matriarca Zana nos mostra a dor que é perder o vivido. A personagem já no fim da vida perde a casa, as ruas, as árvores e os cheiros da cidade. Os movimentos de ir e vir da memória lhe faz imaginar (ou mesmo ver) seu pai e marido a passear pela casa sentando-se nos lugares eleitos, passeando a lhe observar, abraçando-lhe. Zana no leito de morte ainda terá forças para perguntar sobre os filhos gêmeos; se eles já haviam feito às pazes. Yakub e Omar, este o caçula nascido um pouco depois do outro, impetuoso, moleque e corajoso. Yakub mais racional, observador e introspectivo admirava secretamente o irmão. Mas eles irão desentender-se. Irão brigar de forma irremediável. O lindo aí é que em nossa opinião Milton Hatoum, seguindo o mesmo padrão e modelo de Machado de Assis em Esaú e Jacó, onde os gêmeos também diferiam em tudo, e mais ainda em política, sendo um Republicano e o outro Monarquista, aprofunda e assenta em outra escala – a escala do lugar, a mesma estrutura analítica que Machado de Assis criou: através do livro, da história dos dois gêmeos contará a história de uma época, de um momento. Machado de Assis construindo um painel sobre a transição política e social do Brasil Monárquico para o Brasil Republicano e Milton Hatoum a transição da vida social na cidade de Manaus entre os anos pós-ciclo da borracha para o início da cidade dita “moderna” pré-zona franca. O que nos mobiliza, no entanto é que a construção dos dois personagens na verdade é uma construção una, os dois são um único ser. Ao mesmo tempo em que são dois são um. Somos todos os Amazonenses como Yakub e Omar. Somos todos ao mesmo tempo racionais, quase desencantados no sentido Weberiano. Somos fascinados pelo discurso da ciência, somos especialistas sem paixão. Mas também somos emocionais, sensualistas também sem emoção, dualidade que nos dilacera e nos faz sermos tão iguais e tão diferentes dos dois personagens de Milton Hatoum. Morremos de saudades do que não vivemos (como dizia Renato Russo em bela canção) e nos enchemos de esperança e fé no que não vamos viver. Em síntese, Milton Hatoum descreve esse sentimento de pertencimento e não pertencimento a uma identidade que existe e não existe. Existe porque somos uma sociedade e não existe porque não nos vemos como tal. Projeto que não se concretiza. Futuro que não virá.

atitude de “leseira baré” como bem diz Márcio Souza, nossa atitude “blasé” e deixar que, como nos mostra Michel Foucault sofrêssemos a mais brutal das indignidades que é “o ato de falar pelos outros”.

Continuaremos ainda um pouco discutindo as palavras, os signos e os significados do que falamos e construímos como identidade social, que afinal seria o segundo problema que nos referimos acima: o problema teórico, visto que nossas decisões metodológicas foram tomadas.

Já que falamos em Michel Foucault²¹ vamos continuar refletindo sobre ele usando um trecho de seu livro “As palavras e as coisas”, que alertamos é complexo de ser sintetizado em poucos parágrafos, mas em síntese, Foucault a partir de uma curiosa citação de um texto de Jorge Luis Borges onde este descreve “certa enciclopédia chinesa” vai discutir as formas de classificação, da taxonomia dos conceitos e do discurso científico.

As coisas, as palavras que definem as coisas, que as denominam são operações classificatórias como quaisquer outras. Se aqui, através da citação Michel

²¹ O trecho de Michel Foucault é no prefácio de seu livro e ele refere-se ao fato de que o próprio livro foi inspirado pelo texto de Jorge Luis Borges “Este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento — do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia — abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do Outro. Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde será escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas”. No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso. (...) Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata? A cada uma destas singulares rubricas podemos dar um sentido preciso e um conteúdo determinável; algumas envolvem realmente seres fantásticos — animais fabulosos ou sereias; mas, justamente em lhes conferindo um lugar à parte, a enciclopédia chinesa localiza seus poderes de contágio; distingue com cuidado os animais bem reais (que se agitam como loucos ou que acabam de quebrar a bilha) e aqueles que só têm lugar no imaginário. As perigosas misturas são conjuradas, insígnias e fábulas reencontram seu alto posto; nenhum anfíbio inconcebível, nenhuma asa arranhada, nenhuma pele escamosa, nada dessas faces polimorfas e demoníacas, nenhum hálito em chamas. Ali, a monstruosidade não altera nenhum corpo real, em nada modifica o bestiário da imaginação; não se esconde na profundidade de algum poder estranho. Sequer estaria presente em alguma parte dessa classificação, se não se esgueirasse em todo o espaço vazio, em todo o branco intersticial que separa os seres uns dos outros. Não são os animais “fabulosos” que são impossíveis, pois que são designados como tais, mas a estreita distância segundo a qual são justapostos aos cães em liberdade ou àqueles que de longe parecem moscas. O que transgride toda imaginação, todo pensamento possível, é simplesmente a série alfabética (a, b, c, d) que liga a todas as outras cada uma dessas categorias” (Foucault, 1999: 09).

Foucault vai refletir sobre a “impossibilidade” de “pensar” alguma coisa, essa coisa tomada a partir de uma referência do que é próprio de uma cultura, de um saber estipulado e aceito, o que ele chama de “familiaridades do pensamento”, do “nosso”, “daquele que tem a nossa idade e nossa geografia”. O antes foi definido por toda uma prática da linguagem que se construiu como verdade.

Assim sendo e tomando a classificação aceita socialmente, o “impossível”, a “impossibilidade” segundo Foucault não seriam os “seres imaginários” e sim a própria classificação em si, a que denomina uma ordem, uma hierarquia destes animais “inimagináveis”, ainda que os separassem dos animais reais.

O que “perturba todas as familiaridades do pensamento” não são as possibilidades ou impossibilidades do mesmo, mas o fato de que, sendo possíveis ou não, este(s) pensamento(s) nos classifiquem; nos ordenem; nos criem e recriem a seu bel prazer.

O difícil aqui é que todo o tempo há sempre um determinado conjunto de significados que nos remetem a uma determinada identidade. Ora, se não foram os agentes em si que escreveram; os índios, os caboclos, as classes menos favorecidas então esse discurso explicativo, ordenador, taxonômico é ao fim, mais “um” discurso “inventado” a partir de um determinado vocabulário que muitas vezes nem é o vocabulário de quem contou a história vivida; como por exemplo, as denominações dos grupos indígenas que muitas vezes são atribuídas pelos brancos e os povos em sua autodenominação não as reconhecem.²² Essas classificações e ordenações criam o mundo com significados fechados sem que seja possível criticar essa própria organização e as lógicas de classificação.

²² Em entrevista com Guenter Francisco Loebens, Coordenador Regional do CIMI – Norte I (Conselho Indigenista Missionário) e integrante da equipe de apoio aos povos indígenas isolados dessa Regional do CIMI; alertou-nos sobre essa questão da denominação dada historicamente pela sociedade ocidental envolvente aos Povos Indígenas. Citou como exemplo alguns casos; mas os que mais nos chamaram a atenção foram os Povos “RIKBAKTSA” do Estado do Mato Grosso, conhecidos historicamente como “Canoeiros” que quando se autodenominaram não reconheceram a denominação dada pelos brancos. Caso interessante também quando acontece que uma denominação genérica como “Jamapi” que define os Povos que moram na terra firme, longe de Rios, de modo geral, mesmo que nas áreas em questão existam Povos de diversas denominações. Nessa região do Rio Purus há inclusive Povos que incorporaram o próprio nome genérico, como sendo sua denominação como o Povo Jamapi.

A coisa se complica mais ainda quando o que se está discutindo são as cidades, as práticas sociais vivenciadas nas mesmas e as implicações destas práticas em uma dada circunstância histórica. A organização dessas práticas sociais no espaço segue uma lógica, uma dinâmica determinada pela inserção dessas práticas em uma escala muito maior que extrapola a localidade e transcende a cultura e retorna transformando tudo que ali está e sendo muitas vezes também transformada.

Gostaríamos de lembrar que as palavras “estagnação”, “crise” são reificadas e tomadas como verdades absolutas da realidade da vida social do Amazonas e da cidade de Manaus especialmente no período de tempo que o recorte do nosso trabalho se explica.

A par o fato de que quando olhamos os dados econômicos houve uma inflexão de fato dos mesmos em relações a outras épocas. Deveríamos pensar que se de fato a cidade de Manaus quando deixa de participar de uma “ordem distante” da economia mundial capitalista, perde capacidade de articulação e mediação entre as escalas diferentes das ordens econômicas, no sentido de Henri Lefébvre, porém não deixa de ter uma vida própria, uma dinâmica econômica local, dentro de uma “ordem próxima” em que se relacionam os grupos sociais que nela viviam com outros grupos sociais de outras cidades amazônicas, inclusive aproveitando-se de estruturas montadas para o comércio e exportação dos produtos de geraram o “fausto” de outras épocas.

Como mostra Paulo Cesar Xavier Pereira ao refletir sobre o vocábulo “cidade”, as palavras é que formam os conceitos e à medida que a apropriação dos conceitos quando vamos tomando-os como palavras que definem um conjunto muito extenso de significados, eles vão se “esvaziando” como conceitos:

“A rigor os conceitos tendem a ser esvaziados na exata medida em que o uso das palavras que os representam se torna extenso e rico de conteúdos heterogêneos. A palavra **cidade** tem se perpetuado para designar uma criação histórica particular do ambiente construído, que tem continuamente se transformado e, em alguns momentos, até de maneira radical. Nessa história, extremamente

significativa para o dimensionamento político dessa palavra é a associação dos cognatos **cidadão**, **cidadino** e **cidadania**, utilizados, respectivamente, desde os séculos XIII, XVI e XX. Estas palavras são designativas de valores e sociabilidades relacionadas ao ambiente construído e encontram suas raízes na palavra **cidade**” (Pereira, 2001: 264)

Poderíamos realizar a mesma operação analítica para “estagnação” e “crise” que no nosso caso, “esvaziadas” de significados conceituais, pois não representam a vida vivida no Amazonas e em Manaus entre as décadas de 1910 e 1970, ainda que tenham um poderoso significado simbólico para se constituir como “verdade”, definir e representar de forma quase absoluta o que aqui se passou nesse período.

Outro aspecto a ser considerado, lembrado que foi por Paulo Cesar Xavier Pereira, é que existem outras palavras de mesma raiz e com conteúdos políticos que venham a ter determinados “valores e sociabilidades relacionadas ao ambiente construído”.

Estas palavras e outras inclusive que porventura não sejam “cognatas” de cidade, mas que também podem ter significados embebidos de uma determinada identidade associadas às cidades são determinantes para que venhamos a compreender quais traços foram mais fortes ou mais fracos na construção das identidades e memórias de tal lugar ou cidades.

Como na música de Chico Buarque “mulheres de Atenas” em que o compositor recomenda “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas”. Essas mulheres com tais e tais características são lembradas como mulheres de Atenas porque é lá que tais traços de personalidade e comportamento e valores são associados às mulheres, e não porque nasceram “em” Atenas, algumas delas poderiam nem ser de Atenas, nascido lá, mas eram “mulheres dos homens de Atenas” e por isso oravam, esperavam e velavam, seus homens enquanto estes iam às guerras.

Elas não são “de” Atenas, elas são “mulheres de Atenas”. O mesmo processo de um significado que adere a um lugar ou uma cidade pode ser comentado para o Amazonas e para Manaus a partir das palavras “estagnação”, “estagnada” e “crise”.

São palavras que dão a identidade e o significado de um longo período de tempo de nossas histórias, do Estado e de sua Capital, como se fossemos todos partícipes dessa mesma identidade e memória.

Se tomarmos no Dicionário Houaiss uma breve leitura das palavras “Estagnação” e “Crise” veremos que para além dos puros significados delas próprias, há algo particular às duas palavras que é o fato de que as duas denotam um estado, um tempo, um momento. Não há nada que fique em estagnação para sempre e muito menos em crise de forma definitiva.

Além disso, tanto estagnação como crise são palavras que não são absolutas. Não há uma estagnação ou uma crise que seja total, absoluta, e além do mais as palavras podem inclusive ter significados considerados positivos.

É preciso aprofundar outros aspectos de nossa leitura desses processos sociais a partir de agora. A confusão apontada das formas de construção e dos conteúdos dos discursos explicativos da vida, especialmente da vida econômica, do Amazonas e de sua capital, Manaus, necessita de um entendimento.

Como era organizada a vida social no território Amazônico, qual a lógica de organização da vida econômica nesse território? Perguntas que nos ajudam a compreender o esquecimento, as ausências nessas histórias, urbanas e das cidades que ocorrem, essas ausências e esquecimentos, como decorrência de uma não percepção do que estava em jogo no momento mesmo da constituição dessas cidades como palco da vida social naqueles momentos.

As elites²³ locais, e talvez as elites nacionais não entendessem as forças que estavam em jogo nos diversos momentos em que surgiram ciclos de produtos

²³ A discussão sobre as elites é muito complexa e possui uma infinidade de idas e vindas entre diversos autores. Vamos nos ater a compreender através de uma percepção de Karl Marx tomando a discussão a partir da ideia de “fato histórico”. Há um artigo interessante de Décio Saes (1994) em que ele vai realizar um apanhado e uma síntese bem interessante da discussão, dando em meados da década de 1990 o “estado da arte” da teoria das elites e seus embates. O autor inicia já com uma definição do seu conceito central que “é o de ‘minorias politicamente ativas’: a minoria dos homens que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas. [...] Uma vez apresentada a tese das ‘minorias politicamente ativas’ como ponto nuclear da Teoria das Elites, deve-se colocar a seguinte questão: tal tese mantém algum parentesco com a visão marxista dos processos macro-políticos? Essa questão não pode ser

extrativos – como drogas do sertão, o cacau, a borracha, dentre outros; e não conseguiram olhar para o conjunto da vida social para daí compreender sua força, sua coesão como grupos políticos e de poder, ou mesmo, a ausência de qualquer força e coesão, daí as frustrações e como consequência os esquecimentos e as ausências nos discursos de explicação da vida social perante a história, repetindo o mote: na prosa do mundo como nos mostra Maurice Merleau-Ponty (2002).

A lógica de organização da vida econômica e suas influências no território foram muito discutidas, analisadas, levando-se em consideração os diversos recortes temporais da história de formação do território do Brasil. Essa formação já foi muito discutida, e dentre as muitas questões fundantes que daí surgiram, uma que é muito importante é o constante debate sobre o modo de inserção do país nos diferentes momentos do capitalismo internacional.

A produção e a reprodução dessas relações no capitalismo e nos seus espaços seguem uma lógica contraditória. Usualmente se entende que são aparentes a todos, das classes dominantes às classes dominadas, e que são muito fáceis de serem compreendidas e sem nenhuma contradição aparente. Henri Lefebvre mostra que isso não é verdadeiro. Não o é, justamente por outra causa que

evitada, já que a teoria política marxista *também* sustenta que os processos macro-políticos são monopolizados por uma minoria social. Porém, a resposta a esta pergunta só pode ser negativa. O parentesco entre a Teoria das Elites e a teoria política marxista é apenas longínquo, e não próximo, por duas razões. Em primeiro lugar: enquanto na Teoria das Elites a dominação dos processos macro-políticos por minorias sociais é definida como um *fenômeno universal, permanente e eterno*, na teoria política marxista a existência de minorias dominantes é encarada como um *fato histórico*, relacionado com a existência da sociedade de classes (vale dizer: um fato inexistente nas sociedades primitivas e suscetível de ser liquidado na época contemporânea através da implantação do socialismo ou, mais precisamente, através da evolução da sociedade socialista para o comunismo). Em segundo lugar: a própria concepção marxista de “minoridade politicamente dominante”, existe apenas nas sociedades de classe, é diferente da concepção elitista de ‘minoridade politicamente ativa’ presente em toda e qualquer sociedade humana. A minoridade politicamente dominante numa sociedade de classes – isto é, a classe politicamente dominante – é, segundo a teoria política marxista, a classe dos proprietários dos meios de produção (vale dizer, a classe economicamente dominante)” (Saes, 1994: 8-9). Reforçando com uma das frases mais sintéticas e bem elaboradas sobre classes sociais que já tenhamos lido, Nicos Poulantzas (1984) formula e responde a uma pergunta fundamental “O que são classes sociais na teoria marxista?” ao que ele responde imediatamente no texto “As classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos *principalmente*, embora não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica” (Poulantzas, 1994: 95). Os grifos são do autor, mas apesar de ter proposto a leitura na condicional, inclusive por causa de sua filiação teórica, que aprofunda as posições de Louis Althusser, de todo modo o que ele se propõe é tomar como ponto de partida a “esfera econômica” e para tanto não há outra a possibilidade de ler o processo das classes que dominam as tomadas de decisão políticas se não for uma sociedade de classes.

é ocultada pelas relações de poder dentro das estruturas de classes da sociedade capitalista: os discursos ideológicos.

A ocultação dos verdadeiros significados dos espaços nos momentos históricos que qualquer cidade passa devem ser creditados às formas como se criam os discursos de explicação das identidades das cidades naqueles momentos, e como nos mostra Henri Lefebvre:

“As contradições do espaço não advém de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Ela advém do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições aparecem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço: primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores do espaço” (Lefebvre, 2008: 57)

As obras, as intervenções que constituíram e mudaram a conformação espacial da cidade de Manaus em dois momentos específicos de sua história – o ciclo da borracha, especialmente nos momentos finais do século XIX e iniciais do século XX e depois bem mais tarde, já no Governo dos Militares no final da década de 1960 e anos iniciais da década de 1970, são claros exemplos de contradições como estas descritas por Henri Lefebvre no texto acima.

Estes espaços produzidos na Manaus do ciclo da borracha e depois mais tarde na Manaus da Zona Franca de Manaus seguiram, como em qualquer cidade dentro do sistema capitalista uma lógica de segmentação dos espaços, de valorização desse mesmo espaço, e da transformação dos conteúdos intrínsecos

deles resignificando-os na mudança dos discursos que os explicavam: era necessário, nos dois momentos históricos mudar estes espaços.

No final do século XIX era necessário transformar a natureza selvagem em civilização, em modernidade; nas décadas de 1960 e 1970 do século passado adaptar a cidade à modernidade da industrialização, nos dois momentos uma oposição entre modelos de organização dos espaços na cidade baseados em uma oposição dos modos de vida que se queria abandonar para os novos modelos que se queria incorporar, modelos exógenos, diga-se de passagem.

Nos dois momentos de nossa história, da história da cidade de Manaus, a vida social estava organizada ou tentando se organizar para a exportação de matérias primas (borracha) ou mercadorias com algum valor agregado (relógios, televisões) e o solo urbano passa a ter um valor diferente do valor de uso gerando uma nova forma de ver a cidade, seus modelos de organização do espaço, em uma espécie de reificação dessa paisagem construída²⁴.

Essa(s) cidade(s) de Manaus - a da transição dos séculos XIX para o XX e a das décadas de 1960 e 1970 foram congeladas, aprisionadas no imaginário como um cartão postal. São sempre bastante lembradas, modelos de descrição da cidade moderna em plena selva, da cidade que possuía uma vida vibrante, cujo “tempo” era rápido, e como veremos mais à frente não é bem uma questão do tempo ser ou não rápido, mas sim o “ritmo” das transformações sociais que tornam ou não esse tempo “rápido” ou “lento”.

É como se tivéssemos ritmos velozes das relações econômicas e de transformação dos espaços da cidade e ritmos lentos da transformação das relações sociais nesses mesmos espaços produzidos em Manaus, nos dois momentos

²⁴ Na verdade estes espaços anteriormente já eram valor de troca de algum modo dentro das especificidades locais de inserção dessa vida social dentro do mundo da Corte, ou mesmo em outros momentos históricos, o que queremos demonstrar é que passou a ter um valor, como simbolicamente uma mercadoria, em cada caso e momento específico da história de Manaus e de sua vida cultural, social, econômica, e para cada um destes momentos assumiu a sua forma de ser pensada e representada pelas pessoas, pelas classes dentro da idéia de maior ou menor valorização do espaço como valor de troca e não mais de uso.

históricos, guardadas as devidas proporções das escalas e das técnicas de construção em cada um.

Esse descompasso dos ritmos entre a vida vivida na cidade e as relações entre as pessoas, os grupos, as classes sociais, que nunca é falado, notado ou descrito gerou as ausências da memória, e, a memória das ausências no período de tempo que é nosso recorte temporal do trabalho, as décadas de 1910 a 1970.

Nesse período, esse descompasso não existiu para a grande maioria dos amazonenses. Presos estavam todos. Nós todos e os que nos liam a partir de fora, pela angústia das lembranças do passado transformadas em memória coletiva, e depois em história da forma mais danosa para a cultura local, da cidade de Manaus: a negação.

Em nossa opinião e justo porque aí, entre estas décadas, com a tal crise, e estagnação da vida no Amazonas e em Manaus a vida ficou “lenta”, o tempo paralisou as expectativas, ficamos amortecidos pela passagem lenta do tempo, que nunca passava na verdade e nos aprisionava em um tempo presente arrastado.

Mas esse tempo arrastado, lerdo, angustiante, ele passou, e nele, os ritmos eram os que tinham de ser mesmo, estávamos vivendo aquilo tudo da forma como tinha de ser, não se constrói como discurso o que não se viveu, a não ser quando negamos o que foi vivido para criar por entre as linhas da vida descrita outra vida como metáfora.

Qual o problema então? Talvez, em nossa opinião fosse justamente a não percepção do que vivíamos. Não olhávamos para o passado com um olhar crítico e não olhávamos para o futuro justo pela recusa em olhar para o passado.

Quando estamos olhando para a cidade de Manaus nesse tempo, nesse período escolhido, queremos olhar e ver no geral nossos modos de vida, nossos modos de nos construirmos como seres sociais, com nossas identidades e memórias, contadas de forma completa, descortinando as estratégias que as encobriram com o véu da renúncia. É por certo uma operação de extrema

complexidade e que sempre estará incompleta, mas é necessário começar de algum ponto.

Justo porque vivemos o dilema da própria história brasileira da contradição e da oposição entre a modernidade e o atraso; não temos porque negar o que fomos. Não temos porque esquecer o que construímos naquele momento específico. Não erigimos um Teatro de Óperas, mas conseguimos uma proeza tão complexa quanto essa: construímos uma cidade em cima das águas do Rio Negro.

Se nos enganamos ao olhar para nossa vida social e dela retiramos, por estratégia ou não, por vontade ou não, um discurso que tem muito de invenção e alguns traços de lamúria, foi principalmente por ignorar quais as implicações do que passávamos à época, como parte de uma realidade maior por que passavam todos os países nas turbulentas décadas iniciais do século XX e depois nos não menos complexos anos que se seguiram as duas grandes guerras mundiais.

1.2 – Memórias e identidades: As ausências da memória.

O que há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e a que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta. Não há nada, absolutamente nada. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba; nada a modifica. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe à porta.

01 Novembro de 1861.
Machado de Assis
Crônicas

A devida distância do tempo histórico deve ser dada já que a pena do bruxo do Cosme Velho escreve em 1861 e por certo muito já mudou no Brasil dessa data até hoje. No entanto, não estamos longe da verdade de sua fina ironia, ainda mais considerando que a maior parte da população brasileira, e amazônica em especial, não é encontrada pelo “fisco” pelo simples fato de não terem renda para tanto.

O trecho acima de Machado de Assis traduz bem o que é a nossa discussão no momento: apontar a partir de uma reflexão teórica dos processos históricos e geográficos da ocupação do vasto território Amazônico e do surgimento de suas Vilas e Cidades, que não construímos uma vida social local, em Manaus, com a densidade política e econômica capaz solidificar relações e construir a partir delas identidades sociais, espaciais e culturais, que nos levaria a ter alguma consciência do que queremos para a cidade.

O que é que desejamos ao longo de nossa história construir como um grupo social que participa, em cada momento, do longo processo de “sedimentação das funções internas” em nossos espaços sociais como se refere Richard Morse (1970) sobre o processo de formatação da ocupação do território do Brasil? Essa pergunta é fundamental porque está diretamente relacionada ao modo como respondemos às demandas da vida nas cidades, às demandas também de como se organizam as relações econômicas e sociais com outros lugares.

Responderemos de determinadas formas, ou mesmo de outras formas dependendo de nossa maturidade como grupo, como sociedade. Nosso lugar no mundo, ou como dissemos no título do primeiro item desse capítulo, a prosa do mundo que nos funda como cosmogonia terá maior sucesso à medida que estivermos preparados para lidar com as diferenças, compreendendo dialogicamente os outros, sejam eles quem forem; outros brasileiros ou outros de lugares longínquos que estiverem em cada momento social trocando experiência conosco.

Um dos objetivos desse trabalho é justamente esse: questionar! E criar argumentos que possam se não de todo responder a essas questões pelo menos gerar o debate sobre elas.

Creemos que isso se deve ao fato de que os autores construíram uma interpretação sobre a cidade no período anterior a 1910, portanto época do surgimento, apogeu e recrudescimento do ciclo da borracha e sobre o período após 1970, portanto período da implantação da Zona Franca de Manaus olhando a cidade como um evento do capitalismo, como se a cidade de Manaus fora destes períodos históricos não relacionados aos ciclos econômicos e a algum “desenvolvimento” atrelado à economia do resto do país e do mundo não existisse simplesmente.

O discurso da “crise da borracha”, da “grande crise da economia amazônica”, ou mesmo da “estagnação do Amazonas”, da “estagnação de Manaus”, para além de todas as implicações ideológicas relacionadas ao vocabulário hegemônico, aos significados das próprias formas de explicar a história da cidade; produziu a exclusão da possibilidade de Manaus ser lembrada enquanto um processo social, espacial e urbano nesse longo período de tempo.

Estamos desenvolvendo nossas ideias em torno da construção das relações entre os homens dentro de uma determinada ordem de organização da vida social. No modo de produção capitalista, como vimos com Henri Lefebvre um pouco antes, essas relações e a própria organização que são produto dessas relações flutuam, deslizam constantemente em suas contradições em um conjunto de circunstâncias históricas e em um processo que vai constituindo as formas de uso dos espaços.

No nosso caso, da cidade de Manaus estamos lidando com um conjunto maior de circunstâncias das construções dos espaços das cidades amazônicas, pois as cidades aqui em nossa região viveram e vivem uma história que está influenciada por um processo maior – a construção da importância da Amazônia para o Brasil.

Em diferentes épocas, desde a colônia até os dias de hoje, nosso processo nunca foi desvinculado de uma participação direta do Estado Nacional; fosse o Estado Colonial e Imperial Português, fosse a Primeira República e Estado Novo e mais recente os períodos democráticos, o regime militar e hoje em dia, desde os anos finais da década de 1980 novamente a Democracia.

Em períodos diferentes o Estado Brasileiro influenciou mais ou menos esses processos. Quando esteve mais distante e sem condições materiais, ideológicas de influenciar o processo sempre guardou em relação à Amazônia um cuidado de não perder o domínio sobre o território; e quando esteve mais próximo, dominando mesmo de forma autoritária o processo, como no Regime Militar, também teve o cuidado de imprimir nas cidades e no território sua forma de pensar e os discursos que a explicavam essa organização dos espaços.

Ocorre que muitas vezes, na verdade a maioria delas esse modo de operar o domínio sobre o território, os espaços, as cidades da Amazônia sempre foram exógenos à região, às cidades e suas elites dominantes, sempre foram produzidos fora daqui, muitas vezes nos gabinetes e nos quartéis o que nos impossibilitou, como seres viventes da região de influenciar, opinar sobre estes processos que afinal nos formatavam também como sociedades. É claro que houve e sempre haverá alianças entre determinadas classes, grupos, pessoas, e nas suas estratégias é vantajoso que se deixem cooptar pelas ideias e valores que vem de fora auferindo vantagens.

Em todos estes momentos de nossa história, e da história do Brasil esses discursos e ações nos mantiveram em uma posição sempre periférica (e acho que até hoje estamos) tornando complexos e arrastados, dependentes nossos mecanismos e dinâmicas de adaptação a essa história, pois afinal fazemos parte do país e com ele vivemos esse continuo e complexo andamento da história.

Pensamos então que a melhor forma de olhar para essas cenas, é mudar a posição do observador e observar, analisar e relacionar de dentro para fora o modo como nos constituímos nele, não para que nos tornássemos mais ou menos importantes para a história do País, não é esse o caso, pois não nos vemos e não nos veem assim; mas pelo menos para nos tornarmos agentes que contariam uma versão dessa história tentando entender os protagonistas de nossa história.

Ao proceder desta forma chegamos à conclusão que ao invés de entender a história da cidade de Manaus em termos de datas, como por exemplo, a sua fundação, a influência em Manaus da emancipação do Amazonas à categoria de Província, pois antes era uma Comarca do Grão Pará; que foi até aqui o procedimento metodológico de quase todos os que pensaram a cidade de Manaus, o Estado do Amazonas e as suas relações com a Região Amazônica, realizamos uma pequena inversão e passamos a olhar a história de Manaus a partir das relações que ela construiu com o que estava acontecendo à Região Amazônica, e em especial com o Estado do Amazonas.

Este modo de ver as coisas nos fez compreender que justamente essa posição periférica era produto não de uma percepção do país em relação ao nosso processo, mas ao contrário, era produto de uma decisão estratégica de nossas elites, do conjunto de nossa sociedade em se perceber como periféricos, esquecer e não construir nossa memória de dentro para fora, mas ao contrário, mostrar às elites e ao Estado Brasileiro que estávamos em crise, nos momentos em que isso aconteceu por causa de um abandono atávico em que vivíamos. Necessitávamos sempre de cuidados, de benesses, pois vivíamos quase todo o tempo de nossa história em crise, em dependência, dentre outras lamúrias muito conhecidas por todos.

Sabemos que não foi bem assim. Esquecemos porque tínhamos uma estratégia de não lembrar, negamos nossa história, do Amazonas e de Manaus porque era conveniente. Mas estávamos vivendo, estávamos produzindo vida, exportando experiências, produtos, cultura, tudo enfim que caracteriza uma vida social seja em que ordem de organização da vida social e econômica ela esteja inserida. Se a partir dessa produção de cultura, de vida social, de um processo

histórico que possui um “ritmo” como nos dirá Agnes Heller (1992) mais à frente, neste mesmo capítulo, nós estamos além da posição periférica reproduzindo as dominações e explorações desumanas do capitalismo, da pior maneira possível. Como também veremos mais à frente com Paul A. Baran (2010). O que queremos aqui é entender como isso se deu na cidade de Manaus, na história da cidade. Qual o mecanismo do esquecimento, de construção da memória das ausências, que trás como consequência um aumento da desumanidade da exploração dada as frágeis relações de classes e das fracas identidades construídas por todos.

Por estes motivos percebemos, ao lidar com as fontes que usamos em nosso trabalho, que em muitos momentos fomos de fato injustamente tratados pelos governos centrais, isso é um fato, como bem mostrou Roberto Santos (1980), no entanto, isso não deveria ter significado que deveríamos mudar nossos modos de ver o mundo, nossas memórias, das múltiplas culturas que nos constituem e consolidam, para nos refundar como sociedade porque vivíamos em crise, até porque não estivemos em crise, em processo de estagnação econômica todo o tempo.

No Amazonas e em Manaus, nossas memórias foram construídas pelos traços retirados apenas dos momentos históricos em que estávamos vivendo algum momento sem abalos, crises, ou dificuldades fossem elas econômicas ou não. Sempre nos vemos como partícipes da riqueza e da grandeza do Brasil, já em si uma falsa percepção, ou pelo menos uma visão opaciada pelos remanescentes discursos ideológicos dos militares nas décadas de 1960 e 1970, principalmente.

Como nos construímos sempre pelo excesso, pelo fausto, na bela visão crítica de Edinea Mascarenhas Dias (1999), ou nos refundamos como espaços públicos da cidade na época da borracha, na riqueza e na modernidade cabocla de um governante como Eduardo Ribeiro, na também bela e poética visão de Manaus como uma “Belle Vitrine” de Otoni Mesquita (2009); esquecemo-nos de forma muito intensa o que vivemos em outras épocas. Reificamos o vivido como opulência e negamos e esquecemos os outros períodos históricos de Manaus e do Amazonas.

E o fazemos porque essa construção advém de uma confusão, de um engano. Como já dissemos, e vamos aprofundar mais à frente, estivemos em um

lugar subalterno da vida social brasileira. Herdamos visões e percepções de mundo de uma burguesia que se instituiu como classe dominante sendo moderna e ao mesmo tempo retrógrada.

Há problemas em entender as coisas a partir de uma dualidade, mas nesse caso não é a dualidade o mais importante, porque esse lugar do discurso hegemônico que se constrói ora como uma coisa ora como outra, também desliza e é fluído de acordo com suas conveniências.

A elite local do Amazonas e de Manaus não é diferente. Vivemos construindo discursos tênues e fluídos o tempo todo. O que nos diferencia então da prática das elites brasileiras? Estamos no meio da Amazônia, no meio da selva, longe de tudo, em condições nem sempre favoráveis para a reprodução do capital, do trabalho e em condições materiais extremamente complexas para esse processo de reprodução dos meios de produção do capitalismo. Somos capitalistas sem entender quais as implicações desse fenômeno, e como somos incompletos em nossos processos de desenvolvimento das relações sociais, somos tudo ao mesmo tempo sem sermos exatamente alguma coisa.

Essa elite local sempre confundiu a “modernidade” e os traços, identidades e falas desse modo de viver, com o “capitalismo”, e essa confusão nos fez absorver os traços e características das duas ordens simbólicas, superestruturais de forma confusa, não somos ao fim nem uma coisa e nem outra. Interessa-nos os motivos de tal confusão e como ele se manifesta na cidade de Manaus e porque essa situação nos leva a esquecer de quase setenta anos de nossa história, como sendo um momento menor.

Inferimos que esse lapso tem a ver com o modo como a sociedade percebe as suas situações extremas, sejam crises ou não. A memória social pode ser levada a optar em determinado momento por uma ou outra “versão” da sua própria história e eleger aquela que lhe é menos dolorida ou mais prazerosa. Como Boaventura de

Souza Santos (2011) mostra discutindo a atual crise de Portugal, são estratégias e como tais são escolhas dentro de um conjunto de opções de caminho a seguir²⁵:

“O modo como se define uma crise e se identificam os fatores que a causam tem um papel decisivo na escolha de medidas que a superem e na distribuição dos custos sociais que estas possam causar. A luta pela definição da crise é, assim, um ato eminentemente político e para esclarecer a sua natureza é preciso algum esforço analítico. A primeira diz respeito aos horizontes temporais de definição e de solução da crise. Portugal vive uma crise financeira de curto prazo, uma crise econômica de médio prazo e uma crise político-cultural de longo prazo. No plano financeiro, é a urgência do financiamento do Estado. No plano econômico, trata-se da falta de competitividade internacional da economia portuguesa devido à qualidade da sua especialização (não é a mesma coisa vender sapatos e vender aviões) e ao fato de estar integrada num bloco econômico dotado de uma moeda excessivamente forte, que favorece as economias mais desenvolvidas daquele. No plano político-cultural, trata-se de um déficit histórico na formação das elites políticas, econômicas e sociais, causado por um ciclo colonial excessivamente longo que permitiu durante demasiado tempo o recurso a soluções fáceis para problemas difíceis e a saídas ilusórias para bloqueios reais” (Santos, 2011: 15-16).

No final do trecho acima Boaventura de Souza Santos sintetiza de forma certa o que pensamos de nossas condições de reprodução da vida social como um discurso explicativo do mundo. Ao referir-se às elites de Portugal ele diz que no “plano político-cultural, trata-se de um déficit histórico na formação das elites

²⁵ E continua Boaventura de Souza Santos mostrando as escalas políticas das implicações da crise europeia e especialmente a crise de Portugal: “Como os três tempos se imbricam e com eles as crises que lhes correspondem, dar exclusiva atenção a uma das crises pode tornar mais difícil a solução das outras. É o que ocorre atualmente: a solução da crise financeira vai agravar a crise econômica (impossibilidade de investimento e crescimento) e prolongar a crise político-cultural (a facilidade que as nossas elites tiveram enquanto elites colonizadoras reproduz-se agora na facilidade com que assumem o estatuto de elites colonizadas pela Europa desenvolvida). (...) As crises têm também diferentes horizontes espaciais ou escalas para sua definição e para a sua superação: escalas nacionais, regionais e globais. O caso português ilustra exemplarmente o modo como uma crise nacional, que na aparência se está a resolver em nível regional (europeu), pode, de fato, estar a agravar uma crise regional que, por sua vez, só será resolúvel em nível global. À medida que as crises financeiras alastrarem a mais países europeus tornar-se-á claro que a crise é europeia e que decorre em boa parte de um sistema financeiro desregulado, controlado pelos interesses do capital financeiro norte-americano. Só uma regulação global, regional e nacional pode pôr fim a uma tão massiva predação financeira e a uma tão injusta distribuição de seus custos. (SANTOS, 2011: 15-16)

políticas econômicas e sociais” e continua a explicação referindo-se aos processos históricos da vida da Nação Portuguesa e muito próximo do que nos aconteceu e acontece, sentencia que tudo isso foi causado “por um ciclo colonial excessivamente longo que permitiu durante demasiado tempo o recurso a soluções fáceis para os problemas difíceis e a saídas ilusórias para bloqueios reais”, que em nossa opinião foram exatamente estas as posições de nossas elites ao longo de nossa história social, e aí não importa muito se estamos olhando para uma elite que já foi colonizadora, pois no momento em que ele analisa ela está na posição de periferia da Europa (Santos, 2011).

Em texto de 1952 com o sugestivo título “Sobre a economia política do atraso”, Paul A. Baran comentava que as transformações nas relações econômicas das sociedades ditas não desenvolvidas sofreram transformações significativas trazendo progressos “materiais e culturais”, porém ele também alertava que “esse progresso não foi somente irregular no tempo, mas também desigualmente distribuído no espaço” (Baran, 2010:107).

O autor avança na crítica afirmando que este “progresso” além de desigual nestas suas duas dimensões foi também na maior parte das vezes restrito ao mundo ocidental e nem chegou também a atingir toda “essa pequena (em termos territoriais e demográficos) faixa do globo”, e completa “as grandes regiões e populações da Europa Oriental, Espanha, Portugal, Itália e Balcãs, América Latina, Ásia e África permaneceram sob a sombra do atraso e do empobrecimento, da estagnação e da miséria” (op. Cit.: 107).

Estas reflexões aprofundam nosso argumento que se por um lado o sistema capitalista quando esteve em certas circunstâncias históricas na transição do século XIX para o XX se consolidando como um sistema hegemônico atuou para moldar realidades nos mais longínquos lugares do globo, como bem mostrou Eric Hobsbawm²⁶, mas não atuou para construir transformações nas sólidas relações de

²⁶ Em interessante artigo sobre a “Iconografia compulsiva da modernidade, mágicas mecânicas e urbanização” Maria Inez Machado Borges Pinto cita Eric Hobsbawm sobre a expansão do sistema capitalista; diz ele: “O mercado internacional de produtos primários cresceu enormemente – entre 1880 e 1913, o comércio internacional dessas mercadorias triplicou – bem como, por conseguinte, tanto as áreas destinadas a sua produção como sua integração ao mercado mundial. [...] A economia da Era dos Impérios foi aquela em que

exploração que havia antes nestes lugares, ao contrário, aproveitou-se como sistema destas deformadas relações sociais de exploração entre os homens, aprofundando-as em certas circunstâncias. Na Amazônia não foi diferente.

Em Manaus o chamado progresso chegou pelas mãos do Estado que passou a intervir na cidade para beneficiar as classes mais abastadas com melhorias do espaço urbano, mas as relações de exploração do trabalho no interior do sistema de extração da borracha eram brutais, com o aviamento e a brutal exploração do homem pelas dívidas²⁷.

Como bem mostra Paul A. Baran em outro trecho isso trouxe consequências graves para todas as sociedades que se viram frente a frente com uma substituição de um sistema de servidão por relações de produção mais modernas e ao contrário do que poderia parecer não trouxe benefícios para a maior parte da população:

Baku (no Azerbaijão) e a bacia do Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia industrial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo e Buenos Aires, e aquela em que teatros de ópera forma erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do *boom* da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas” (Hobsbawm apud Pinto, 2002:39). Nesse ilustrativo trecho o historiador inglês recentemente falecido não exagera quando fala de Manaus, figurativamente referindo-se ao Teatro Amazonas e de fato tem razão sobre os cemitérios de índios que ao longo de toda a história da cidade foram encontrados e na maioria das vezes infelizmente destruídos em todo o processo de construção da cidade.

²⁷ Sandra Lencioni em um texto sobre as formas da acumulação primitiva no mundo contemporâneo elucida de forma clara essas relações de exploração do homem, pela dívida, além de elucidar de forma belíssima o que seria esse tipo de “escravidão”, a autora nos mostra que: “O que surpreende é que em pleno século XXI, no auge do desenvolvimento capitalista desenvolvem-se relações sociais fundadas na espoliação, como mecanismo de produzir capital. Embora moralmente inadmissível, faz parte, sim, da contemporaneidade, a escravidão. Não em termos da escravidão moderna dos nossos tempos coloniais, mas revestida de algo novo: a dívida. [...] Essa se apresenta em vários setores da produção e em várias atividades, podendo, inclusive, estar ligada aos circuitos da globalização, como é o caso, por exemplo, do circuito mundial de exploração sexual, onde a coerção e a exploração são as regras. A escravidão por dívida é diferente da escravidão moderna ou, ainda, da escravidão da antiguidade clássica, mas uma coisa é comum a todas elas: a liberdade do corpo é alienada do sujeito. Esse aspecto, a perda da liberdade, da possibilidade de ir e vir e a sujeição e a coerção da pessoa associadas à exploração revelam traços de uma dinâmica econômica na qual se faz presente a acumulação primitiva. [...] Isso posto, o que se busca afirmar é que para se compreender a sociedade contemporânea é preciso atentar para o seguinte fato: não é porque o trabalho assalariado se generalizou e nem porque o capital domina todas as esferas da vida que impera absoluta a reprodução capitalista. Se pensarmos na formação dessa sociedade veremos que ela é resultado de uma produção de capital que não se baseou apenas em formas e relações sociais de produção especificamente capitalista e nem se expandiu mundialmente apenas a partir do processo de reprodução do capital. Ela se constituiu na conjugação da acumulação primitiva com a reprodução do capital. Sua dinâmica revela que essa conjugação não ficou no passado, mas faz parte, também, do presente” (Lencioni, 2012:02). O aviamento era e é ainda hoje na Amazônia exatamente esse processo descrito pela autora.

“Se o capitalismo ocidental falhou em proporcionar melhores condições materiais de vida aos habitantes dos países subdesenvolvidos, ele gerou algo que afetou profundamente suas condições políticas e sociais. Introduziu neles, com rapidez espantosa, todas as tensões econômico-sociais inerentes à ordem capitalista. Rompeu efetivamente com o que pudesse ter restado da ordem “feudal” das sociedades atrasadas. Substituiu as relações paternalistas, existentes havia séculos, por relações contratuais de mercado. Reorientou as economias parcial ou totalmente autossuficientes dos países agrícolas para a produção de bens comercializáveis. Atrelou sua sorte econômica às incertezas do mercado mundial, ligando-as ao movimento febril dos preços do mercado internacional.” (Baran, 2010:108)

Na Amazônia, nos Estados do Pará e do Amazonas e nas suas capitais, Belém e Manaus foi bem isso o que aconteceu com o agravante de que no caso de Manaus, no início do ciclo da borracha a cidade não estava preparada para essa “febril” atividade econômica e menos ainda adaptada a um “mercado internacional” de preços dos produtos então exportados. Havia à época um conjunto de produtos exportados pelo Amazonas – como mostraremos mais tarde, e a borracha foi mais um dos itens dessa pauta de produtos.

Ocorre que com o desenvolvimento da indústria americana e europeia e a necessidade do látex para o desenvolvimento de produtos agregados às invenções que então surgiam em diversos lugares do mundo capitalista, os Estados do Amazonas e Pará foram substituindo todos os produtos com que estavam acostumados a lidar pela borracha, tornaram-se dependentes da exploração de um único produto. Benefícios houve, é só perceber hoje ainda os vestígios arquitetônicos e urbanos dessa época.

O problema, pelo menos no Amazonas e em Manaus é que todo esse processo que durou cerca de 60 anos – de mais ou menos 1850 até 1910, não trouxe também um processo de transformação das relações entre as classes:

“Uma completa substituição da rigidez do sistema de servilismo feudal ou semifeudal pela racionalidade do mercado capitalista teria representado, apesar de todas as dores dessa transição, um passo importante em direção ao progresso. Entretanto, o que aconteceu foi

que a antiga exploração da população subdesenvolvida exercida pelos senhores locais livrou-se das restrições menos severas herdadas da tradição feudal. Essa superimposição de costumes emanados do capitalismo sobre a secular opressão senhorial resultou numa exploração composta da mais insultante corrupção e da mais gritante injustiça”. (Baran, 2010:108)

Do mesmo modo e talvez pelos mesmos mecanismos de ocultação dos significados do espaço no modo de produção capitalista, também a percepção das relações de trabalho, das práticas sociais que definem o fazer-se na sociedade e as consequências materiais desse fazer cotidiano na cidade, e aí já não mais como estratégias de esquecimento – ou talvez também com esse motivo; mas sim como ocultação ideológica, a sociedade local não compreendeu as implicações futuras das relações entre as classes e as consequências do trabalho semiescravo da produção da borracha na época do aviamento vivido como o cotidiano das trocas nos seringais.

A oposição daí decorrente entre a suposta modernidade das relações de classe na cidade de Manaus e o atraso das relações entre as classes no trabalho longe da capital, nos longínquos seringais, nos lugares mais distantes, abandonados, até pelo poder público posto que dominados pelos donos dos seringais, pelas famílias abastadas nas pequenas cidades do interior do Amazonas, como afinal em quase todas as regiões do Brasil à época, gerou como produto uma sociedade pouco desenvolvida nas suas relações políticas, dominada por relações de poder das mais obscuras formas de dominação.

Em outro livro em que analisa a sociologia de Karl Marx, Henri Lefebvre esclarece esse modo de operação da ocultação das verdadeiras relações entre os homens sob o modo de produção capitalista:

“Assim, para Marx, a consciência (social) que nasce de uma práxis só reflete fielmente essa práxis em situações bastante definidas: quando a própria práxis não está envolvida em véus nebulosos e as relações entre os seres humanos permanecem diretas, sem intermediários “opacos”. Em estruturas sociais e modos de produção determinados, as práxis sociais produzem representações. Essas

representações aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Ora a esclarecem como uma falsa transparência, ora mergulham-na na penumbra e nas trevas em nome de uma doutrina ainda mais obscura que a realidade da qual surgiu. A realidade social, isto é, os homens e os grupos humanos em suas interações, produz aparências, que são algo além e diverso de ilusões sem consistência. Essas aparências são o modo de aparecer das atividades humanas no seu conjunto, em um momento dado: as modalidades da consciência. Elas têm, pois, mais consistência ou, pelo menos, mais coerência que as simples ilusões ou vulgares mentiras. As aparências têm uma realidade e a realidade comporta aparências. De forma especial, a produção mercantil está envolvida em nebulosidades. É necessário que retornemos a ela, porque aí vamos encontrar a chave do pensamento e da sociologia marxista. A mercadoria, frente à reflexão analítica, é uma forma pura, logo uma transparência. Na realidade prática e vivida ela é, ao contrário, opacidade e causa de opacidade” (Lefebvre, 1968: 44).

As representações que são produzidas levam à absorção de um dado discurso social de explicação do vivido, da justificação das ações de todos nesses momentos. As classes, os grupos vão construir um domínio desses discursos, que é derivado da dominação do próprio conhecimento e dos vocabulários que as classes dominantes possuem e as classes dominadas não tem acesso.

Dessa forma, no vivido em Manaus em determinadas escalas do espaço da cidade justificou determinadas intervenções que geraram maior domínio sobre a cidade e suas representações como se essas classes dominadas, as pessoas que eram pobres, que eram migrantes, que moravam à beira dos lugares mais insalubres, estivessem impedindo a transformação da cidade em uma mercadoria, e este aceite, essa culpa por atrapalhar o “progresso” era real, pois seus níveis de consciência não percebiam o que se passava ao nível do vivido.

“A própria existência da mercadoria é algo de estranho, tanto mais estranho e singular quanto os homens não percebem essa singularidade. [...] Ela possui um caráter místico: somente existe devido aos seres humanos, em suas relações, e, no entanto, existe fora dos seres humanos, pesa sobre suas relações e ainda os conduz ao caminho da coisa (abstrata). [...] É preciso esperar durante longos séculos para que um conhecimento, que se iniciou em uma perspectiva radicalmente crítica denuncie o mistério desse fetichismo, transformado em poder do dinheiro e do capital. Assim, a mercadoria como forma e sistema que implica em consequências (o

dinheiro, o capital) não pode deixar de engendrar uma sociedade opaca. Falando trivialmente, essa opacidade se traduz no fato de que o dinheiro dispõe dos seres humanos, de que aqueles que possuem o dinheiro chegam ao poder por meio de intrigas, de que reinam poderes ocultos. A não-transparência (a opacidade) da sociedade é, pois, um fato social, ou, melhor, sócio-econômico” (Léfebvre, 1968: 45).

Essa mercadoria, na verdade as relações econômicas, que “pesa” sobre os homens também conduz a leituras da realidade que estarão imersas em uma penumbra, que ele chama de “opacidade”. Essa penumbra por sua vez obscurece todas as relações que são produto dessas relações primárias da vida social as relações de troca, as relações econômicas, as relações simbólicas. O painel formado e que vai ser visualizado por todos. O quadro que é decorrente como obra, como se fosse uma pintura, uma imagem simbólica dessas atividades, do vivido, são na verdade uma construção deformada do que é real, talvez por isso, nos “níveis de consciência” que também são produto das relações entre os homens, já mediadas pelas normas e regras da vida social, o tempo seja tão longo, o tempo das mudanças e transformações dos próprios níveis de consciência e isso explica porque construímos cotidianamente memórias também deformadas, ausentes, incompletas e com estratégias de obscurecimento do real vivido. A sociedade que resulta desse processo é incompleta, não totalmente desenvolvida e não possuirá também as condições, já existentes nas relações sociais em um modo de vida anterior, como potencialidades transformadoras.

O resultado como dissemos antes, foi que não se formaram condições de desenvolvimento completo de relações políticas, econômicas, educacionais, sociais enfim, nas populações que aqui estavam, tendo como produto uma modernidade incompleta, capenga e não duradoura.

As próprias relações econômicas surgidas nos espaços da Manaus transformadas pelas obras de melhoramentos urbanos neste período não trouxeram um equivalente uso do espaço pela população nos termos normativos determinados

pelo poder público, por isso a reiterada criação de códigos de posturas que visavam corrigir comportamentos e gerar um determinado tipo de cidadania²⁸.

Se no Amazonas e em Manaus fomos um dia atrasados, cremos que ainda hoje o somos, mas isso não é privilégio nosso. Há toda uma discussão sobre as características de nossa modernidade²⁹, de nosso atraso, de como enfim esse atraso é manifestação de um modo de vida tradicional ou já não mais representa um determinado modo de vida e sim um modo de exploração do trabalho e dos homens.

Como o Brasil em desenvolvimento se integrou ao mundo contemporâneo, capitalista e liberal, se pela porta dos fundos ou se temos condições de influenciar de algum modo nosso próprio entendimento do que seria melhor para o Brasil e para os brasileiros? Muitas perguntas derivam daí.

Se estivermos pensando, no Brasil e sobre o Brasil, o tema dessas relações entre sociedades, grupos sociais, e, portanto entre os Estados da Federação que representam as diversas regiões do Brasil e suas trajetórias específicas dentro da

²⁸ Em seu livro “La Belle Vitrine – Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)” Otoni Mesquita em dois subitens do terceiro capítulo, o 3.3 – Desenho Descritivo e o 3.4 – Cartilha para civilizar, vai mostrar duas formas muito interessantes de compreender as transformações que estava passando a cidade de Manaus. No primeiro 3.3 ele constrói um longo e detalhado painel das descrições da cidade de Manaus pelos viajantes, pesquisadores cronistas, cientistas que aqui estiveram em diferentes épocas; no segundo 3.4 ele vai comentar os critérios usados pelos Governantes para tentar “civilizar” os moradores da cidade à medida que iam sendo incorporados novos hábitos e meios de sobrevivência ao cotidiano da cidade. (Mesquita, 2009: 122-144).

²⁹ Além do livro de José de Souza Martins “A política do Brasil lúmpen e místico” que analisa as contradições da sociedade brasileira, argumentando em síntese que basicamente dois países convivem no Brasil. Um mais avançado e que tem acesso à modernidade e urbano e outro sem acesso à terra e que permanece alijado da cidadania por causa da história brasileira que não resolveu ainda a questão da terra, do latifúndio. Outro autor com uma análise muito profunda sobre a questão da terra, ainda que sob uma outra ótica é Nazareno José de Campos em seu livro “Terras de uso comum no Brasil – abordagem histórico-socioespacial” em que o autor além de discutir sobre populações ditas tradicionais como quilombolas, comunidades babaçueiras, indígenas, dentre outros toca a questão da contradição entre modernidade e atraso no que diz respeito à legislação brasileira relativa à posse de terras públicas, grilagem, avanço de frentes pioneiras dentre outros agentes sociais de impacto sobre regiões e povos menos favorecidos. Jessé de Souza em seu livro “Patologias da modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber” vai discutir de forma bem completa os fundamentos da crítica de Habermas ao sociólogo alemão Max Weber e sua construção teórica sobre a modernidade. Outros dois exemplos são os livros “As consequências da modernidade” de Anthony Giddens e “O Espaço crítico” de Paul Virilio; discutem a modernidade sob os aspectos das suas relações de transformação que causaram no mundo ocidental, especialmente nas cidades e na vida urbana. Um exemplo da discussão na Geografia é o livro de Paulo Cesar da Costa Gomes “Geografia e Modernidade” em que o autor discute os temas relacionados à construção da epistemologia da modernidade e o espaço.

formação do Brasil como Nação é claro que haverá diferenças entre regiões, entre Estados e também diferenças entre as próprias regiões internas aos Estados.

As diferenças entre o Norte, a Região Amazônica e as outras Regiões do Brasil se dão em termos de desenvolvimento das relações econômicas ou a partir das diferenças de formação das relações de classe historicamente construídas?

José de Souza Martins no livro “A sociabilidade do homem simples” logo no primeiro capítulo dá pistas sobre estas questões:

“O tema da modernidade está profundamente comprometido com o do progresso. Nesse sentido, é um tema das sociedades ricas e é sobretudo um tema europeu. Na América Latina ainda é confundido, por alguns, com o tema do moderno em oposição ao tradicional, num curioso reavivamento das concepções dualistas dos anos cinquenta e sessenta. Essa interpretação de fundo positivista reinstaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização” (Martins, 2010:17)

O exemplo talvez mais claro do que o autor está se referindo como “reavivamento das concepções dualistas” e a “oposição entre o moderno e o tradicional” seriam justamente a cultura urbana e a vida urbana da cidade de Manaus.

Em outras cidades brasileiras esse embate ocorreu e ocorre também, mas aqui, essa suposta “sociabilidade extinta” que todos pensam terem deixado de existir, e que o autor aponta criticamente a miopia de quem não as percebe ao mesmo tempo ocorrendo no tempo histórico do vivido, em Manaus elas não só estão aí, cotidianamente, ainda hoje sendo vividas, como fazem parte das barganhas políticas e dos métodos de arrebanhar enormes quantidades de pessoas para os currais eleitorais de Manaus e do interior.

A suposta “difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização” confirma a operação de obscurecer as enormes diferenças sociais existentes no Brasil e em especial nas Regiões Norte e Nordeste. Houve avanços nos últimos anos? Concordamos que sim, os esforços do Brasil para diminuir as diferenças entre as classes tem sido louvável, mas este mesmo esforço reproduz as velhas estruturas de dominação que mantêm ainda presentes, mesmo com uma melhora na vida e na renda das pessoas e como nos disse André Gorz em trecho citado um pouco antes, vivemos “uma (não) cultura do cotidiano, feita de sensações fortes, modas efêmeras, divertimentos espetaculares e informações também fragmentárias” (Gorz, 2003: 94).

Ainda que André Gorz esteja referindo-se ao lugar do trabalho no mundo contemporâneo achamos que a sentença é válida para demonstrar este insidioso processo de esquecimento dos momentos históricos que reforçaram estas formas de construção de um discurso hegemônico das atuais classes dominantes que ao invés de ler no passado as estruturas de dominação e percebe-las para mudar o presente e o futuro, as repetem e as sofisticam para manter as mesmas estruturas como na frase do personagem citado por José de Souza Martins em outro livro³⁰ “Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude” (Martins, 2011:11).

Em uma remota hipótese cremos que muitos amazonenses gostariam que tudo permanecesse da forma com está no Amazonas e em Manaus. No entanto não podemos acreditar que as diferenças e distâncias entre as classes sociais tão visíveis, as desigualdades gritantes nos espaços da cidade, na qualidade da vida nas cidades do Amazonas – na capital Manaus e nas cidades do interior também; a recorrência dos mesmos problemas estruturais do Estado e de sua capital a tantos anos, não espantem e criem nas pessoas uma dúvida se este seria o único modo de vida possível?

Caberia perguntar se esse longo processo que gerou estas desigualdades não acabou por solidificar estas incompletudes, os esquecimentos de nossa

³⁰ No seu livro “A política do Brasil – lúmpen e místico” José de Souza Martins cita o personagem Tancredi, do Romance *Il Gattopardo*, ao conversar com seu temeroso tio sobre as mudanças na Itália em vias de unificação o sobrinho responde que ele se tranquilize, pois “Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude”.

memória, as confusões de percepção das elites que ao fim produziram uma aceitação do que chamamos de estado de desigualdade permanente e latente e que tem a potencialidade de anestesiar as mentes, que por sua vez não gerariam a críticas e retornam à sociedade como “a desigualdade como um modo de vida”.

Esses lapsos são produzidos por um conjunto complexo de situações históricas e dos diversos ritmos interrompidos da vida social, que criou hiatos de tempo e de compreensão das organizações espaciais nas cidades e no território. Como nos mostrou Rogério Haesbaert (Haesbaert, 1994 e 2004) em relação às formas de territorialidades geradas na vida contemporânea no que diz respeito ao acesso das classes à renda, à informação, à cultura.

Poderíamos lembrar-nos do caso da cidade flutuante em Manaus entre as décadas de 1920 e 1960, que bem em frente ao centro da cidade de Manaus se constituiu a partir de trabalhadores e pessoas que foram empobrecendo e também de migrantes que vieram do interior do Amazonas para a capital nas décadas seguintes ao fim do ciclo da borracha.

Segundo Haesbaert, o “território” pode dentre outras formas ser “definido a partir das relações de poder mediadas pelo espaço” (Haesbaert, 2007:54), e se assim entendermos temos que considerar que teríamos que definir também o poder, que no tempo histórico e social há uma mudança das formas de poder - exercidos nos campos sociais, usando uma expressão cara à sociologia. O poder “dentro de uma perspectiva histórica ele muda de configuração – por exemplo, assumindo hoje uma carga simbólica muito maior (o “poder simbólico” aludido por Bourdieu, 1989).” (Haesbaert, 2004:54)

A questão de como se espacializam as diversas classes e os seus extratos, seus segmentos no espaço urbano de Manaus depende de como cada uma delas lida com as temporalidades históricas que estão vivenciando. Para algumas, há uma “multiterritorialidade”, para outras, “território” nenhum. O mais complexo de todas estas relações é que há pelo menos “um” estatuto legal a definir as normas de comportamento e resposta às demandas sociais que definem as atuações das classes e dos agentes nos espaços, e como diria Raffestin (1993), o modo como cada parte dos agentes sociais ao usar o espaço, gera territórios e territorialidades e

daí gera suas paisagens. Rogério Haesbaert explica isso de forma muito interessante da seguinte forma:

“Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional” (a “topoligamia” ou o “casamento” com vários lugares a que se refere Beck, 1999). Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana”. (Haesbaert, 2004:55)

Se considerarmos que, para além de todos estes aspectos estamos lidando com um espaço que é fluído, não palpável como espaço, que não é uma propriedade privada, “o surgimento de moradias sobre a água foge à lógica da produção de moradias na perspectiva do capital” (Oliveira, 2003:84) então talvez merecesse um estudo mais aprofundado os tipos de territorialidades das populações que moram em flutuantes ou são ribeirinhas, que para além de serem manifestações culturais e vernáculas de um modo de habitar, são produto, ao mesmo tempo, de uma determinada forma de organização da pobreza, portanto representações também de uma determinada organização da sociedade, suas diferenças de classe no uso dos espaços.

Se a partir dessas situações inferimos que há a produção de uma determinada organização e esse processo em nossa opinião formata os espaços da cidade de Manaus, como afinal em qualquer cidade do mundo capitalista; eles no fundo, os processos de exclusão, de formatação dos espaços seguem a lógica de uma ordem distante que é a criação de uma opacidade, de um encobrimento das verdadeiras relações de exploração no espaço e da transformação do espaço de valor de uso em valor de troca.

No nosso caso, no entanto, também formou uma série de memórias das ausências, e uma história que negavam um determinado tempo da história dessa cidade, dessa Manaus dos anos 1910 a 1970. Além das memórias das ausências,

das memórias a nos referíamos com uma saudade, por termos vivido e não existirem mais, sem que perguntemos por que dessa não existência? É claro que na vida social ao longo do tempo as vivências vão se transformando, e mesmo os espaços da cidade vão adquirindo outros usos e outras dinâmicas econômicas e sociais.

Faz parte da vida social um conjunto de memórias das ausências, estas são inclusive lembradas para que se fortaleçam as identidades sociais, para que busquemos no passado bases sólidas culturais, simbólicas de construção do patrimônio material e imaterial, e a própria noção de patrimônio cultural não seja construída apenas como uma “alegoria” (Choay, 2006).

Ocorre que nossas elites sempre buscaram de forma muito pronta, de forma muito acabada os valores, as ideias que nos construíam a cada crise vivida pelo modelo de organização da vida social que estávamos vivendo em cada momento. Fosse o iluminismo e o racionalismo decorrente do Marquês de Pombal em meados do século XVIII, procurando organizar em moldes empresariais uma realidade totalmente diferente da europeia, que levou anos para ser construída por jesuítas e suas fazendas de exploração de índios, trocando o trabalho por novas almas, de forma um pouco menos violenta ou dos homens livres que montavam exércitos para escravizar índios, de forma muito violenta; os dois processos com alguma capacidade de gerar renda.

Essa primeira ruptura, esse ponto de inflexão inicial foi determinante para o modelo de urbanização da Amazônia, substituiu-se as formas iniciais de deslocarem-se pelos rios, lagos e grandes bacias por outra ponto a ponto, com pequenas vilas e controle ferrenho do território. Criam-se as bases de organização de uma sociedade baseada nas substituições bruscas de ordens de organização da vida social.

Em um momento posterior, na verdade cem anos depois, após a sociedade amazônica ter se recuperado destas implicações do projeto de Pombal; descobre-se o uso industrial da borracha e passamos novamente por outro processo de ruptura. Um segundo ponto de inflexão em nossa história social. As redes de cidades se

consolidam e após algumas décadas a região recebe um grande fluxo migratório de trabalhadores para extrair a goma elástica.

A cidade de Manaus se transforma na conhecida “belle époque amazônica”. A cidade sai em uma década de uma vila com índios banhando-se nos igarapés do centro para uma ordenação dos espaços em estilo europeu. Convivia lado a lado o Teatro Amazonas a choupanas com cobertura de palha. Nesse movimento temos as duas formas de memória, a das ausências e a ausência delas.

É o primeiro movimento das elites de realizar uma operação mental de construir de uma forma confusa a percepção do que estavam vivenciando, pois ao transformarem o cenário da cidade, estavam tentando viver a partir de um modelo da modernidade parisiense, com relações de produção feudais, baseadas quase na escravidão, cujo produto, a mercadoria de exportação não tinha nenhum beneficiamento industrial, não era um sistema de produção capitalista, é só observar as relações de trabalho.

Os outros dois momentos de ruptura, de pontos de inflexão desenvolveremos na segunda e terceira partes de nosso trabalho pois estão vinculadas a uma escala mais ampla de organização da memória social do Amazonas e da cidade de Manaus.

Pensamos a não percepção de Manaus como um evento social importante para o Estado do Amazonas e para a própria Amazônia nesse período do recorte temporal do trabalho - entre 1910 e 1970, como algo que aconteceu porque a elite pensante local e a elite econômica e política – em muitos momentos os mesmos agentes, não se aperceberam que seus valores estavam sendo elaborados a partir de um modelo em que não haviam uma perfeita intersecção entre a vida vivida e os modos de pensar, isso gerou confusão, pois tomamos como verdadeiro o que era apenas um modelo de comportamento, de regras, de valores, baseados inclusive em um conjunto de expectativas que estavam a todo o momento mudando, na Europa especialmente (Hobsbawm, 2001 e 2003).

É como se as possibilidades de viver as benesses da vida mental e material do consumo, das transformações do espaço da cidade só fossem possíveis dentro

da lógica do capital e que esse consumo desta forma seria uma manifestação da modernidade, uma confusão como nos mostra Rojas (2003) que foi apontada por Braudel:

E mesmo mais além da economia, uma vez que o capitalismo é incapaz, estruturalmente falando, de abarcar e subsumir em si mesmo toda a ordem econômica, também será incapaz de apoderar-se ou de subordinar a totalidade do tecido social, da política ou da cultura de uma sociedade qualquer. Mesmo que se infiltre no conjunto das hierarquias sociais e se estabeleça no interior da classe dominante, alia-se ao Estado e busca dominá-lo parcialmente, e se faz presente na cultura, forçando-a a funcionar em grande medida em benefício de seus próprios interesses. Não consegue, todavia, submeter e fazer funcionar de acordo com sua lógica, de maneira global e absoluta, esses distintos “conjuntos” da vida social. E isso precisamente porque o capitalismo não é idêntico à modernidade. Embora ambos originem-se simultaneamente, e dentro do mesmo espaço geográfico do planeta, não se movem, no plano de suas temporalidades específicas, nem dentro do mesmo registro nem da mesma lógica geral. (...) Como já mencionamos, Braudel distingue claramente – como fizeram Marx e a imensa maioria dos autores do século XX que trataram dessa temática – modernidade e capitalismo. Se, por um lado, explica a modernidade como o resultado principal desse conjunto de revoluções de estruturas de longa duração histórica que antes evocamos, por outro, também insiste no fato de que é justamente esse nascimento e desenvolvimento da modernidade que, pela primeira vez na história, abrem as portas ao capitalismo para que este possa prosperar em grande escala, apoderando-se de uma parte importante da atividade econômica e instalando-se em pontos-chave da mesma, ao mesmo tempo em que penetra, escala e deforma em benefício próprio, em medida significativa, o conjunto restante das ordens sociais, políticas e culturais da modernidade (ROJAS, 2003: 134-5).

Se a modernidade “abriu as portas” ao capitalismo para que pudesse “prosperar em grande escala” trouxe também todo um conjunto de discursos explicativos do mundo. Um conjunto de práticas, comportamentos e regras sociais que transformaram a sociedade e foram se transformando com ela; tanto quanto o capitalismo ao longo desse período histórico.

A questão que nos interessa aqui é relativa às interpretações do vivido; no processo social daquela época e lugar – Manaus entre 1910 e 1970. O que tudo isso

causou nas elites locais, em especial, mas também em toda a sociedade no Amazonas? Quais formas de interpretar o vivido? E a natureza do discurso que explicou o vivido? E quais interpretações das consequências?

A elite e os outros agentes ao confundirem – modernidade e capitalismo, sua produção social, histórica e suas ordens específicas em relação aos processos econômicos que viveram no dia-a-dia das cidades, da produção, estão a contribuir para uma dependência do Amazonas e de Manaus. Dependência em relação a um discurso que inventa a Amazônia e seus processos, e os aloca, localiza e fixa na memória social em um tempo e espaço subalternos.

A transformação social e espacial é vista como produto de uma ordem econômica específica uma ordem de organização da produção que tem de estar relacionada ao elemento externo, exógeno, como se não fossemos capazes de produzir uma vida social dentro do mercado local, regional. Supostamente ao perdemos o contato com o capitalismo mundial, perdemos a capacidade de viver e produzir a cidade.

O que produzimos para explicar o vivido foi um discurso sempre confuso nas escalas de análise das relações econômicas e sociais. Reificamos o econômico como sendo a variável forte da equação e diminuimos o social como se estas relações importassem menos.

Falamos sempre de “crise da borracha”, da “grande crise da economia amazônica”, ou mesmo da “estagnação do Amazonas”, da “estagnação de Manaus” e não percebemos que em quaisquer dos casos a cidade de Manaus permaneceu existindo e vivendo suas relações sociais no espaço e produzindo uma vida urbana.

O que estava sendo produzido nesse vivido eram relações sociais entendidas aqui dentro da “ordem próxima” e no que se refere ao econômico também vivíamos em uma “ordem próxima” (Lefebvre, 2008). Qual seria o motivo da confusão então? É que de fato, com a perda de valor da borracha a sociedade na Amazônia passou por um complexo processo de readaptação da vida social sem o seu principal produto de manutenção da ordem econômica exportadora, que deixou de ser uma “ordem distante” ligada e se relacionando com o resto do país e com o mundo

através dos portos de Belém e Manaus, para passar a ser uma “ordem próxima”, deslocou-se da “economia mundial” e passou a ser uma “economia mundo”, local, regional onde o vivido – de alguns poucos, foi deslocado do externo para o interno (Braudel, 1987). Só que, esse vivido foi deslocado apenas no imaginário das elites, pois, as classes menos favorecidas já não dispunham mesmo da possibilidade de usufruir as relações econômicas e sociais da “ordem distante” e suas benesses.

O motivo então para que o discurso produzido se fixasse na desgraça, na dor, na perda de todo o vivido anterior que era e foi no imaginário social um verdadeiro “fausto” (Dias, 1999) estava posto. Como consequência esquecemos Manaus e a vida vivida no seu cotidiano nos períodos em que não estávamos ligados economicamente a uma ordem distante, o recorte temporal de nosso trabalho.

São esses momentos que nos interessam. O longo período em que a cidade de Manaus esteve imersa em suas relações locais de forma mais intensa, ainda que nunca tenha estado isolada do resto do país. O que as elites construíram como discurso explicativo da ausência de vida pensante, da ausência de uma economia, de um marasmo social, e outras formas negativas de ler a história da cidade são formas de contribuir para que não tivéssemos possibilidade de construir uma autonomia e um caminho próprio como parte de uma determinada identidade local e nacional. Reforçamos com estas atitudes a dominação e fizemos vencer o discurso hegemônico, válido até hoje de que temos de ser conduzidos rumo ao futuro. Como no poema de Paulo Leminski... “pelos caminhos que ando; um dia vai ser; só não sei quando”.

Ao voltar-se para a ordem próxima, para o local, para o interior do Estado, a cidade de Manaus construiu outras relações comerciais e de serviços. Novos agentes se tornaram hegemônicos, novos agentes passaram a dominar o comércio, outras parcerias foram construídas entre classes, entre famílias, entre pessoas.

A compreensão de um modo de organização dos espaços dependerá talvez das formas culturais, do ponto de partida que está norteando o olhar do observador, ou de quem conta a história. Porém, essa compreensão sempre estará associada a outros fatores importantes como, por exemplo, as capacidades de articulação dos

que estão no poder e suas capacidades de produzir um discurso de justificação desse modo de organização.

Nos diversos momentos históricos da cidade de Manaus, este ponto de partida dialógico do contato entre diferentes culturas, diferentes memórias dos espaços, e das culturas dos usos dos espaços nos cotidianos vividos esteve, por uma clara discrepância de poder entre os que estavam lutando por esta hegemonia. Como dissemos anteriormente, e baseados na estruturação das diferenças geradas pelo trabalho como situação definidora da posição de classe; esse domínio, das classes mais abastadas, dos que tinham influência na política, dentre outras circunstâncias e forças de construção do discurso, nesse caso qualitativos destes que estão construindo naquele momento a vida.

Somos uma cidade de produção, fabril quase no sentido mesmo das cidades inglesas do século XIX, dadas as primárias relações de trabalho e de produção (transformação) do nosso distrito industrial de Manaus, como o próprio nome já diz; Polo Incentivado de Manaus. A Indústria no Amazonas não pesquisa, não renova e não busca outros meios para a transformação da produção em conhecimento. Nosso conhecimento produzido no campo da Educação agora que engatinha em direção a reflexões críticas sobre toda essa situação.

Somos uma cidade sem a capacidade de pensar e gerir a circulação desse capital econômico e social que perpassa toda a vida da cidade como se fossemos, nós, diante desse cotidiano, como o personagem de Simmel no seu texto “o estrangeiro” (Simmel, 1989) em atitude blasé.

Bem a calhar, Waizbort (1999) comentando a obra do sociólogo alemão Georg Simmel anota que o social é “um conjunto de relações” e que a vida em sociedade sempre é construída de forma “relacional”. A construção de uma determinada circunstância, como a atitude política frente às relações de poder é construída pelas relações que se repetem e reproduzem ao infinito gerando uma prática complexa, mas essencial para o amadurecimento social e político dos grupos sociais, especialmente os que vivem a vida urbana (Lefebvre, 2008).

Em Simmel, diz Waizbort (1999) “a unidade, e, portanto o todo, consiste na interação das partes” e se não temos em nossa vida social que passou e na que vivemos estas práticas sociais da construção do conhecimento, da reflexão histórica, das relações construídas a partir de uma vivência cotidiana embebida das práticas políticas de participação, de construção de uma visão de mundo que nos ajude a construir sólidas (ainda que fluídas claro; pois a vida social é processo) identidades sociais, então seremos sempre “estrangeiros” dentro de nossa sociedade, seremos passageiros dessa viagem pelo tempo da vida social e principalmente urbana, pensando Manaus, a cidade hoje, inserida no mundo capitalista.

Segundo Waizbort “Como a interação é sempre e principalmente uma relação mútua e múltipla, e que se estende infinitamente, o resultado disso é que o todo está sempre em processo, móvel, *é um tecido que se tece continuamente*. É nesse sentido que, de relação em relação, o mundo de Simmel torna-se um mundo de relações” (Waizbort, 1999:99). É aí que em nossa opinião reside o problema.

Não completamos recorrentemente, de forma profunda os processos de amadurecimento de nossas relações, culturais, educacionais, e até na construção de um imaginário social; para aí então passarmos de uma à outra as fases do processo de tecer este bordado social no tempo histórico. Como disse o próprio Machado de Assis no romance Esaú e Jacó: “o tempo é um tecido invisível onde se pode bordar tudo, uma flor, um castelo, um túmulo. Mas também se pode bordar nada. Nada bordado no invisível é a mais sutil das criações, deste e de outros mundos”.

Tomaremos o cuidado no final do capítulo de não ceder às sutilezas excessivas, mas vale lembrar que estamos falando de uma cidade onde para além das teorias vivemos nela toda a infância e construímos nela todo o processo de amadurecimento e elaboração de nossa visão de mundo. Enche-nos de angústia ver o que somos no cotidiano diante das opções que se apresentam continuamente e o que causa nosso despreparo para o futuro.

Agnes Heller (1992) mostra o quanto pode ser ingrata a situação de um determinado grupo social que não está preparado para o seu tempo histórico:

“O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. *O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais*. Todo acontecimento é irreversível do *mesmo modo*; por isso, é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas, o tempo decorre em alguns casos ‘lentamente’ e em outros ‘com maior rapidez’. O que se altera não é o tempo, mas o *ritmo* da alteração das estruturas sociais. Mas esse ritmo é *diferente* nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história” (Heller, 1992: 03)

O que a autora chama de “esferas heterogêneas” são as relações de produção que estão continuamente relacionadas e se relacionando em uma construção também infinita; assim como as relações sociais nas partes e no todo para Simmel, e que envolve uma “alteridade” entre elas.

Assim, a “produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte – encontram-se entre si na relação de primário e secundário”; segundo Heller (1992), “o desenvolvimento das forças produtivas é uma instância primária com relação ao desenvolvimento da estrutura total da sociedade” o que nos leva a imaginar que se não desenvolvemos nossas próprias capacidades de, em um determinado tempo, um ponto qualquer de nossa história social de tomarmos nossas próprias decisões e através de nossas escolhas produzirmos nossas “hierarquias entre as esferas heterogêneas” da vida em relação ao modelo do momento das relações de produção seremos estrangeiros em nossa própria terra, não teremos capacidade de participar da construção de nossas cidades e de nossa vida urbana em igualdade de condições com os que elaboram as estratégias e o modo de vida e discursos hegemônicos.

Não temos um projeto social e político para nosso Estado e muito menos ainda para nossa principal cidade. Se há um projeto com alguma certeza deve estar sendo pensado e gestado por uma estrita elite local e nacional, e o desconhecemos ou pelo menos não o lemos com clareza suficiente para análise.

Por que é importante perguntar isso? Como essa situação se conformou e aconteceu historicamente? Não temos a intenção de responder a estas questões pelo menos nesse trabalho, mas teremos de enfrenta-la se queremos compreender

a cidade de Manaus em sua história urbana, sua constituição espacial e na sua própria geografia do poder em relação ao Estado Nacional.

Como seres vivos da Amazônia, dessa Amazônia urbana representada por Manaus, Belém, Rio Branco, Boa Vista, Porto Velho, Macapá, Santarém, dentre outras cidades médias, pequenas ou maiores se for o caso das capitais ou cidades “polo” geradas pela ação do Estado Nacional e suas políticas públicas; não temos conseguido ao longo de tempo de nossa existência construir um projeto de civilização que esteja desatrelado da lógica de ocupação, exploração e destruição da Amazônia nos seus diversos momentos históricos (Cardoso & Muller, 1978).

A controvérsia se dá justo aí, pelo fato de que somos e fomos historicamente sempre uma longínqua periferia do sistema mais amplo do capital e das políticas do Estado Nacional. As cidades amazônicas foram surgindo dentro do processo de ampla escala da ocupação do território nacional, na política de ocupação e exploração do Estado Português primeiro e depois do Estado brasileiro e das elites locais e nacionais.

Ítalo Calvino dá um sábio conselho aos que indagam sobre as cidades. Guardamos das cidades “as respostas que dá às nossas perguntas” (Calvino, 1998: 44). Estas perguntas podem ter diversas circunstâncias. Podemos perguntar sobre a economia nas cidades, podemos perguntar sobre a cultura ou podemos perguntar sobre memórias nas cidades. Todas as respostas estariam interligadas.

Os poetas responderiam a maioria deles espacializa e localiza em um tempo sua poesia, quase sempre nas cidades. Os sons, cores e cheiros nas cidades responderiam. Lemos os romances em que as cidades são o cenário. Se estivéssemos a perguntar sobre a vida cotidiana - o crime, por exemplo, qual a sua natureza e tipologias, por certo jornais dariam boas respostas e os arquivos e relatórios da segurança pública aprofundariam as tipologias e as espacializações nas cidades dos crimes cometidos.

Existem perguntas em que temos de articular um conjunto de conhecimentos e argumentos e localizá-los em um campo de múltiplas interfaces do conhecimento.

O que saber das cidades dependerá do recorte teórico e temporal em que localizarmos nossas perguntas.

Ao longo de sua existência as cidades mudaram, transformaram-se em diferentes arranjos espaciais e diferentes articulações de seus modos de produção, mediadoras que eram em algum processo histórico e geográfico mais amplo.

Tornaram-se cidades mercantis, burguesas e depois capitalistas? O que eram antes dos processos de transformação? Eram pequenos núcleos ou vilas longe da civilização? Quanto tempo permaneceram assim, ou mesmo se em algum momento involuíram e deixaram de ser cidades ligadas a uma dinâmica externa, maior, de outra escala? E se esta situação, da escala local foi mesmo uma involução? O que saber? O que perguntar? A quem perguntar?

O certo é que as cidades surgem de um conjunto histórico de circunstâncias que podem levar tempos (ritmos) diferentes de maturação para consolidar-se e torná-las cidades de fato.

Ao construirmos a análise dos discursos que explicaram e explicam o processo de produção do espaço urbano da cidade de Manaus em um determinado recorte histórico, a todo o momento vamos ter de usar diversas escalas de análise dos processos de espacialização da vida social. Tomaremos cuidado com pantanoso terreno da discussão sobre a Amazônia e o Brasil, a Amazônia e o mundo globalizado, mas sempre estaremos falando a partir de um lugar, em relação a uma cidade, para tentar perceber e elaborar uma reflexão sobre como Manaus se posiciona dentro de cada quadro de épocas diferentes e suas relações econômicas e sociais.

A produção e o consumo na cidade de Manaus, as formas de espacialização dessa produção e desse consumo, se estão ora na escala local, ora em uma escala mais ampla será nosso foco. Pretendemos mostrar que houve uma vida social na cidade no período estudado e que esta vida produziu uma cidade com diversidade de formas de conformação da vida social no espaço criado, concebido culturalmente, ainda que esta produção possa ser renegada como algo menor e não significativa, como produto de um período “estagnado”.

No entanto, achamos que na cidade de Manaus a vida social não elaborou o que Lefebvre chama de “sociedade urbana”. Segundo o autor essa “expressão ‘sociedade urbana’ não pode ser empregada a propósito de qualquer cidade ou *cit*, na perspectiva assim definida ela designa uma realidade em formao, em parte real em parte virtual, ou seja, a sociedade urbana no se encontra acabada. Ela se faz. uma tendncia que j se manifesta, mas que est destinada a se desenvolver” (Lfebvre, 2008:81).

A “sociedade urbana” ento, como um processo, possui um conjunto de relaoes, sejam culturais, jurdicas, de produo, econmicas, mesmo um estatuto normativo da prpria relaoo entre cidades nessa forma da vida social mediada pelas cidades.

Acontece que pensamos no existirem em Manaus, em nenhum dos momentos de sua histria, os elementos necessrios, ou seno parte deles, para faz-lo no cotidiano que constri a vida na cidade do que Lefebvre chama de “sociedade urbana”.

Manaus uma cidade por certo, um lugar de produo e consumo, e bem provvel que existam grupos sociais que at vivam no cotidiano o conjunto de sentimentos, sonhos, desejos, atitudes e aoes de uma “sociedade urbana”, mas a cidade como um todo em suas relaoes e mediaoes com outras escalas e redes de cidades, lugares e grupos sociais infelizmente no.

O processo de transformao e depois transioo para outro tipo de conformao das relaoes do homem com a natureza que fazem surgir o espao como materializao de uma produo humana, e conseqentemente em seguida – no longo tempo da histria social, a transformao e transioo dai at s cidades no mundo agrcola, um processo de difuso de valores, de tcnicas e de relaoes econmicas entre os grupos.

Ocorre que toda essa dinmica se deu entre grupos que no conflito ou no comrcio, ou um por causa do outro foram absorvendo, trocando e materializando os espaos de forma sempre dinmica a partir de um arranjo inicialmente do grupo primrio e depois no grupo j embebido de valores de outros grupos, mas sempre

em um mesmo tempo histórico, vivendo de forma bem próxima um mesmo conjunto de valores e como Agnes Heller define em relação ao tempo dessas mudanças:

“Então a que se deve, apesar disso, a aparência de finalidade objetiva e até mesmo, com frequência, de “sentido” da história? Resposta: ao caráter substancial da história, à construção dos valores sobre a base de outros valores. A partir do momento em que o homem produziu as possibilidades de sua própria essência, ao elevar-se através da hominização, acima do reino animal *pode realizar apenas precisamente essas possibilidades*. Uma vez que as realiza, em qualquer das direções possíveis, já não pode mais perdê-las do ponto de vista do desenvolvimento histórico global. Desse modo, surge a aparência de que nos encontramos em face do estranho plano de um arquiteto, em face da “astúcia da razão”. Não podemos conhecer a meta da história, nem sua necessidade (se interpretada sem alternativas), caso em que sua representação aparece como secretamente idênticas à representação teleológica. Mas podemos estabelecer a possibilidade de um subsequente desenvolvimento dos valores, apoiar tal possibilidade e, desse modo, emprestar um sentido à *nossa história*” (Heller, 1992: 15).

O “sentido à *nossa história*” é que precisamos repensar em face de todas as múltiplas possibilidades do mundo atual. O que acontece é que os tempos históricos do processo de colonização da Amazônia, seus valores, e suas formas de espacialização, os portugueses de um lado, os nativos³¹ de outro, eram muito diferentes e irreduzíveis uns aos outros, o que gerou uma violência simbólica, no sentido mesmo de Pierre Bourdieu (1989).

O projeto colonial português e depois o Estado e as elites brasileiras, com nossa anuência matou, literalmente e simbolicamente, a raiz de nossas possibilidades históricas de construção da compreensão sem submissão de uma substantiva e não adjetiva realização de “valores sobre a base de outros valores”.

Agnes Heller, no entanto nos alerta sobre as “possibilidades” e “direções” possíveis da realização humana na história, e não estamos lamentando, apenas

³¹ Ver a nota mais a frente.

constatando esse sentido tomado pelo processo de desenvolvimento de nossa história. Não cremos que poderia ter sido diferente, porém não podemos deixar de pensar que o tempo corrente carrega ainda hoje essa perda. Por isso afirmamos a não existência de uma “sociedade urbana” na vida cotidiana de Manaus.

Existem muitas formas de observar uma realidade social. A leitura é uma construção e como tal vamos procurar no vivido os indícios e fatos que podem ser usados, em confrontação com os conceitos e noções para daí abstrair vilas, aldeias, cidades ou metrópoles “O real é que existe e, segundo referências teóricas e metodológicas, o pesquisador o interpreta. É esse o sentido que deve ser dado à idéia de reconhecer metrópoles. Afinal, o que é que ao ser examinado pode ser interpretado como metrópole?” (Lencioni, 2006:43).

A história que conhecemos da cidade de Manaus nos leva a acreditar que é possível construir outra interpretação sobre esses mesmos fatos. Cremos que muitos dos autores “examinaram” a cidade com suas interpretações já consolidadas e construídas e foram buscar no real “que existiu e existe” o real que queriam construir.

Construímos todos, os amazonenses intérpretes de nossa realidade, ou mesmo outros que leram a Amazônia, interpretações sobre Manaus que tomavam a vida social, suas leis, regras e processos históricos como manifestação das relações do tempo presente, muitas vezes reificados e perfeitos, presos que estavam a uma tênue percepção do passado e de seu peso sobre as atitudes dos indivíduos dentro das dinâmicas próprias de suas classes e seus lugares na vida social.

Se estagnação houve, não pode ter sido um problema geral do processo civilizacional do ocidente, tem que ter sido um problema nosso, de não compreensão, de não adaptação, dentre outras formas de ler os nossos fracassos como sociedade. E temos também que tentar perceber que talvez nem tenha sido um problema, apenas um movimento da história ao qual não estávamos em nossa estrutura mentais habilitados a lidar com ele.

A impressão que temos é que não temos uma raiz histórica, nossa história parece sempre deslocada e descolada da história vivida, que aconteceu articulada e

em uma escala bem maior do que costumamos olhar para ler o real. Em um verbete da curiosa “pequena enciclopédia Nenhum Brasil existe” Carlos Guilherme Mota vai criticar essa atitude em relação à história do Brasil e fazemos nossas suas palavras:

“Após três séculos de colonialismo do tipo *Ancien Régime* e quase um século sob o chicote dos Bragança (D. João VI, Pedro I e Pedro II, este exilado em 1889, pela República), muitas das estruturas administrativas, políticas e culturais da ordem colonial remaneceram na vida social da nação brasileira independente. Os quadros mentais são prisões de longa duração, dizia Fernand Braudel ex-professor de História Moderna e Contemporânea em nossa Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Com efeito, a Primeira República (1889-1930) consagrou o herói da raça branca como o tipo-ideal defendido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, fazendo com que, como num passe de mágica, nos desfizéssemos de quatro séculos de escravismo. A despeito das denúncias do negro Lima Barreto e do mulato Euclides da Cunha na virada do século passado, da brutalidade e rusticidade de Canudos, dos cortiços e dos inúmeros movimentos sociais dos condenados da terra, foi essa a visão do paraíso branco que prevaleceu na nossa estranha *Belle Époque*. No Brasil, as vanguardas, inclusive as da semana de 22, eram brancas, com exceção do negro Mário de Andrade, que no fim da vida lamentou: ‘meu aristocracismo me puniu’” (Mota, 2003:393).

A estranha “visão do paraíso branco” também prevaleceu no imaginário social na construção da história do Amazonas e da cidade de Manaus. O que estamos criticando é justamente esse aspecto, não é possível reconstruir os processos de produção do espaço urbano das cidades Amazônicas, dentre elas Manaus, sem considerar essa “prisão de longa duração” que são os “quadros mentais”, pois eles são fundantes para as construções sociais do vivido no espaço geográfico.

No Amazonas, assim como na Amazônia e em alguns aspectos em outras Regiões do imenso território da Nação brasileira, as tecnologias em diferentes tempos históricos puderam ditar o uso do espaço, e atreladas a elas uma cultura hegemônica das elites.

Ocorre que essas tecnologias podem e assim o fizeram, ter diminuído o tempo da integração e da vida dessas longínquas regiões, trazendo de alguma forma uma maior eficiência na ação do Estado e do Capital, mas não acabaram com

as realidades sociais, limitações espaciais da geografia física dos lugares; como por exemplo, o avião, a internet, os cabos de fibra ótica, que até diminuem as distâncias entre o mundo e Manaus, mas não diminuem as distâncias entre Manaus e o interior do Estado do Amazonas.

Esse é um problema recorrente na história local e na história do Brasil. Já era conhecido e analisado desde as últimas décadas do século XIX e depois nas décadas de 1960 e 1970 em outra perspectiva política; por autores brasileiros ou não o fato de que o Brasil tornou-se um vasto território pouco integrado.

Não pensamos o país como um conjunto de ilhas, mas a frágil integração e ligação era uma realidade, basta lermos os relatórios das missões científicas e exploratórias em todo o país ou mesmo textos sobre as missões do Marechal Rondon. Como nos mostra Richard Morse:

“As redes urbanas desenvolveram-se debilmente. Com frequência, eram formidáveis as barreiras geográficas opostas às comunicações regionais, enquanto a política mercantilista da coroa pouco fez para estimular os centros de produção econômica complementar. As cidades no Novo Mundo tenderam a ligar-se individualmente às metrópoles e a isolar-se umas das outras” (Morse, 1970:12).

Na Amazônia, com as vastas extensões, a concentração de cidades nas calhas dos principais rios da região, e não poderia ser diferente, o tempo geográfico dessa relação ainda continua sendo o dos rios e daí se deveriam tirar proveitos econômicos e sociais dessas dinâmicas. Mas o que temos no Amazonas é Manaus hipertrofiada, concentradora da quase todas as estatísticas sociais e econômicas que se quiser pesquisar. Uma Cidade-Estado, quase.

A capital do Amazonas vive, senão totalmente, um tempo das tecnologias, um tempo veloz (nem tanto) das relações de circulação do capital e das mercadorias, além de outras funções urbanas e o interior vive o tempo das viagens de caravelas, um tempo lento, na verdade como nos mostrou Agnes Heller um ritmo lento.

Para Henri Lfebvre (2008) as cidades surgiram em um longo e complexo desenvolvimento das relaes de homens com a natureza. Para ele a natureza fugidia e “escapa ascendncia da ao racionalmente realizada”, a natureza “ aquilo que foge; atingida atravs do imaginrio” e como tal faz parte de relaes; como nas culturas dos povos nativos³² da Amrica, com uma complexidade simblica e cosmolgica jamais imaginada pelos europeus quando aqui aportaram.

Natureza letra complexa, palavra de difcil formulao conceitual, cultural e ao mesmo tempo sentimento de uma esttica primordial, do viver momentneo anterior ao prprio definir dela mesma. Maurice Merleau-Ponty pergunta:

“Pode-se legitimamente estudar a noo de natureza? No ser ela apenas o produto de uma histria ao longo da qual adquiriu uma srie de acepes que terminaram por torn-la ininteligvel? No ser intil buscar num sentido nico o segredo da palavra? No recairmos sob a mesma crtica de Valry quando ele dizia, aproximadamente, que a filosofia apenas o hbito de refletir sobre as palavras no suposto de que elas tenham sentido, o que ilusrio porque cada palavra sofreu deslizamentos de sentido? Seria preciso ater-se a histria dos equvocos sobre o sentido das palavras. Mas estas mudanas foram fortuitas? No haveria alguma coisa que sempre foi visada, no expressa, por aqueles que empregavam as palavras? No seria preciso conceder linguagem uma vida que no seria nem fortuita, nem um desenvolvimento lgico imanente?” (Merleau-Ponty, 2001: 69)

No sentido de Henri Lfebvre a natureza est empregada como uma noo de ligao entre os momentos descritos pelo autor para compreender um processo de transformao das relaes econmicas, sociais no espao, na vida produzida e construda no espao, que ao ser construdo vira espao, deixa de ser natureza.

³² Nativo aqui uma noo pensada no sentido mais lato da palavra: natividade, do que nasce e nativo de algum lugar. Em um belo livro “Linha de F” sobre a Companhia de Jesus e a escravido no Processo de Formao da Sociedade Colonial no Brasil, Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (2011) nos mostra que “o termo ndio s comea a ser empregado na segunda metade do sculo XVI, primeiro como adjetivo (Montaigne, por exemplo, emprega o qualificativo amerndio em seu ensaio sobre os canibais, *Essais*, I, 32), e somente no sculo XVIII como substantivo. (...) Outros termos empregados de maneira recorrente so *gentio*, *brasil* e *brasileiro*.” (Zeron, 2011: 23) Escolhemos usar nativo no sentido de quem nasceu no lugar, naquela terra, apenas para retirar qualquer sentido outro que no o de primazia.

O mais interessante, da leitura de Maurice Merleau-Ponty é que ao questionar a própria validade de se é possível “estudar a noção de Natureza” e afirmar a noção sendo apropriadas de diferentes formas ao longo do tempo, com diferentes “acepções” que a tornaram “ininteligível”; ele elabora uma proposta, um jogo e propõe uma complexa operação: salvar o significado e manter o signo.

Ora, ao apropriar-se dela, Henri Lefebvre capturou o instantâneo, congelou o significado de oposição entre natureza e espaço, no sentido que para ele era mais interessante para descrever o processo de transformação do espaço: a de que natureza é algo anterior, não construído, não absorvido. Que ao fim é a mesma operação teórica que Maurice Merleau-Ponty fez, mostrando que a natureza:

“É auto-produção de um sentido. A Natureza é, pois diferente de uma simples coisa; ela tem um interior, se determina a partir de um dentro; donde a oposição do “natural” e ao “acidental”. E, entretanto a Natureza é diferente do homem; ela não é instituída por ele, ela opõe-se ao hábito, ao discurso. (...) Natureza é o primordial, quer dizer, o não-construído, o não-instituído; donde a idéia de uma eternidade da Natureza (eterno retorno), de uma solidez. A Natureza é enigmática, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. Ela não é solo, não aquilo que está diante, mas aquilo que nos carrega.” (Merleau-Ponty, 2001: 69)

Lugar do medo e das fantasias tanto para os nativos, quanto para os que vinham do velho continente, no entanto essa mesma natureza, que já no século XVI na Europa havia sofrido grave processo de depredação e domínio influenciou - não esqueçamos de que o mar fazia parte desse imaginário da natureza fora da cultura, o modo como esses aventureiros lidaram com o espaço da natureza no novo continente.

Indissociável do corpo, das mentes, dos rituais e de diversos outros aspectos da cultura nativa, o espaço era a natureza e fazia parte da vida cotidiana de uma forma intensa e unívoca. Era na verdade mais um membro do grupo social, carregado simbolicamente de significados como nenhum outro membro humano, mais ainda porque nos espaços se dava a vida. O espaço oferecia os produtos, a

mãe terra³³, a água e todos os elementos da natureza compunham esse lugar infinito e total. A escala desse lugar era a vida vivida.

Para os europeus, esse tipo de convivência e simbiose deve ter parecido perigosa, pois se os objetivos eram a apropriação da própria natureza, de seus produtos, de sua riqueza, e ao fim a apropriação do espaço feito política determinado pelas extensões incorporadas aos impérios português e espanhol, então uma relação como essa deveria ser “civilizada”, “domesticada” e incorporada também como mais um produto – o ouro, a prata e também os homens, feitos força de trabalho, no rol das riquezas aqui “descobertas”.

Mircea Eliade descreve o contato de homens com os espaços a que não estavam acostumados, espaços que não eram culturalmente percebidos, apreendidos. Para esses europeus, segundo a descrição do autor deve ter sido o novo espaço encontrado na Amazônia:

“Um território desconhecido, estrangeiro, desocupado (isto quer dizer muitas vezes: desocupado pelos “nossos”) participa ainda da modalidade fluída e larvar do “Caos”. Ocupando-o e, sobretudo, instalando-se o homem transforma-o simbolicamente em Cosmos mediante uma repetição ritual da Cosmogonia. O que deve tornar-se o “nosso mundo”, deve ser “criado” previamente, e toda a criação tem um modelo exemplar: a Criação do Universo pelos Deuses.

³³ Os povos que compunham as culturas nativas da Amazônia à época do processo de colonização, mesmo no início quando apenas havia fortificações, poucos religiosos e o Estado Português era menos intenso em suas investidas naquelas longínquas paragens, eram povos de culturas pré-agrícolas, no sentido de agrícola tomado por Henri Lefebvre (2008), como sendo a transição entre a natureza e o espaço produzido, cultivado tendo a natureza sido transformada, e produtos da terra tendo sido produzidos, como processos; e, sobre estes povos Mircea Eliade (Eliade, s/d: 31) considera que: “É evidente, por exemplo, que os simbolismos e os cultos da Terra-Mãe, da fecundidade humana e agrária, da sacralidade da mulher, etc., não puderam desenvolver-se e construir um sistema religioso amplamente articulado senão pela descoberta da agricultura; é igualmente evidente que uma sociedade pré-agrícola, especializada na caça, não podia sentir da mesma maneira, nem com a mesma intensidade, a sacralidade da Terra-Mãe. Há, portanto, uma diferença de experiência religiosa que explica diferenças de economia, de cultura e de organização social; numa palavra, pela História. Contudo, entre os caçadores nômades e os agricultores sedentários, há esta similitude de comportamento, que nos parece infinitamente mais importante do que as suas diferenças: tanto uns como outros vivem num Cosmos sacralizado, uns como outros participam de uma sacralidade cósmica, manifestada assim no mundo animal como no mundo vegetal. Basta comparar as suas situações existenciais à de um homem das sociedades modernas, vivendo num Cosmos des-sacralizado, para nos darmos imediatamente conta de tudo o que separa este último dos outros” (Eliade, s/d: 31).

Quando os colonos escandinavos tomaram posse da Islândia (land-náma) e a arrotearam, nem consideraram este empreendimento como uma obra original, nem como um trabalho humano e profano. Para eles, o seu labor não era mais do que a repetição de um acto primordial: a transformação do Caos em Cosmos, pelo acto divino da Criação. Trabalhando a terra desértica, eles repetiam de facto o acto dos Deuses que haviam organizado o Caos, dando-lhe uma estrutura, forma e normas.” (Eliade, s/d: 45)

Esses contatos, violentos a maioria das vezes, contatos de estranhamento entre culturas, tônica de todo o período em que os europeus estiveram na Amazônia antes do século XIX - onde mais intensamente o império português formata o território do Brasil e instala um aparato da burocracia do Estado, ainda frágil, mas existente; foi um exercício de construção de identidades, de demarcação de fronteiras culturais, espaciais e de domínio dos espaços que se tornaram territórios de poder.

As cidades implantadas precisavam de um forte arcabouço burocrático-político. Eram sedes autossuficientes em termos de governança, de Governos sem governados. Estes, quando aldeados, ou “descidos”, não entendiam, pela diferença entre as lógicas de formatação dos espaços e da cultura aquelas práticas de construção dos espaços que havia desestruturado sua cosmogonia.

Nesse limbo, estranho e caótico, para os povos nativos, em que aparecem “outros”, lá do outro espaço, dos outros lugares simbólicos, que vem incomodar, perseguir, ajusta-los a uma lógica estranha. Lugares de passagem, esses limbos, lugares sem lugar.

Penumbras que se apoderaram dos antigos espaços, da civilização dos nativos, formatados a partir de outros mundos, outros espaços com que vem aprisionar a todos, os nativos, outros brasileiros que estavam por algum motivo na região e os próprios portugueses em certas circunstâncias.

Mircea Eliade nos mostra por fim que são irredutíveis esses dois mundos, que o produto das relações entre culturas não é o novo que avança mesmo dessacralizando. Após a conquista esse rompimento do sagrado pelo profano leva a

outra escala de definição dos espaços. Esse processo inicia nosso desterro, de seres amazônicos nessa busca eterna por uma identidade cultural, espacial e cosmogônica. Deixemos Mircea Eliade falar por nós mais uma vez:

“O que caracteriza as sociedades tradicionais; é a oposição que elas subentendem entre o seu território habitado – e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca: o primeiro é o “mundo” (mais precisamente “o nosso mundo”), o Cosmos; o resto já não é um Cosmos, mas uma espécie de “outro mundo”, um espaço estrangeiro, caótico, povoado de espectros, de demônios, de “estranhos” (assimilados, aliás, aos demônios e às almas dos mortos). À primeira vista, esta rutura do espaço parece devida à oposição entre um território habitado e organizado, portanto, “cosmizado”, e o espaço desconhecido que se estende para além de suas fronteiras: tem-se de uma parte um “Cosmos” e de outra parte um “Caos”. Mas ver-se-á que, se todo o território habitado é um “Cosmos”, é justamente porque foi consagrado previamente, porque, de um modo ou de outro, tal território é obra dos Deuses e está em comunicação com o mundo dos Deuses. O mundo (quer dizer: “o nosso mundo”) é um universo no interior do qual o sagrado se manifestou já, onde, por consequência, a rotura dos níveis foi tornada possível e se pode repetir. É fácil compreender porque é que o momento religioso implica o “momento cosmogônico”: o sagrado revela a realidade absoluta, e ao mesmo tempo torna possível a orientação, portanto funda o mundo, neste sentido que fixa os limites e por consequência estabelece a ordem cósmica.” (Eliade, s/d: 43-44).

Nesse processo de profanação de mundos, de cosmogonias, saíram (os nativos da Amazônia, e os das classes menos favorecidas por consequência de todo o processo) sempre perdendo, e por vários motivos. Não conseguiram refundar uma cosmogonia. A reconstrução de seus tempos míticos dependeu demasiadamente do ritmo das relações econômicas e sociais e dos interesses políticos do conquistador.

Na medida em que aconteciam as dinâmicas do local versus o global o ritmo era acelerado ou tornado lento de acordo com as conveniências. Ficaram sempre sem escalas para relacionarem-se com o espaço que era ao mesmo tempo novo, de colônias, fazendas, vilas, cidades e ao mesmo tempo mítico, pois os produtos explorados – o espaço (Cosmos) entre eles eram conhecidos desde tempos imemoriais. Tinham adquirido valor de troca e eles não sabiam.

Cristóvão Fernandes Duarte em um texto sobre “a dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço” em que analisa a obra de Henri Lefebvre anota que para o filósofo a periodização do tempo histórico era dividida em:

“três grandes eras: a era agrária (relacionada à sacralização do solo e ao espaço mítico), a era industrial (relacionado ao espaço como valor de troca) e a era urbana (relacionada ao processo de construção da sociedade urbana). A cada uma dessas eras o autor associa a constituição de um espaço específico. Temos assim, respectivamente, o espaço absoluto (era agrária), o espaço abstrato (era industrial) e o espaço diferencial (era urbana).” (Duarte, 2006: 29)

Essa periodização foi pensada para as civilizações que concentravam suas relações com o mundo europeu. Alguns lugares da Ásia, dentre outras civilizações já haviam de algum modo passado pelos mesmos processos, que foram aprofundados e moldados pelo mundo dito “civilizado” da Europa. Mas eles já conheciam algumas das ciências como a matemática e o cálculo, a astronomia e algumas das artes como a cerâmica e a pintura.

Possuíam uma relação comercial com outras civilizações e principalmente relações políticas de mando, de dominação entre povos. Na América, essa passagem foi de imposição, os produtos a seres explorados raramente eram manufaturados em uma perspectiva que não fosse simbólica ou sagrada.

A natureza deixa de ser espaço imaginário e passa a ser uma “paisagem como obra” (Lefebvre, 2001:67). O agricultor, o campo muda o que é a natureza para esses homens e estes por sua vez mudam construindo coisas, obras, e produzindo vida em outras condições de relações produtivas, econômicas e sociais. Como decorrência, as cidades vão concentrando atividades, diversificando o trabalho e as técnicas, aumentando as relações entre os grupos.

Concentram grandes quantidades de produtos e pessoas nestas relações de produção e consumo. O importante é “o movimento complexo pelo qual a cidade

política utiliza o caráter sagrado-maldito do solo a fim de que a cidade econômica (comercial) o profane” (Léfebvre, 2001: 68).

Primeiras viagens, primeiros contatos, acima de tudo primeiras impressões que deram o claro tom do que iriam enfrentar. Portugueses e espanhóis tiveram na religião e na igreja sua instituição, veículos importantes no processo de ocupação.

Poucas cidades de fato, vastas áreas, territórios e apenas uma ou outra fortificação já que o esforço do império português se deu na ocupação do litoral.

Na Amazônia em função das circunstâncias que se apresentavam ao colonizador a lentidão do processo foi o fator determinante da tardia ocupação através da construção de vilas e cidades.

Esse processo não se deu de fato de um momento para outro. Mesmo no tempo e lugar histórico objeto dos principais autores que analisaram as cidades e seu surgimento há um consenso sobre o tempo de duração deste evento. Richard Morse faz uma síntese bem clara a esse respeito:

“A diferenciação entre a cidade e o campo não significa descontinuidade abrupta. As cidades da baixa Idade Média não foram criadas por um intuito imperial racionalista, mas por crescimento espontâneo, que as entrosava com as economias regional e continental. A este entrosamento corresponde uma lenta sedimentação interna de funções” (Morse, 1970:09).

O que interessa reter aqui é a “lenta sedimentação interna de funções”. Como dissemos antes, o tempo social de cada um dos que foram atores nessa grande encenação épica que foi a longa ocupação e exploração da Amazônia não era o mesmo.

O modelo de ocupação com fazendas de religiosos, de colonos e com vilas e cidades quando estas finalmente aconteceram na Amazônia no processo colonial português era não contínuo; sem uma proposta da metrópole para ocupar as novas terras. Como nos mostra Morse essa colonização através das vilas e cidades “se

processou aos saltos, e não como um avanço sistemático da fronteira colonizadora” (Morse, 1970:10).

Estamos crendo que esse processo formatado desta forma foi um dos causadores dessa descontinuidade também na formação de um imaginário contra hegemônico na vida social local.

Movimentos sociais de protesto contra a exploração, pobreza, miséria, falta de infraestrutura nas colônias houve, importantes inclusive como a cabanagem, na Província do Grão-Pará de 1835 até quase 1840, mas não consolidaram nas cidades a “lenta sedimentação interna de funções” o que prejudicou, além de muitos outros fatores o avanço das ordenações sociais, as diferenciações de classe entre as classes menos favorecidas, a formação de uma cultura escolar e administrativa e por fim a formação de uma elite local – não portuguesa ou europeia.

No próximo capítulo trabalharemos com a formação do território do Estado do Amazonas, as consequências desse processo para a cidade de Manaus e como no geral a sociedade consolidou sempre um incompleto modelo de organização da vida social que sempre geraram lapsos de memória, esquecimento de longos períodos dessa história. Para que o painel seja amplo e elucidativo vamos nos valer de dois personagens históricos desse processo a Igreja Católica e o Estado Português.

PARTE 2 – Por uma aproximação crítica à ocupação da Amazônia e à formação do Estado do Amazonas – a cidade de Manaus e a gênese do esquecimento.

A inquietude de descobrir e de solucionar tornou-se tão atraente e imprescindível para nós como o amor infeliz para aquele que ama: o qual ele não trocava jamais pelo estado de indiferença; — sim, talvez nós também sejamos amantes infelizes! O conhecimento em nós transformou-se em paixão que não vacila ante nenhum sacrifício e nada teme, no fundo, senão sua própria extinção; nós acreditamos honestamente que, sob o ímpeto e o sofrimento dessa paixão toda a humanidade tenha de acreditar-se mais sublime e consolada do que antes, quando ainda não havia superado a inveja do bem-estar grosseiro que acompanha a barbárie.

Friedrich Nietzsche
Aurora, aforismo 429
2004

Esse capítulo pretende analisar o longo processo de formação da sociedade no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus sua capital, suas formas de construir o território e de modo geral as forças envolvidas no longo processo de formação da Amazônia como a conhecemos hoje. Vamos dar ênfase na formação territorial, com suas vilas e cidades, com suas estradas de água que tornam muitas vezes ainda hoje a vida nos espaços do Estado do Amazonas muito complexa e de forma muito acentuada concentram a vida econômica em Manaus, o que na verdade não é produto da criação da Zona Franca e do Polo Industrial de Manaus ao final da década de 1960, mas um processo anterior e quem têm como origem o modo dendrítico e espalhado da ocupação do Amazonas historicamente.

Essa história é sempre multifacetada. Os processos, as dinâmicas, os momentos fundacionais, todo o conjunto de informações, de dados que ao serem descritos e analisados nos mostram uma Amazônia em que as formas de ocupação foram se dando a partir de resposta do poder público às demandas dos agentes que ali atuavam, e que hoje, continuam atuando e a depender das interferências e políticas públicas com seus planos, metas e propostas. Sempre há de haver muitos discursos e versões para o que aconteceu e acontece na Amazônia.

Se as estratégias do esquecimento, das ausências, das formas do lembrar e esquecer estão presentes assim acontece porque nesses momentos, ricos da variedade de agentes e estratégias de ação, ora aliando-se, ora se distanciando para daí retirar algum proveito, nem sempre, nesses movimentos da história – diríamos até que quase nunca, os menos favorecidos foram contemplados. Sua parcela de contribuição para as imagens, memórias, discursos que foram produzidos é silenciosa, foi e é subalterna, foi e é uma posição de explorados.

Estaremos especialmente atentos à importância que teve a cidade de Manaus para este processo. Não podemos deixar de construir também com o mesmo olhar crítico um painel das importantes questões nacionais que estiveram presentes em toda essa história principalmente porque influenciaram de forma muito intensa os problemas enfrentados pelos que viviam na Amazônia em todos os períodos que se queira considerar.

Alguém perguntou ao poeta chileno Pablo Neruda o que ele achava da morte. Dizem que sem pensar ele rapidamente respondeu “A morte não é a maior perda da vida. A maior perda da vida é o que morre dentro de nós enquanto vivemos”. Vamos usar essa bela e intrigante metáfora do poeta para dar os primeiros passos em nosso segundo capítulo. A imagem é forte e significativa. A luminosidade que vem da frase não é intensa no primeiro momento, invade aos poucos, vai incomodando e nos tirando lentamente das nossas zonas de conforto até nos deixar tomados pelo pânico do qual tentamos nos livrar fazendo um balanço de nossa existência em busca do que perdemos ou deixamos morrer.

Aos poucos, a frase ilumina, ela é suave, mas intensa em suas consequências. A Amazônia é assim. Como relatou Euclides da Cunha, em relação à floresta selvagem vista de um barco em que subia o Rio Amazonas. Para quem está em movimento, dentro do barco, parece tudo muito parado, silencioso, esquecido, sem vida. Para quem porventura precise parar nas beiradas, uma vastidão de sentimentos, os mais diversos e intensos, acontecem ao descermos do barco, no mesmo momento sentimentos que invadem, que incomodam que tornam tudo caótico.

Os múltiplos discursos que esclarecem e tentam explicar, na medida do possível a Amazônia, sua vida em todo o vasto território ainda não conseguiram traduzir de forma eficiente suas contradições. E não são sempre contradições por oposição, por dualidade, podem ser dúvidas que advém do excesso ou da falta de conhecimento e informações. É claro que explicar e esclarecer uma vasta região povoada de mitos, de dúvidas, de sombras, mas também de verdades nos parece tarefa improvável. Nem achamos que isso seria possível. O conhecer sobre a Amazônia é por camadas, aos poucos.

Não apenas os discursos criados pela erudição, pelo conhecimento culto, pelo discurso científico, mas também o literário e o discurso do cotidiano, do vivido, do senso comum não a explicam deixando muitas vezes tudo em tons obscuros. Talvez acabem por explorar as contradições como matéria prima.

O que pretendemos fazer nesse capítulo tem a ver com esse modo de conhecer a Amazônia. Vamos tentar explorar contradições, as mortes na cultura, os desaparecimentos de algumas condições econômicas e sociais que proporcionavam um arranjo de poder, político e social. Vamos tentar explorar as dualidades, as oposições; usar mesmo alguns eventos que estejam embebidos dessas sutis nuances - formas de explicar o mundo que sejam produto de um esquecimento, de uma não construção de identidades ou mesmo da negação delas.

Essas contradições são múltiplas e, cada uma delas multifacetada, mas nos arriscamos a dizer que talvez uma das principais contradições de nossa vida social seja a incompletude renitente de nossa formação social, que nos deixa sem certezas, pelo menos aparentes e nos impedem quando é necessário de afirmar identidades.

Essa permanente vertigem não é a vertigem a que nos referimos na apresentação, a vertigem do excesso; ao contrário é a vertigem da falta, do processo social que não se completou, mas que já outro começa, mesmo sem estar presente o novo como potencialidade no antigo, ou seja, sempre começamos do marco zero, da cosmogonia primária, como se tivéssemos que nos reinventar em cada ponto de inflexão de nossa história social, geográfica, territorial.

É a vertigem enfim, do que foi esquecido, da memória que não se constitui porque, pelo menos no Amazonas e em Manaus, sua capital; certa memória foi negada. O novo, e cada novo e efêmero é reificado como verdadeiro, e como disse o poeta, e justo por isso: o que morre dentro de nós enquanto vivemos.

Na vida social, quando o tempo ainda não era uma condição influente e decisória sobre o ir e vir da memória e da história. A memória, mais além do que o lembrar simbólico do medo que assombrava, e que não se constituía em história; não havia se tornado a saudade, a lembrança romântica; mas a memória como o lembrar para poder viver, sem o devaneio da dúvida, das dores e das contradições.

Esta, a memória do aprender, apreender e transmutar-se nesse exato momento em prática do aprendizado da cultura, e, daí quando da natureza transformamos espaços da vida vivida, e nesses momentos o que era antes uma mera quantidade – no corpo, como prática do fazer-se cotidiano, e que vira uma qualidade pelas relações entre os indivíduos, os grupos – ainda não subjetivos, mas já sociais.

As relativizações, as sintaxes, os significados dos espaços e pelos espaços - agora construídos fora e além de nossos corpos na natureza; que se entrelaçam pelas culturas que vão e vem agora sim no tempo e espaço das relações entre o público e o privado; aí somos todos viventes de uma sociedade que já se construiu nos lugares, já formou estes com significados mais complexos, políticos, econômicos e que poderiam ser considerados como cidades.

Essa pequena e despretensiosa síntese no início do capítulo é apenas para nos lembrarmos de que vivemos na Amazônia, e aqui, ainda hoje, convivem a vida urbana e a vida na natureza, duas dinâmicas incompatíveis e irreduzíveis, mas que podem nos servir para entender a história urbana do Amazonas e a história da cidade de Manaus que afinal é tema deste trabalho.

A prosa do mundo que nos funda em nossa cosmogonia no Amazonas e em Manaus é o trágico³⁴. A tragédia e o trágico não são um tropo da linguagem, no entanto, imaginamos que o modo como nossa história se constituiu, e nossas memórias se fundaram e se alimentam no relato de nossas vidas nos levam a perceber todo esse processo como um evento trágico com suas respectivas mudanças e deslocamentos de significação, ou seja, como um tropo de linguagem.

Esse modo de ver as coisas pode parecer exagerado, porém, terá uma significação importante no trabalho. O nosso lugar no mundo foi construído com idas e vindas, com traços que foram marcantes e com outros que foram esquecidos e não se constituíram em imaginário e em identidades.

Partiremos sempre de um princípio do tempo e espaço entrelaçados, um influenciando o outro nas dinâmicas cotidianas nas cidades, na vida que se materializou em relações sociais nas cidades, sendo nosso foco que ajuda construir o entendimento de nosso objeto, a cidade de Manaus esquecida entre as décadas de 1910 e 1970; os discursos, as formas de explicar – ou de não a lembrar simplesmente.

³⁴ A ideia que está por trás dessa afirmação é a de que essa cosmogonia, no sentido proposto por Mircea Eliade (s/d) que descrevemos no primeiro capítulo, a de que os homens fundam seus discursos explicativos do mundo a partir de um primeiro modo de localizar-se, de espacializar-se, de formar referências dando ao espaço uma qualidade simbólica e não mais a quantificação do fazer-se no espaço como natureza e daí em diante fazer-se cultura, através do caráter simbólico desta, retirando os aspectos míticos e os alocando no cotidiano do viver, localizando-os. Essa ideia está por certo considerando que nós todos, índios, europeus, descendes dos contatos entre estes, todos enfim, na Amazônia geramos uma cultura, um discurso de explicação do mundo a partir do contato que é claro não foi somente de violência, de opressão, até porque houve o processo de união entre índios e portugueses, na busca de escravizar outros índios, mas mesmo este segundo momento como nos mostra Ângela Domingues (2009) teve suas características “O contato entre culturas – como o que ocorreu quando habitantes do Velho e Novo mundos se encontraram – é quase sempre, encarado pelas obras historiográficas do período colonial numa ótica dicotômica do Eu (o europeu, o observador, o dominante) e o Outro (o ameríndio, o descrito, o dominado). Diga-se em abono da verdade que a historiografia vem matizando essa dicotomia Eu-Outro ao incorporar na sua análise outras variáveis, como sejam: a especificidade dos contextos civilizacionais, as estratégias e os objetivos que cada uma das partes estabelece e as representações que produz” (Domingues, 2009: 119). O que nos interessa com o trágico é que estivemos nesse processo quase todo o tempo como sendo periféricos, e desse papel poucas vezes saímos, se é que um dia isso tenha acontecido. Como periféricos do processo de formação da sociedade brasileira assumimos nosso lugar, mas não o admitimos, por isso construímos memórias não do vivido, mas memórias do esquecimento; história com lapsos e incompletas. Agimos como se fosse possível lembrar-se do que seria possível termos vivido baseados nos poucos momentos de nossa longa história em estivemos de alguma forma contribuindo para a sociedade brasileira, fosse economicamente como nos ciclos da borracha ou na atual fase que estamos vivendo que vem desde o final da década de sessenta do século XX. Esse processo nos fragiliza e nos faz construir a história da cidade de Manaus desvalorizando ricos períodos de sua vida social, arquitetônica e urbana.

Esse processo, de ir e vir, de lembrar e esquecer se dá em todas as sociedades. O que nos caracteriza é o fato de que esse entrelaçamento construiu discursos explicativos em que se vivia uma coisa e se contava outra. Essa contradição, essa montagem pode ter contribuído para a incompletude de nossa formação social tanto quanto o fato de que nesses tempos e espaços do vivido fomos passando por alguns momentos de fortes transformações, nítidos pontos de inflexão de nossa história territorial, urbana e das cidades.

Para cada um destes momentos descritos, contados, relatados por todos nós, usando quaisquer das formas discursivas, o quadro que se apresentava de nossa história nos levou a esquecer de certos traços de nossas identidades, assumindo rapidamente e sem questionar outros traços que não nos eram conhecidos, não faziam parte de nosso vocabulário.

Há muito anos sempre pensamos que esse modo de ver o mundo fosse meramente familiar, mas não é. Viver em Manaus e no Amazonas, conhecer nossa história e questionar os modos de construção e os conteúdos de nossas memórias, acabou por mostrar que na verdade essa construção do discurso de nossas vivências, de nossos sonhos e de nossas relações eram na verdade uma constituição mais profunda, em que a família era apenas um dos muitos lugares de memória.

Um abismo iminente esteve sempre a nos assombrar e nos cobrava constantemente duas complexas operações da memória: o esquecer dolorido e o sonhar glorioso de algo a ser vivido.

Ora, esquecer pela dor o que em nossa opinião era feliz e imaginar com alegria um futuro que nem sequer prometia alguma redenção sempre nos foi algo contraditório. A música de um compositor local disse com muita sensatez “porto de lenha tú nunca serás Liverpool”.

Como no aforismo de Friedrich Nietzsche (2005), de seu livro *Aurora*, não nos contentávamos apenas com o fato de que a paixão pelo conhecimento e pela vida no Amazonas e por Manaus fosse suficiente para mudar alguma coisa que imaginávamos deslocada, desfocada.

Como Nietzsche se refere no final do aforismo ***“sob o ímpeto e o sofrimento dessa paixão toda a humanidade tenha de acreditar-se mais sublime e consolada do que antes, quando ainda não havia superado a inveja do bem-estar grosseiro que acompanha a barbárie”***. Estávamos como o herói trágico, vivíamos, sentíamos, e construíamos um enredo cujos argumentos não foram sequer discutidos conosco, o pior, no entanto, era que diferente daquele, dos relatos clássicos, não reconhecíamos nossas atitudes, nossas decisões e muito menos, o que é mais grave fomos capazes de contar nossas histórias, fosse para relativizá-la, fosse para cristalizá-la nas memórias de todos.

O herói trágico, dentre suas múltiplas qualidades e defeitos, de dor e superação, percebe-se em algum momento como alguém que entende o seu castigo e sabe, acima de tudo que seu destino foi por certo determinado por suas próprias decisões. Contar a história, a sua história, a sua epopeia, faz parte do movimento de procurar a vida através da memória, através da história contada, portanto revivida.

O que queremos dizer com o trágico é que, para contar é necessário lembrar, para poder ter o que contar. Se nos esquecemos, não criamos os argumentos suficientes e necessários para falar, para relatar e ficamos incompletos, e assim como potencialidades vivemos uma vida constantemente incompleta, que necessita todo o tempo ser regenerada, reconstruída. Somos como Quíron substituindo Prometeu que foi acorrentado por Hefesto para pagar uma desobediência e uma astúcia, não nos esqueçamos. Nossas feridas nunca cicatrizam.

Nosso trabalho vai procurar lembrar a vida cotidiana na cidade de Manaus entre as décadas de 1910 e 1970, justamente um período contraditório, obscuro e esquecido, quase negado de nossa memória social. Nesse período em que a cidade viveu entre momentos de muita euforia, de riqueza prometida e futuro glorioso parece sempre que a cidade sequer existiu.

Este capítulo vai procurar mostrar que essa lembrança reificada tanto do ciclo da borracha, anterior ao nosso período de tempo, quanto os anos posteriores ao final da década de 1960, posterior ao nosso período de tempo, são na verdade memórias de ausências e ausências de memória ao mesmo tempo, posto que nós

mesmos construímos o lembrar desta forma – esquecendo uma rica história da vida na cidade.

Este período de tempo, entre o final do “fausto” do ciclo extrativo da borracha e o surgimento da intervenção dos militares que à força criam uma cidade “industrial” em plena selva, em Manaus as pessoas viveram relações muito complexas no que diz respeito à formação das relações entre classes, das relações econômicas dessas elites locais que ficaram após a fatídica década de 1910 e principalmente no que diz respeito às relações de trabalho manteve-se quase no mesmo processo de exploração do período da borracha, ou seja, a semiescavidão do aviamento.

Ora, nosso argumento principal é que justamente a vida vivida, na cidade, essa vida que é matéria prima para a história da cidade entre 1910 e 1970 foi esquecida deliberadamente por não se encaixar nos moldes, nos sonhos da elite local que em outras épocas viveu uma falsa riqueza e opulência – o ciclo da borracha, e que agora, após a década de 1970 até os dias de hoje vivem outra opulência e outra ilusão a industrialização da Zona Franca de Manaus e seu Polo Incentivado do Distrito Industrial.

Esses eventos geraram uma confusa percepção nos momentos de construção dos discursos sociais que explicam, moldam e nos mostram para o mundo, e essa percepção invertida, está calcada em um engano antigo, que vem lá de nossa história, de nossa memória afetiva, econômica e social de Manaus, uma cidade que se refundou como diz Otoni Mesquita (2009), em finais do século XIX e início do século XX baseada em um engano. Como mostramos no primeiro capítulo esses enganos e esquecimentos nos custam caro até hoje, quando temos no Amazonas e em Manaus a desigualdade como modo de vida.

Esse desenrolar da história, que tem como consequência, atitudes e comportamentos sociais que geram desigualdades como produto das relações dentro do capitalismo não é uma prerrogativa nossa, faz parte da dinâmica da exploração do trabalho e suas consequências, mas no Amazonas e em Manaus virou quase uma característica cultural, um traço de nossa vida social, de nossas identidades, e que é complexo e difícil de erradicar.

Na história, no vivido, nas grandes escalas do território, nas cidades, a vida social, na formação da Amazônia, de constituição e construção do território que à época e hoje formam o Estado do Amazonas, e que, portanto influenciou na escala mais vasta de toda a região, dos processos urbanos, na formação de Manaus que estamos procurando perceber como em uma escala mais ampliada estes traços se construíram.

As consequências que derivam da forma como as classes se relacionaram ante as relações de trabalho; as formas de construir um discurso social para explicar a vida no cotidiano, que sempre torna externa as culpas por nossas desigualdades alocando-a em longínquos lugares de poder, quase como se nossas memórias do embate político e de classes não fizesse parte da história social do país e da memória de nossas relações com outras regiões.

As palavras que definem e nominam lugares, espaços, escondendo, obscurecendo os traços de nossa cultura para absorver outros exógenos; e por fim um engano de leitura da própria história que vivíamos, com nossas elites confundindo - no momento de fundar seus discursos para se explicar, fundar um mundo, a chamada modernidade com as ordens de organização do capitalismo, e que são as razões para a fragilidade, para os lugares subalternos de nossas identidades e para as incompletudes do nosso processo de autoafirmação como cultura e sociedade.

A cidade de Manaus começa como uma fortificação, cuja importância teve a ver de início com uma determinada percepção militar do sítio e da posição, que foram pensados como a melhor localização possível para aquela situação específica de defesa da foz do Rio Negro em confluência com o Rio Solimões, como um discurso do poder político de Portugal no território, inserida em uma ordem distante, ainda que no lugar, referida a uma ordem próxima na formação da defesa e no contato com os índios e suas formas de organizar a vida.

Entre o século XVII até meados do século XIX, Manaus – ainda uma pequena vila, viveu um longo período de ordenamento da vida na ordem próxima das relações familiares e de parentesco dos militares portugueses com os índios, tempo em que a única ligação com uma ordem distante era a presença dos religiosos em

suas estratégias de ocupação desse território, sem muita importância da vila de Manaus para o processo.

Nesse momento, Portugal tinha enormes dificuldades de estar presente em toda a região amazônica e isso facilitava, nas relações de poder locais, uma dinâmica de ir e vir entre os súditos da coroa, e os agentes locais, ora estando uns a favor de Portugal e ora estando a favor de seus próprios interesses. A vila de Manaus era como se fosse mais uma das muitas aldeias, cujo controle era efetivamente exercido por homens livres quase sempre sem obedecer, e muitas vezes confrontando a ordem militar portuguesa.

Mais tarde mostraremos o quanto foi difícil o controle dos verdadeiros exércitos locais dos homens que executavam a tarefa de descimento dos índios. Estes, ao se aliarem, ou casarem com as filhas de certos mandatários de grandes grupos indígenas, formavam grandes efetivos (muitas vezes com 700 homens) e percorriam a Comarca do Alto Amazonas escravizando outros grupos indígenas de menor tamanho.

Esse processo só foi razoavelmente controlado no Governo do Marquês de Pombal em Portugal, com seu irmão vindo Governar a Província do Grão Pará. Até 1850 a cidade de Manaus não havia passado pela transformação a que se refere Henri Lefebvre, era uma obra, no sentido do valor de uso, porém uma obra que seguia padrões de organização dos espaços muito diferentes daqueles da cidade antiga europeia.

A partir dessa data notamos o primeiro ponto de inflexão na história da região amazônica, do Amazonas e da cidade de Manaus. Começa em 1850 a se consolidar a exploração de um produto mais valioso e com uso nos processos industriais que começaria também na ordem distante capitalista a ser difundido – a borracha, cujo uso já era conhecido na Amazônia, mas ainda não havia se transformado em valor de troca como mercadoria.

O período que vai de meados do século XIX até a primeira década do século XX é particularmente importante para a cidade de Manaus. De início, a própria região estava passando por um processo de transformação, com uma maior

presença do Estado Imperial. Uma longa discussão sobre a abertura dos rios navegáveis, especialmente do Amazonas foi travada entre o Brasil, seus diplomatas e militares, e outros países como Estados Unidos e Inglaterra, além de a própria sociedade civil através da imprensa, que acompanhava de perto os passos e as decisões do Governo Central, de forma mais presente, terem posto na ordem do dia as Províncias do Norte.

A cidade de Manaus, já então capital da Província do Amazonas, passa a ter uma importância em sua localização, como porto de ligação e depois como porto de envio e recebimento de Belém da borracha e outras mercadorias, estando nesse momento já inserida no mercado internacional, na grande escala do modo de produção capitalista, participando dos processos de exportação e importação de mercadorias.

Na última década do século XIX começam de fato as transformações nos espaços da cidade de Manaus para que ela deixasse de ser uma simples vila e passasse a ter as condições e infraestruturas de uma cidade importante da região das províncias do Norte. Este período, que Otoni Mesquita (2009) chama de refundação de Manaus, a cidade já estava dentro dessa categoria definida por Henri Lefebvre como tendo “a troca e o valor de troca rompendo todas as barreiras”, porém sem estar totalmente imersa no momento de redefinição das suas funções como cidade transformadas em valor de troca, pois que as relações de produção ainda eram baseadas em um regime de exploração que pouco tinha a ver com a renda obtido pelo salário.

A cidade relacionava-se com Belém e com os mercados internacionais e participando da compra e venda da borracha dentro das regras do capitalismo e com o interior, as vilas, os seringais, ainda dentro de um sistema quase feudal³⁵.

³⁵ No seu livro “Natureza e Cultura no Brasil – (1870 – 1922)” Luciana Murari (2009), analisa de modo bem interessante as consequências desse longo período de transição e transformações do capitalismo e dos discursos gerados no Brasil pelos intelectuais para explicar essa grande contradição que o país vivia: a oposição entre o desenvolvimento das duas grandes cidades Rio de Janeiro e São Paulo e o resto do Brasil, o interior, o sertão, imenso vazio nas palavras de alguns pensadores da época. Outros, no entanto, perceberam que não havia de fato um grande vazio, e sim regiões de fato muito vastas, com concentração de populações em certos espaços, em certas localizações, mas sim, o que havia era uma incompreensão dos modos de vida do mundo

No final da primeira década e início da segunda década do século XX, o Estado do Amazonas, a cidade de Manaus, já durante a primeira república, começam a viver o que em nossa opinião seria o segundo ponto de inflexão de suas histórias: a perda de valor da borracha nos mercados internacionais.

Ai por volta de 1910 começa o que seria o nosso recorte temporal deste trabalho e que nos interessa diretamente para construir nossa hipótese principal: a de que os 60 anos que se seguiram constituem um grande período de esquecimento e obscurecimento das poucas memórias da cidade de Manaus dessa época e ausência também da própria elaboração de um discurso de interpretação do que houve após 1910 até a criação da Zona Franca de Manaus em 1970, um período em que as elites locais consideram como um hiato, um vazio de nossa história na cidade, conhecido como período da “grande crise” e “estagnação de Manaus”.

Após esse período de hiato, de vazio da criação de um discursos que nos possibilitasse entender quem fomos, quem somos e o que queremos de nossa história, que não se consolida nunca, tem início o período de maior riqueza da cidade de Manaus.

Após o final da década de 1960, em 1967 mais precisamente, se instaura, o Distrito Industrial, por Decreto do Governo do Militares e depois na prática, construído em uma zona da cidade. A partir daí a confusão entre estes dois modos de ver o mundo se confundiram ainda mais, o que explicaremos também no terceiro capítulo.

Retomando de forma sintética; o Amazonas e sua capital Manaus passaram por seis períodos históricos importantes – aqui acrescentamos dois períodos a mais em relação aos usualmente descritos nos livros de história e geografia, além de considerarmos três importantes pontos de inflexão de nossos processos históricos, com fortes interrupções da formação social e recomeço dos processos de consolidação dessa mesma sociedade.

O primeiro período aconteceu de meados do século XVI até meados do século XVII com a fundação de Manaus em 1669, nesse momento o Estado Português procurou defender o território, ampliar e consolidar a extensão das terras da Amazônia.

O segundo período durou da fundação de Manaus até meados do século XVIII em que tem início em Portugal o Governo do Marquês de Pombal (1750-1777). Esse período teve como características as missões religiosas, a forte presença de espanhóis, conflitos pelo domínio do território, enormes dificuldades do Governo Colonial Português de manter a região sob seu domínio. Nesse período as missões religiosas atuam na região em constante conflito, e outras vezes em conluio com grandes exércitos de homens livres que escravizavam indígenas nas atividades conhecidas como descimentos, além da existência de pequenas vilas nas áreas de várzeas dos grandes rios.

O terceiro período que vai de meados do século XVIII até meados do século XIX é o momento da primeira grande inflexão de nossa história social. Esse período se caracterizou pelas disputas para a abertura dos portos das províncias do norte e navegação dos grandes rios – especialmente o Amazonas, pretendidas principalmente pelos Estados Unidos. Havia uma produção agrícola, alguma exportação de produtos entre províncias, especialmente as drogas do sertão, e principalmente a preparação e um início de consolidação de uma rede urbana na Amazônia com as primeiras tentativas de formar-se uma rede de navegação.

O quarto período que vai de meados do século XIX até a primeira década do século XX é talvez em relação à cidade de Manaus um dos mais conhecidos e descritos pelos livros e trabalhos acadêmicos. O ciclo da borracha foi o grande evento histórico e geográfico desse quarto período. Histórico porque para o Amazonas como uma província autônoma consegue certa libertação em relação à Província do Pará, até então força dominante na região; e geográfica porque como o ciclo dependeu da localização dos seringais, que eram nativos e em sua maioria localizados nas calhas dos grandes rios em lugares mais internos ao território, consolidou-se na província do Amazonas que acabava de ser reconhecida com tal

estatuto jurídico perante o Império, a rede de ligações entre vilas – que logo se transformaram em cidades e a capital Manaus.

O quinto período que é inclusive o nosso recorte de tempo no trabalho tem início na primeira década do século XX e vai até os momentos finais dos anos 1960 e anos iniciais dos anos 1970. Momento de nossa história mais conhecido da “grande crise” da economia do Amazonas e estagnação e involução da cidade de Manaus, é justamente o período que nos interessa por ser considerado como pouco interessante, há poucas descrições, guardam-se lembranças sempre muito tristes do período, é como se negássemos a existência da cidade de Manaus nesse momento de sua história da cidade.

Esse período gerou o que chamamos de terceiro ponto de inflexão de nossa história urbana da cidade de Manaus e da própria formação da cidade como é hoje, pois aí, começam as ocupações das partes mais baixas da cidade, os igarapés, que antes eram aterrados passam a ser ocupados por uma população menos favorecida e acontece entre as décadas de 1920 e 1960 o fenômeno da cidade flutuante. Dentre as muitas situações que ocorreram nessa época, as relações econômicas e sociais da cidade de Manaus se intensificam com o interior do Estado do Amazonas, crescem as relações que poderíamos identificar como inseridas nas ordens próximas, das relações de vizinhança, das relações familiares, e o poder público atinge o seu máximo momento como gerador de quase toda a renda na cidade. Aprofundaremos este período e as razões de seu esquecimento ao longo do trabalho.

Por fim, o sexto período ocorre a partir da criação da Zona Franca de Manaus, em 1967 que é um momento de nossa história muito conhecido e estudado, muito valorizado como sendo o ato de uma segunda refundação de nossa vida social, o ato milagroso do Governo Federal, que no bojo do pensamento geopolítico dos militares ocupa a Amazônia – do velho lema do Projeto Rondon, “integrar para não entregar” e transforma a cidade de Manaus em um importante polo econômico na Amazônia. Não estamos negando que tudo isso aconteceu, o que sempre questionamos das consequências desse momento em relação à cidade de Manaus e ao Estado do Amazonas como um todo, é que, o processo se por um

lado de fato transformou a vida de todos, por outro lado, reforçou e construiu novas ferramentas para o esquecimento, que leva nosso modo de pensar nossa história a um caminho que denominamos: da memória das ausências à ausência das memórias.

Este último período gerou por vários motivos que iremos analisar um desenrolar de nossa história que é a máxima expressão do engano de nossas elites em confundir os mecanismos, os produtos e as formas de organizar a vida social da modernidade com as do capitalismo, e isso, aprofunda nossa incompletude, nossa tangência social e cultural, sempre à beira do abismo da ignorância, e nos aproxima da barbárie descrita por Friedrich Nietzsche (2005) que a propôs em relação ao amor pelo conhecimento, pela vida, pela arte, pela cultura, que “a humanidade tenha de acreditar-se mais sublime e consolada do que antes, quando ainda não havia superado a inveja do bem-estar grosseiro que acompanha a barbárie”.

Por este bem estar que parece nos consola, no Amazonas e em Manaus, imaginamos que nós todos achamos de algum modo normal que tenhamos produzido em nossa história recente – a desigualdade como um modo de vida.

A partir desse momento desenvolveremos um caminho de compreensão da posição da Igreja e do Estado na formação do território amazônico, da formação do Estado do Amazonas e da influência de Manaus nesses dois processos. Essa segunda parte divide-se em dois capítulos, dois painéis do desenrolar histórico de ocupação da Amazônia.

É importante a construção desses painéis porque sem dúvida muitos dos traços culturais que temos, muitos dos aspectos do viver nas cidades ou fora delas os temos por participarmos de um processo mais amplo de ordenamento do mundo como ordem distante, o modo de produção capitalista e suas formas de organizar a produção, seja material ou simbólica. Mas temos estes traços também porque somos produtos de uma história e de uma geografia que nos ordenou em um ritmo e em uma lógica de organização da vida social – tempos e espaços entrelaçando-se para nos construir como cultura.

2.1 – Da espoliação do espaço à exploração das almas: memórias e identidades como ferramentas da alienação – a atuação da Igreja.

O processo de formação do território brasileiro passa em quase todos os seus momentos pela presença, participação e ação da Igreja Católica, que junto ao Estado em momentos como parceira, em outros como adversária; ajudou a formatar a extensão, as nuances e presenças da vida social ao longo de nossa história. A Igreja, desde os primeiros momentos contactou os povos que aqui já estavam e que foram ao longo do tempo sendo incorporados de forma violenta à memória cultural do novo país³⁶.

A maioria das vezes estes contatos não foram de respeito às especificidades culturais desses povos, tendo contribuído para genocídios de povos inteiros. No entanto, um ponto é inquestionável, as estruturas, a organização, a hierarquia foram fundamentais para essa influência da Igreja Católica na formação espacial, social e histórica do Brasil.

Como toda instituição disciplinar suas estruturas atuam para o domínio de um determinado discurso explicativo do mundo e suas hierarquias para controle e disseminação desse discurso. A Igreja Católica esteve e está presente como um ator social em todas as questões que digam respeito à moral social; às identidades e discussões políticas e de Estado no que se refere aos interesses de todo brasileiro. Se isso é verdade, é também verdadeiro que nos aspectos espaciais, de nossas vivências no território, nas cidades e no campo, a Igreja Católica contribui para formatar os cenários da grande peça, em múltiplas escalas e temporalidades, dos desdobramentos, para o bem ou para o mal – no sentido ideológico, como uma

³⁶ Em seu livro “A Política do Brasil lúmpen e místico” José de Souza Martins avalia mostra esse formato de incorporação de valores pelos indígenas e o papel da Igreja nesse processo: “Em cada momento da história social brasileira, foi diferente o acordo social tácito e foram diferentes as inspirações, as causas e os fatores da forma por ele assumida. No momento da invenção do Brasil, no século XVI e ainda no século XVII, a organização social incipiente mesclava motivações desencontradas sob o nome da Conquista. De um lado, a conquista de almas entre os bárbaros e gentios para o grêmio da Igreja. De outro lado, a conquista de riquezas para a Coroa e a economia mercantil que desabrochava numa escala nova e crescente. Os dois planos desencontrados se combinavam na estranha e mística economia de trocar a salvação da alma pelos frutos da terra e pelo trabalho, cimentados com a argamassa do medo ao sobrenatural” (Martins, 2011:41).

ideologia positiva; no caso da questão indígena, ou com o sinal invertido na questão do aborto, ou mesmo das pesquisas com células tronco.

O importante a fixar no papel que exerceu a Igreja Católica na História brasileira é que houve a construção de um conjunto de relações que foram ao longo do tempo fortalecendo a posição política, institucional e de poder da própria Igreja e em muitos momentos ela atuou para fortalecer seu principal aliado o Estado Nacional, ou pelo menos as elites no Estado que eram ligados ou se submetiam ao poder da Igreja. Leila Christina Dias aponta que

“Todos estes processos para serem viabilizados implicaram estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõem a existência de redes, uma forma singular de organização. A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas entre diferentes parceiros – regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação de tecnologia, de capitais e de matérias primas” (Dias, 1997: 147)

Achamos que seria justamente o que sempre realizou a Igreja Católica como estratégia política; são formas de atuação, técnicas de contato, métodos de análise, dentre outras ferramentas de construção da ação social; e continua Dias:

“Em outras palavras, a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar. C. Raffestin mostra como as redes se adaptam às variações do espaço e às mudanças que advém no tempo, como elas são móveis e inacabadas, num movimento que está longe de ser concluído” (Dias, 1997: 147).

Todo esse processo foi sempre um ir e vir de posições políticas e influências do Clero e da Aristocracia portuguesa determinando modos e procedimentos de ocupação e dinâmicas econômicas, com suas estratégias de domínio sobre o novo território, tendo como agentes sociais diversos grupos de pessoas, da mesma classe

ou não, em uma complexa dinâmica de apoios e estratégias que atuaram ora com um ora com outro agente hegemônico.

O comum aos dois agentes sociais hegemônicos seria o entendimento de que a colônia era percebida como um lugar a ser conquistado aos espanhóis e outros europeus e, que se porventura as “gentes houvessem” deveriam ser transformados em súditos de Portugal. Para tanto, não importava qual o método a ser usado, se a catequese ou a força do Estado na extensão de seus mecanismos políticos e militares.

Apesar de esse domínio ter iniciado alguns anos após o “encontro” das naus portuguesas com o nosso território, e de, o território ter sido de início tomado apenas a partir do litoral um primeiro problema aparece como de difícil solução: a mão de obra necessária para as questões operacionais desse domínio.

Com as estratégias e técnicas de ocupação formuladas pela Igreja, que já possuía em outros domínios coloniais na Índia, Japão, no Congo, experiência de contatos com povos nativos de outras terras, o estado português optou por um controle dos índios para que estes pudessem ser o agente do “trabalho” de incorporação das novas terras e de construção das estruturas necessárias à permanência de Portugal por aqui.

Em um momento inicial a estratégia deu certo, porém com o tempo, os índios abandonavam as estruturas montadas pelos portugueses e adentravam ao território em busca de liberdade. Como já havia antes dos portugueses uma luta por delimitação de territorialidades entre os nativos, esse movimento causava atrito com outras etnias que não estavam no litoral ou dele tinham sido expulsas pelos habitantes encontrados pelos portugueses no contato inicial.

Nesse jogo de alianças entre portugueses e índios; índios e índios, uns contra os outros, o clero, agia no processo político inicial formatando alianças e estratégias para montar a catequese e principalmente a consolidação das missões.

No momento seguinte forjam-se expedições de descimentos dos índios para as missões religiosas no litoral ou próximo das vilas mais internas ao território. Mais

tarde com a mão de obra escrava, parte do problema se resolve. Como estavam os negros longe de seu lugar de origem e sem referências culturais; simbólicas, familiares e étnicas se prestavam melhor ao trabalho de exploração e produção da colônia portuguesa.

Por certo, estamos abreviando essa rica história, mas o que nos interessa é a presença intensa da Igreja nesse processo. A partir destas dinâmicas espaciais que foram surgindo na resolução do problema de ocupar um novo espaço; um território, fazer dele um lugar e construir nele uma nova paisagem, tanto o Estado português quanto a Igreja consolidam-se como hegemônicos na colônia.

Os problemas começam a aparecer. Superadas as primeiras dificuldades do contato com os nativos, a partir da questão da língua. Falar com os nativos incluía um aprendizado complexo, difícil, que merecia um investimento por parte dos agentes hegemônicos. A igreja saiu na frente.

A dimensão do problema, no entanto era maior do que o esperado. Além da dificuldade natural do aprendizado, havia a quantidade de línguas faladas pelos povos que aqui habitavam. Segundo Suess:

“Um dos primeiros historiadores que descreveu sistematicamente a diversidade de nações indígenas no Brasil o jesuíta Fernão Cardim, enumera, em 1584, na costa do Brasil, 76 nações e línguas diferentes. Mais tarde o padre Antônio Vieira, no seu famoso “Sermão da Epifania”, se queixou também de uma verdadeira Babel linguística na Amazônia: ‘Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos todos nós somos mudos e todos eles surdos’...” (Suess, 2006: 03).

A solução do problema foi organizar uma rede de aprendizado da língua, obrigatória para todos os missionários, jesuítas ou não, de modo a consolidar os contatos. O mais interessante é que essa rede primária foi constituída por um processo de aprendizado da língua desde a infância dos que viriam a se tornar missionários.

Órfãos que eram trazidos de Portugal pelos missionários das diversas ordens religiosas, como os 07 que chegaram a Salvador em 1550 junto com 04 Padres da Companhia de Lisboa, sendo imediatamente colocados para se confraternizarem com as crianças índias e mestiças. (Suess, 2006).

Houve também outra solução mais prática para os jesuítas: a criação de uma língua comum a todos. O Nheengatu. A chamada língua geral funcionava como um elemento de ligação e de manutenção do discurso hegemônico da Igreja. Essa relação foi sendo estendida a toda colônia, em todas as regiões como uma prática de consolidação do trabalho de domínio sobre o território.

Mais tarde, quando o processo aconteceu na Amazônia, O Marquês de Pombal preocupado e impressionado com a penetração do domínio da Igreja sobre os povos nativos, edita uma norma de que os nomes e sobrenomes de todos os que fossem nascidos dentro dos domínios do império teriam que ter origem portuguesa.

A questão das línguas, dos nomes próprios, além de outras questões relacionadas ao conjunto de fatores que ajudaram a fragmentar e enfraquecer as identidades nativas, as identidades que em processo se constroem no cotidiano, mesmo nas cidades, foi sempre um fator preponderante para o domínio sobre os povos amazônicos³⁷.

Por parte do Estado Português, depois pelo Estado Republicano, as regiões se submeteram ao discurso único e unívoco da força política e militar do Estado. Hoje, quando tudo está fragmentado fica difícil estar em um mundo sem um pai atento e atencioso, além de tudo sem um pai forte que nos proteja e nos oriente. Por

³⁷ Uma discussão muito interessante sobre as línguas e suas multiplicidades de construção dos significados nas cidades, por exemplo, mas que se enquadrariam aqui sem maiores problemas é dado por Christian Topalov e Jean-Charles Depaule no texto “A cidade através de suas palavras” ao discutirem a questão dos diversos níveis hierárquicos da linguagem “De um lado, uma língua “de administração”, cuja meta é organizacional, de outro, maneiras de falar comuns, cotidianas. Duas polaridades às quais correspondem dois tipos de balizamento: um que privilegia “as posições relativas dos objetos uns em relação aos outros” e em que “o sujeito não intervém de modo central”; outro que, ao contrário, implica, para o locutor, uma negociação de sentido das palavras em função de situações em que as pronuncia. Do vocabulário das instituições e dos atores, profissionais do ordenamento, políticos e eruditos, que pretendem legislar no domínio das palavras da cidade, aos léxicos diversamente especializados das diferentes categorias da população existe, em um determinado momento da história, no seio de uma mesma língua, uma pluralidade de registros, cujas variações são marcadores de distâncias sociais e indícios de conflitos sobre a atribuição de sentido” (Depaule & Topalov, 2001: 21)

isso as dificuldades que estamos a apontar em relação ao projeto social para o Amazonas e para a cidade de Manaus. Vivemos na dependência de forma contínua, porém sem o um pai atencioso e interessado. Muitas vezes ficamos a imaginar onde isso vai dar. Milton Santos comenta que:

“Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (Santos 2001: 16).

O trabalho nas missões, superado o problema da língua seguiu sendo construído nas relações de contato com os nativos, gerando demandas de organização da estrutura das missões e também na construção de outra rede: a da educação dos nativos pela catequese.

Essa rede, mais importante que a primeira, consolidava a forma de espacialização do colonizador, pois exigia a construção de colégios, seminários e outras construções relacionadas ao dia a dia da produção e do comércio dos produtos extraídos e produzidos pela população ligada às missões.

Educar os nativos exigia ensinar-lhes a língua do colonizador, mas acima de tudo ensinar o nativo a usar os espaços de forma diferente, a educar-se dentro de outro padrão de espacialização da vida social. Para consolidar mais ainda estas atitudes era necessário ensinar-lhes a escrita³⁸. Trabalho também árduo, e que contou com a experiência dos dois mais importantes missionários da época, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Como nos mostra Suess:

³⁸ Sobre a questão da escrita como um elemento agregador, mas também de exploração de outros povos no processo histórico da relação entre os povos, Lévi-Strauss escreve em seu belíssimo “Tristes Trópicos”, “O único fenômeno que a escrita tem fielmente acompanhado é a formação das cidades e dos impérios, isto é, a integração num sistema político de um número considerável de indivíduos e a sua hierarquização em castas e classes. Essa é em todo caso a evolução típica à qual se assiste desde o Egito até a China, quando a escrita surge: ela parece favorecer a exploração dos homens, antes da sua iluminação” (Lévi-Strauss, 1993: 283).

“Diferentemente de Nóbrega, que era gago e tímido, Anchieta tinha o dom da língua. Como poeta e catequista escreveu em espanhol, língua de sua pátria, em português para os colonos, em tupi para os índios e em latim para os eclesiásticos. Depois de três anos no Brasil, aonde chegou em 1553, com 19 anos, já tinha composto uma gramática cujo manuscrito serviu meio século para o ensino do tupi nos colégios da Companhia. Com facilidade decodificou os eixos culturais dos seus interlocutores indígenas. De Gil Vicente Anchieta aprendeu a arte dos “Autos”, onde os diabos vestem a cultura tupi. Os anjos e os santos são representantes da cultura do colonizador. (...) Nóbrega e Anchieta participaram da conquista espiritual com as armas que lhes eram peculiares: Anchieta com o conhecimento da língua e com a arte do poeta e escritor; Nóbrega contribui com sua capacidade organizacional e seu conhecimento jurídico. Neles a racionalidade do político e canonista, que visa ordem, progresso e aportuguesamento, como pressupostos da governabilidade das terras conquistadas, se junta à arte do escritor e à intuição do poeta, que fez da língua tupi a ‘Língua Brasileira’...” (Suess, 2006: 04).

Está claro o desdobramento do discurso e das práticas de dominação da vida social, cultural e da vida material, vivida nos espaços, novos por sinal, ainda que muitas vezes construídos com os mesmo materiais que os nativos usavam, porém elaborados como produtos de uma nova ordem que tendia a superar as estruturas mentais e sociais anteriores.

Estamos considerando estes dois momentos da história da Igreja no mundo colonial português no Brasil desde o século XVI, como tendo sido construídos a partir de uma rede de relações políticas, culturais e sociais de ação no território, para então definir seu uso posterior no sentido “fluxos de informação”.

Essas informações tendo como intrínsecos outros conjuntos de fluxos de informações normativas; de controle, em um complexo jogo de força entre a Igreja e o Estado, que geraram reflexões dos portugueses sobre as estratégias das ordens religiosas na ocupação do território. Como todo conjunto de fluxos esse também configurou redes; como afirma Dias:

“Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade do conexo – que tem ou em que há conexão, ligação” (Dias, 1999: 148).

No decorrer da história que foi se configurando as conexões iam gerando novas experiências, que geravam outras, e que dotaram a hierarquia institucional da Igreja de informações necessárias ao domínio do território e das territorialidades dos povos nativos. Essa compreensão era informação muito útil para tomar as posições políticas frente às estratégias do Estado português na luta pelo domínio do mesmo território. Como os

“nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere Raffestin. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem o poder de solidarizar, de conectar, também tem de excluir: “Os organismos de gestão da rede, quer se trate de gestão técnica, econômica ou jurídica não são neutros, eles colocam em jogo relações sociais entre os elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados” (Dupuy, 1984: 241). Em outras palavras, nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais” (Dias, 1999: 248)

Acreditamos que havia um domínio do Estado português nos “nós” da rede que eram as sedes militares e políticas na colônia, as cidades no litoral principalmente, e um domínio da Igreja nos pontos intersticiais da rede que eram as missões, os territórios ainda não muito explorados, o interior e os territórios de alguns dos grupos nativos.

Na Amazônia, o contato com as populações nativas no período colonial não foi diferente do que no litoral. O tempo decorrido entre o início de fato da permanência e fixação do Estado português, fosse uma ocupação militar ou religiosa entre um processo e o outro é que foi determinante para suas características fossem diversas, quase cem anos decorreram para uma maior investida portuguesa nas paragens amazônicas.

Na verdade já tinham ocorrido expedições e viagens de diversos religiosos e militares portugueses e espanhóis pelos rios da Amazônia, porém, o resultado destas viagens foi política e de definição dos tratados que determinaram as latitudes

e longitudes, além dos acidentes naturais que determinariam a demarcação de um ou outro Império como possuidor de tais terras; do mesmo modo que no litoral não importando, portanto se aqui existiam ou não habitantes nativos da região.

As características espaciais eram diferentes, o que gerou outras estratégias de uso do território. As missões que se instalaram em território das províncias do Maranhão e Grão-Pará tiveram que lidar com situações mais complexas como a falta de ligação, a não ser pela água, entre um lugar e outro, o que tornava sempre perigoso o trânsito pela região. Com exceção da região próxima a Belém, que foi fundada em 1616 e no território do atual estado do Maranhão, não havia densidade de ocupação portuguesa na Amazônia.

Outro problema a ser enfrentado pela Igreja é que as políticas portuguesas para lidar com estas dificuldades eram a de fomentar a ocupação das terras através de colonos trazidos de alguns lugares da própria colônia, especialmente do nordeste, mas também de outras colônias.

A questão era que nesse processo, diferentemente do que estava ocorrendo ao mesmo tempo no nordeste, que a presença da igreja freava um pouco esse movimento, os colonos nas províncias do norte podiam escravizar os “silvícolas”. A presença dos Jesuítas ocorre a partir de:

“... 1639, quando chega do Ceará o padre Luis Figueira, visitando os rios Tocantins, Pacajá e Xingú. De volta à Europa, expôs as prioridades missionárias perante o Conselho Ultramarino: organizar e moralizar os colonos, amparar e converter os índios e criar um bispado no Maranhão/Pará, até então subordinado ao arcebispo de Lisboa” (Suess, 2006: 06).

As intenções de uma “geografia do poder” dos religiosos podem ser notadas ao proporem a organização do território tendo a presença da instituição jurídica da Igreja, da sua hierarquia com a criação do bispado em Belém e São Luís, já não mais dependentes de Lisboa.

Havia dado certo na Bahia e em São Paulo à presença de cargos e funções superiores da Igreja perto das missões e tendo autonomia para tomar decisões nos momentos necessários, até mesmo para implantar, através de decisões superiores novas redes de contato da Igreja no território.

Poderíamos supor a partir de Raffestin (1993) que essa proposta, a geração de um “espaço” de poder fosse a real intenção dos Jesuítas:

“Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (...) Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sistêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. (Raffestin, 1993: 48).

Com o tempo e a possibilidade de controlarem as questões relativas aos nativos, e tendo já muita experiência em organizações de missões produtivas, os membros da igreja logo se consolidam no domínio do território amazônico, controlam boa parte da produção e exploração de produtos nativos e angariam o ódio dos outros súditos portugueses na região. Não sem alguma resistência de colonos e dos administradores portugueses³⁹.

³⁹ Ângela Domingues (2009) em um capítulo do livro “Império de várias faces – Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna” trata das relações de poder e da forma como os agentes sociais no período Pombalino na Amazônia se posicionavam estrategicamente frente ao Império Português, e descreve situações bem interessantes para que possamos entender a estruturação das forças políticas na Região nessa época “No Norte do Brasil, *sertão* significava, em meados do século XVIII, a floresta equatorial exuberante, onde só se podia entrar com grande dificuldade, um local habitado por “feras” e “bestas”, onde as ameaças naturais eram constantes e as atrocidades cometidas por selvagens constituíam um perigo real. Era ainda o local onde estavam intactos ou quase intactos os tesouros amazônicos: se já não a terra das Amazonas e o mítico *El Dorado*, com toda certeza as drogas do sertão, as madeiras, as produções naturais desconhecidas que importava explorar. Mas o sertão era, fundamentalmente a fonte inesgotável de abastecimento de mão-de-

Os religiosos, no entanto dominavam uma determinada linguagem administrativa, uma capacidade de organização dos espaços e de suas relações e conseguiam mesmo diante de resistências formar uma conjunto de nós de redes de poder e circulação de informação e produtos, além do aprendizado que esses fatos trouxeram para a sua prática cotidiana.

É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. (...) Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às “utilidades” sociais lato-sensu. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como espetáculo da tomada original de poder” (Raffestin, 1993: 53).

Em 1653 chega a São Luis Antônio Vieira para tornar-se superior das missões do Maranhão. Encontra uma situação de “hostilidade” em relação à Igreja, viaja para a Europa para relatar tal fato e segundo Sues:

“... volta com poderes extraordinários sobre os índios. Com sua tropa de 20 companheiros organizados em redor de 11 aldeias no Maranhão, 6 no Pará, 7 no Tocantins e 28 no Amazonas, luta contra aqueles que não queriam aceitar as novas leis. Os habitantes do Gurupá, que fizeram do tráfico indígena sua principal fonte de sustento, prenderam dois jesuítas e os mandaram de volta ao Pará;

obra praticamente gratuita, utilizada por todos os extratos da sociedade colonial luso-brasileira. E, nesse sentido, o sertão podia também ser para os moradores dos núcleos urbanos estabelecidos ao longo dos rios, um local de oportunidades e lucro. [...] Pequenos grupos de moradores ou tropas organizadas, coordenadas por homens experientes na caça aos índios e na sobrevivência na floresta entravam pelo sertão, e faziam, de forma justa ou à margem das regras e das leis definidas pelo poder central, as suas capturas. Toda a sociedade colonial paraense, tanto a laica, como a eclesiástica, quer a envolvida diretamente na captura e descimento, quer a que atuava como compradora, beneficiava-se com o tráfico dos “negros da terra”, uma mão-de-obra barata e aparentemente inesgotável, constantemente reforçada pelos índios que, negociados, aprisionados ou resgatados, “desciam” do interior da bacia hidrográfica amazônica em direção às ‘missões de baixo’...” (Domingues, 2009: 121).

‘Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das capitâncias-mores e, igualmente, todos que nesse reino e neste Estado são interessados no sangue e suor dos indígenas’, escreve Vieira em 1655” (Suess, 2006: 07).

O processo de organização da presença da Igreja católica no Brasil e na Amazônia em especial não foi breve e continua até hoje. O período posterior ao descrito acima já faz parte de uma história mais recente. O conhecido “ciclo da borracha” na Amazônia, em meados do século XIX sucede em termos cronológicos ao período do extrativismo das drogas e produtos naturais da região e precede o período de ocupação a partir das estratégias geopolíticas do golpe de 1964.

A Igreja nessa altura já tinha uma posição consolidada e passa a lidar com outro problema tão ou mais complexo que os anteriores: o enorme fluxo de migrantes que aportou na Amazônia para participarem do “fausto da borracha” e depois já nas décadas mais recentes com a questão relativas aos conflitos da terra e suas consequências, inclusive as que são relacionadas aos povos indígenas.

O Estado brasileiro acentua o processo de densificação da Amazônia, consolida as principais cidades da região Belém e Manaus, avança em direção às calhas de outros rios importantes como Purus, Juruá e Madeira, e principalmente cria os mecanismos facilitadores do transporte de cargas e passageiros pela vasta planície. O sistema de comunicações entre as diversas regiões do país passa por rápidas transformações com a implantação a partir do trabalho da comissão Rondon das redes de telegrafia na Amazônia.

Se antes, em função de todas as frentes criadas com a presença da Igreja os índios conseguiram de algum modo fugir das frentes de contato, pois as redes e os fluxos, ou melhor, as relações e práticas que interligavam o sistema colonial eram frágeis e lentas, no ciclo da borracha há um avanço sobre as áreas dos nativos que no primeiro processo tinha conseguido se manter longe dos invasores, como mostra Loebens:

“Com a exploração extrativista da borracha na Amazônia iniciada na segunda metade do século XIX, que entrou em decadência a partir dos anos de 1920 e que por ocasião da 2ª Guerra Mundial, com os soldados da borracha, teve um pequeno alento, foram alcançados de forma violenta, os povos indígenas que até então haviam conseguido se manter distantes das frentes econômicas capitalistas” (Loebens, 2008: 01).

Mas voltemos aos processos de ocupação da Amazônia e suas implicações para a formação de uma dinâmica de formação e transformação consciente de suas identidades.

Os tempos sociais do homem, da comunidade, da cidade, em cada um dos campos da vida social no espaço assumem diferentes formas de espacialização da experiência. Como nos mostra Milton Santos:

“Nos inícios da história, as técnicas e o trabalho eram conformados em sua relação com o meio geográfico. Eram técnicas dóceis às exigências do entorno e do grupo, que assim era capaz de exercer sua política. Esta se define como a escolha, no momento dado, das ações desejáveis e possíveis. E a primeira das ações do homem é sobre seu entorno, ao qual se chamava, no passado, natureza, e que, hoje, podemos chamar de espaço, na medida em que o entorno do homem é cada vez menos natural. A natureza foi de alguma maneira, expulsa do espaço do homem, e, o que se põe no lugar dela é um produto da técnica, de tal modo que, nas cidades, e também nos campos – e o interior do Estado de São Paulo é uma prova disso – a realização humana acaba sendo uma ação de inteligência sobre a inteligência. É, aliás, também nesse sentido, que vivemos o século da inteligência, porque as coisas resultam da inteligência do homem, sobre as quais a inteligência como ação se exerce” (Santos, 1998: 01).

As comunidades que existiam na Amazônia antes do processo histórico da colonização podem ser consideradas a partir da leitura antropológica e de Godelier (2006) como de subsistência. Apesar de existirem grupos sociais com uma grande quantidade de membros, ocupando extensas áreas às beiras dos rios mais importantes e que segundo alguns cronistas, espanhóis principalmente, eram considerados “sociedades organizadas” (Carvalho, 1998).

Sua capacidade material de transformação da “natureza” do entorno em “espaços” sociais de produção de um excedente que gerasse uma diferenciação de classes, era muito pequena, além do fato de serem comunidades sem a existência e a experiência da propriedade privada, havia a propriedade comunal e as relações familiares determinavam as ascendências e o controle sobre o grupo.

O contato cultural entre estes grupos e os colonizadores portugueses como já mostramos, foi tumultuado, só restando aos indígenas a escravidão ou absorção à força dos valores religiosos dos dominantes.

Estes, já conheciam a propriedade privada, as estruturas de classes ligadas ao processo produtivo principalmente o mercantil que, ao explorar a natureza gerava o excedente e fazia circular as matérias primas para a produção de mercadorias nos países centrais, a ideologia e os discursos de explicação de mundo que iriam justificar a dominação dos “primitivos”.

O contato, portanto sem o tempo cultural e histórico particular de cada grupo sendo respeitado foi de imposição, transformando na base a estrutura social e cultural, interrompendo os processos históricos dos grupos locais.

O contato trouxe para os nativos outro tempo histórico, o do europeu, que além de ser uma temporalidade cultural desconhecida e nova, era baseada em outra perspectiva de relação com a “natureza”, um tempo, que ultrapassava o entorno espacial dos lugares nativos, um tempo que gerou novos “espaços”, espaços de destruição de formas de viver onde a natureza não estava na “natureza”, mas nos homens, nas suas relações, portanto o tempo e o espaço fazia parte da natureza de todos. Tempo vivido por todos. Experiência comum a todos, mas não na vivência em si do tempo e espaço da natureza, e sim uma construção social do tempo e espaço.

O tempo e espaço dos nativos da região a dominar eram tempo e espaços sagrados, deificados, não com deus no céu ou no inferno, mas com deuses nos corpos, na chuva, na relação dos homens com tudo o que o cercava. Os tempos, portanto foram irreduzíveis um ao outro, havia de uns serem substituídos lentamente pelo outro, em um processo complexo de avanços e retrocessos, gerando algo novo, destruindo a memória social do passado (Eliade s/d).

O período colonial português pode ser lido na sua dimensão temporal e espacial dentro do que Milton Santos (1972:02) chamou de processo de “difusão de inovações” das “modernizações”. Porém, os estudos de economia e história mostram que os resultados dessa “difusão de inovações” agiram de forma diferenciada nos centros do sistema e nas periferias do mesmo. Os resultados têm que ser estudados, pensados, até para que se critique o próprio sistema em si.

Há uma periodização apontada pelo autor que nos orienta na análise e que vai servir para localizar as reconversões dos “espaços” produzidos nas cidades Amazônicas e em Manaus ao longo de seu tempo histórico. Segundo Milton Santos:

“O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo. (...) A elaboração e reelaboração dos subespaços – sua formação e evolução – se dão como num processo químico. O espaço que assim é formado extrai sua especificidade exatamente de um certo tipo de combinação. A sua própria continuidade é uma consequência da dependência de cada combinação em relação às precedentes” (Santos, 1972:03).

Segundo Santos (1972:03) “*A sucessão de sistemas coincide com a das modernizações*”. A partir desse ponto de vista poderíamos inferir que ao longo dos séculos XVI a XVIII a Amazônia passou por um período de localização das situações de controle das extensões do território. Nesse primeiro momento as estratégias militares complementaram as políticas. A maioria dos que tiveram posição de comando era militar, com experiência em ocupação das novas fronteiras nas colônias.

Em uma introdução ao texto de Karl Marx “Formações econômicas pré-capitalistas” Hobsbawm (1993) aponta que mesmo passíveis de crítica é possível aplicar a determinadas análises um entendimento, com reservas, dos pontos de vista de Marx e Engels sobre a “periodização e evolução histórica”. Não seriam por certo leituras definitivas, mas em nossa opinião elucidariam a compreensão dos

processos específicos de formação das sociedades que foram produto do contato entre os nativos da Amazônia e dos europeus. Segundo Hobsbawm:

“A primeira fase desta evolução pode ser melhor estudada na Ideologia Alemã de 1845-6, onde já se admite (o que não constituía novidade) que etapas diversas da divisão social do trabalho correspondem a formas distintas de propriedade. A primeira destas é a propriedade comunal e corresponde ao “estágio não desenvolvido da produção, em que as pessoas se sustentam caçando, pescando e criando animais ou, quando muito plantando”. Nesta etapa a estrutura social baseia-se no desenvolvimento e modificação do grupo de parentesco e em sua divisão interna de trabalho. Este grupo (a “família”) tende a desenvolver em seu seio não apenas a distinção entre o chefe e os demais membros, mas ainda, a escravidão, que se origina do aumento da população e suas necessidades e do incremento das relações externas, representadas pela guerra ou pelo escambo” (Hobsbawm, 1991: 29-30).

No processo de ocupação territorial da Amazônia os colonos leigos usaram os caminhos construídos física e politicamente pelos religiosos para se instalar no vasto território, inclusive aprendendo com os religiosos os modos de produção familiar dos nativos.

Entre os séculos XVII e XVIII consolida-se todo um conjunto de relações mercantis entre os aldeamentos dos Jesuítas e os pequenos núcleos de controle dos portugueses, além de relações comerciais mais regulares com Belém e São Luís (Prado Jr. 1983). Estes colonos apesar de enfrentarem uma reserva dos religiosos que não concordavam com a “escravidão” pura e simples dos nativos mais tarde conseguiram introduzir outro modo de organização da produção, com novas formas de relação da circulação das mercadorias.

Com a subida ao poder em Portugal do marquês de Pombal, o poder dos religiosos começa a sofrer uma decaída e a laicização do mundo colonial português se inicia. Uma modernização das relações comerciais se concretiza, criam-se as Companhias de Comércio e os produtos a serem produzidos deixam de ter relação imediata com o consumo local e passam a serem introduzidas novas culturas.

Isso não significou segundo Roberto Santos (1980) uma organização em bases realmente mercantis da produção na Amazônia, ao contrário, houve um acréscimo da produção e dos ganhos auferidos para Portugal, mas os problemas locais de escoamento da produção, deslocamento para as sedes e destas para os locais de produção da mão de obra necessária, dentre outras questões importantes continuaram a atormentar a sociedade colonial na Amazônia.

Há uma discussão muito interessante sobre a criação da Companhia do Grão-Pará. Se esse empreendimento Pombalino de fato mudou as estruturas de organização das atividades do Reino na Amazônia. Não é nosso objetivo discutir tal questão, mas pelos dados apresentados e estudados pelos historiadores de nossa região⁴⁰, é possível perceber que as relações espaciais foram pouco a pouco sofrendo uma transformação.

As dificuldades eram inerentes às condições de produção, no que diz respeito principalmente aos meios materiais da produção, e se, não houve um crescimento das condições de criação de novas relações sociais de produção não foi em virtude da inexistência de relações de classe, de estruturas políticas e institucionais para tanto, mas em virtude da inexistência da formação de uma elite local que pudesse gerar uma burguesia local. Não era uma política pública da corte portuguesa fazê-lo, ainda que tenhamos tido administradores que conseguiam imprimir um certo ritmo econômico às Comarcas e Províncias, sem no entanto produzir por longos tempos a estabilidade da dinâmica econômica tentada. Como mostra Arthur Reis:

“Souza Coutinho planejou um serviço de comunicações entre a Amazônia e o Sul do Brasil, pelas vias do Madeira, Tapajós e Tocantins-Araguaia. Incentivou a agricultura. Tomou medidas sobre a pesca nos rios e no litoral marítimo. Organizou a reforma do ensino, regulamentando-o seriamente. Fundou uma colônia no Madeira, com degradados, casais açorianos e ciganos. Experimentou a fundação de uma organização bancária com o capital dos colonos para os grandes empreendimentos que sonhava para o extremo norte. Fomentou a construção de embarcações para a marinha mercante e

⁴⁰ Alguns dos autores que estudaram a história econômica da Amazônia foram (PRADO JR, 1983); (SANTOS, 1980); (REIS, 2006) e (1977).

de guerra portuguesa. Criou uma pequena esquadrilha de lanchas rápidas para a defesa das costas paraenses. Levantou o censo do Estado (...) Sobre Lobo D'Almada na capitania do Rio Negro, meteu-se em ombros ao cometimento de criar no extremo Norte, em plena floresta tropical, a maior demonstração da capacidade de sua gente, organizando, disciplinando e aumentando a produção, impulsionando novas empresas econômicas. Com o algodão que fez plantar, montou a confecção de panos para a fardamenta da soldadesca e da gentilidade. Estabeleceu-se um açougue regular. Estabeleceram-se dois pesqueiros no Rio Branco e pro fim, mandou [o Governador] adquirir novilhos, touros e vacas de produção em Moura e Carvoeiro, para as primeiras fazendas" (Reis apud Roberto Santos, 1980:22).

Os produtos que então eram produzidos e negociados com o mercado externo por volta dos Séculos XVII e XVIII eram as chamadas drogas do sertão; como o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha, o cacau, as madeiras, além de outros produtos animais como a tartaruga, as caças e os peixes.

O mais importante a notar é que muitos fatores de forma alternada contribuíram de uma ou outra forma para a lenta transformação das relações de produção. A guerra de secessão nos Estados Unidos, as crises de produção da Venezuela, especialmente Café e Cacau. À medida que estas circunstâncias iam acontecendo e se desenrolando, os portugueses comerciantes locais ou dirigentes locais percebiam chances de se incluir no processo mercantil.

Para que isso tivesse acontecido supomos certa capacidade de comunicação e percepção política e comercial das chances. Comportamentos por certo mercantis. Daí para as transformações nos processos produtivos e de capacidade de uso de alguns produtos, como a borracha foi um passo.

Por outro lado, o mundo capitalista europeu rapidamente transformou a sua capacidade de gerar novas demandas de matérias primas. As mudanças nos grandes centros produtores dos processos industriais de uso da borracha fizeram surgir uma demanda maior do produto que fez aumentar a inserção da Amazônia nas exportações.

O que sabemos sobre a Amazônia no período histórico no século XIX, compreendido entre as décadas de 1810 e 1880 tem muito a ver com os processos

políticos e econômicos da Europa. Não é que antes não houvesse essa ligação, o que ocorre a partir daí é um rearranjo político das forças hegemônicas, como o embate entre Inglaterra e França, dois polos que fizeram boa parte das Nações tomarem decisões de inserção ou não dentro de um ou outro campo de influência política, econômica e militar. Portugal protegido pela Inglaterra resiste às investidas francesas.

Em 1808, após ter tido o seu território invadido por Napoleão a Corte portuguesa migra para a Colônia e o estatuto jurídico da própria Colônia muda. Sob influência política da Corte, abrem-se os portos para a “navegação das Nações amigas” e essa atitude muda a configuração dos arranjos territoriais na Colônia.

O Brasil que havia passado muito tempo sofrendo diversas tentativas de ocupação por outras nações europeias, com apoio da armada inglesa passa a manter o monopólio do comércio com mais tranquilidade.

Ao mesmo tempo, com os desenvolvimentos técnicos que aconteciam na Inglaterra e nos Estados Unidos do uso da borracha, preparou-se todo o terreno para uma expansão e exploração mais intensa do produto na Amazônia.

Consolidam-se as posições portuguesas, os Governadores Gerais haviam preparado terreno desde Pombal, para as implementações do aparato institucional que iam ser importantes na consolidação desse novo momento econômico.

Há um crescimento das relações econômicas com outros países além de Portugal, e os portos da Amazônia, especialmente Belém e Manaus consolidam sua estrutura exportadora. No início com uma produção incipiente, depois de alguns anos, já dominando a extração, a produção, a armazenagem e os meios de transporte do “caucho” a estrutura produtiva se consolida.

Os centros urbanos passam a usufruir dos migrantes que vão surgindo e traziam toda uma experiência em comércio de grandes proporções, casas comerciais surgem, casas bancárias também, cria-se todo um aparato que só podia acontecer em um ambiente com razoável organização urbana. Como nos diz Weber (1968), as cidades em geral são “lugares de mercado” e necessitam de uma

organização jurídico-legal, uma burocracia, um conjunto de personagens e seus estamentos para gerirem essa nova ordem.

As cidades de Belém e Manaus passam por uma transformação radical. Um tempo longo dessa transformação, mas sólido em termos de rearranjo dos “espaços”. Em Belém, que se transformou primeiro e de forma mais intensa, em função de ser mais antiga e ter sido sede da capitania por mais tempo, já haviam estas estruturas burocráticas descritas acima.

O caso de Manaus é um pouco diferente. Transformação lenta e gradual era e sempre foi um núcleo urbano insignificante e isolado com uma estrutura “espacial” deficiente. Em 1845 era não mais que uma pequena vila muito parecida com um aldeamento jesuítico. Como nos mostram a imagem e o mapa abaixo uma parte significativa da cidade ainda não havia sido urbanizada de forma sólida o que só vem a ocorrer nas décadas de 1880 a 1900.

Figura 1 – Planta da Villa de Manaós 1845.

Planta levantada e desenhada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Anjo, 1845. Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro. Recolhido por Otoni Mesquita.

O mapa da cidade em 1845 nos mostra certo conjunto de edificações existentes e construídas pelos militares portugueses, pelos Jesuítas e Carmelitas, além de imóveis de comerciantes que à época já faziam transações comerciais com produtos vindos das comunidades de colonos que haviam se estabelecido a partir das facilidades criadas pelas Legislações e Normas do Marquês de Pombal, ainda no século XVIII. Nota-se no mapa a quase inexistência de arruamento, o núcleo era muito pequeno e sua infraestrutura descrita pelos viajantes em 1866 como acanhadas (Mesquita, 2009).

Então um porto importante e estratégico para o comércio, Manaus possuía casas bancárias, sedes administrativas e fiscais de repartições da coroa e depois da república, o Teatro Amazonas dentre outros equipamentos urbanos importantes. Novo arruamento é proposto, especialmente no governo de Eduardo Ribeiro, além de aterros de igarapés no centro da cidade e da construção de pontes de ferro fundido, pré-moldadas interligando bairros que antes não eram acessíveis, e o mais importante, a construção do porto flutuante, pré-moldado em ferro e com um sistema de pontes e cais que atendia a sazonalidade das secas e cheias do Rio Negro.

O espaço urbano da cidade se expande e esse período, que Otoni Mesquita (2009) denomina de forma criativa e inteligente de “La Belle Vitrine” dado o caráter de embelezamento com um padrão europeu de composição das paisagens arquitetônicas e urbanas, enfim uma vitrine para mostrar uma “educação urbana”.

O período entre o “fausto” da borracha (Dias, 1999) que tem seu fim por volta da década de 1910 e o início da Zona Franca de Manaus – década de 1970, muitos autores denominam como sendo um período perdido, uma estagnação, uma crise sem tamanho. Essa crise que antecede o surgimento de uma Manaus integrada ao resto do Brasil, uma cidade que passaria a ser dotada de todas as condições de comunicação, gestão e produção, no dizer dos que analisam Manaus apenas do ponto de vista econômico, administrativo deixando de lado um aspecto importante das territorialidades que são a vida social, cultural e as relações locais de produção; faz-nos incorrer em um erro de avaliação que em nossa opinião obscurece algumas possibilidades de leitura da Manaus de hoje.

Após a derrocada dos preços da borracha, nas décadas que se seguiram até meados da década de 1960 em função da atuação mais à esquerda das práticas da Igreja com as comunidades, formação de lideranças, tanto nas zonas rurais como nas cidades pequenas e médias houve um grande avanço nas relações entre os órgãos da instituição da Igreja Católica e as Sedes de Prelazia nas cidades maiores e justo nesse momento se organizam outras prelazias no interior da vasta região amazônica, como as de Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, ambas fundadas na década de 1910, cidades do interior do Estado do Amazonas cujo acesso a época era complexo e que ficam a grande distância de Manaus.

Nas décadas de 1950 e 1960, com o avanço das tecnologias espaciais, em função da guerra fria e da corrida espacial, criam-se mecanismos de pesquisa dos solos, satélites e outros métodos de levantamento que acabam por demonstrar que a Amazônia poderia ser potencialmente dotada de grandes riquezas. Os militares preocupados com a imensa região desabitada forjam o discurso de “integração” da Amazônia como mostra o lema do projeto Rondon, era “integrar para não entregar”.

Em paralelo a todas estas mensagens nacionalistas e ao contexto político e social da América Latina à época, terminam por chegar ao poder em 1964 os militares e vemos surgir no Brasil uma preocupação com a “cobiça internacional sobre a Amazônia” e uma percepção muito presente a partir de então de criar planos e projetos de ocupação e adensamento para que pudéssemos ter como Nação uma soberania completa e autonomia sobre o nosso “paraíso verde”.

Nesse momento, a Igreja muda de vez sua atuação passando a se opor ao Estado brasileiro. Com o Golpe Militar de 1964 surgem tendências do Estado Nacional, de considerar os grandes personagens do interesse da Igreja Católica, principalmente na Amazônia como um risco à soberania do país.

2.2 - Do espaço na política à espoliação do espaço: esquecimentos e desalento – a atuação do Estado Nacional.

Ao analisarmos a formação das cidades Amazônicas a partir de uma leitura que privilegia um painel da formação social decorrente das relações da metrópole com as cidades, das cidades com outras cidades criticando a frágil formatação social que foi produto dessas relações, teremos que nos perguntar também se houve alguma recorrência que possamos identificar como importantes para compreendermos o processo de consolidação destas cidades no vasto território amazônico.

Por certo que uma das mais importantes situações que se mantiveram ao longo da história da região amazônica foi a do desbravamento e reconhecimento dos territórios antes desconhecidos para os europeus. O vasto conhecimento acumulado pelos portugueses dos rios amazônicos, o mapeamento pelos militares dos diversos acidentes geográficos e da escala temporal do deslocamento foram ricas informações que se transformaram em experiências importantes no momento de tomadas de decisões políticas e militares por parte da coroa portuguesa.

Esses fatores foram usados para nortear inclusive a política de ocupação através da escravização de índios tanto por colonos quanto por religiosos. Foram usados também como conhecimento para introdução de culturas agrícolas em uma segunda fase de implantação da colonização e ocupação portuguesa.

No Governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1751 a 1759, irmão do Marquês de Pombal, a tentativa de implantação da mão de obra escrava em vasta escala, para substituir a mão de obra indígena, já que os jesuítas haviam sido expulsos resultou em fracasso e a derrocada da exportação de drogas do sertão.

O processo de ocupação da Amazônia teve algumas particularidades além dessas referências já mencionadas. A primeira delas vale repetir foi o fato de que a rede urbana se formou tardiamente, por motivos conhecidos, o interesse da Coroa portuguesa no litoral, a dificuldade de atingir todo o território brasileiro já muito vasto

desde o Tratado de Tordesilhas em 1494 (Andrade, 1997), que na verdade dividia terras que nem ainda tinham sido “descobertas” dava uma perspectiva do problema a ser enfrentado.

As viagens realizadas por muitos navegadores, de Portugal e mesmo de outros países europeus deu uma clara noção do que iriam enfrentar na região. Desde os relatos dos mais antigos viajantes (Reis, 2001 e 2006)(Amazonas, 1984)(Monteiro, 1994) muitos outros relatos mostravam às vezes indiferença e curiosidade e outras vezes animosidade dos povos nativos com relação aos viajantes. Muitos relatos míticos e discursos políticos para demarcar presenças e estratégias em relação à posse do território a ser explorado essas situações formataram os primeiros momentos de um processo sempre violento e complexo.

A seguir mostramos um quadro muito ilustrativo do processo de evolução das estruturas urbanas na Amazônia, onde são mostradas as complexas relações de força no território em cada momento histórico da vida urbana na Amazônia.

As condicionantes históricas aqui demonstradas determinaram em função das demandas surgidas nas relações, políticas, militares e econômicas as estruturas de distribuição no território das vilas, povoamentos, cidades e outras formas de aglomeração humana em cada tempo histórico considerado.

Vale ressaltar que em dois momentos há um arranjo diferenciado das forças políticas mudando o eixo do poder de Belém para Manaus e em outro momento do Pará para o Amazonas. Entre 1913 e 1965 que os autores consideram como “declínio da borracha” a cidade de Manaus passa a ter a “primazia” sobre as circulações e relações econômicas, interpretação que criticaremos mais tarde. Depois entre 1966 e 1985, novamente a cidade de Belém, e nesse caso o Estado do Pará perde importância para a cidade de Manaus e o Estado do Amazonas.

A explicação é mais fácil de ser entendida. Os militares ao assumirem o poder com o Golpe de 1964 puseram em prática os projetos de ocupação da Amazônia e nesse momento dada a localização estratégica da cidade de Manaus, ela nesse período se torna mais importante para a Região Amazônica.

O quadro a que nos referimos representado abaixo considera a rede urbana formada a partir das intervenções do Estado Português e do Estado Nacional brasileiro. O que temos a comentar é o fato de que na maioria das vezes em que de fato essas intervenções aconteceram internamente uma dinâmica aconteceu gerando outras implicações de escala e nuançando a formando da rede com outras variáveis, que não é nosso objeto mas vale ser ressaltado.

Quadro 1 – Identificação da evolução da estrutura urbana na Amazônia e suas principais condicionantes.

Períodos identificados para a evolução da estrutura urbana na Amazônia e principais condicionantes.		
Período	Condicionante	Estrutura Urbana decorrente
Séc. XVII a 1850	Missões e ibéricos	Vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes, nos sítios de maior densidade de população indígena.
1851 a 1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Urbana
1892 a 1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz – Belém
1913 a 1965	Declínio da borracha	Estagnação local e primazia de Manaus
1966 a 1985	Intervenção do Estado	Urbanização regional
1986 a 1990	Retração do Estado	Desconcentração - padrão dos eixos fluvial/ viário
1991 a 1996	Diminuem migrações	Macrozoneamento regional
1997 a 2000	Descentralização do Estado	Cidades ligadas ou não à rede urbana nacional e/ou internacional.

O quadro identifica a evolução da estrutura urbana na Amazônia e as suas condicionantes. Reproduzido de Análise Espacial do Processo de urbanização da Amazônia – INPE (Kampel, Câmara e Monteiro, 2001: 18)

É interessante perceber que de fato, somente no século XVII com as missões religiosas se dá o início de uma política de ocupação. O que poderia em um primeiro momento parecer temerário do ponto de vista político-territorial, fazia parte talvez de uma cultura dos próprios portugueses de lidar com litígios geográficos sob outro prisma.

Ocorre que bem antes; Portugal já havia passado na própria formatação de seu território por problemas relacionados com a definição do que seria a “individualidade natural” desse território. Estava já na cultura dos portugueses a percepção de que a ocupação de um território se dava não apenas pelo domínio físico desse território, mas através também de uma presença social. E se desde o início não estava configurada uma rede de relações fixas entre vilas e cidades, havia as fortificações desde o início do século XVII, e a própria cidade de São Luís e Belém, ambas desta época ou um pouco anterior.

Como bem mostrou Antonio Carlos Robert Moraes sobre as bases da formação territorial do Brasil, onde analisa “a territorialidade na formação do Estado Português” essa experiência é bem mais antiga:

“Uma interpretação geográfica da história de Portugal deve iniciar ressaltando a inexistência de uma individualidade natural do território lusitano. Do ponto de vista da compartimentação geomorfológica, ele apresenta uma sucessão de relevos que se expandem no sentido latitudinal adentrando o território espanhol (o que se evidencia pela própria rede hidrográfica). Assim, inexistem uma “unidade geográfica de Portugal” e também fronteiras naturais com a Espanha. A identidade nacional portuguesa é, portanto, unicamente uma construção histórico-social” (Moraes, 2000: 121).

No início da disputa entre Espanha e Portugal para a ocupação da vasta extensão de terras amazônicas o controle era complicado e custoso, dadas as circunstâncias de extensão e desconhecimento daquele tipo de ambiente natural. A navegação marítima possuía características diferenciadas da navegação fluvial (Boxer, 2001).

Ainda que Portugal começasse a dominar possessões na Índia e no oriente com navegação fluvial, nada se comparava à extensão e tamanho dos rios que estavam agora enfrentando.

Por isso, erros foram cometidos na percepção geográfica do lugar. A própria escolha do sítio inicial para localizar a capital interna à bacia fluvial do Grão-Pará foi

equivocada e podemos perceber isso no mapa que vem a seguir. O mapa citado mostra em um período de poucos anos os vales dos Rios Negro e Solimões e as Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso. A cidade de Manaus possuía uma localização baseada em uma frágil percepção geopolítica do território a ser conquistado. Os Rios que eram vias de penetração e circulação não haviam sido totalmente mapeados ainda.

O Governo Central Português tanto na Colônia como no Império lidava todo o tempo com um conjunto de problemas sempre prementes a resolver. Possuía um corpo administrativo reduzido – nas duas épocas, Colônia e Império, e ainda que na segunda fase do Governo Português no Brasil tenham se instalado uma elite portuguesa mais culta e bem preparada para a administração, as terras eram muitas e as distâncias enormes. Havia também as pressões constantes das elites internas e das Nações que pretendiam de alguma forma interferir na política e na consolidação dos domínios Portugueses⁴¹.

Em uma interpretação ousada sobre as políticas de ocupação do território brasileiro pelos portugueses, Maria Odila Leite da Silva Dias nos mostra em seu “A interiorização da Metrópole” que o período da separação “política da metrópole”, ou seja, a “independência” em 1822 não foi coincidente com o período da “consolidação da unidade nacional” que ocorre mais ou menos a partir de meados do século XIX, esse fato tem uma significação importante para a ocupação da Amazônia.

⁴¹ Segundo Rodrigo Ricupero (2009) a questão das elites portuguesas era bastante sensível. Ele mostra que como havia uma grande dependência da formação das elites coloniais com as próprias dinâmicas de funcionamento e organização das elites em Portugal, isso sempre acarretava problemas porque como o projeto da Corte era vinculado às possibilidades de reproduzirem-se as hierarquias anteriormente formuladas na Europa, além do fato de que estas elites tinham que arcar com os custos de suas posições na Colônia, então nem sempre estas relações eram amenas. Ricupero nos aponta que “Por outro lado, os vassalos portugueses, ao desembarcarem na América, não abandonavam seus quadros mentais, oriundos de uma sociedade estamental: se nobres buscavam garantir seus privilégios, se plebeus procuravam enobrecer. Os hábitos das ordens militares do Reino, em particular da Ordem de Cristo, e outros títulos, como cavaleiros ou foro de fidalgo eram amplamente ambicionados largamente distribuídos como recompensa pelos mais variados serviços. Mesmo índios receberam o hábito da Ordem de Cristo, por auxiliarem os portugueses, como por exemplo, o índio batizado Martim Afonso, premiado por Mem de Sá em 1560 ou, posteriormente, o famoso D. Antonio Felipe Camarão, capitão-mor dos Índios nas guerras com os holandeses” (Ricupero, 2009: 18). No caso do Norte, o complexo era justamente haver condições de valorização que pudessem gerar benesses de monta, o que era quase impossível. Por isso, essa elite pouco valorizava a ida para essas províncias.

Na Colônia, os Governadores das Províncias estavam ligados de forma mais direta com a Metrópole, maior exemplo é o das ordens religiosas, como mostraremos mais à frente. No Império, a partir de 1808, com a presença da Família Real no Brasil, e uma maior presença também de um corpo administrativo aqui, foi necessário e prudente criar uma prática administrativa e burocrática interna para que a consolidação do território acontecesse sem percalços. No entanto, não foi sem problemas que tudo se desenvolveu.

Ocorre que os problemas dessa consolidação de um tão vasto território não eram apenas internos ao Brasil, à sua administração e criação de uma nova elite local. O mundo estava em processo de transformação também. Na escala mais global havia todo um processo de transformação dos modos de produção que ao fim influenciaram as lógicas internas de organização da produção e das classes de diversos países e regiões, entre eles o Brasil e as Américas. Maria Odila L. da S. Dias nos mostra:

“O problema inerente ao amadurecimento do capitalismo industrial na Inglaterra é de âmbito amplo e define o quadro geral das transformações do mundo ocidental nesse período. A luta entre os interesses mercantilistas e o liberalismo econômico se processaria de forma intensiva na Inglaterra de 1815 a 1846, afetando drasticamente a política de todos os países coloniais diretamente relacionados com a expansão do Império britânico do comércio livre. Não atingiu nenhuma área tão diretamente como as Antilhas. (...) Foi o pretexto para a fundação de um novo Império português no Brasil; teve evidentes reflexos na política econômica e no processo de separação de Portugal. A historiografia da época já definiu bem as pressões externas e o quadro internacional de que provém as grandes forças de transformações. Resta estudar o modo como afeta as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos inerentes ao processo de formação da nacionalidade brasileira.”
(Dias, 2005: 10)

Na Amazônia esse processo foi particularmente dramático. Se de um lado, desde a colônia com a presença das ordens religiosas uma pequena elite de portugueses se formou com os colonos e com os que eram ligados à administração do poder, estes principalmente nas vilas e cidades maiores. Por outro lado, as

despesas sempre crescentes da metrópole impediam através dos repasses de valores nem sempre fáceis de serem arrecadados, que esta mesma elite pudesse prosperar.

Outro fator contribuiu para a complexidade desse quadro, sendo que este de ordem social e burocrática, senão simbólica. Havia uma prática comum na Coroa portuguesa desde suas experiências anteriores em outros lugares, como por exemplo, na Índia e na África que era o fato de que a elite portuguesa a maioria das vezes fazia o papel do Estado português em troca das mercês e benesses fornecidas pelo Rei e esse fato enfraqueceu em demasia a formação das elites locais ainda que tivessem em vários momentos se formado e participado da vida econômica e social. Funcionários públicos, militares, colonos nas Comarcas do Alto Amazonas e Negro, além de alguns poucos comerciantes em Manaus e Belém, e fazendeiros na Província do Grão Pará.

No seu livro “A formação da Elite Colonial – Brasil c. 1530 – c. 1630”; Rodrigo Ricupero analisa justamente esse processo e vai mostrar que o Estado português não tinha recursos para manter tantas frentes de expansão do Império e lançou mão desse artifício e que depois se consolida como uma prática social. Logo na introdução ele descreve de forma sintética as ações da Coroa Portuguesa:

“No processo de colonização do Brasil, a Coroa utilizou-se da iniciativa particular e nela se apoiou, buscando, porém, sempre seu controle. Se, na perspectiva do Estado contemporâneo, essa situação pode ser vista como fragilidade, à época, no processo de formação do Estado, tal política constituiu hábil recurso: a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos, sem que lhe coubesse nenhum ônus, cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos” (Ricupero, 2009: 13).

Inicialmente poderíamos pensar que esse processo se deu por igual em todo o território brasileiro, mas não foi assim. Nos primórdios da ocupação da Amazônia, quando ainda havia a ideia do “eldorado”, e as riquezas do alto Peru não tinham sido descobertas, e, quando não se conheciam a ferocidade de muitos grupos indígenas,

e as dificuldades inerentes à imensidão das águas, dos problemas do clima, dentre outros fatores complicados da Amazônia e sua ocupação, muitos portugueses se interessaram pelo domínio da região, afinal deveria ser interessante e render muitas benesses, pois ela era disputada por espanhóis, holandeses, franceses, e defendê-la pareceu nesse primeiro momento muito lucrativo.

Mais tarde, no entanto, como já dissemos, já em meados do século XVII, quando enfim Portugal cria algumas fortificações nas áreas mais internas à foz do Amazonas, subindo em direção ao Rio Negro – inclusive o Fortim do “Logar da Barra” é desta época; que depois dá origem à cidade de Manaus, já não havia tanto interesse e Portugal teve de lançar mão de militares para ocupar estes fortins e defender o vasto território.

Nesse momento passa a lidar com outro problema que se desenvolve a partir daí, os seus próprios militares passam a formar famílias com filhas e parentes de chefes indígenas formando verdadeiros exércitos, alguns com 700 homens e começam um processo de aprisionamento, exploração e negociação dos índios como mercadorias, de outros grupos indígenas menores e menos poderosos. No início desse processo a Corte não deu muita atenção ao fato, mas muitos problemas foram criados por essas ações o que gerava descontrole em relação ao domínio sobre a Comarca do Alto Amazonas, que porventura a recém fundada Província do Grão Pará pudesse ter.

Portugal então se viu diante de um conjunto de questões difíceis de serem resolvidas. Ao mesmo tempo, até porque em toda a região amazônica e nas outras regiões do país, especialmente no litoral, havia um conjunto de fatores que complicavam o domínio do território; a contínua invasão de outros países, as guerras com os índios, à vastidão dos territórios dentre outros fatores. Portugal, ainda que tenha demorado a agir, lançou mão para o resto do Brasil das táticas de benefícios para os nobres que lutassem pela manutenção das terras e nela produzissem e militarizou o controle da Amazônia para minorar o problema dos exércitos formados a partir de seus próprios desertores, sendo inclusive que alguns destes homens ainda atuavam para a Coroa.

Esses embates ocorreram em todo o processo de ocupação da Amazônia. O Estado português tentou em diversas oportunidades organizar suas formas de administração das Províncias na Amazônia. Para tanto contou com a ajuda de outras instituições como a Igreja Católica por exemplo.

A presença dos Jesuítas e depois dos Carmelitas ajudou a formação das redes sociais necessárias para consolidar a ocupação de tão vasto território. Como havia por lei a obrigatoriedade de que toda missão militar fosse acompanhada pelos representantes da Igreja, o projeto português se deu uma parte pelo aldeamento dos nativos e outra pela catequização, duas opções não muito diferentes, mas que nos espaços teve um significado importante, pois as missões necessitavam de um tempo maior de permanência do que a mera recolha dos “selvagens”.

Como mostramos, era necessário implantar uma sede, a capela, as roças, certa estrutura que de certo modo fixava a todos, mesmo em pequenas quantidades de almas, em um sítio específico, sede das missões. Os primeiros contatos guardavam semelhança com as aldeias, no que diz respeito aos materiais utilizados na sua construção, mas a organização era totalmente diferente, dentro de um novo ordenamento dos espaços, com outras hierarquias e estratégias de acesso aos meios de circulação.

Anteriormente, alguns problemas relacionados à violência entre colonos e assassinatos de Padres e Missionários fizeram com que o Governador Geral do Grão Pará mandasse construir um pequeno forte na Barra do Rio Negro, lugar de confluência entre o Rio Negro e o Rio Solimões (Reis, 2006), (Monteiro, 1994).

Um primeiro momento, ainda no século XVIII, por volta das décadas 1770 a 1790 o antigo povoamento que deu origem à cidade de Manaus se torna a sede regional da capitania por intermédio de Lobo D’Almada que compreendeu, bem antes dos outros governantes portugueses a importância da localização não na Vila Mariuá (Barcelos), mas no Lugar da Barra do Rio Negro na confluência dos Rios Negro e Solimões.

O militar português havia percebido após cartografar o Rio Negro desde São Gabriel (Reis, 2006: 40), que as investidas espanholas não se davam pelo Negro e

sim pelo Rio Solimões. O percurso da nossa capital não foi simples. Entre idas e vindas, Manaus foi e deixou de ser a sede algumas vezes, até que de forma definitiva virou capital da capitania do Rio Negro em 1833 (Monteiro, 1994: 59). Em um belo texto sobre a cidade de Manaus o geógrafo Aziz Ab Saber (1953) nos mostra claramente a tardia percepção da importância da localização de Manaus:

“Por volta de 1661, graves acontecimentos históricos se sucederam, chegando a influir no povoamento da região; os jesuítas, que eram uma espécie de fator de equilíbrio entre o apresamento e o povoamento efetivo, foram expulsos. Ao mesmo tempo, as repetidas incursões holandesas pelo Orenoco e as espanholas pelo Solimões se intensificaram ameaçadoramente, pondo em jogo o destino de grandes porções da Amazônia portuguesa. Por sugestão do temível preador Costa Favela, após seu regresso da expedição de 1668, o Governador do Pará mandou construir uma fortaleza no “Logar da Barra”, a fim de servir de base para a defesa tanto do Rio Negro como eventualmente do Solimões. Pela primeira vez se reparava na excelente posição geográfica do local; descobria-se assim, em primeiro lugar, a situação estratégica que um dia iria ser o fundamento da própria situação geográfica privilegiada de Manaus” (Ab Saber, 1953: 208).

A estratégia política de pensar a ocupação do território e formatar na medida do possível suas territorialidades dentro de uma perspectiva que atenda a este prognóstico, a um planejamento prévio, foi e continua sendo uma importante atitude dos Estados no processo de barganha para ocupar espaços no jogo político e econômico internacional. Em uma perspectiva de compreensão das implicações destes possíveis cenários, e também para compreender o papel da Amazônia, do Amazonas e da cidade de Manaus nesse debate, inclusive desde os primeiros momentos de sua fundação, faz-se necessário apontar as estratégias de dois dos principais agentes sociais dessa história: o Estado Português e a Igreja católica.

Se por um lado, por causa do pouco interesse que a elite portuguesa demonstrou pela Amazônia, o que enfraqueceu o domínio e fragmentou a ocupação tanto espacialmente quanto no decurso do tempo no Estado do Amazonas, por outro, a Igreja teve um conjunto de conflitos com o Estado português que também enfraqueceu a permanência de uma dinâmica produtiva em um longo tempo. Estes

fatores são em nossa opinião dois dos que contribuíram para uma formação social incompleta e que todo o tempo tinha que se reestruturar em novos começos.

Longos períodos de tempo, lentas transformações, fragmentação da ocupação espacial ao longo dos rios. Não nos esqueçamos de que o Amazonas só veio a ter o atual território, que já é enorme, já nas décadas iniciais do século XX porque antes, a dimensão era ainda maior, pois continha o atual Estado do Acre (de meados ao final do século XIX), o atual Estado de Roraima e uma grande parte do Estado de Rondônia.

Muitas situações aconteceram se consolidaram e o território foi se constituindo. Uma vasta região foi sendo finalmente dominada de forma razoavelmente estabilizada por Portugal. Os militares, os religiosos, os colonos, e principalmente uma pequena elite agrária da Província do Pará, e pequenos produtores dos entornos das diversas Vilas e pequenas cidades do Amazonas foram dando a tônica desse longo processo.

Desse momento em diante, muito já foi mostrado na evolução da ocupação do território amazônico e talvez, uma das fases mais conhecidas de nossa história seja justamente essa. Havia no entanto, questões que não estavam na ordem do dia em outros momentos da história e foram desconsideradas, esquecidas posteriormente, como é o caso da abertura à navegação dos rios amazônicos. Neste momento, daremos um salto para os momentos iniciais do século XIX, pois nos interessa mostrar a continuidade desse processo já em bases territoriais mais sólidas, onde já estava em pauta uma discussão sobre a navegação do Amazonas, sua ocupação para além de suas beiradas, nas partes mais internas às bordas dos grandes rios.

Figura 2 – Embarcação da Amazônia em 1840.

Tipo de embarcação adaptada pelos viajantes estrangeiros para viajarem pelos Rios Amazonas e outros da região na década de 1840 (1847). Viagem de Willians H Edwards – Voyage up the River Amazon. Fonte – Coleção Brasileira USP – Acervo digital / Biblioteca José Mindlin.

A cabanagem agitou a Amazônia por cinco anos durante o período regencial brasileiro na primeira metade do século XIX. Em janeiro de 1835 começam as primeiras ações dos revoltosos, insatisfeitos que estavam com a posição reacionária de alguns grupos da elite portuguesa que teimavam em não reconhecer a independência do Brasil em relação a Portugal, mas principalmente por causa da frágil representatividade política dessa mesma elite junto à Corte no Rio de Janeiro.

O movimento se expande da Capitania do Grão-Pará e avança para a então Comarca do Alto-Amazonas. Muitos embates violentos, crises políticas e de comando, e massacres, com a cidade de Belém sendo duramente atacada e caindo os revoltosos logo no ano seguinte.

A Capitania do Grão-Pará pela sua importância, por ser mais habitada e possuir uma maior quantidade de vilas e cidades o poder central retomou

rapidamente o controle da situação, no entanto em partes da grande Capitania do Norte e na Comarca do Alto-Amazonas a revolta se estende até 1840.

A partir deste ano de 1840 a Corte centraliza de forma mais intensa a força de suas decisões, e do poder sobre as Capitanias do Norte. Uma imensa crise se abate sobre a Comarca do Alto-Amazonas, que à época possuía apenas quatro municípios Tefé, Luzéia (Maués), Mariuá (Barcelos) e Barra (Manaus)⁴², a produção cai e os produtos até então produzidos na Comarca, como “borracha, castanha, puxurí, pirarucu seco, piaçava, mixira, manteiga de tartaruga, cacau, salsa, café e tabaco” (Amazonas, 1984) acabam por sofrerem uma drástica diminuição.

Um pouco mais tarde, a partir de algumas medidas da Corte do Rio de Janeiro, no sentido de incentivar um melhor conhecimento das províncias, especialmente as mais distantes, as forças militares começam a viajar e explorar o território; repetindo os mesmos procedimentos que haviam sido esquecidos, porém realizados no século anterior pelo Marquês de Pombal; até então conhecidos e demarcados, expedições científicas começam a fazer parte da realidade do país:

⁴² O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Imperio do Brasil de 1883, da Editora Lammaert e Irmãos, mostra a seguinte Divisão territorial da Província do Amazonas: “He composta a tal província por sua Capital Manáos, outr’ora villa do Rio Negro margem esquerda desse rio, três léguas acima de sua foz, com mais de 3,000 habitantes. Comprehende seis comarcas a saber: Manáos com os municípios de Manáos, Barcellos, Serpa e Silves; Itacoatiara como o município de Itacoatiara; Parintins com os municípios de Maués, Bella da Imperatriz e Borba; Solimões com o município de Teffé; Barra do Rio Negro com o município Barra do Rio Negro e Rio Madeira com o município do Rio Madeira.[...] As cidades mais importantes desta provincia são: Manáos com quatro praças e ruas largas e direitas; se, à marndo notáveis os seguintes edificios: igrejas, matriz velha, Nossa Senhora dos Remedios, S. Vicente; palácio do governo, palácio velho, antiga olaria, jardim publico, assembleia provincial, velho-forte, tesouraria, quartel de linha, quartel de policia, casa de câmara e cadeia. Em Itacoatiara, antiga villa de Serpa, ao sul do lago Saracá. Maués, ao sueste do precedente lago. Teffé, muito comerciante, na confluência do rio Reffé com o Solimões. Os produtos que mais exporta esta provincia são: especiarias, cascas, raízes e resinas medicinaes, salsaparrilha, arroz, assucar, algodão, cocos, borracha, castanhas, cravo, grude, óleos, manteigas vegetaes, peles, couros, peixes e tartarugas” (Lammaert & Irmãos, 1883: 98-99). É interessante perceber, que nesse momento a borracha era mais um dos produtos de exportação da província do Amazonas, dentre muitos, porém neste período já se consolidavam no interior da Província outras praças produtores da borracha e a goma elástica já vinha se tornando o produto principal de exportação do Amazonas. Por isso, acreditamos, que quando estas informações, de informativos, relatórios, almanaques eram publicadas acabavam por gerar desinformação e causavam um prejuízo considerável nas posições políticas dos representantes das províncias do Norte do país. Outro aspecto curioso é que no período em que foi publicado o Almanak em 1883 a população da cidade de Manaus era em 1872 de 29.33 habitantes e em 1890 era de 38.720 habitantes, portanto estamos crendo que houve um erro de impressão e saiu publicado que em 1880 a cidade teria 3.000 habitantes (quando na verdade teria próximos ou senão 30.000 habitantes).

“Apenas sacudiram levemente este marasmo em que se encontravam as nossas populações a viagem do vapor Guapiaçu, da Marinha, o primeiro barco deste tipo a subir o Amazonas, em 1843; a criação das Diretorias de índios, em 1845 e a elevação da vila da Barra à categoria de cidade, a 24 de outubro de 1848, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro. Mas isto pouco representava para a ocupação das terras não demarcadas entre o Brasil e as repúblicas hispânicas, além dos Andes. O tratado de Santo Idelfonso, de 1777, fora assinado entre Portugal e Espanha, mas não havia ratificado pelo Império Brasileiro e pelas repúblicas vizinhas.” (Loureiro, 1984: 07)

Na década de 1860, estavam consolidadas as práticas de viajantes, cientistas, naturalistas, e militares, dentre outros que viajaram pela Amazônia neste e em momentos anteriores. Uma experiência que vinha dando certo; pois gerava informações e relatos bastante fidedignos e importantes para o poder central, o que era raro. Conseguiram chegar com mais facilidade aos mais longínquos lugares da região. Com o apoio e recomendação do Império foi este o caso do casal Agassiz quando em esteve em Manaus por volta de 1865.

O mais curioso é que para além dos relatos das ciências naturais, as crônicas de Elizabeth Cary Agassiz sobre a vida social nestas paragens em alguns momentos são bem ácidas e em outros relata com um olhar bem minucioso a vida na Província Amazonas. Há um encontro bem interessante entre o casal de viajantes e o político alagoano Tavares Bastos.

No relato de Genesino Braga, o Presidente da Província do Amazonas Dr. Antonio Epaminondas de Melo, ofereceu um “baile suntuoso” em homenagem ao político da Corte e também em consideração ao “casal de sábios estrangeiros”. A cidade de Manaus à época possuía *“umas trinta e poucas ruas e praças e cerca de 320 fogos. Contava com 2.080 habitantes, dos quais 844 eram de cor branca, 700 de cor índia, 480 parda e 56 preta”* (Braga, 1995:74)⁴³.

⁴³ Nessa época quando eram realizados levantamentos e contagem para a elaboração de Mapas, roteiros ou outros usos, militares ou não, nas vilas e cidades, as casas residenciais, onde houvesse a moradia de famílias eram denominadas “fogos”.

Nessa época Manaus - como no mapa abaixo, ainda se chamava de “Barra” ou “Lugar da Barra” e não havia ainda passado pelas modificações causadas pelo crescimento espacial decorrente de um aumento de população já que os seus habitantes não migraram à cidade de forma contínua e crescente, mas por fases muito específicas no tempo.

A ilha de São Vicente, à esquerda no mapa, na foz do igarapé de São Raimundo e do Igarapé de São Vicente, é ainda ligada por uma ponte ao território da cidade. O Igarapé do Espírito Santo - no centro da imagem à direita da parte central da cidade, na verdade ainda uma pequena vila; ainda não havia sido aterrado para dar lugar à Avenida Eduardo Ribeiro, o que só aconteceria cinquenta anos depois, na passagem do século XIX para o XX.

A parte central onde hoje se localiza o porto de Manaus foi tomada ao Rio Negro, como aterro, e a conformação da cidade nesse mapa é bem menor a parte frontal da cidade que existe hoje em dia. Não existiam ainda os bairros de Aparecida, acima da Ilha de São Vicente, à esquerda e do Educandos, à direita da cidade.

Figura 3 – Planta da cidade de Manaus de 1879.

A cidade de Manaus em Planta de 1879, do Archivo Militar em 26 de Fevereiro de 1879 —elaborada pelo Capitão Tenente Raphael Lopes Araújo. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro. Recolhida por Otoni Mesquita.

Já havia uma preocupação de organizar uma geometria na morfologia e no desenho da cidade. Ela estava mudando. O mais interessante é que ao mesmo tempo em que os viajantes estavam presenciando o esforço de um lugar extremamente isolado, em uma região inóspita, e estes inclusive nem sempre entendiam o esforço empreendido por quem estava vivendo em Manaus á época de superar os obstáculos.

A cidade aos poucos e com muita dificuldade em função de todas as implicações, limitações materiais do país, investimento muito concentrado nas outras províncias e além de tudo, dificuldades de convívio, de modos de ver o mundo entre a população do lugar e os representantes da corte, ainda que houvesse uma adaptação de parte a parte a todos os problemas enfrentados. Mesmo assim, notamos nos discursos dos viajantes sempre um tom pejorativo de não compreensão do que estavam vivenciando. O Projeto português não era de fato algo muito simples: manter o controle sobre a Amazônia.

Nesse período já haviam começado as transformações no imaginário político da Corte sobre a importância da navegação no Rio Amazonas, das Províncias do Norte, e da cidade de Manaus. A borracha já estava sendo comercializada e as poucas casas comerciais que existiam, de portugueses em geral começavam a lidar com esse comércio. A evolução da importância da cidade e do próprio processo de transformação, que havia estado lento por tanto tempo, a partir de 1850 começa a se acelerar.

Há uma bela imagem no livro do viajante alemão Franz Keller-Leuzinger, que esteve em Manaus por volta de 1850 e registrou o Igarapé do Espírito Santo em uma interessante vista captada do Igarapé para o Rio Negro, um pouco antes da foz do mesmo, quando deságua no grande rio. À direita da imagem há uma casa rústica, que imaginamos seja o mesmo lugar em que quinze anos depois, aparece nos desenhos do Engenheiro Biard já como um sobrado mais bem construído e dotado de melhor infraestrutura que mostraremos mais à frente, na imagem à direita. Na mesma imagem de Keller-Leuzinger aparece também um conjunto de pequenas embarcações, canoas e pequenos barcos, muito rústicos que contrastam com os barcos maiores que estão atracados mais ao fundo, no rio Negro.

Figura 4 – Vista do Igarapé do Espírito Santo.

Vista da Cidade de Manaus – O Igarapé do Espírito Santo por volta de 1875. A imagem foi desenhada da parte interna do Igarapé com a vista em direção ao Rio Negro, que passa ao fundo da imagem. Desenho de Franz Keller-Leuzinger do livro *Amazon and Madeira Rivers*. Fonte – Franz Keller-Leuzinger – *Amazon and Madeira Rivers*. – Coleção Brasileira da USP – Acervo Digital – Biblioteca José Mindlin.

Analisando as circunstâncias em que estava locada a casa do comandante da Comarca do Alto-Amazonas que ficava em uma curva do Igarapé do Espírito Santo, em um terreno com certo aclive em relação às beiras do Igarapé, e tomando o outro lado do Igarapé com vegetação relativamente densa e com aclives inclinados também, veremos que houve já desde as décadas de 1840 e 1850 uma razoável intervenção na geografia física do lugar. Aterros devem ter sido realizados desde o início da ocupação do lugar, pois o centro original da cidade se perdeu e há apenas referências esparsas que podemos tomar como verdadeiras, por comparação e dedução; para reconstruir a conformação espacial do antigo lugar da Barra.

Figura 5 e Figura 6 – A Residência do Presidente da Província do Amazonas em 1862 e Rua de Manaus.

A cidade de Manaus em 1862 – Em imagem desenhada pelo Engenheiro Biard, vemos a praia da foz do Igarapé do Espírito Santo na saída para o Rio Negro em que aparece no centro a imagem da esquerda mostra Residência do Presidente da Província do Amazonas. A imagem da direita mostra Rua de Manaus, ambas de 1862. Fonte – F. Biard 1862 – Deux années au Brésil – Coleção Brasileira da USP – Acervo Digital – Biblioteca José Mindlin.

Se imaginarmos que o sobrado mais sofisticado da imagem do Engenheiro Biard é o mesmo local, e como a configuração do terreno nesta imagem posterior é mais plana, quase formando uma praia em relação ao Igarapé do Espírito Santo e ao Rio Negro, então veremos que talvez entre um e outro imóvel tenha havido um trabalho de aterro e movimento de terras bastante intensas.

Um pouco antes a cidade de Manaus em 1852 foi representada em um mapa em que podemos observar de forma bem clara a disposição dos Igarapés da cidade que era toda entrecortada por estes cursos de água. Havia uma boa quantidade de pontes que interligavam as partes da cidade que á época passou por algumas transformações em função de ainda estar usufruindo das realizações de Lobo D'Almada e alguns anos depois como nos referimos dos primórdios da exploração da borracha. Esses acidentes naturais tinham especial atenção dos militares e engenheiros portugueses para o ajuste da organização da cidade, como na planta anterior que foi mostrada antes desta justamente para ressaltar estes aspectos.

Figura 7 – Mapa da cidade de Manaus em 1852.

Planta da cidade de Manaus em 1852 – Realizada durante o Governo de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Recolhido por Otoni Mesquita.

Alguns anos antes desse encontro entre o casal de naturalistas e o político Tavares Bastos, e do “Sarau” oferecido pelo Presidente da Província do Amazonas, a cidade de Manaus possuía essa configuração do mapa mostrado acima, cercada em sua periferia por casas toscas de índios, na parte central do mapa nota-se, à beira do Rio Negro, em forma próxima a de uma estrela (pentágono), o Forte que teve origem desde os primeiros momentos da localidade em 1669, e que segundo relatos em meados do século XIX já não mais era usado para a defesa, e que talvez nem existisse mais seus resquícios.

A cidade de Manaus não possuía uma boa infraestrutura e havia uma grande mistura de pessoas e atividades. Não havia um projeto original para a cidade. Os portugueses instalaram o pequeno forte, e seu entorno foi sendo ocupado por religiosos e índios. Depois, com o passar dos anos, colonos, funcionários da coroa

portuguesa e os próprios militares foram construindo suas moradias e criando as ruas.

O traçado regular, ortogonal que Manaus passou a ter depois das intervenções de Eduardo Ribeiro é bem posterior a esta fase da cidade. Como mostram as imagens abaixo, a saúde pública não era uma preocupação constante e cotidiana dos moradores da cidade. Não só as crônicas dos que passaram por Manaus nestes anos nos descrevem essa situação como a própria imagem das ruas de Manaus mostra com aves de rapina à espera na tosca cerca de madeira as outras aves maiores lhes darem uma chance nas carcaças jogadas ao chão.

O interessante da crônica de Genesino Braga e dos livros de Biard e do casal Agassiz é que a cidade possuía infraestrutura muito precária, mas tentava em meados do século XIX reproduzir a vida da corte, com bailes, com atividades sociais, e nota Elizabeth Agassiz, já com uma “mistura de raças impressionante”. Havia consideração por pessoas de todas as raças, era possível ver em situações as mais diversas um encontro “quase sem restrições” das pessoas das mais diferentes origens, o que temos alguma dúvida sobre esse fato ter ocorrido algum dia.

Em Manaus, que recente havia se tornado capital da também recém-criada Província do Amazonas, e também no interior, visto que já havia surgido uma quantidade maior de cidades, das que à medida que iam crescendo de importância no processo de produção local e da região, foram sendo integradas à rede de circulação dos vapores e barcos regionais.

No século XVIII já existiam vilas que iriam em breve sendo alçadas a outras categorias, como por exemplo, Borba (1755), Mariuá (Barcelos – 1758), Serpa (Itacoatiara – 1759) e Silves (1759); outras vilas e cidades que foram surgindo ao longo deste século e se consolidaram no século XIX. As que surgiram por causa do crescimento e consolidação do ciclo da borracha foram Barreirinha (1873), Codajás (1873), Humaitá (1890), Boca do Acre (1890), Canutama (1891), Manacapuru (1894), Eirunepé (1895) e Benjamin Constant (1898), estas cidades espalhadas em diversas calhas de diferentes rios da Província do Amazonas. Algumas destas

idades foram visitadas pelo casal Agassiz e outras por Tavares Bastos, abaixo um mapa bem representativo desse momento é o produzido pelo casal de cientistas.

A Amazônia dessa época já há muito tempo vinha sendo “desenhada e (re)-desenhada” pelos mais diferentes agentes, especialmente militares. Essa tendência de entender e conceituar os espaços e territórios formados pelas relações entre as cidades, afinal, desde meados do século XVIII tinha sido uma prática muito comum no Governo de Pombal em Portugal, cujo irmão *“Francisco Xavier de Mendonça Furtado fora designado como plenipotenciário. Assumindo a tarefa de decidir a conformação do território, o reformador encarnava o conquistador. A tarefa que Mendonça Furtado pretendia ver feita pelos técnicos da demarcação no espaço da Amazônia era a conquista de seu conhecimento e não apenas de seus limites. A terra medida e descrita pelos cartógrafos e engenheiros transformar-se-ia em outra terra que era a apregoada pela reforma. Do conhecimento do território, decodificado em mapas, cartas e plantas, adviria a real possibilidade de domínio e intervenção sobre este. E é a partir desta noção que trabalha a ideia transformadora de Pombal na Amazônia”* (Araújo, 2003:158). A partir desta visão mais racional do território, da criação de companhias comerciais, de rotas de barcos e de comércios, a região passa a ser explorada e os conhecimentos surgidos vão trazendo novas possibilidades comerciais e econômicas, como afinal foi a própria borracha, antes apenas um produto da curiosidade de colonos que estava há mais tempo na região e que a corte conhecia como “nativos”, que a conheciam no contato com os índios.

Em outro trecho do lindo artigo na Revista Camões, cuja temática especial deste número é o Marquês de Pombal, Renata Araújo nos alerta para o modo estratégico com que o irmão do poderoso governante compreendeu as enormes dimensões da presença portuguesa na Amazônia. Dotar a região de um conjunto de regras de ocupação, perceber as relações de forças existentes no lugar, e reagir a elas, como no caso dos Jesuítas expulsos nessa época; mas principalmente compreender que só uma rede interligada de centros de encontro, pequenas vilas e cidades que pudessem dar fluidez aos processos de produção e domínio sobre os espaços e territórios amazônicos seria a solução racional para o problema da Amazônia:

“Para a execução deste “discurso da forma” foram uma vez mais convocados os homens que já há muito faziam a “escola portuguesa de arquitectura e urbanismo” e de que Pombal sabiamente fez uso, quer no Reino, quer na colónia. Enquanto em Lisboa actuava a elite da Casa do Risco, na Amazônia trabalhava, na “reforma urbana” o corpo não menos qualificado dos técnicos da expedição demarcadora. E aqui cabe referir novamente ao trabalho dos engenheiros militares na definição da urbanização da Amazônia, entendida como um todo que engloba cidades e território, uma vez que estes marcaram a sua actuação nos dois campos concomitantemente. Com as medições e demarcações do território deram-no a conhecer e a explorar. Com a construção das fortalezas estabeleceram a sua linha de defesa e soberania. Com o desenho e a reforma das cidades reproduziram no espaço o discurso da reforma ideológica” (Araújo, 2003: 162).

Essa percepção que teve o Marquês de Pombal ainda no século XVIII e que vai se consolidando daí em diante, na verdade já existiam antes, os portugueses foram fundando vilas e aldeamentos jesuíticos e carmelitas desde o início da ocupação da Amazônia. O fato de o Amazonas ter saído sempre fragilizado, em suas possibilidades de controle e desenvolvimento de seu território, em todas as situações desses momentos que a região passou foi meramente uma questão de escala do que foi vivenciado. No Pará a concentração de vilas, aldeamentos e depois cidades localizaram-se em torno e nas proximidades de Belém.

No Amazonas, dadas as circunstâncias da Bacia Hidrográfica, muito extensa e espalhada em uma quantidade muito maior de grandes rios, essa escala muito extensa enfraqueceu as possibilidades de controle e de domínio sobre o território, além de ter também enfraquecido as possibilidades de desenvolvimento de uma pequena elite agrária, como no Pará. Os dois mapas a seguir são bastante elucidativos dessa nossa avaliação. Ainda que sejam mapas da década de 1920, que mostram a localização das coletorias do Governo Republicano traduz visualmente essa constatação. Um outro fato também chama a atenção, o território do Estado do Amazonas sempre foi muito maior do que os outros Estados da Região Amazônica, na época em que estes mapas foram desenhados, o Amazonas incluía o Acre, Roraima, um trecho grande do Norte de Rondônia e um pequeno trecho do Mato Grosso.

Figura 8 e Figura 9 – Mapas das Collectorias e Mezas de Rendas do Amazonas e Pará.

Mapas das Coletorias e Mesas de Rendas do Governo Republicano relativos aos Estados do Amazonas e do Pará em 1925. Fonte: Relatório do posicionamento e quantidades das Collectorias e Mezas da República do Brasil / Ministério de Finanças Públicas – 1926.

2.2.1 – Do sertão às redes de vilas e cidades - Do espaço como estratégia de domínio ao arranjo territorial e espacial: a cidade de Manaus e sua importância.

A importância da Amazônia para o Brasil está demonstrada desde meados do século XVIII, e bem antes talvez na disputa pelo território. No século XIX em livro do jornalista e político alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos - aquele do baile com o casal Agassiz; “O Vale do Amazonas” de 1866, esses sentimentos são ressaltados. Apesar de ter morrido muito jovem, era defensor da abertura da navegação dos rios Amazônicos e mostrava através de vasto levantamento e análise de dados seus argumentos.

Como criticava a ineficiência e incapacidade do império de lidar com as vastas extensões territoriais do país, e defendia uma descentralização da administração pública em pleno segundo império; com a criação de províncias

autônomas, foi um dos primeiros a pensar o federalismo como forma de governo no Brasil e é claro sofreu as sanções de tal ousadia.

A obra de Tavares Bastos pode ser criticada em diversos aspectos, como sua postura pró-americana e liberal em demasia em um momento político delicado em que de fato o Brasil não tinha condições concretas e práticas de administrar as fronteiras de uma região tão grande, ainda mais tendo uma densidade populacional na área muito inferior a de outros países limítrofes, como Peru, Nova Granada (Colômbia) e Bolívia. Como se refere Sergio Buarque de Holanda em prefácio ao belíssimo livro de Nícia Vilela Luz “Amazônia para os negros americanos – as origens de uma controvérsia internacional”:

“Quando Tavares Bastos começou a agitar o problema da livre navegação do Amazonas, a que depois se dedicaria com fervor quase apostólico, registrava D. Pedro II em seu diário íntimo de 1862 as apreensões que lhe causaria qualquer decisão precipitada em favor de semelhante projeto. Até então, a teimosia do governo imperial em conservar trancadas as águas do maior de nossos rios a barcos de outras bandeiras, chegara a merecer, é certo, alguns ásperos reparos no exterior, mas a mudança dessa política ainda não se tinha convertido, a bem dizer, numa causa nacional irresistível. O perigo de chegar de repente a tal extremo, tornando ainda menos sustentável a difícil posição do Brasil, que, campeão no rio da prata, contra Rosas, depois contra Lopes, da liberdade das águas interiores, seguia paradoxalmente, com relação ao Amazonas, o que o Solitário vai acoimar de “tendências japonesas”, explica em grande parte aquelas apreensões” (Holanda, 1968: 08).

Tavares Bastos publica no Jornal Correio Mercantil entre 1861 e 1862, sob o pseudônimo de “Cartas do Solitário”, diversos textos que tratavam da governabilidade das províncias, da abertura do rio Amazonas e outros assuntos polêmicos.

Esta foi uma importante questão política da situação da Amazônia na transição do Império à República e justo aí reside o cerne de nosso problema - a formação ou não de uma elite comercial e culta na cidade Manaus ou mesmo a formação de uma elite agrária no Estado do Amazonas; para tentar mostrar que em

nossa avaliação; se tivesse havido uma solução intermediária, naquele momento, décadas de 1850 a 1870, para essa questão da abertura do Rio Amazonas, à navegação dos países amazônicos, e de outros países, talvez, e ninguém pode afirmar que sim e muito menos que não, o destino das cidades Amazônicas tivesse sido outro e dentre elas Manaus.

Um pouco mais tarde, ao substituirmos todo o nosso processo produtivo nas suas diversas escalas, do agrícola ao industrial, ainda que incipientes, e principalmente os processos de comerciar mercadorias entre os países, pela extração da borracha, um único produto, que ora se iniciava como ciclo extrativo e que, proporcionou riquezas ao país, mas também pobreza e superficialidade aos meios e processos de desenvolvimento das relações sociais nas cidades amazônicas, principalmente em Manaus.

Ficamos como que sem uma etapa do processo de desenvolvimento das relações econômicas e sociais, como se estivéssemos sempre no meio do caminho e sempre faltando algo a ser feito. Em toda a vida social há sempre algo a ser feito, mas não porque o que existe é incompleto e sim porque é necessário aperfeiçoá-lo.

Em função disso tudo, é que pensamos que o acaso ou a fortuna da cultura poderia ter nos dado a chance de nos permitir consolidar outras formas de construirmos nossa vida social. Não há de nossa parte nenhum determinismo ou funcionalismo implícito, apenas uma percepção de que sempre estando à mercê de decisões exógenas, não locais sobre as melhores escolhas e processos de desenvolvimento da vida local, inclusive no que diz respeito à vida institucional, ficamos reféns de uma história baseada em momentos cíclicos que não nos ajudaram a criar uma sociedade política e cidadã.

Em relatório de 1921, relativo ao ano fiscal de 1920, o Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo de Epitácio Pessoa, do Partido Republicano Mineiro (PRM); Dr. José Pires do Rio faz uma referência interessante aos destinos da Amazônia e à sua contribuição ao país até então:

“Desventuradamente, a plantação da seringueira em terras do Oriente, onde a mão de obra se vende a resto de barato, tão densa a população e rudimentar o seu conforto, onde fartos capitães ingleses se contentam agora com baixo premio, veio transtornar o mercado da borracha, acarretando para os estados da Amazonia o rápido declínio de sua prosperidade, paralisando, nas praças de Manaus e de Belem, a viçosa atividade dos tempos em que o chamado “ouro negro” rivalizava na balança de commercio internacional do Brasil, com a privilegiada riqueza dos cafesaes, de cujo monopólio retiramos ainda, com inteligência dos poderes públicos e admirável energia dos fazendeiros, metade de nossas obrigações no mercado exterior. Durante muitos anos, mais de um quarto de século, a União, com elevados impostos aduaneiros, encontrou nas alfandegas de Belém e de Manáos abundantes recursos, que ella empregava nas muitas obras publicas realizadas nos outros estados da Federação, obras que, fora a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, não envolviam interesse directo do Amazonas ou Pará” (Relatório do Ministério de Viação e Obras Publicas, 1921: 40 e 41).

O Ministro Dr. Pires do Rio está em sua posição reconhecendo os esforços realizados pelos Estados do Pará e Amazonas na arrecadação Federal nos áureos anos do ciclo da borracha, tese defendida por Roberto Santos (1980) desde o início da década de 1980, mas também eximindo de responsabilidades o governo central das desastrosas decisões historicamente tomadas quanto à geografia política da Amazônia frente ao país e ao continente.

O interessante também é perceber que “*o chamado “ouro negro” rivalizava na balança de commercio internacional do Brasil, com a privilegiada riqueza dos cafesaes*” aqui a borracha chamada de ouro negro, e que era importante para a balança comercial do país, mas que diferente do café, em São Paulo, não formou localmente relações econômicas entre as cidades, não trouxe processos comerciais sólidos, pois os investimentos não se davam nas relações entre as cidades, na navegação extremamente precária durante todo o ciclo da borracha (e ainda hoje), na produção de alimentos, por exemplo, que eram todos importados, mas sim diretamente entre seringais e as duas praças comerciais da época, Manaus e Belém, e destas diretamente com as praças internacionais de comércio e bancárias, ficando para o país os pesados impostos, e para a região quase nada, só cidades cenários, e, uma frágil relação de produção baseada na quase escravidão do aviamento.

A percepção também de que para o Brasil como País, um erro macroeconômico, a dependência da economia nacional em um único produto – o café; como afinal foi a dependência de toda uma região Amazônica na borracha, acabou por dar certo (não sem problemas como todos sabemos) e gerar o que conhecemos em relação a potencia do Estado de São Paulo.

No Estado da Região Sudeste, no entanto, as relações econômicas foram diferentes, formou-se uma elite agrária, que depois se torna urbana e investe, e muito, junto com o Estado Nacional na consolidação de toda uma rede urbana de infraestruturas; estradas de ferro, núcleos regionais de produção e uma cidade forte, pois possuidora de sólida elite comercial e bancária, acompanhando as dinâmicas da história nacional e as influenciado a seu favor, como nos diz o Ministro de Epitácio Pessoa *“de cujo monopólio retiramos ainda, com inteligência dos poderes públicos e admirável energia dos fazendeiros, metade de nossas obrigações no mercado exterior”*.

No trecho citado acima, os ingleses não fizeram como mostrou Roberto Santos (1980) nada mais nada menos do que tomar decisões estratégicas de racionalidade econômica ao levar sementes da borracha para o oriente, e além do mais, para além do excesso de mão de obra, dada a densidade populacional, que de fato contribuía para os baixos salários, em nada diferente dos seringueiros amazônicos, no oriente a produtividade dos seringais tinha a ver com a forma de plantar as seringueiras facilitando o processo de extração do látex.

O lugar que Manaus ocupou e ocupa nos processos históricos e geográficos de formação, desenvolvimento e constituição da Amazônia é produto direto dessa atuação do Estado Nacional, seja ele Império ou República. A construção de nosso território foi realizada por indivíduos em suas ações de desbravamento, ambição, aventura e também estratégias de ascensão social, mas sempre incentivados e com permissão dos governantes e do Estado Nacional.

“Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas” na feliz denominação da obra de Synesio Sampaio Goes esses indivíduos construíram relações que se solidificaram em práticas geográficas e históricas de formatação de caminhos, rotas, e relações econômicas, mas sempre com o Estado Nacional por detrás das estratégias. Se em

alguns momentos, como nas bandeiras paulistas, a aventura foi anterior à própria percepção do governante, o Estado logo em seguida percebe o ato e a sua importância e incorpora a prática:

“De outro ponto do território, Belém, fundada em 1616, subindo o rio Amazonas e seus afluentes, outros homens, mestiços de índios em sua maioria, como em São Paulo, e com os mesmos objetivos econômicos, também foram se apossando de lugares que deveriam ser espanhóis pela partilha de 1494, Pedro Teixeira, em 1642, teria chegado a fundar uma povoação, Franciscana, em pleno Equador atual; mas a fronteira acabou se fixando mais a leste na boca do rio Javari. Na margem norte do Amazonas os luso-brasileiros foram subindo os rios Negro e Branco, até quase as suas nascentes; na margem sul subiram os compridos rios Madeira, Purus e Juruá, até onde puderam. E, assim, já nas primeiras décadas do século XVIII tinham completado o feito excepcional de ocupar os pontos estratégicos da imensa bacia amazônica. [...] Em 1718, bandeirantes de São Paulo descobriram ouro em Cuiabá. Para manter contato com essa área longínqua estabeleceu-se um sistema de transporte através dos rios que é uma das originalidades da História do Brasil, as “monções”. Eram comboios de canoas que, por mais de cento e cinquenta anos, ligaram São Paulo aos centros mineradores do Oeste. Dessas minas, o movimento expansionista atravessou o então chamado “mato grosso do rio Jauru” (que deu nome ao futuro Estado) e atingiu as margens do Guaporé, onde novas minas foram descobertas em 1734: da bacia do Prata os bandeirantes paulistas passaram à do Amazonas. Em pouco tempo se estabeleceu-se a ligação com Belém pelo rio Madeira, também por comboios de canoas, as “monções do norte”. Com elas, os dois movimentos de penetração se encontravam: era a ligação entre os Estados do Brasil e do Maranhão que afinal se estabelecia” (Goes, 1991: 10).

Na medida em que foram se solidificando as relações espaciais, nas mais diversas escalas e funções, a partir da busca de riquezas e sua extração, e no comércio daí derivados, vão surgindo um conjunto de cidades como Corumbá, por exemplo, mas existiam outras, que haviam surgido em função das estratégias militares e políticas da Coroa Portuguesa, como Belém, Manaus, Tabatinga, Barcelos, dentre tantas.

Quadro 2 – Características dos Arranjos Territoriais Regionais.**(INÍCIO DO SÉCULO XX)**

	SUBESPAÇO AMAZÔNICO	SUBESPAÇO DOS SERTÕES DE GOIÁS E MATO GROSSO
NODOSIDADES FUNDADORAS	Manaus e Belém	Cuiabá, Cáceres, Corumbá e Vila Boa de Goiaz
INTERVENÇÃO ESTATAL	Moderada	Reduzida
CAMPO OPERATÓRIO DA CIRCULAÇÃO	Preponderantemente fluvial	Fluvial e terrestre
EIXO CENTRAL DA CIRCULAÇÃO	Rio Amazonas	Rios Cuiabá e Paraguai

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO: Daniel M. Huertas.

Quadro mostrando como se organizaram e de que forma se construíram os arranjos territoriais e regionais. Fonte: Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – USP de Daniel Monteiro Huertas. (2009)

A ligação entre estes sítios urbanos mais antigos, surgidos pela ação do Estado Nacional e os novos sítios surgidos das ações de bandeirantes, de outros aventureiros e que depois foram organizados minimamente pelo governo local ou nacional é de que trata Tavares Bastos em suas obras.

Para ele, cabia ao Estado Nacional dotar de condições necessárias e suficientes todos estes núcleos, surgidos do comércio ou da ação política do Estado, para que crescessem se organizassem e principalmente travassem relações com outros sítios e núcleos humanos nos países vizinhos.

Acreditava Tavares Bastos, que com a iniciativa do Poder Público, a própria dinâmica dos movimentos de mercadorias, pessoas, barcos, canoas, nas mais diversas escalas formaria um longo e sólido processo de ocupação e consolidação do território nacional, sem que o Estado, e numa crítica direta à Igreja, ou a Religião tivessem participação nesse processo “natural” segundo ele.

Se de algum modo cabe uma crítica a este tipo de percepção até ingênua dos interesses dos países mais fortes economicamente como naquele momento Inglaterra, Estados Unidos, e mais organizados em suas formas de lidar com o território como Perú, Argentina e mesmo a Colômbia (então Nova Granada), e também especialmente pelo fato de ser o Brasil uma Monarquia no meio de um conjunto de Repúblicas, por consequência com a representação política e

capacidade decisória do Estado menos centralizada que nosso país, além do tamanho de nosso território; por outro lado, o autor não deixa de ter razão no fato de que a imposição de cobranças extorsivas de impostos, de fretes caríssimos causados pela falta de organização do transporte fluvial, colocava em desvantagem as cidades amazônicas em relação às cidades também da mesma condição de localização e posição no território de outros países como as cidades da bacia dos rios da Prata e Paraguai.

A circulação e a diversidade de mercadorias existiam. Negociava-se com vários países, as cidades tinham uma relação econômica se não tão intensa, com certeza muito maior do que no ciclo da borracha, e até nos momentos imediatamente posteriores a ele. O que ocorreu foi uma diminuição desse processo que poderia ter consolidado uma enorme e forte rede de cidades no vale da bacia do rio Amazonas e seus afluentes e também uma forma diferente de grupos e classes sociais se relacionarem com o Estado, em primeiro lugar, e mais importante com o próprio sítio urbano em que viviam como afinal a história nos mostra em outras regiões do país e da América latina.

O próprio Tavares Bastos chega a propor uma organização e localização da rede de casas cobradoras (até um determinado fluxo de mercadorias) e de alfândegas (para as praças maiores) nas cidades amazônicas, sempre localizadas pela posição que ocupavam junto à dinâmica dos movimentos de mercadorias, mas também pela localização nas calhas dos diversos rios da região.

Estes sítios, estudados em suas localizações seriam portos de paradas calculados por Tavares Bastos inclusive em relação às tonelagens de madeira que os barcos a vapor da época usavam para navegar tantas milhas náuticas, e chega ele a conclusão de que são portos sabiamente criados pelos portugueses nas exatas posições em que eram necessários por esta dinâmica mecânica do funcionamento da navegação fluvial, como se tivessem antecipado as formas futuras de navegar a região.

Os portos e suas localizações levavam em consideração também a relação comercial do Brasil com os outros países da região estudada:

“No Amazonas, portanto, os navios das potencias ribeirinhas ou não ribeirinhas, poderão fazer não só o commercio directo, como também o de cabotagem, a saber: 1º. O Commercio directo nos portos do Pará (onde já existe alfandega) e nos de Manáos e Santarém, os quaes devem ser alfandegados, como acima expuz, ou o primeiro pelo menos. 2º. O transporte por cabotagem entre estes portos alfandegados (princípio do decreto de 27 de março já citado). Cumpre ajuntar. 3º. A escala, ou simples transito em franquia, para proverem-se de combustível e munições, por todos os portos principaes, devendo ser obrigatórias as seguintes: A escala de Macapá para os navios que demandarem o Amazonas pela boca septentrional. A escala de Santarém para os navios procedentes de Macapá, quer se destinem ao mesmo porto de Santarém, quer aos portos do Madeira, quer a Manáos, quer aos portos do Perú. A de Borba para os que demandarem o Alto-Madeira. A escala de Manáos para os que se encaminharem ao território da Venezuela. A de Santa-Isabel ou S. Gabriel, no alto-Rio Negro, para os que tiverem o mesmo destino, ou descerem dessa republica. A de Teffé para os que se dirigirem a Nova-Granada pelo Iça (Potumayo) e pelo Yaporá, podendo designar-se para este especialmente a de Tonantins. A escala de Tabatinga, enfim, para os que buscarem os portos peruanos. Taes devem ser as escalas obrigatórias, as escalas fiscais, por assim dizer, segundo o destino dos navios” (Bastos, 1866: 94-95)

Os críticos mais atentos de Tavares Bastos no momento que ele começa a escrever seus textos criticavam justamente o que chamavam de “impressões sem fundamento”, nas suas próprias palavras, ao que responde mais tarde segundo ele com o mais fundamentado estudo já realizado à época sobre uma região do Brasil.

Depois de em cada um dos capítulos de “O Vale do Amazonas” ter dedicado sua argúcia a um determinado tema, por fim reflete sobre o maior dos argumentos de seus críticos – o fato de que a região era considerada em meados do século XIX um grande vazio. E esta constatação era na verdade um problema real da administração do império, não se sabia ao certo como criar políticas públicas que pudessem incentivar e incrementar a produção, o adensamento populacional das Províncias do Norte.

O autor responde de modo inteligente, porém com certa ingenuidade - preso que estava aos seus argumentos liberais; o que em nossa opinião ainda hoje é uma questão mal debatida sobre a Amazônia – A região não é só brasileira! E de fato, se formos pensar bem, os estados da federação brasileira que ajudam a compor a

grande região amazônica, especialmente Acre, Amazonas e Roraima deveriam dispor de melhores condições de relacionar-se com os outros países da Amazônia, em certas questões até relações mais estreitas do que com outros Estados no Brasil, mas isso sempre causou mal estar e não vamos enveredar por esta seara.

Cabe enfim ressaltar para entendermos o contexto geográfico e histórico de formação da cidade de Manaus que Tavares Bastos compreendeu, às vezes de forma brilhante e em outras vezes de forma apressada que as fronteiras podem ser muito mais do que meros obstáculos à integração dos povos. Um trecho em especial merece ser comentado:

“Para avaliar-se bem o movimento comercial do valle do Amazonas, darei um resumo da população que se presume espalhada por aquella imensa superfície. Ei-lo: No Brasil, 256,480 habitantes, dos quaes 215,600 na província do Pará e 40,880 na do Alto-Amazonas, algarismos que considero moderados; no Perú (província de Loreto), 51,000; Na Bolivia (departamento do Beni, bacia do Madeira), 30,000; Em Venezuela, 16,000. O total pouco excede de 363,000 habitantes. Não inclui, porém, nem os raros habitantes das fronteiras do Equador, de Nova Granada e das Guyanas, que se julgam desertas, nem quanto à Bolivia, os departamentos meridionais da bacia do Madeira (Santa Cruz e Cochabamba), que com o do Beni possuem 600,000 habitantes. Com estes, o total da população derramada no valle do Amazonas sobe a perto de 1.000,000. Essa população é, na maior parte, semi-barbara. Os seus hábitos, os seus costumes, as suas industrias, a própria lingoa (pois que em muitos dos povoados a lingoa geral ou tupi é a única conhecida), denunciam a raça dos aborígenes ainda não transformada pelo contato com os europeus. Isto posto, o facto de um activo movimento comercial no Amazonas deve surpreender” (Bastos, 1866: 113-114).

Os argumentos de Tavares Bastos tinham uma intenção política. Atingir a forma de estruturação do Estado Monárquico Português e principalmente propor a autonomia das províncias, sua grande proposta de toda a vida. Estas propostas eram o seu mote principal. No entanto como alguns autores lembram (Ricupero, 2008), (Silva, 2005) (Mello, 2002) não existiu nenhum outro lugar em que a Corte se desloca para a Colônia e daí passa a governar.

Este fato, aliado a outros da própria formação de nosso território, como a extensão territorial grande demais, a diversidade geográfica e cultural das regiões, a forma como as próprias províncias se relacionavam com a metrópole antes da vinda família real portuguesa ao Brasil, e principalmente a forma como cada província foi se adaptando aos seus próprios processos de produzir e construir relações entre as classes sociais ali existentes, independentes da sua própria relação com a corte, e isso dependeu sempre se o lugar e seus sítios estavam vivenciando ou não um dos ciclos extrativos dos vários pelos quais o Brasil passou em sua história. Todos estes fatos geraram um poder com tal centralização que mesmo quando em certas regiões havia uma elite local, com boas condições econômicas, culturais e materiais, ainda assim o poder e suas condicionantes da sua relação burocrática eram negociados de forma dura e centralizada.

A corte sempre saia ganhando, ainda que abrisse mão de privilégios, trocando benefícios entre as elites e a corte, para manter o poder local sobre condições plausíveis de controle. A maior dificuldade para entendermos estas relações era também o fato de que, no Brasil dessa época não havia de fato uma unidade nacional, e como debatem vários autores (Holanda, 1962), (Mello, 2002), (Sá, 2012), (Ricupero, 2008), (Dias, 2005), (Malerba, 2000) não se formou ao mesmo tempo, e muito menos com um discurso unificado e coerente entre os agentes em contenda. Sergio Buarque de Holanda aponta:

“Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam e a querer associar este sentimento ao desejo ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (Holanda apud Sá, 2012:13).

Em um livro muito interessante sobre a constante oposição e tensão entre os sentimentos de “civilização” e “barbárie” na formação das Nações na América

portuguesa e espanhola Maria Elisa Noronha de Sá (2012) vai justamente discutir quais foram os elementos do imaginário histórico e geográfico, as percepções do território, se ocupado ou não, e ainda mais, se ocupado, como nas cidades e litorais, ou ainda os não ocupados totalmente como nos sertões – sempre tomados pelo sentimento de barbárie; tudo isso influenciou a formação futura das condições de reprodução das estruturais sociais, mentais e materiais das diversas regiões do Brasil e de outros países da América Latina.

Ainda nesse momento crucial de meados do século XIX, onde muita coisa aconteceu nas províncias do norte. A recém-fundada província do Amazonas em 1848 passava por graves problemas financeiros. O Presidente da Província Conselheiro Herculano Ferreira Penna recebe em 11 de Março do mesmo ano um angustiado relatório elaborado pelo primeiro Vice-Presidente da Província Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda em que dentre outras lamurias este se queixava de que seus funcionários das “*Collectorias*” não terem recebido proventos. E mais adiante mostra que como só havia “... *dois únicos Guardas que lhe farão dados pela Lei de sua organização não são bastantes para evitarem que se desembarquem gêneros som o competente despacho*” situação complexa para uma província que ainda estava em seus primeiros momentos burocráticos, ainda que na realidade já existisse antes subordinada ao Pará.

Deve ter sido mesmo angustiante estar diante de uma situação dessa natureza, ainda mais que quando observamos as considerações sobre a produção agrícola do Brasil nos anos 1860, de Sebastião Ferreira Soares, em que este ressalta que a produção da borracha só vai começar a tomar vulto por volta de 1850⁴⁴, e que a regularidade da produção de alimentos e produtos nas províncias do

⁴⁴ No Capítulo “X – Da Gomma Elastica”, o autor refere-se às exportações de diversos produtos da pauta de exportações do Brasil analisando as “estatísticas oficiais” e comenta sobre a Borracha que: “Até o anno de 1840 era a gomma-elastica um produto que pouco avultava no nosso commercio externo, e o seu valor médio anual, conforme os mapas de exportação, regulava por 200:000\$. Só de 1850 em diante começou o commercio de gomma-elastica a tomar maior desenvolvimento, e tem atingido a taes proporções, que actualmente se calcula a sua média exportação anual de 2,000:000\$ para cima.[...] A gomma-elastica só de per si constitue actualmente uma fonte de riqueza para o commercio do Pará, além de muitas outras espécies de produtos naturaes em que esta provincia mais abunda que nenhuma outra do Imperio. A extração da gomma-elastica é simples, e de nenhum trabalho depende, porquanto reduz-se a picar a arvore que a produz, conhecida geralmente com a denominação de – Siringueira -, e a ajuntar o leite que ella distilla, do qual se prepararão logo os sapatos, ou se vende o succo assim mesmo, como matéria prima; e em geral as pessoas empregadas

norte também é desta mesma fase, o que poderíamos inferir a complexa situação destes funcionários públicos, em uma região pobre e distante que estão a ver os fluxos econômicos aumentarem e não possuírem nenhuma condição administrativa e material de fazer alguma coisa; realizar o próprio trabalho, tantas são as adversidades.

Nas suas “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brazil” Sebastião Ferreira Soares reproduz um discurso muito comum à época, e talvez ainda hoje de que os homens amazônicos viviam e vivem sem muitas dificuldades, que a natureza tudo lhes oferece, se trata meramente da disposição de pegar o que tudo em volta nos dá, ainda que identificados quase sempre por esse sentimento da barbárie (Sá, 2012) do homem rude, ou era a mistificação pelo excesso ou pela falta. Por uma ou outra, sempre estavam a sofrer com os desencontros das informações e das interpretações.

É curioso que já havia muitas informações sobre as províncias do Norte, já se discutia desde inicio do século XIX a situação da Amazônia. Talvez por ser de província do sul do país Sebastião Ferreira Soares não estivesse familiarizado com as práticas sociais do norte, mas são ilustrativos dessa desinformação seus comentários que demonstram bem a não compreensão do resto do país para as angústias dos que estavam na longínqua região tentando viver em condições adversas:

“O homem no estado de pura natureza, ou mesmo no começo da civilização, como por exemplo, o tapuio do Pará, tem desejos muito limitados, e com pouco se contenta: sem grande trabalho, e mesmo direi sem afadigar-se, o tapuio repleta todas as suas vontades, que em ultima analyse se reduzem a possuir uma tosca cabana na margem de um rio, em a qual arme sua rede, e nella se estenda a par da companheira de sua solidão, sem pensar nos males de hoje e

nesta indústria são os indígenas” (Soares, 1860: 78). Se por um lado é importante considerarmos que a compreensão dessa dinâmica de produção e seus períodos em que ocorreram, por outro o texto nos mostra a confusa forma de entender o que era de fato o trabalho da extração da borracha, a desinformação da vida nas províncias do norte e mais ainda, a percepção de que sendo uma extração de produtos natural. Deveria acontecer com facilidade, discurso mítico talvez relacionado com os mitos fundadores de nossa identidade amazônica, de muita riqueza, de fartura e pouco trabalho.

desgostos de amanhã. A pesca Ilie fica á porta; a caça vem pousar-lhe sobre a arvore que serve de tecto á sua cabana, e estas dadivas da Suprema Divindade o fazem supor-se rei do universo: assim, sem necessidades vive o tapuio com toda a sua família, porque seus desejos são moderados e a par de suas possibilidades. Para que, pois, afadigar-se rasgando o seio da terra, regando-a com seu suor para juntar cabedais de que não carece? Os gozos são relativos, e o caboclo goza de paz e socego no centro da abundancia: repleta suas aspirações. Quando o tapuio deseja vestir roupas novas, e mesmo ofertar algum mimo à sua cara metade, ele deixa a cabana, e colhe uma porção de salsa ou baunilha, ou fere a Siringueira; e juntando a gomma-elastica, a leva á cidade para vender; o que feito, compra o que pretende, e volta outra vez para o seio amigo de sua família, onde desfruta os gozos puros de uma vida plácida, á qual jamais póde atingir o homem da civilização e do progresso” (Soares, 1860: 79-80)

Ora, com uma realidade construída a partir destas formas de entender o outro, não é de estranhar que não fosse muito importante estarem os proventos dos funcionários públicos em dia. E também não nos espanta que os impostos sobre um produto de “fácil extracção” fossem desde os inícios do ciclo da borracha extorsivos. É claro que temos de relativizar estas formas de leitura das outras províncias por intelectuais e homens da administração pública, especialmente porque nesse momento não possuíam mesmo muitas ferramentas teóricas e metodológicas de compreensão de realidades tão distantes, o que não exclui nossa crítica sobre a forma como este discurso era usado e as práticas econômicas e fiscais daí decorrentes por parte do governo central.

A realidade das províncias do norte era bem diferente daquela discutida na Corte. Os debates eram realizados sem muitas informações fidedignas e mais ainda sempre em calorosos debates sectários, e até mesmo homens de visão como Tavares Bastos que em princípio defendiam a posição e a realidade de penúria das províncias, não dispunham talvez de dados suficientes para compreender a real situação destas longínquas paragens.

Mesmo se considerarmos que de lado a lado cada um tivesse uma percepção do quadro deformada ora por ideais, ora por posições de classe e políticas, mesmo assim, nem bem a região era fácil de ser administrada e menos ainda era um vazio impossível de se administrar. O fato é que para além de cada uma das posições em

questão tanto o Estado Imperial como seus detratores e opositores sabiam da importância da Amazônia e do Vale do rio Amazonas.

As dificuldades estavam postas pelas condicionantes geográficas e históricas em que o país vivia naquele momento. No entanto, o mundo rapidamente se transformaria.

Ainda no Relatório a que nos referimos mais acima, o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda faz referência à navegação entre Belém e Manaus e demonstra pelo que apresenta que nem, ao que nos parece, o vale do rio Amazonas era o que Tavares Bastos pensava e nem também o Estado Imperial deixou de tomar iniciativas para que alguma coisa mudasse:

“No dia 11 de Janeiro próximo passado ancorou n'este porto, vindo da Capital do Pará, o primeiro Vapôr da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, e a sua presença excitou, como era natural, o enthusiasmo e regozizo de toda a população, que bem diz o Governo Imperial, agradecendo-lhe tão assignalada prova do interesse, que toma pelo engrandecimento da nascente Provincia. Nos mezes seguintes continuarão regularmente as viagens, e posto que a Companhia tenha de lucrar ainda com muitas dificuldades provenientes da falta de população na máxima parte da extensão da linha, que os Vapôres devem percorrer, a sua perseverança na execução do respectivo contracto porá fóra de duvida a futura prosperidade da empresa, assim como as vantagens, que d'ella devem provir ao Imperio” (Relatório da Presidência da Província do Amazonas, 1848: 05)

Estas percepções eram conflitantes por vários motivos. Ainda hoje quando recolhemos os dados em diversas fontes vemos que os números muitas vezes não são compatíveis. No caso do ensaio de Tavares Bastos fica difícil saber de onde ele tirou os dados sobre população, por exemplo, já que ele não cita as fontes das informações, no caso dos fluxos de embarcações o autor faz referências às casas coletoras, às alfandegas e alerta que em muitos casos ficava sempre em dúvida sobre se os dados representavam ou não a realidade.

Em relação à população das Províncias da Amazônia naquele momento há uma razoável compatibilidade nos dados. O que nos leva a crer que os dados sejam próximos da realidade. O quadro a seguir compara dados de população citados por quatro autores diferentes, o próprio Tavares Bastos em seu ensaio “O vale do Amazonas”; Virgílio Correia Filho que escreve um belo artigo em um número da Revista Brasileira de Geografia no ano de 1942 sobre a conquista da Amazônia; o Professor Samuel Benchimol em trechos de seu livro “Manual de Introdução à Amazônia” de 1996; e no livro do professor da Universidade Federal do Pará Roberto Santos “História Econômica da Amazônia (1800-1920)”.

Os dados são relativos à contagem da população das Províncias do Amazonas e Pará entre as décadas de 1850 e 1900, na passagem do século XIX para o XX. Esta referência é importante para que possamos compreender parte significativa do processo de adensamento da região amazônica nos momentos iniciais do ciclo econômico da borracha e no momento de seu crescimento e apogeu – 1900 a 1905, onde a maior parte das obras públicas de transformação urbana na cidade de Manaus estava já consolidada.

Quadro 3 – População Amazonas e Pará entre 1850 e 1890.

Quadro da População do Amazonas e Pará das décadas de 1850 a 1900 por autor citado.						
Autor	Citação/Ano	População Amazonas		População Pará		O autor não cita as fontes de seus dados. Os dados porém, estão muito próximos dos autores que citam fontes relativamente fidedignas.
Tavares Bastos	O Vale do Amazonas 1866	Em 1865		Em 1865		
		40.880		215.600		
Eng. Virgílio Correia Filho	Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira 1942/ Revista RGB Ano IV Abr-Jun 1942/N.02	Em 1872	Em 1890	Em 1872	Em 1890	O autor cita as fontes de seus dados, que não são tão diferentes das fontes de Roberto Santos e do Professor Samuel Benchimol, apenas estão referidas com outra denominação.
		57.610	147.915	275.237	328.455	
Samuel Benchimol	Manual de Introdução à Amazônia/1996	Em 1872	Em 1890	Em 1872	Em 1890	O autor cita o IBGE, porém os dados são iguais aos dados de Correia Filho e Roberto Santos, queremos crer que sejam Relatórios e Recenseamentos também.
		57.610	147.915	275.237	328.455	
Roberto Santos	História Econômica da Amazônia (1800-1920) – Apêndice Metodológico – Seção I – Estimativas de População/1980.	Em 1854	Em 1860	Em 1854	Em 1860	O autor cita para cada coluna de população seus dados que são em sua maioria Relatórios e Recenseamentos oficiais, ou quando os dados não existiam para um dado período ele aplica estimativas de crescimento vegetativo da população para aquele período em questão.
		42.600	46.187	207.400	232.063	
		Em 1862	Em 1870	Em 1862	Em 1870	
		40.259	54.895	248.453	268.014	
		Em 1872	Em 1890	Em 1872	Em 1890	
		57.610	147.915	275.237	328.455	
			Em 1900		Em 1900	
			249.756		445.356	

Observação: As cores representam uma proximidade dos anos em que os dados são apresentados pelos autores.

Quadro comparativo entre quatro autores do quantitativo de população entre 1850 e 1890 dos Estados do Amazonas e Pará. Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos perceber pelos números mostrados pelos autores que houve um processo contínuo de crescimento da população nas Províncias do Norte. Este crescimento ora era regular ora irregular, sofria uma flutuação para mais ou para menos na população das províncias, que é o que acontece com a província do Amazonas entre 1854 e 1865 em que há um decréscimo da população, em virtude das circunstâncias sazonais do processo de ocupação da região, por doenças e surtos endêmicos de moléstias tropicais dentre outros fatores.

No mais, percebe-se que este processo foi se desenvolvendo à medida em que iam sendo criadas as políticas públicas pelo Estado Imperial e também na mesma medida em que eram criadas experiências de adensamento populacional com colonos, ordens religiosas, ou mesmo situações de conflito em que o Estado tinha que deslocar população para os lugares na busca de resolver determinados tipos de problemas, que sempre exigiam uma infraestrutura de deslocamento muito complexa.

Alguns exemplos de movimentos populacionais muito custosos, lentos e que formavam relações sedentárias de ocupação são – inclusive em condições melhores de deslocamento, pois aconteceram mais tarde inclusive, já na República, a “Comissão Rondon” e as “Comissões” diplomáticas para resolver problemas de fronteiras com os países vizinhos na Amazônia, além das “expedições científicas” que ocorreram em vários períodos de tempo na região.

O processo econômico e de formação territorial daí decorrente vai sendo clarificado à medida que vamos observando os dados, poucos inclusive, sobre a produção ou extração de produtos na Amazônia. Roberto Santos prova que ao contrário do que muitos pensaram, no período anterior ao século XIX, até as décadas iniciais dos anos 1800, a produção era bem maior e a diversidade da produção também, essa produção era compatível com a quantidade de população residente na região, e em alguns casos havia inclusive a exportação de alguns produtos.

No momento em que a borracha entra na pauta de produtos a serem explorados na floresta a produção dos outros produtos em relação à população decai o que demonstra talvez o quanto fosse arriscada a aventura da extração da

goma elástica que nos anos 1940 Getúlio Vargas em seu discurso do “Rio Amazonas” chamará de “ouro negro”, parafraseando o Relatório do Ministro de Viação e Obras Públicas que havia usado o termo vinte anos antes.

Em suas análises da formação, estrutura, funcionamento da economia amazônica entre 1820 e 1900, Roberto Santos (1980) vai apontando os efeitos desse processo de substituição nos processos produtivos na região e argumenta que para além de fato da mudança na produção agrícola e semi-extrativa, para a extração pura e simples da goma elástica, o que de fato vai influenciar o pouco desenvolvimento social da região não era o fato em si da substituição, mas as suas consequências.

Em um capítulo em que constrói um painel amplo da história dos processos de exploração do produto, muito bem fundamentado com números, estatísticas, demonstra que o grande problema foi a migração. Os deslocamentos entre regiões de uma mesma Província, ou mesmo entre províncias. O ir e vir em massa de grande número de pessoas de um momento para o outro, afetou em demasia ao longo do tempo a quantidade de produtos produzidos e a alimentação de todos.

Este fato foi aos poucos transformando a organização produtiva das duas províncias – Pará e Amazonas, e a própria dieta e estruturas familiares saíram do processo muito modificadas e prejudicadas. Havia na elite das duas províncias quem julgasse que estavam à beira de uma catástrofe, e havia também os que tinham uma capacidade crítica muito acurada em relação aos movimentos econômicos e sociais daí decorrentes, vale a pena apesar da extensão da citação deixar que Roberto Santos mostre a síntese da situação:

“Considerando as circunstâncias, que se agravavam pelos métodos predatórios de exploração dos seringais, autoridades e intelectuais se sobressaltavam com razão. Na fala presidencial à Assembléia Legislativa do Pará, em 15 de agosto de 1854, Sebastião do Rego Barros declarava, visivelmente apreensivo, que a situação era de “emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico de borracha, a ponto de nos ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade, e dantes produzíamos até para fornecer-lhes. Isto é certamente um mal; tanto mais porque os lucros avultadíssimos dessa indústria que absorve e aniquila

todas as outras, longe de tenderam à criação da pequena propriedade, com sua permanência e suas vantagens, e à divisão da riqueza, só dão em último resultado acumularem esta em poucas mãos, e pela maior parte estrangeiras, acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abandonam seus lares, os seus pequenos estabelecimentos e, talvez, as suas famílias, para se entregarem a uma vida de incerteza e privações, e na qual os ganhos da véspera evaporam-se no dia seguinte”. Oito anos mais tarde, o Presidente Araújo Brusque batia na mesma tecla. E Silva Coutinho, em 1861, advertia: “A grande questão do Amazonas é, portanto, regularizar o trabalho de extração das drogas, ou melhor, fixar a população, para que a lavoura dos gêneros alimentícios se desenvolva, para que o progresso das duas províncias seja real. O governo deve começar por conceder a posse dos seringais a quem quiser empregar-se na extração da droga, sujeitando, porém, os posseiros a um regulamento, que trate de maneira mais proveitosa de proceder no trabalho, concessão que será proporcional às forças de cada um. Os seringais não poderão ser concedidos senão para cultivo; e assim a posse será firmada pelo estabelecimento do posseiro e das pessoas que trabalharem em seu serviço” (Santos, 1980: 69-70)”.

O século XIX decorreu com idas e vindas, avanços e recuos ora por motivos estratégicos, ora por absoluta falta de condições do Estado monárquico de resolver alguma coisa mesmo. Ou não tinham as ferramentas ou não desejavam agir, como no caso da abertura dos portos sugerida por Tavares Bastos, cuja estratégia do governo imperial era a postergação da decisão.

As Províncias do Pará e Amazonas pouco podiam em suas capacidades administrativas e materiais agir de forma a minimizar os impactos das políticas, ou a falta delas, imperiais. Os impostos eram pesados, a falta de percepção da Corte em relação aos problemas locais era enorme. O desconhecimento “mútuo” entre Corte e províncias e entre estas, aventado por Sergio Buarque de Holanda (Holanda apud Sá, 2012) em muito contribuiu para a lenta tomada de decisões da elite da corte sobre os problemas que viviam as outras regiões brasileiras.

Os desencontros de ideias, os desejos de realização de um projeto coletivo em completo desacerto com relação às condições materiais, essa foi a tônica da vida nas províncias do norte até mais ou menos a última década do século XIX. Na verdade, esse desacerto continuou o que mudaria eram as condições materiais de intervenção da elite local nas cidades de Manaus e Belém.

No mapa abaixo, de 1895, percebemos a cidade de Manaus com melhores condições de estrutura da organização morfológica, ruas já delineadas, a conformação de eixos de integração entre os pontos mais distantes do centro original, e um grande retângulo já mais ou menos desenhado no espaço, contendo algum arruamento, ainda sem muita densidade de ocupação, mas que vinte anos depois será todo ocupado.

Figura 10 – Mapa da Carta cadastral de Manaus e Arrabaldes em 1895.

O Mapa apresenta uma morfologia já bem definida em uma quadrícula onde alguns Igarapés já foram aterrados e se estende até onde hoje está localizado o Reservatório do Mocó e o Cemitério de São João. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional Rio de Janeiro. 1895.

Nesse momento, as próprias condições econômicas, já um pouco melhores, e com maior circulação de ideias, causou nas perspectivas das elites políticas locais um melhor entendimento das vivências políticas e econômicas que estavam passando o Brasil naquele momento. Havia já uma elite culta e com boa percepção política nas províncias do norte. Roberto Santos (1980) cita casos de altos funcionários da Corte que eram destas províncias, Ministros inclusive. O que havia era uma impossibilidade de transformar estas percepções em força política e ações assertivas e pragmáticas capazes de gerar políticas públicas coerentes com as condições locais.

Um bom exemplo de posições políticas locais em consonância ou oposição com a compreensão das conjunturas políticas nacionais foi o almoço dos Abolicionistas em homenagem à Província do Amazonas em 1884 em que dentre muitos oradores Joaquim Nabuco exalta e homenageia o “jovem Presidente da Província do Amazonas” pelas posições políticas “modernas e dignas” diante da causa abolicionista.

De fato, o Amazonas logo depois do Ceará foi a segunda província a decretar o fim da escravidão, cinco anos antes do governo do Império. Como veremos nas palavras de agradecimento do próprio Dr. Theodoreto Souto, a explicação para tal decisão estava bem de acordo com uma visão culta e da elite moderna do Império, que a Ata do encontro descreve da seguinte forma:

“Depois de largas considerações a respeito, diz que como presidente do Amazonas julgou ter tido a intuição dos grandes destinos d’essa provincia na civilização da America e do mundo. Ouvio e interpretou nas leis e nos factos o verbo da natureza e o verbo do homem naquela prodigiosa região. Vio a lucta secular, a vindicta sempre recomeçada, a perpetua desconfiança, o medo permanente, a distancia imensa da separação, a repulsa dos ressentimentos inextinguíveis, - do índio selvagem contra o homem civilizado – pela só razão de que este o reduz à escravidão, - e reconheceu a escravidão no Amazonas, mais do que em parte alguma, era uma aberração das leis sociais, políticas, Moraes e humanas, desde o ponto de vista ethnologico até ás mais praticas e triviais considerações de ordem econômica e material!” (Confederação Abolicionista – Folheto N.7, 1884:26).

Ainda assim, as percepções que possuíam certos políticos, e pessoas eminentes das classes mais abastadas não queria significar uma maior inserção das pessoas mais pobres e mais simples na sua compreensão das circunstâncias políticas e muito menos em melhores condições de formação educacional e cultural. Nas províncias mais distantes o processo de exclusão histórica e social era provavelmente muito maior.

Um pouco mais grave em certos momentos, em outros sem muitos percalços, a vida foi acontecendo sem que se formassem condições de reprodução da vida social de modo a construir relações políticas, culturais e acima de tudo geográficas, no sentido das estruturas espaciais necessárias ao desenvolvimento das condições de reprodução do capital.

A economia amazônica ainda por muito tempo permaneceu refém das decisões dos arranjos territoriais e produtivos não totalmente compreendidos pela Corte e acima de tudo, não debatido pelas elites políticas e econômicas locais. O capital que circulava no auge do ciclo extrativo da borracha era abundante e amortizava os questionamentos e as possibilidades de ideias próprias.

Como mostramos acima, no entanto, quando o ciclo extrativo da borracha atinge o seu auge, as capitais das províncias Belém e Manaus entram no mapa do Império não mais como um problema a ser resolvido, mas como grandes fontes de impostos e arrecadação para a concretização de políticas e programas que nem eram localizadas na região. Não nos cabe aqui aprofundar estes pontos, mas a título de ilustração citaremos ainda um pouco Roberto Santos para mostrar como se deu estes fatos e as suas consequências teóricas para os estudos da Amazônia:

“Duas posições opostas se chocam a propósito dos resultados do processo de crescimento regional: uma, a posição ufanista, e outra, a radical-pessimista. À primeira pertencem os que valorizam a era da borracha pelo que proporcionou ao norte do país em termos de povoamento, ocupação territorial, ampliação da área física nacional, vivência cultural e artística ao contato com o europeu. Trata-se de uma posição vulgar, de inspiração paroquialista e ingênua, e não conheço nenhum autor de responsabilidade, nortista ou não, que lhe tenha emprestado qualquer formulação própria ou ao menos que se mostre inclinado a assumi-la. Na posição radical-pessimista figuram

os que se recusam a atribuir maior significado à economia gomífera e negam ou tendem a negar a contribuição da Amazônia ao desenvolvimento do país. A este grupo devo associar – e deploro ter que fazê-lo – os grandes nomes de Caio Prado Junior e Celso Furtado” (Santos, 1980: 283).

Todo o processo de consolidação da posição do Império e depois da República na Amazônia vai se dar de fato com os avanços territoriais causados pelos deslocamentos de populações nos desvãos mais longínquos em busca do “ouro negro”. A anexação de territórios, a ocupação e o domínio das calhas dos rios do vale amazônico foram consequência dessa exploração e da posição portuguesa de estar presente na Amazônia com a mão da burocracia do Estado por mais deficiente que ela fosse. Em determinadas circunstâncias, como por exemplo, no controle do trânsito de mercadorias, e aí se entende de algum modo a posição e as preocupações do monarca D. Pedro II.

A presença de vilas e cidades com maior infraestrutura, aparato burocrático, circulação de pessoas, de capital e de mercadorias eram requisitos importantes, desde que o controle sobre a circulação de ideias se mantivesse dentro de certos limites. Por outro lado, a posição política e estratégica da Província do Amazonas, e da própria cidade de Manaus definitivamente se consolida com a concretização econômica do ciclo da borracha através do mercado internacional e a recolha dos impostos.

Em relação ao Mapa da figura 10 mostrado acima algumas considerações são interessantes e precisam ser feitas para que compreendamos a velocidade com que as transformações na cidade de Manaus foram acontecendo deste momento em diante. Os retângulos brancos eram praças que estavam planejadas apenas e foram de fato executadas posteriormente já na primeira década do século XX.

A malha com duas ruas que saem de cada lado, que estão acima da malha ortogonal da cidade, na cor clara do fundo, apenas sugerido, oposto à tonalidade escura das ruas e quarteirões, nos parece ao que tudo indica ser as atuais avenidas que saem do centro em direção aos bairros.

O local do antigo Cemitério de São José, aparece à esquerda o único trecho não ocupado por quarteirões próximos ao centro, que por volta de 1891 já existia e que foi retirado poucos anos depois, pois em 1897 o local já era conhecido como Praça da Saudade. Fato raro de acontecer em uma cidade, o cemitério original ser retirado e deslocado para outro lugar, mas em 1901, o atual cemitério de São João foi construído e existe nele uma pequena quadra com os túmulos que eram do antigo cemitério de São José.

Não se sabe ao certo quantas ossadas foram transferidas, o certo é que, houve também nesse evento uma separação de classes sociais. Nessa pequena quadra do novo cemitério, poucos túmulos são individuais, por família, e ficam em volta de outro maior coletivo, contendo a maior parte das ossadas.

Nesse período de tempo entre finais da última década do século XIX e a primeira década do século XX muita coisa se transforma na cidade de Manaus em termos da organização dos espaços da cidade, das atividades portuárias e alfandegárias, melhoram as condições de trabalho e fiscalização dos mecanismos de controle do Estado sobre a circulação de mercadorias, dentre outras melhorias relacionadas à exportação de produtos de extração vegetal. Ademais, a cidade continuava sendo um lugar da exceção, um lugar da civilização dita européia, o cenário dos sonhos de uma determinada classe de pessoas, porém não mais o espaço sem nenhuma condição de ser identificado como moderno e passa a ter uma estrutura de fato mais condizente com os sonhos e ideias da elite do Amazonas.

O transcurso de tempo entre a criação da Província do Amazonas em 1848 e a construção em Manaus das grandes intervenções urbanas e arquitetônicas foi sem dúvida um tempo de muita movimentação. Grandes levas de população se deslocaram para as calhas dos Rios Purus, Juruá e Madeira, além mesmo das relações entre as capitais Manaus e Belém, e vice-versa. Em finais do século XIX, já com o ciclo da borracha em sua total pujança, a cidade de Manaus começa a passar pelas maiores transformações estruturais de sua história, se levamos em conta o tamanho anterior que ela tinha e quais as novas escalas que assumiu.

Antes de chegarmos à cidade de Manaus do “fausto” da borracha, uma “ilusão do fausto” na lúcida percepção de Edinea Mascarenhas Dias, como já nos

referimos antes, comentamos alguns aspectos da produção e das relações espaciais nas bacias dos principais rios da província do Pará e Amazonas, onde, preocupados em demonstrar em que circunstâncias as transformações dos processos produtivos que antes existiam foram sendo aos poucos substituídos pela extração da borracha, nos deparamos com cidades surgindo ou crescendo do dia para noite, sem que houvesse qualquer controle, e o caso de Manaus foi assim.

Em 1890 a cidade de Manaus já havia crescido tanto em tamanho como em suas condições de infraestrutura, ver mapa na página 166, tornara-se uma cidade totalmente diferente daquela encontrada por Tavares Bastos e pelo casal Agassiz em meados da década de 1860. A essa época se estava construindo toda a rede de serviços que uma cidade dita “civilizada” necessitava. A pauta de exportações do Estado do Amazonas tinha se concentrado na borracha, mas ainda havia certa diversidade de produtos sendo produzidos, que quanto mais se aproximava a transição entre os séculos XIX para o século XX tendia a ser cada vez mais concentrada em um só produto: a borracha.

Empresas estrangeiras estavam cada vez mais presentes na cidade de Manaus, inglesas em sua maioria, mas havia empresas belgas, alemãs, dentre outras. O professor Samuel Benchimol nos lembra de que além das empresas vieram também à época uma boa quantidade de profissionais, que eram os funcionários responsáveis pelo funcionamento dos serviços que estas empresas forneciam. Este corpo técnico estava acostumado à vida européia, sobretudo e trouxe junto com suas práticas profissionais as suas práticas de lazer, esportes e formas de congregar-se religiosamente.

Com isso os produtos oferecidos pelo comércio de Manaus também mudam porque as famílias destas pessoas e de outras, brasileiros que migraram em busca de ascensão social, ou mesmo funcionários do Estado brasileiro, mais especializados, todos estes transformaram o cotidiano da cidade de Manaus. Outros serviços passam a ser oferecidos. Uma nova dinâmica urbana acontece nesses últimos anos do século XIX e nos anos iniciais do século XX.

A historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto escreve sobre esta época de transição na civilização ocidental e principalmente o processo de transformação

causado nas cidades e aponta que todos os homens, habitantes das cidades, cidadãos ou não, no “cálculo” frio e racional do capitalista eram potenciais consumidores das mercadorias produzidas no novo modo de produção que àquele momento estava próximo de atingir sua melhor dinâmica, não a maturidade, mais o processo de transformação da vida social, dos espaços urbanos já estava se consolidando e com isso, as relações entre os homens, entre as classes mudaram sem que novas regras de convivência fossem criadas também, a vida material mudou sem que as formas de pensar tivessem se adaptado a ela. A transição do século XIX para o século XX foi momento de efervescência e velocidade:

“As tendências que guiavam a construção da civilização moderna podiam ser vistas por toda a parte. A crescente industrialização da produção da vida material e o adensamento da população nas cidades ascendera vertiginosamente a partir da primeira metade do século XIX e o número das pessoas que se aglomeravam nas áreas urbanas crescera aceleradamente para atingir a casa dos milhares ou, mesmo, milhões de habitantes às vésperas do século XX. O fenômeno da presença das massas no cenário das grandes cidades tornava-se um processo dos mais visíveis, já que mesmo os mais pobres entre os habitantes citadinos passaram a ser considerados pelos homens de negócios em seus cálculos devido ao seu imenso potencial para o consumo de bens e serviços. No final do século XIX e início do século XX, as cidades em processo de industrialização da maior parte dos países do continente europeu constituíam-se em um corpo ‘cada vez mais possante de compradores de bens e serviços do mundo: um conjunto que cada vez mais vivia de comprar, isto é, cada vez menos dependente das economias rurais tradicionais’(Hobsbawm, 1988,p.77-8)” (Pinto, 2002: 34).

Em Manaus o processo foi muito parecido, porém houve diferenças significativas. Essa nova classe de pessoas da cidade, que foram surgindo à medida do desenvolvimento das relações comerciais, os que para cá migraram especialmente traziam já esses sentimentos, essas identidades, essa forma de compreender a vida e as relações.

Encontravam aqui outro ritmo e acabavam por influenciar e forçar uma transformação da vida urbana sob os mais diversos discursos, em alguns momentos a mudança era necessária pela necessidade de um “saneamento civilizador”, porque

era inconcebível a vida moderna com as práticas antigas de comer, de beber, de abrigar-se, enfim a vida em um modelo antigo de cidade; e menos ainda, a vida possível de acontecer a partir de práticas tão arcaicas como as vividas nas cidades brasileiras e ainda mais aqui na Amazônia. Os Jornais de época discutiam estes paradoxos e apoiavam as mudanças.

Os aterros dos igarapés do centro da cidade de Manaus, a construção e pavimentação de avenidas e bulevares, os prédios da alfândega, do mercado municipal, o Teatro Amazonas, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja e Praça de São Sebastião, o Tribunal de Justiça, dentre outros prédios importantes, sendo o mais significativo para a economia da borracha a construção do Porto de Manaus entre 1898 e 1903, a cidade de Manaus mudou. A insignificante vila e minúscula cidade de meados do século XIX tinham ficado para trás, a cidade em finais do século XIX e início do século passa a ter uma população já bem maior e dispõe de serviços de qualquer cidade “civilizada”.

A essa época muitas cidades estavam mudando, e no mundo todo com ênfase nas transformações ocorridas nas cidades europeias. Muitos autores escreveram sobre este vasto processo de transformação da vida social nos espaços urbanos, que eram ao final das contas a implantação de uma lógica de organização dos espaços das cidades para um novo padrão de organização da produção e do consumo.

No Brasil do mesmo modo, com pouca diferença em relação ao momento histórico em que na Europa as cidades se transformavam - aqui, momentos finais do século XIX; as cidades de São Paulo, Belém e Manaus foram as que passaram ainda nesse século por mudanças mais significativas em seus espaços urbanos. A cidade de São Paulo a partir da consolidação da produção, comercialização e criação de novas atividades econômicas relacionadas ao Café, em Belém e Manaus em direta relação com a comercialização da Borracha já nesse momento, décadas finais do século XIX em pleno auge.

Em seu livro sobre os processos de transformação urbana na cidade de Manaus nesse momento, Otoni Mesquita (2009) reflete sobre esse processo

referindo-se à dinâmica que levou tantas cidades em muitos países a passarem por processo análogo:

“Em geral, os trabalhos sobre a cidade europeia do século XIX atribuem grande relevância ao processo de industrialização, ocorrido em muitas daquelas cidades, denominadas de “cidades industriais”. É irrefutável o papel desse processo sobre a configuração dos novos espaços, notando-se que eles não deixaram de ser modelados por um complexo sistema de forças, regidos pelas necessidades e desejos de seus usuários. [...] Lefebvre acusa a industrialização de se apoderar da rede de cidades europeias, pois, segundo ele: “Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a” e tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles; todavia, reconhece que este processo não impede a “extensão do fenômeno urbano”. Para Lefebvre, o processo de industrialização se impõe como ponto de partida para expor a problemática urbana de nossa época, atribuindo-lhe o papel de “indutor” dos problemas da cidade. Como “induzidos”, classifica os problemas relativos “ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”, mas o autor ressalva, ainda, a crescente importância que adquiriram as questões culturais” (Mesquita, 2009: 42)

Em Manaus e em Belém esse processo foi periférico porque na verdade as duas cidades eram tangenciais ao processo de industrialização, eram fornecedoras de matérias primas, pontos nodais de toda uma rede de produção da borracha, portanto entrepostos comerciais abastecedores da dinâmica de desenvolvimento de métodos e processos técnicos de produção e também matérias primas para a confecção de mercadorias de alto valor agregado.

Nas duas cidades amazônicas os capitalistas que aqui agiram, eram junto com a elite nacional prepostos do sistema de produção maior e mais abrangente cuja dinâmica de produção, a industrialização necessitava de fornecedores. Os agentes bancários, as casas de crédito, os comerciantes e aviadores faziam parte de uma escala intermediária dessa rede, ficaram muito ricos, mas eram subalternos.

Ainda que tenham participado de uma relação econômica em um mercado amplo e que atingia muitas cidades e muitos países as duas cidades, representadas por seus agentes, seus atores sociais da elite local, nacional e mesmo de outros

países estiveram sempre na posição de copiar e viver regras e modelos exógenos, europeus. Esse fato é que explica a hipótese levantada por Otoni Mesquita de que a cidade de Manaus era uma “vitrine” do mundo dito “civilizado” em plena selva.

No que diz respeito às observações e formulações de Henri Lefebvre (1991) em seu livro “O direito à cidade” ao processo de industrialização, que a seu ver seria o ponto de partida e não o definitivo momento, motivo e produto de transformação das cidades. Essas transformações seriam um longo processo em que cada momento anterior vive traços do próximo ainda não totalmente desenvolvidos como condições de transformação, e o próximo momento ainda carregam traços dos anteriores. Pode acontecer de não estarem totalmente desenvolvidos como potencialidades as práticas sociais que se transformariam em “realidades urbanas”, sendo esse o caso de Manaus em nosso entendimento.

Veremos nesse momento da história de Manaus – década final do século XIX e década inicial do século XX, e de acordo com o que supomos seja verdadeiro para explicar os motivos do que chamamos de “esquecimento” da vida social e da produção dos espaços urbanos apenas poucas décadas depois, uma mudança de escala das relações econômicas vividas pela cidade.

Manaus, ainda durante o ciclo da borracha ou nos momentos iniciais do mesmo, por volta de 1850 até 1870, era totalmente dependente em termos comerciais da cidade de Belém, sua importação de produtos dos mais diversos sofria ainda as consequências da falta de percepção do Governo Imperial, e mesmo depois, já na Primeira República. As previsões de Tavares Bastos se transformaram em fatos poucas décadas depois.

Os fretes para Manaus eram exorbitantes, a frequência dos navios era escassa e principalmente a cidade não dispunha de um porto a altura do movimento que começava a se configurar com o ciclo de exportação da borracha. Estas condições e problemas foram aos poucos sendo resolvidos.

No momento em que o ciclo da borracha se consolida, as relações econômicas, as rotas de negócios, importação e exportação já não eram mais apenas com as cidades de Belém, Rio de Janeiro e Lisboa. Manaus passa a

relacionar-se com outros portos importantes no mundo; Liverpool, Londres, Manchester, New York, dentre outros, além dos anteriores.

Esta mudança de escala em que se ampliam as redes econômicas, as formas de pensar e agir de todo um conjunto de população que antes estava limitada espacialmente é que apontamos como mudança das ordens espaciais e territoriais, a cidade deixa de ser uma cidade imersa nas ordens próximas e passa a estar envolvida em uma ordem distante (Léfebvre, 2008).

Por fim, após termos construído um painel crítico do processo da ocupação da Amazônia, usando algumas das Instituições que participaram do processo como personagens dessa longa encenação da vida social vamos terminar esse capítulo sobre a formação territorial da Amazônia; do Estado do Amazonas e como consequência da importância de Manaus nesse processo um mapa do Geógrafo francês Hervé Thery, que sintetiza estes painéis em vetores de penetração e ação do capital em relação às décadas e períodos em que ocorreram de forma abreviada apenas para localizar e introduzir a entrada da cidade de Manaus em cena.

O território Amazônico, do Estado do Amazonas e os territórios do entorno da cidade de Manaus e das relações econômicas se transformaram. O Estado Nacional como produtor do crescimento e algumas vezes como indutor do desenvolvimento esteve presente até meados da década de 1980 em todas estas transformações.

Como nos esclarece o quadro comentado no início da parte 2.2 após esta data ouve uma diminuição do Estado Nacional e um crescimento das atividades capitalistas ligadas à extração mineral, às atividades agropecuárias e industriais. O impacto para as cidades e para as redes urbanas foi significativo. A Amazônia tornou-se urbana de forma mais intensa, cidades médias que haviam surgido com a abertura de estradas pelos militares se consolidaram com estas atividades econômicas.

No caso do Estado do Amazonas, à essa época começa uma forte tendência de ocupação dos municípios do sul do estado, Humaitá, Apuí e Lábrea principalmente, que passaram a sofrer pressões de frentes de expansão agrícola e de assentamentos particulares e principalmente de grileiros de terra, e com isso um

aumento da urbanização destes municípios e da violência, antes, uma realidade na região norte quase exclusiva do estado do Pará.

Com o crescimento da cidade de Manaus proporcionado pela Zona Franca de Manaus, um crescimento sem desenvolvimento na verdade, os municípios do seu entorno passam a ter uma maior relação com a capital. Este fato acaba por gerar nestes municípios uma ligação econômica maior e cada um deles, Manacapuru, Iranduba, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, tendo uma determinada especificidade de sua relação econômica com a capital.

Nos outros estados da Região Amazônica o mesmo processo também ocorreu. No Pará, a capital Belém reforçou sua posição como metrópole regional através do crescimento de suas relações econômicas e espaciais com os municípios de seu entorno. Porém, como o Estado do Pará já havia desde a construção no final da década de 1950, da Rodovia Federal Belém-Brasília, passado por um processo de crescimento de suas atividades rurais e mineradoras, adensando no interior, muito mais que no Amazonas as relações econômicas, os fluxos de capital e a construção de infraestrutura de exploração de um território mais extenso do Estado⁴⁵.

⁴⁵ Um excelente painel desta época pode ser encontrado nos livros de Neli Aparecida de Mello “Políticas territoriais na Amazônia” (Mello, 2006) e de Daniel Monteiro Huertas “Da fachada atlântica à imensidão Amazônica – Fronteira agrícola e integração territorial” (Huertas, 2009). Neles os autores articulam um conjunto de argumentos muito interessantes sobre todo o processo histórico e geográfico da ocupação da Amazônia. As críticas de Neli Aparecida de Mello às Políticas Públicas do Estado Nacional que percebiam o vasto território amazônico com se vazio estivesse, e pior, como se as práticas sociais ali existentes não tivessem que ser consideradas para a elaboração destas políticas são pertinentes e poderosas. A autora mostra ainda que nesses anos de domínio dos militares o processo, ao contrário do próprio discurso nacionalista dos mesmos tentava mostrar, de internacionalização da Amazônia foi o mais intenso da história. Por outro lado, Daniel Monteiro Huertas com uma crítica inicial à idéia de que o país fosse um conjunto de regiões e espaços isolados; vêm nos mostrar justamente ao contrário, os ciclos extrativos, os avanços da exploração de produtos naturais acabaram por integrar todo o território nacional, fundar cidades e caminhos de integração não apenas por aquelas vias anteriormente conhecidas e dadas como as únicas existentes historicamente.

Figura 11: Vetores de ocupação histórica da Amazônia

O mapa mostra o caráter as direções e os sentidos históricos da ocupação da região Amazônica.

PARTE 3 – Da cidade cenário à cidade sem memórias: esquecimento, ausências e vivência urbana em Manaus.

3.2 – Localizando a cena.

A cidade de Manaus localiza-se na confluência dos Rios Negro e Solimões que juntos formam o Rio Amazonas no que chamamos de encontro das águas, a menos de 20 km do centro de Manaus e dista da foz do Amazonas entre 1.600 a 1.700 km já na saída para o Oceano Atlântico.

Segundo Ab Saber *“A cidade de Manaus assenta-se sobre a porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, pertencentes a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos terciários situado na confluência do Rio Negro e Solimões”*. (Ab Saber, 1953: 202).

As margens ribeirinhas da cidade de Manaus são belas formações de “falésias fluviais de 20 a 50 metros de altura” (Ab Saber, 1953: 202), que estão dispostas nas beiradas fluviais da cidade ora avançando, ora retrocedendo em relação ao leito do Rio Negro. Manaus hoje atinge o trecho do Rio Solimões anterior ao encontro das águas, avançando sobre a foz do lago Puraquequara, em direção ao Leste e depois Norte, na direção oposta ao surgimento das primeiras ocupações que estavam a Oeste do encontro das águas.

Os “barrancos”⁴⁶ de nossas beiras fluviais estão presentes em toda a extensão exterior da cidade, no contato que o espaço urbanizado tem com as águas dos dois grandes rios. Em quatro pontos dessas beiras, a Sul o Igarapé do Quarenta (que na foz, no encontro com o Rio Negro tem o nome de Igarapé do Educandos) e do São Raimundo; na zona mais próxima ao centro da cidade; a Leste o lago do Puraquequara e a Oeste o Igarapé do Tarumã encontram-se saídas de cursos de água internos à mancha urbana.

⁴⁶ Na linguagem local, dos caboclos da região Amazônica, as falésias são chamadas de barrancos ou beiradões quando são de menor tamanho e formam praias no período de vazante dos rios.

Estes igarapés que segundo Gourou “são um tipo especial de rias internas de água doce” (Gourou apud Ab Saber, 1953: 202) sofrem influência do sistema sazonal de cheias e vazantes do Rio Negro e do Rio Solimões, passando os meses iniciais do ano até Junho em período de cheia e o resto do ano em vazante e seca.

Na narrativa histórica da cidade de Manaus o principal personagem quase sempre foi relação da terra com a água. Esse contato, estas cenas foram mostradas exaustivas vezes por viajantes, cientistas, militares e descritas em mapas ou em relatórios por esses personagens presentes em todas as épocas na história da cidade. Ressaltamos isso pelo fato de que justamente uma das maiores provas de que nos constituímos como uma cidade do esquecimento, das ausências e da negação pelo fato de que em nossas vivências, posteriores ao ciclo da borracha, ao longo do período entre esse ciclo e a criação da Zona Franca de Manaus e depois, já como uma cidade “moderna” e com ares de contemporaneidade, e se dizendo metrópole, pelo menos nos discursos das elites, da imprensa em geral e solidificado em nosso imaginário negamos nossa condição ribeirinha.

Por incrível que possa parecer, o acesso livre, bem urbanizado, com possibilidades de contemplação da linda paisagem acontece hoje em dia em apenas um ponto de nossas beiras – a praia da Ponta Negra. O Hotel Tropical, uma área privada em que se paga para entrar, a Ponte sobre o Rio Negro um local não exatamente de visualização da paisagem, pois lugar do efêmero e da passagem, e o calçadão do Amarelinho no Bairro do Educandos a rigor seriam os três outros pontos onde se teria acesso à linda vista do Rio Negro, do Encontro das Águas, dentre outras vistas muito significativas de nossas beiradas. Nessas impressões iniciais, iremos nos localizar sempre à beira do Rio Negro, ao longo de toda a sua borda de encontro com a cidade, para demonstrar o quanto fomos insensíveis e sem capacidade de perceber nossa real dimensão e potencialidade como uma cidade no meio da Amazônia⁴⁷.

⁴⁷ Em anexo encontram-se 05 Mapas mostrando um conjunto de dados sobre a Evolução Urbana de Manaus além de outras análises.

A paisagem de Manaus possui uma diversidade de quadros visuais, de ritmos da vida em dependência direta com os sistemas naturais de seu entorno e de seus elementos de composição da paisagem. Nas cheias, de Dezembro a Junho, as relações comerciais e a vida econômica gerada por essas atividades e a relação de Manaus com o interior do estado acontece nas beiras do Rio Negro e Solimões. Suas ruas de beirada; como nas proximidades do Mercado Adolpho Lisboa quando o Rio Negro está cheio os barcos recreio param na balaustrada da Avenida Manaus Moderna. O inverso, quando o Rio Negro está na vazante, de Julho a Novembro, e retrocede de 80 a 100 metros e os barcos tem de parar longe das beiras.

A sazonalidade de cheias e vazantes que é anterior à própria existência da cidade de Manaus, já teve diferentes formas de influenciar a vida da cidade. Havia uma relação mais intensa com as águas, estávamos mais ligados aos regimes sazonais das cheias e vazantes. As cheias da infância de todos não eram catástrofes, as águas não carregavam lixo e doenças, elas traziam lazer e diversão. A geografia nos mostra essas diferenças e também os motivos dessa disparidade.

O modo como usávamos os Igarapés em outras épocas é totalmente diferente da que temos hoje. As ocupações urbanas das beiras eram diferentes, os usos urbanos foram sendo transformados. Tratamos muito mal nossa paisagem construída e o próprio meio ambiente transformado. As “falésias fluviais” e suas áreas de influência na água são ocupadas por estaleiros; pequenos flutuantes de serviços relacionadas à atividade náutica; flutuantes com postos de gasolina; estações de bombeamento de água; portos, muitos portos, de diversos tamanhos, legais ou não, desde os portos de serviços da refinaria de Manaus – REMAM aos portos clandestinos de passageiros e cargas, além dos portos de carga e descarga de diversos tipos de produtos para o Parque Industrial de Manaus – PIM e também de produtos regionais na relação da cidade com o interior do Estado.

Figura 12 – Imagem de Palafitas no Bairro de São Raimundo.

Na figura vemos à esquerda o Bairro de São Raimundo e um conjunto de moradias suspensas na falésia, e algumas já dentro do leito do Rio Negro. A fundo os edifícios do Centro da Cidade de Manaus. Fonte – O Autor.

Em outros trechos das beiradas do Rio Negro temos a ocupação destas falésias por habitações em forma de palafitas, lançadas de forma orgânica em sua ocupação dos espaços criando uma vista curiosa de telhados e fachadas superpostas, que não deixam de ser belas; porém gerando instabilidade estrutural do terreno além de insalubridade e periculosidade no morar dessa população, especialmente nos bairros mais próximos do centro da cidade.

Há uma grande quantidade de usos institucionais e comerciais nas beiradas do Rio Negro e Solimões em Manaus. Os principais usos vindo de Oeste para Leste seriam a Marina do Davi, ainda dentro do Igarapé do Tarumã, antes da Foz deste Igarapé com o Rio Negro. Esta marina particular, na verdade além de Marina propriamente dita é um importante porto regional de embarcações que sobem o Rio Negro – especialmente na época da vazante, de Junho a Dezembro levando

pessoas para as praias do Rio Negro, dentre as mais famosas temos a Praia do Tupé.

Já na beira do Rio Negro um uso importante, no lugar desde a década de 1970 é o Hotel Tropical. O Hotel toma um enorme terreno na beira do Rio Negro que vai desde a foz do Igarapé do Tarumã até a Praia de Ponta Negra.

Logo Após o Hotel está a Praia de Ponta Negra, que desde a década de 1980 foi urbanizada com um projeto do arquiteto Severiano Mário Porto, mineiro que chegou à Região Amazônica em 1966 e se radicou em Manaus, tendo dado importante contribuição para cultura regional e local valorizando em sua arquitetura elementos regionais. Entre seus Projetos mais importantes estão o Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas; Campus do INPA – Instituto de Pesquisas da Amazônia e a antiga sede da Companhia Telefônica - Telamazom no centro da Cidade.

Após uma sucessão de praias particulares de condomínios ainda no bairro da Ponta Negra seguem-se uma série de bases e quartéis do Exército Brasileiro, dentre eles a Sede do Comado Militar da Amazônia. Entrando no bairro de Santo Agostinho há algumas praias ocupadas por estaleiros. Já na divisa entre os bairros de Santo Agostinho e da Compensa está o acesso e a saída da Ponte sobre o Rio Negro que liga o Município de Manaus ao Município de Iranduba.

Após a saída da Ponte sobre o Rio Negro ainda no Bairro da Compensa está na Ponta do Ismael a principal estação captadora de Águas da Companhia Amazonas Ambiental que fornece água para a cidade de Manaus. Na mesma sequência ainda no Bairro da Compensa alguns estaleiros ocupam largas faixas de terra, ora com praias, e outros momentos com grandes barrancos trabalhados com máquinas para deixar espaço para os galpões.

Na divisa dos Bairros da Compensa e São Raimundo já quase no centro de Manaus está o antigo Porto Regional do São Raimundo, de transporte de veículos particulares, ônibus e caminhões em geral das olarias que fazia a ligação entre os Municípios de Manaus e os Municípios do Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. Após o porto seguem-se alguns estaleiros e vêm em seguida as praias de vazantes

do Bairro de São Raimundo onde se encontram as mais famosas habitações suspensas e palafíticas de Manaus.

Estamos mostrando através dessas pequenas descrições iniciais, sempre em relação às beiradas do Rio Negro, em apenas uma pequena parte da cidade, da Ponta Negra, a Leste, ao Centro, a Sul, que temos ao longo dos anos, especialmente da década de 1970 em diante nos relacionado com as águas do Rio Negro de uma forma pouco inteligente. Por certo que as beiras do Rio Negro são justamente os lugares mais bonitos da cidade de Manaus, como dissemos, e desde o momento em que a primeira ideia de ocupação “moderno” do centro pelo projeto republicano de Eduardo Ribeiro, com aterros de Igarapés, construção de pontes, de praças em cima de Igarapés foi pensado, conceituado a partir da ideia de criar um produto novo, uma nova forma de viver a cidade, mas essa forma de ver o espaço da cidade negava a real situação geográfica e geológica de Manaus.

A natureza sempre saiu perdendo nesse embate com a ideia de uma cidade moderna, saneada e preparada para a vida civilizada. Na transição do século XIX para o século XX é perfeitamente compreensível que isso viesse a ocorrer, o que não conseguimos entender é que nos anos recentes, essa situação permaneça. Na introdução de um belo livro sobre o pensamento de homens que tentavam compreender o Brasil, justo naquele momento de transição em que Manaus foi transformada por Eduardo Ribeiro, Elias Thomé Saliba⁴⁸ faz uma pertinente observação sobre o pensamento modernista brasileiro, que estava sendo gestado naquele momento, um modernismo de homens que conheciam a realidade rural do país e eram críticos do processo de importar ideias desvinculadas de nossas realidades, tão múltiplas e tão cruéis:

“Presos ao melancólico fatalismo da condição tropical, enroscados nas exaltações românticas, mas também profundamente desconfiados da trama confusa da modernidade, estes pensadores apegavam-se à narrativa de eventos, trágicos, completamente destoantes do otimismo geral, como a Retirada da Laguna, Canudos,

⁴⁸ O livro em questão é *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)* de Luciana Murari (2009).

Contestado, Chibata ou Madeira-Mamoré. Seus escritos incomodam, pois constituem uma renitente denúncia de que o projeto de criar uma unidade fundada no domínio da natureza e do território foi mais uma projeção perversa de desejos dominadores do que algo sintonizado com o real. Buscando uma linguagem que pudesse sintonizar aquela realidade espúria, não conseguiam tirar seus olhos angustiados e cúmplices, daqueles magotes de brasileiros infelizes, que quando escapavam da indiferença ou da passividade criminosa do Estado acabavam flagelados pela seca ou flagelados pela água. [...] Modernistas sim, mas modernistas que olhavam torto para a propalada modernidade do país. Simples troca de figurino, projeção efêmera da modernização exterior – de qualquer forma, a modernidade passava longe do Brasil rural, incapaz de promover qualquer reversão na longa história de confronto dramático e aniquilamento que até então caracterizava a relação entre o homem e a natureza no país” (Saliba, 2009: 13).

Imaginamos que seria um pouco a crítica a ser feita, importamos modelos, importamos modos de viver, porém se isso tivesse ocorrido apenas em alguns momentos de nossa história, da história da cidade de Manaus, talvez fosse até compreensível, porém esse processo é na verdade parte de nossa identidade cultural. Tragicamente, não conseguimos criticar o que nos impõem e não conseguimos pensar por conta própria. No que diz respeito ao assunto do meio ambiente da cidade, isso fica ainda mais evidente.

O que nos tem caracterizado é justamente um grande atraso em relação à discussão do meio ambiente dentro e convivendo com os espaços da cidade. Sempre encaramos o ambiente natural e a natureza, como sendo empecilhos para o desenvolvimento da cidade e valorizamos muito pouco os benefícios que poderíamos ter como cidade se tivéssemos aproveitado as estruturas geomorfológicas da cidade, ao contrário sempre interferimos aterrando, retificando os leitos dos Igarapés e negando nossa relação com a água. Não conseguimos nem mesmo perceber o que se esconde por detrás das práticas capitalistas de incorporar a natureza como valor de troca, como mais uma mercadoria.

O geógrafo inglês radicado nos Estados Unidos David Harvey refere-se ao “meio ambiente” como uma “categoria” que tem de considerar todos os ambientes que já foram transformados pelos homens e sua vida urbana. A própria construção e intervenção da sociedade criando a partir dos espaços naturais outros espaços que

são possuidores de novas significações econômicas já transforma o entendimento dessa categoria.

A paisagem aqui é lida a partir desta perspectiva, a transformação que os espaços naturais foram sofrendo ao longo do tempo, e como essas formas e funções foram sendo transformadas e adaptadas na vida urbana. David Harvey anota:

“A natureza tem sido modificada pela ação humana ao longo dos tempos. O meio ambiente é uma categoria que tem de incluir os campos que foram limpos, os pântanos e as zonas úmidas que foram drenados, os rios que foram alvos de reengenharia e os estuários que tem passado por dragagem, as florestas que foram cortadas e replantas, as estradas, canais, sistemas de irrigação, ferrovias, portos, pistas de pouso e terminais que foram construídos, as barragens, geradores de alimentação e sistemas de rede elétrica que foram desenvolvidos, sistemas de água e esgotos, cabos e redes de comunicações, grandes cidades, subúrbios, fábricas, escolas, casas, hospitais, shoppings e destinos turísticos em abundância. Além disso, esses ambientes são habitados por espécies inteiramente novas (pense em cães, gatos, raças bovinas e galinhas sem penas) que ou foram alvo de engenharia através de práticas de reprodução seletiva (complementadas agora com práticas de engenharia genética direta que modificam os cultivos de milho e tomate), ou se transformaram, ou encontraram novos nichos ambientais. [...] Mas tudo isso tomou energia e engenho do ser humano para ser construído. O ambiente construído que constitui um vasto campo de meios coletivos de produção e consumo absorve enormes quantidades de capital tanto na construção quanto na manutenção. A urbanização é uma forma de absorver o excedente de capital” (HARVEY, 2011:75).

Percebemos, no entanto que esse modo de ver as implicações ambientais da vida na cidade é também produto de todo um imaginário que se construiu ao longo de nossa história reproduzindo as mesmas confusas formas de ver a vida social que antes tivemos em outras épocas. Reproduzimos o mesmo discurso de antes. Em função de um processo de estarmos sempre buscando uma proximidade do que seria uma atitude moderna abrimos mão de termos uma percepção própria dos ambientes naturais, de nossa muito particular sazonalidade da relação terra e água.

Esse excedente de capital de que fala David Harvey acima, quando afirma que a urbanização, portanto a reestruturação dos espaços da cidade dentro de critérios e parâmetros da transformação da natureza em ambiente construído, o absorve é bem o caso de Manaus. Na cidade, especialmente nos últimos anos, mas também em épocas anteriores, em todas as décadas do século XX teve seus espaços transformados pelo poder público visando a valorização do capital especulativo.

Como a cidade de Manaus está inserida em um ambiente especialmente sensível, a Amazônia, os resultados deveriam ser acompanhados com um cuidado redobrado, pois o desequilíbrio daí resultante pode ser desastroso, mas esse comportamento social do descaso é histórico, está no nosso imaginário.

No caso de uma cidade Amazônica as complexidades aumentam e se tornam difíceis de serem resolvidas, as condições materiais, aí incluídas as condições técnicas (Léfebvre, 2008) da produção são já muito difíceis. Possuem em função de sazonalidades de clima, dos rios e de fatores culturais e históricos - a ocupação por parte de portugueses e uso dessas condições materiais de modo rude e pouco aberto à compreensão da cultura local já existente na época da colonização, outros fatores que a tornam mais difícil.

É compreensível para o imaginário social de hoje, de épocas recentes e até de períodos mais distantes como do século XVI que isso acontecesse. O colonizador português por certo não considerava importante o “outro”, discutia inclusive se os nativos tinham ou não alma, se a natureza podia ser ou não compreendida, e é incrível como com todos os avanços técnicos disponíveis ainda estamos em Manaus agindo como se fossemos os portugueses na época do descobrimento, ou seja, como se não houvesse nada e tudo fosse para ser construído.

O que nos espanta é a reprodução do “modelo” de uso da natureza, da construção dos espaços em outros momentos muito posteriores. A arquiteta portuguesa Renata Araújo em um texto sobre o projeto Pombalino para as cidades Amazônicas comenta de forma muito sensata essa discrepância de percepção da natureza; mas também da organização do território e de suas implicações históricas e culturais no processo de produção dos espaços da cidade, mesmo que em

oposição a alguma outra prática; que os portugueses tiveram ao chegar à Amazônia⁴⁹.

“Desde a Grécia, pelo menos, que a idéia física da cidade comporta dois aspectos de que até hoje somos herdeiros. Por um lado, a cidade é o lugar da ordem social e política, é o espaço da convivência social por excelência e é o lugar da representação e do exercício do poder. Por outro lado, a cidade é também o polo hierárquico de organização do território, é o centro a partir de onde se estabelece o controle das áreas circundantes. Mais que isso, é o centro a partir de onde se identificam as relações com estas mesmas áreas. [...] A cidade, demarcada, ou não, pelas suas muralhas, é, desde os seus primórdios, o espaço que se distingue do outro espaço, não urbanizado, da natureza. Esta, por sua vez, define-se pela sua relação com a cidade. Contígua ao núcleo, ou em relação directa com este, está o campo, a natureza domesticada, tratada, a natureza cultivada, no duplo sentido da palavra. O campo partilha com a cidade a condição de espaço da cultura. O campo é, neste sentido, parte da cidade, a parte que a alimenta e a sustenta, mas também a parte que está submetida ao seu poder” (ARAÚJO, 2003: 151-152).

O trabalho de interpretação da cidade de Manaus vem considerando sempre a compreensão das circunstâncias históricas que construíram socialmente a cidade

⁴⁹ E Renata Araújo complementa na mesma percepção teórica desta oposição campo x cidade; de Henri Lefebvre e Mircea Eliade, usando o imaginário social como um contraponto importante para entender essa transição, mas principalmente para entender e localizar historicamente e geograficamente a importante questão: “Fora deste binômio fica a natureza literalmente “inculta” da selva. [...] Nos dois extremos opostos, a cidade e a selva representam a antítese radical uma da outra. Filha dos homens e da sociedade, a cidade é o lugar da racionalidade e da ordem, enquanto a selva, espaço das feras, é o lugar da animalidade e da desordem dos elementos. Essa imagem, que é ao mesmo contraditória e identitária, acompanharam desde sempre a própria idéia de cidade, que em boa parte se definiu a si mesma por esta oposição essencial. A cidade é o símbolo máximo do triunfo do homem sobre a natureza. O espaço urbano e periurbano da cidade e do campo cultivado e habitado representam o domínio do homem. A selva é o domínio da besta. Ao longo da história, um e outro mundos se interpenetraram e os homens, progressivamente procuraram domesticar a selva, que permaneceu, no entanto, no seu imaginário, como terrífico lugar da negação da razão. [...] Quando as suas florestas já se tinham convertido em bosques e continuavam assustadoras apenas nos contos que se contavam de pais para filhos, a Europa reencontrou a(s) selvas(s) no “Novo Mundo” e, naturalmente, projectou para ali os seus mitos e medos. [...] Cremos não estar a exagerar ao dizer que no imaginário de praticamente todo mundo a Amazônia é a selva das selvas, é “a selva” por autonomasia. Se esta imagem perdura ainda hoje, quando podemos cruzar a floresta por avião ou vislumbrá-la a partir de satélites, mal podemos intuir a força que terá tido para os “descobridores” do século XVI, que se deparavam ali com a reencarnação da selva mítica” (ARAÚJO, 2003: 151-152).

em diversas situações de maior ou menor valorização de sua localização - sítio e posição, ao longo do tempo de sua existência (Dolfuss, 1973), (Ab Saber, 1953).

Do momento inicial como pequena fortificação portuguesa no século XVII, até hoje, inauguração da ponte sobre o Rio Negro ligando os Municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, Manaus passou por diferentes períodos em que suas relações com outras cidades e lugares da Amazônia, do Brasil e do mundo dependeram dos arranjos políticos e territoriais construídos a partir de sua localização relativa na estratégia política, militar ou econômica do momento em questão.

Agir e construir a análise dessa forma é importante porque em geral os autores⁵⁰ que escreveram sobre a cidade de Manaus elegeram quatro momentos históricos da vida na cidade como objeto de análise, como no trecho abaixo de Oliveira (2006), e cremos que caberia a percepção de mais dois momentos históricos como importantes definidos por alguns destes autores de forma genérica como “estagnação”, que todos sabemos vai do final do ciclo da borracha por volta de 1910 até implantação da Zona Franca de Manaus nos anos finais da década de 1960 e anos iniciais da década de 1970.

“O presente texto analisa o processo influenciador da dinâmica urbana de Manaus, apontando que essa dinâmica está associada aos sucessivos eventos da história socioeconômica da região, tais como a fortificação utilizada para a estratégia de ocupação até meados do século 18 e a criação de vilas para a consolidação da conquista portuguesa. No início do século 19, com o nascimento da Amazônia brasileira, o povoamento recebe designação que oscila entre *povoado* e *vila*, até ser elevado à condição de cidade e se transformar em capital da província. Finalmente, a partir da segunda metade do século 19, a economia da cidade é marcada por períodos de crescimento fortemente dependentes do mercado internacional, como o período da borracha e, nas últimas décadas do século 19, o da Zona Franca. Esses breves períodos de crescimento urbano são intercalados por outros de longa estagnação” (Oliveira, 2006: 66).

⁵⁰ Os autores a que nos referimos são BATISTA (2003) e (2007); CARVALHO (1998); DIAS (1999); FERREIRA (2007); LOUREIRO (2008); MESQUITA (1999); MORAES (2001); OLIVEIRA (2003) e (2006); OLIVEIRA & SCHOR (2008); PINHEIRO (1999); REIS (1960) e (2001); e SOUZA (2010).

A percepção da cidade de Manaus a partir de apenas estes quatro momentos nos traz dois problemas que pretendemos analisar neste trabalho. O primeiro diz respeito ao fato de que ao lerem a cidade de Manaus, sua localização, o sítio e a posição - além esquecer os processos de produção do espaço urbano entre 1910 e 1970; ancorados na análise das estratégias das elites Políticas e Militares portuguesas, do século XVII até o último quarto do século XIX, reproduziram sem criticar os discursos dos que leram a Amazônia a partir desse prisma, os viajantes, os aventureiros, os militares portugueses dentre outros agentes que ali viveram e estiveram.

O segundo problema, o mais grave em nossa opinião, é que, a cidade de Manaus compreendida a partir de suas relações econômicas, reificadas e percebidas como mais importantes e determinantes do que a vida social, cotidiana, vivida no mais longo período da crise, que vai de 1910 até 1970 restringe as possibilidades de se construir um entendimento da cidade a partir de sua localização, da importância de sua posição e seu sítio que foram sendo transformados no real vivido, sem que a sociedade pudesse influir nos rumos dessa mesma vida social e das estratégias políticas que procurassem soluções particulares levando em consideração nossas singularidades culturais e históricas.

Os processos de transformação da cidade de Manaus foram acontecendo sem que tivéssemos muita capacidade de interferir nesses mesmos processos, que como agentes locais pensando o processo em si, quer como agentes emitindo opiniões sobre o evento da transformação. Isso sempre nos pareceu um pouco fora de lógica, por sempre notamos que as ideias para terem valor em Manaus e no Amazonas tinham que vir de fora.

As soluções universais encontradas na história vivida anteriormente sempre se mostraram exógenas, baseadas nas conjunturas da economia mundial e não contemplava uma valorização da vida cotidiana, o modelo vinha pronto e era implantado, inclusive na cidade.

E por quê? Primeiro porque os modelos eram assim impostos mesmo pelo recente arranjo político e econômico internacional como mostraremos mais adiante, em especial na América Latina. Depois, porque interessava à elite local, política,

econômica, a construção de um discurso da crise, da estagnação, desvalorizando o cotidiano da cidade nas décadas em questão, para compensar sua incapacidade de lidar com situações adversas históricas e sociais e também porque era cômodo e recorrente contar com a ajuda do poder central. Os interesses e suas relações estão sugeridos como hipótese, resta-nos construir a explicação.

O primeiro passo do geógrafo segundo Dolfuss (1973) é problematizar na análise geográfica “as relações entre a localização, a organização e a diferenciação espaciais”. Esse complexo jogo de forças sociais, políticas e de relações econômicas no espaço são fundamentais para que possamos entender a existência de uma determinada vila, cidade ou outra forma de agregação humana no espaço.

Olivier Dolfuss considera que os geógrafos ao decomporem “*os elementos constitutivos de uma paisagem, ao classificá-los ao tempo em que busca as ligações que possam ter uns com os outros, o geógrafo ‘localiza’ esses mesmos elementos. Ele se empenha em extrair o significado de sua localização*” (Dolfuss, 1973: 17).

O que vimos tentando compreender são justamente os “sistemas que organizam o espaço” que segundo o Dolfuss (1973: 18) derivam do “estudo da localização, feito através da análise do sítio e da posição” e isso para que possamos interpretar as transformações por que passou a cidade de Manaus ao longo de sua história no que diz respeito às relações econômicas vividas nos espaços e como elas foram sendo transformadas, ora em uma determinada escala ora em outra.

Lendo essa espacialização e não somente o discurso dos agentes sobre ela, poderíamos perceber quais as mudanças nos espaços da cidade decorrentes das mudanças de escala das relações econômicas na Cidade. Esses agentes, em geral a elite local em diferentes épocas, construíram discursos e textos sobre a cidade de Manaus, porém, quase sempre descrevendo situações da vida social quando ela estava pujante, a economia ia bem e havia uma boa circulação de mercadorias e capital, fosse comércio ou exportação extrativista.

Em outros momentos, quando houve períodos em que a economia ía mal esses mesmos agentes sublimaram a vida social na cidade e descreviam a situação como se a cidade não existisse esquecendo relações importantes como sua

localização. Essa forma de construir as territorialidades pelos seus significados econômicos retira dos modos sociais de espacialização sua importância. Para Claude Raffestin:

“É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (Raffestin, 1993:143).

Essa condição da “realização de um programa”; dos agentes que se “apropriam” e “territorializam” o “espaço”, é o primeiro passo a ser dado para que compreendamos a cidade de Manaus, pois justamente essa dinâmica construiu a cidade e suas relações em diversos momentos históricos. Ora os processos sociais e econômicos na cidade de Manaus, inclusive suas condições materiais de produção - relativas às situações de isolamento que eram afinal resolvidas, estava ligada a processos externos, passando pela exportação de produtos primários como a borracha e outros.

Em outros momentos Manaus voltou-se para seu entorno e passou, com poucas transformações das condições materiais de produção vigentes, a circunscrever e realizar-se a partir de seus agentes em relações econômicas locais. Movimento, períodos, escalas que Fernand Braudel (1987) chamou de transição entre “economia mundial” e “economias mundo” e que Henri Lefebvre lê em outra perspectiva teórica, mas que estamos usando para efeito de análise e compreensão em nosso trabalho, de “ordens próximas” e “ordens distantes” aprofundadas no capítulo anterior.

Identificamos seis momentos da história da Amazônia no capítulo anterior como importantes para a cidade de Manaus. O primeiro momento se dá com a chegada do colonizador à região amazônica. A cidade em si não existia ainda, mas a querela da localização e escolha do sítio para um ponto estratégico de controle do território é importante para entendermos questões posteriores sobre a localização de

Manaus. O segundo momento é o período de consolidação da presença de religiosos nas calhas internas dos Rios da Região Amazônica, suas formas de produzir e sua organização espacial a partir da escravização dos índios, especialmente ao longo do Rio Negro.

O terceiro momento é justamente o período de colonização onde há a escolha da calha do Rio Negro para a localização da capital da província, Vila de Mariuá (Barcelos), e posteriormente em função de questões políticas internacionais – disputa territorial entre Espanha e Portugal, e locais – a questão dos Jesuítas e o Estado português, a Fortificação é construída onde hoje está Manaus. O quarto momento é o ciclo da borracha que ocorre já com a cidade de Manaus como capital da província, do terceiro quartel do século XIX até a década de 1910 do século XX.

O quinto momento em nossa opinião é pouco considerado pelos autores que estudam Manaus. O período do recorte temporal de nosso trabalho, de final do ciclo da borracha ao início da Zona Franca de Manaus – de 1910 até 1970 que estamos considerando como um momento específico dado às circunstâncias da importância de Manaus para a escala local. Por fim, para os autores que enumerei antes, o que seria o quarto momento da cidade de Manaus, a Zona Franca, a Suframa com a implantação do Distrito Industrial de Manaus classificamos como sexto momento.

3.2 – Dos cenários do fausto ao renascimento dos ritmos da vida local.

A cidade de Manaus é talvez uma das cidades brasileiras, pelo menos das capitais dos Estados, a que tenha sua história mais influenciada, para o bem ou para o mal, pelas condições geográficas de localização do sítio e das considerações sobre sua posição em relação ao conjunto das outras condições que influenciam a dinâmica da construção dos seus espaços, abstratamente ou não, como por exemplo, as condições físicas – a bacia hidrográfica, dentre outras.

A rigor, se tomarmos sua localização na confluência dos Rios Amazonas e Negro, a poucos quilômetros do chamado encontro das águas de dois dos maiores rios do país, não seria o caso de nos sentirmos isolados, pois como sabemos em vários momentos da história de Manaus essa localização foi vantajosa.

Ocorre que hoje, e em tempos mais recentes, quando estas categorias, sítio e posição, são percebidas de múltiplas formas, culturais, econômicas, simbólicas, nosso imaginário abstrai e constrói uma imagem de isolamento, nos sentimos isolados, pois que o melhor caminho para chegar e sair de Manaus é o Aeroporto Eduardo Gomes⁵¹.

Na verdade apenas em relação ao tempo de deslocamento, ao tempo da vida como hoje se apresenta é que nos sentimos isolados. Não temos tempo a perder no tempo-ritmo da vida atual. Isso se reflete como negatividade em nosso imaginário.

⁵¹ Lembramos com essas reflexões iniciais de um seminário no IBAM na década de 1980, em que um Arquiteto e pesquisador dos problemas urbanos, fazendo pesadas críticas aos técnicos brasileiros, especialmente da academia e da Prefeitura do Rio de Janeiro, causou um mal estar no evento e por fim depois de muito criticar perguntou taxativo: Para vocês que estão Planejando e Gerindo tão mal o espaço urbano de uma cidade tão linda, eu pergunto; qual a melhor saída para o Rio de Janeiro? Ao que respondeu o Arquiteto e Urbanista já falecido, Carlos Nélson Ferreira dos Santos – Olha, a melhor saída para o Rio de Janeiro, que eu saiba, é a Avenida Brasil! Se o senhor conhecer outras, seremos gratos. O IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal é uma instituição privada de pesquisa e consultoria fundada no início da década de 1950 e que presta assessoria para gestores municipais de todo o Brasil.

Se para o bem ou para mal fomos influenciados pela nossa localização, guardamos, no entanto, os sentimentos, as memórias do isolamento, das distâncias sempre difíceis de vencer em função dos custos envolvidos nessa operação.

Se estivermos hoje, em Manaus, participando da vida econômica do Brasil de forma ativa, se temos uma vida social nos mesmos moldes e condições das outras capitais brasileiras é meramente por causa das complexas relações políticas, burocráticas e administrativas, implantadas lá nos anos finais da década de 1960 do século XX – os incentivos fiscais para nosso Polo Industrial Incentivado de Manaus. Um complexo e sensível parque industrial que em tudo depende da infinita prorrogação das benesses do Estado Brasileiro, em uma dependência sem fim do Estado do Amazonas para com essa situação⁵².

⁵² Queremos deixar claro que não somos contrários aos incentivos fiscais do Governo Federal ao PIM – Manaus, e à Zona Franca de Manaus. O que nos referimos é aos fatos que são consequentes social, espacial e políticos dessas condições impostas pela história a nós todos, que vivemos no Amazonas: uma prisão eterna de nossas inteligências, pois como temos sempre tempo de validade, que precisa ser duramente negociado, cotidianamente, com o Governo Central, com políticos de outros Estados, com Empresários, numa infinidade de teias que se estendem e constroem um conjunto de forças que nos carregam pelas revoltas correntes desse outro rio que nos banha, este obscuro rio, invisível, sem que vejamos as águas e saibamos como lidar com seus humores. Quando foram criados, os incentivos fiscais tinham uma aura de solução para graves problemas de isolamento, da inconsistência atávica do projeto civilizacional brasileiro na imensa Amazônia, além do que os tempos eram outros, os militares, sem nenhuma possibilidade naquele momento de serem questionados, e calcados por algo que por causa dos discursos ideológicos da Geopolítica, do “integrar para não entregar”; parecia coerente em escala nacional, puderam sem nenhum empecilho criar o projeto de “integração” da Amazônia ao resto do Brasil. Ocorre que hoje os tempos são outros, somos uma democracia, os Estados dentro do arranjo republicano tem seus pesos específicos e fica cada vez mais difícil negociar a eterna prorrogação dos incentivos, a não ser em condições de negociação e barganha política, dadas as fragilidades de nossa representação política, produto de tudo o que temos discutido neste trabalho. Estamos então, até hoje, sempre a depender de um futuro, incerto, que não nos concretiza como sociedade e nos deixa constantemente como porvir, como vida social que se concretiza no presente e não mais do que isso. Nossa vida social hoje está presa ao futuro até o ano de 2023, mas esse processo ainda tem muitos desdobramentos. Como no texto em Jornal de São Paulo, em outubro de 2011, onde a prorrogação dos incentivos fiscais é sempre vinculada a uma ideia de que não somos capazes de encontrar alternativas: “Se aprovada no Congresso, será a quarta prorrogação da política de incentivos fiscais à região. O modelo que sustenta Manaus foi criado em 1967, por meio de um decreto-lei que estendia benefícios fiscais federais às indústrias até 1997, com o objetivo de formar um parque industrial e comercial para permitir o desenvolvimento da Amazônia. Por seu afastamento dos grandes centros de consumo do País, o Estado não conseguia desenvolver atividades industriais. A renúncia fiscal do governo traria como contrapartida a criação de empregos e o aumento das receitas em divisas. Em 1986, o então presidente José Sarney prorrogou, pela primeira vez, o modelo até 2007. Em 1988, os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus foram prorrogados pela segunda vez, por meio do artigo n.º 40, das Disposições Transitórias da Constituição, até 2013. Em 2003, a Emenda Constitucional n.º 43, assinada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ampliou pela terceira vez o prazo, dessa vez até 2023” (O Estado de São Paulo/Economia e Negócios/25 de Outubro de 2011). De fato não conseguimos mesmo encontrar alternativas a essa amarração de Hefesto que nos acorrenta, a esse pecado original de estarmos longe. Mas sempre nos perguntamos, estamos longe de que e de quem? São claramente posições e localizações relativas, abstratas,

A posição que a cidade de Manaus ocupa nesse jogo da história que envolve as condições em que foram construídos os cenários mais gerais da desigualdade regional e dos problemas estruturais do Brasil é muito desfavorável e nossa crítica caminha nessa direção: não construímos as condições sociais necessárias para termos uma posição mais independente em relação ao Governo Central, tanto ao nível da atuação e da ação do Estado do Amazonas e menos ainda em relação à cidade de Manaus.

Como nos mostra Wilson Cano ao comentar sobre os processos históricos das desigualdades regionais brasileiras, o grande problema de nossas desigualdades regionais foram sempre relacionadas ao modo como cada uma das regiões se inseriu no processo mais amplo da história econômica do país. A grande dependência de processos fortemente marcados por sazonalidades e ciclos e por outro lado, pelo modo como cada um destes processos forjou nas escalas locais um desdobramento dos processos econômicos, desenvolvendo ou não uma mais forte ligação com as regiões mais desenvolvidas, influenciaram suas posições futuras:

“Na verdade, a maior debilidade do desenvolvimento das demais regiões brasileiras teve suas raízes em processos históricos distintos da ruptura 1929-1933, antes, portanto, da integração do mercado nacional e da instauração do próprio processo de industrialização que se deu a partir daquele momento. [...] No Norte essa debilidade de desenvolvimento se deu porque seu enganche mais importante com o comércio internacional ocorreu pelas exportações de borracha, cujo ciclo áureo, entre 1870 e 1912, foi drasticamente contido pela racionalizada produção gomífera feita pelo capital inglês na Ásia. Além disso, as relações sociais de produção ali predominantes (o aviamento) e a própria forma de produção da borracha extrativa, na selva, não permitiram a superação da crise com uma provável mudança na estrutura produtiva” (Cano, 2011: 147-148).

temos que construir um pensamento próprio, um conjunto de condições sociais, educacionais, e forma de dominar o conhecimento que temos e valoriza-lo porque o temos, e hoje, ele é um dos mais importantes conhecimentos da atualidade: a práxis de conviver com e na Amazônia. Só assim deixaremos de considerar heróis Deputados e Senadores sem expressão que defendem a prorrogação dos incentivos fiscais, e conseguem, sob quais condições não sabemos, e nos devolvem o discurso como elogio do Dom e da Dádiva.

A cidade de Manaus que hoje, dependente de benefícios fiscais para ter um determinado padrão de vida econômica, nem sempre dependeu desses benefícios. Em sua história, a capital do Amazonas teve sempre uma grande participação do Estado brasileiro para estar existindo, mas esse não é o problema em si. Mesmo em momentos em que não conseguimos estar atrelados a escalas mais amplas do mercado internacional ou nacional, conseguimos ter um conjunto de relações sociais e econômicas que nos permitiram constituir nossa vida na cidade. O nosso problema está justamente em reconhecer este período como importante e daí retirar aprendizados.

No período de tempo decorrido entre o final do chamado ciclo da borracha, por volta de 1912 até os anos finais da década de 1960, a cidade de Manaus passou por um conjunto de processos de formação de seus espaços e de suas dinâmicas da vida social no cotidiano que não foram homogêneos.

Essas diferenças, que surgiram em cada um dos períodos específicos que a cidade viveu, dentro desse longo tempo de 60 anos, tiveram a ver com a capacidade das relações sociais de produção no cotidiano de relacionar-se de transformar-se e adaptar-se encontrando soluções para seus problemas de produção e consumo, estando atreladas a diferentes escalas das relações econômicas e espaciais.

No início desse período, entre as décadas de 1910 e 1920 aconteceram muitas situações, de naturezas diversas e complexas que forçavam a sociedade, seus governantes, seus membros mais ilustres a tentar resolver quase que diariamente os seus problemas. Nesse momento, dadas às circunstâncias da migração interna de pessoas do interior para a capital, dos seringais até Manaus, levadas e levadas de nordestinos que aqui estavam para a extração da borracha vieram viver na cidade por não terem condições de voltar aos seus estados de origem. As especificidades desses migrantes eram muito parecidas: em sua maioria eram miseráveis e sem ter onde morar passaram a ocupar as partes mais periféricas de Manaus e seus igarapés. A saúde pública e a educação sofrem um impacto muito grande nesse processo.

Ao final do ciclo da borracha, após um primeiro momento de desespero, com fortes fugas de capital, e agentes que atuavam no comércio internacional da

borracha, as casas comerciais e os agentes que ficaram foram responsáveis por uma rápida mudança de estratégia em relação à produção para a continuidade de uma mínima normalidade da vida na cidade e no Estado do Amazonas: passaram a explorar a extração de outros produtos da floresta, ver a nota mais à frente.

Houve momentos, nessas décadas, em que a cidade estava envolvida com tão graves problemas sociais, espaciais, segundo os discursos de época, tanto nos jornais quanto nos relatórios oficiais nas mensagens dos governantes, que a vida praticamente se resumia a resolver o dia-a-dia, numa difícil equação que tinha suas variáveis consideradas de forma quase diária, tal o volume e a dificuldade dos problemas.

Entre as décadas de 1920 e 1930 as coisas tiveram uma melhora no que diz respeito às atividades econômicas, comerciais e de serviços, no entanto, a cidade passa a conviver com outros tipos de problemas que estavam relacionados à qualidade dos serviços públicos oferecidos, a quantidade desses serviços que não atendiam mais à população e principalmente a uma incapacidade que o Estado do Amazonas tinha no momento em suprir com arrecadação a quantidade de despesas que tinha que arcar e isso sempre deixou a vida no limite da pobreza e a vida cotidiana no limite de uma situação de descontrole.

Nesse momento de nossa história, quase toda a atividade econômica era comercial e as exportações de produtos extrativos estavam gerando um capital mercantil importante que depois ao longo do tempo irá fazer diminuir a dependência da renda geral da sociedade amazonense em relação ao poder público, que de finais da década de 1910 até esse período era o grande empregador no Amazonas.

Em relação ao conjunto da sociedade constituída que vivia no Estado do Amazonas, nesse período sua capital Manaus, já estava em uma posição de polarizar, centralizando em sua vida cotidiana, a maioria dos eventos importantes do Estado. Talvez por isso se identificassem, e ainda hoje o fazemos, os problemas do Amazonas como sendo os problemas de Manaus.

Entre as décadas de 1930 e o final da segunda grande guerra, por volta de 1945, às coisas já estavam mais consolidadas e já havia acontecido o prenúncio e

uma tentativa de um segundo ciclo da borracha, produto do esforço de abastecimento da matéria prima para os americanos durante a guerra que contou com financiamento externo e do Governo Central do Brasil. Ocorre que este processo acabou por ter reforçado no interior as relações de exploração de trabalho anteriormente existentes – o aviamento⁵³.

Por fim, entre as décadas de 1950 e 1960 a situação se estabilizou em toda a região amazônica, com algum crescimento de atividades industriais que já aconteciam desde finais da década de 1930 quando os exportadores de produtos da floresta conseguem montar em Manaus um pequeno, mas sólido conjunto de indústrias de beneficiamento dessas matérias primas extrativas, em especial o guaraná e a juta.

Nesse momento a cidade de Manaus passa a ter uma importância no conjunto de estratégias do Estado brasileiro visto que já havia desde o Governo de Juscelino Kubitschek, com a construção da Belém-Brasília uma tentativa de integrar a região ao resto do Brasil. Com o golpe militar em meados da década de 1960, passa a ter um grande valor a ideia de que a Amazônia precisava ser ocupada pois os interesses internacionais eram visíveis segundo as formulações do pensamento estratégico da Escola Superior de Guerra. A consequência dessa forma de pensar a importância da Amazônia se concretiza com a criação em 1967 da Zona Franca de Manaus.

O que talvez não tenha ficado totalmente explícito na forma de enxergar o processo histórico da cidade de Manaus até o momento é o fato de que não nos

⁵³ Essa tentativa que deu apenas parcialmente certo, de fato retomou e chegou até a aumentar a produção da borracha entre 1939 e 1943, o que aconteceu, no entanto, é que as casas comerciais e exportadoras de outros produtos como copaíba, andiroba, pau rosa, guaraná, madeira, dentre outras drogas da floresta eram os mesmos comerciantes que estavam mais aptos a empreender tal esforço, e, apesar de todos os esforços dos Governos brasileiro e americano para que este novo processo tivesse relações de trabalho na produção diferentes e em outras condições que não o aviamento, conseguiram barrar estas iniciativas, pois essa mudança atrapalharia seus outros investimentos e atividades extrativas que também se baseavam na mesma relação de exploração do trabalho no interior do Estado do Amazonas. Mais uma vez um esforço de produção em terras da Amazônia beneficiaria outros lugares do Brasil em melhores condições, dadas as circunstâncias das redes urbanas e produtivas já instaladas nos outros Estados da Federação; estamos falando da Siderúrgica de Volta Redonda que foi negociada no mesmo protocolo diplomático do novo processo produtivo da Borracha Amazônica.

preocupávamos em perceber os contextos específicos da relação entre infraestrutura e superestrutura, no sentido mesmo das relações que na maior escala da sociedade brasileira, e dela com o capitalismo como sistema mundial de organização da produção se interligavam, se influenciavam e formatavam as possibilidades de construção da vida no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus em seus diversos momentos.

Em um artigo de seu livro “Ensaio sobre a crise urbana do Brasil” Wilson Cano vai analisar a base e a superestrutura no Estado de São Paulo entre 1886 e 1929, justamente o período em que houve grandes transformações na sociedade brasileira em vários aspectos, no processo de industrialização, na cultura, nas formas de estruturação da atuação políticas das elites, dentre outros pontos, que, analisados nos dão pistas para perceber o modo de entendimento das realidades locais que vivemos em nosso Estado e em nossa capital à mesma época. Como essa leitura precisa ser sempre relacional, dialógica em conjunto sempre com o momento maior que passava o país, estamos então localizando a discussão para que possamos compreender nossos contextos.

O autor faz uma ressalva interessante sobre as formas como ele vai construir a sua análise, e nos diz que *“Assim sendo, a visão aqui adotada não será “dogmática”, mas sim uma visão de que no capitalismo, embora a base impulse modificações na superestrutura, não só há efeitos recíprocos desta em relação àquela, pressionando por “mudanças materiais”, como também determinações “horizontais”, no sentido de que há intradeterminações tanto na infra como na superestrutura”* (Cano, 2009: 210). E foi realmente o que aconteceu na sociedade brasileira e em especial na vida social da Amazônia. Após as crises das primeiras décadas do século XX, na Amazônia, foi necessário reconstruir a vida social a partir de uma realidade baseada no processo produtivo mais primitivo, o extrativismo com relações de trabalho exploradoras do aviamento.

Os que ficaram depois da crise, a elite comercial portuguesa especialmente, além de outros grupos étnicos também, tanto em Belém quanto em Manaus buscaram outras formas de produção, extrativistas também, baseadas do mesmo modo no aviamento e nas absurdas relações de exploração dos homens que dele

advinham, mas perceberam que teriam que não mais depender somente da exportação dos produtos in natura, e começa nesse momento um prenúncio de pequenas indústrias de beneficiamento tanto no Amazonas como no Pará.

Os momentos cruciais da história da cidade de Manaus foram justamente o do ciclo da borracha e o que vem imediatamente após. O primeiro porque ali começa de fato a vila a se transformar em cidade como vimos no capítulo dois, e o segundo porque essa sociedade que se formou e se constituiu antes é posta à prova em suas concepções de mundo, em sua forma de organizar-se e perceber os valores, a cultura e acima de tudo as estruturas mais importantes que foram expostas quase ao limite em função da crise que se abatia sobre todos. Como nos mostra Wilson Cano, se tivéssemos a sensibilidade para criticar o que estávamos vivendo, se tivéssemos tido as ferramentas necessárias de análise das realidades mais abrangentes teríamos pelo menos a possibilidade de compreender o que estávamos vivendo e nos constituiríamos a partir de outra perspectiva, pelo menos um pouco mais crítica:

“Lembremos que, no cenário internacional – no qual já estávamos inseridos –, a Segunda Revolução Industrial se consolidara nos países mais avançados, atingindo a fase do fordismo nos Estados Unidos. Automóvel, eletricidade, rádio, cinema e telefone promoveram fantásticas transformações, tanto na base como na superestrutura. [...] É esse o grande momento do crescimento das massas de trabalhadores, da expansão sindical e do início do *Welfare State*, ampliando também os direitos civis” (Cano, 2009: 211).

Nesse momento vivíamos a crise posterior ao ciclo da borracha. Na verdade esses momentos são anteriores no resto do mundo e no Brasil, mas nos estados da região amazônica estas benesses materiais, e ao mesmo tempo as superestruturas que aprisionavam as sociedades em um determinado modo de ver a economia e as relações de produção só foram percebidas de forma posterior. Não adiantava muito nos lamentarmos, havíamos sido excluídos do processo pelos nossos próprios exploradores, a Inglaterra se encarrega de nos colocar no mercado mundial e ao

mesmo tempo nos retirar dele⁵⁴. Mais adiante Wilson Cano comenta inclusive outras mudanças estruturais do capitalismo e do mundo que se formava:

“A notável expansão concentrada do capitalismo – que “recoloniza” o mundo periférico – promoveria também sua extroversão internacional nos países periféricos, para a conquista de mercados e posições econômicas. É o momento da luta concorrencial de grandes trustes e cartéis internacionais, da queda da hegemonia do imperialismo inglês, substituído, a partir do final da Primeira Grande Guerra, pelo norte-americano. [...] Essas transformações, sem dúvida, concorreram nos países avançados para o surgimento do modernismo, representado não só nas artes e na literatura, mas também na urbanização, que ganhava novas formas: Paris inaugurou o seu metrô em 1900; Gaudi iniciava a construção da Casa Milá em Barcelona em 1905; em 1919, era fundada a Bauhaus na Alemanha; nos anos 1920 surgiram os projetos modernistas de Le Corbusier; e em 1931, Nova York construía o Empire State Building, com 442 metros de altura” (Cano, 2009:211).

O que pode ser percebido aqui, e criticado é talvez a mesma confusão que apontamos no primeiro capítulo e que forjou todo nosso imaginário e nos força sempre a ter uma percepção de nossa história pela negação, pelo esquecimento, pelas ausências. A confusão entre a “base”, a infraestrutura que formata a sociedade no modo de produção capitalista e a superestrutura que a constitui também através do sistema jurídico, da propriedade reconhecida como um valor, além de outros elementos desse conjunto de categorias do capitalismo, nos seus modos de discursos explicativos do mundo e da sociedade; e que é lido como manifestação da modernidade.

Não queremos dizer que não se trata de movimentos da vida social que tenham como característica a modernidade, apenas nos aperceber, que em nosso caso, a sociedade estava fundada a partir de elementos simbólicos da modernidade,

⁵⁴ Presentes no Ciclo da Borracha desde antes dos momentos iniciais de seu auge em 1870 a Inglaterra, na verdade o sistema Bancário Inglês, ajuda a financiar boa parte das obras realizadas em Manaus a partir de 1890, mais tarde com nossa concordância leva para a Malásia as sementes da borracha e consegue implantar um plantio mais racional derrubando os valores internacionais do produto jogando a região em uma situação de desespero.

e mesmo elementos da tecnologia da modernidade, que geravam comportamentos e modos de vida, mas que, tudo isso, manifesto que estava como o novo, no fundo, ancorados em uma sociedade arcaica, que explorava o trabalho e a servidão do aviamento.

Compramos um modelo, importamos prédios inteiros pré-moldados que vinham do alicerce ao telhado da Bélgica⁵⁵, praças e seus equipamentos, coretos, meios-fios, calçamentos, tudo enfim importados de países europeus, que emolduravam a paisagem, e ali, bem ao lado, as toscas cabanas de cobertura de palha dos caboclos e indígenas a insistir em sua existência infeliz e miserável. Mas o que fazer, a cidade era “moderna” e possuía tudo o que as grandes capitais do Brasil e da Europa tinham, pelo menos do ponto de vista material. Só não tínhamos uma identidade, e continuamos a não ter nos anos posteriores ao ciclo da borracha, e fomos não tendo, e continuamos não tendo, e isso persiste e insiste em se manter e somos uma cidade que não valoriza sequer o que de maior valor possui sua natureza no entorno e meandros.

Ainda que tenhamos criticado seu texto, Wilson Cano nos esclarece e contextualiza de forma bem interessante além de sintetizar a época em questão de modo bem completo. Ele vai nos mostrar para o Estado de São Paulo e sua economia baseada na produção do Café, que no fundo o grande problema em questão era a identificação desse momento histórico da produção da sociedade paulista vista de forma homogênea, que não era o caso, nem na produção em si de um único produto e muito menos se identificar uma sociedade homogênea em sua superestrutura:

“Procurei mostrar que é equivocada a ideia de uma “monocultura cafeeira latifundiária” e que, na verdade, o “complexo cafeeiro paulista” constituiu uma economia muito diversificada, com a apropriação de seus frutos mais bem distribuída – impostos ao Estado, lucros e rendas ao setor privado e salários ao trabalhador – do que na maior parte do país. [...] Essa diversificação não se deu só

⁵⁵ Como é o caso do atual prédio do setor de tributos da Receita Federal no Porto de Manaus, que veio inteiro importado da Bélgica em 1901.

na economia; atingiu também a demografia, a ocupação e a urbanização, exigindo, portanto, profundas modificações da superestrutura. Tal pressão por mudanças, diante de um Estado e de elites conservadoras, explicitou seus conflitos através de vários movimentos sociais: greves, revoluções, modernismo cultural etc.” (Cano, 2009: 229).

Percebemos aqui que esse foi o problema da vida social, dos arranjos culturais, econômicos e burocráticos no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus. Nosso ponto fulcral dessa incompletude foi sempre o fato de que não tivemos diferenças, não nos diversificamos, não lançamos raízes fortes o suficiente para desenvolver todos os processos necessários à consolidação da passagem de uma sociedade apenas de renda mercantil para um processo de produção capitalista de fato, o que pelo menos teria gerado uma diversificação e uma identidade de classes no embate, nas diferenças e isso talvez tivesse gerado discursos críticos sobre o que vivíamos.

No momento em que nos dispomos a entender o que aconteceu, percebemos que tudo foi do modo que tinha de ter sido, além do mais não fomos os únicos a terem sofrido tais consequências desse processo histórico e geográfico tão intenso e brutal. Por outro lado, justamente outro tipo de choque existiu e existe entre duas percepções de mundo, entre duas formas de ver o espaço e o tempo da vida social, nos espaços da cidade e nas relações que são construídas cotidianamente. Os tempos e espaços da cidade, do ritmo acelerado da vida no capitalismo, medido, com claras regras de organização da vida social e o tempo e espaço da vida no interior, com suas dinâmicas próprias, com suas formas de organização das relações. Isso fica muito claro quando percebemos a diferença entre as duas expressões de vida vivida nas cidades do interior e em Manaus a capital.

Em um trecho do belo ensaio sobre Manaus de 1953, já naquela época Ab Saber apontava:

“Uma nota desagradável e relativamente de exceção em face das boas condições higiênicas gerais da cidade de Manaus é o acúmulo de lixo atrás do mercado, durante a vazante: cascos de tartaruga

gigantes, bagaço de cana e cascas de frutas são jogadas sem maiores cuidados na praia de estiagem. Espera-se que o rio suba de nível para arrastar os resíduos acumulados, o que positivamente é um fato absurdo. Daí a ronda calma e constante dos urubus, na zona do mercado e adjacências. [...] Tanto as grandes inundações como as vazantes extremadas acarretam problemas ao homem das zonas ribeirinhas, exigindo soluções especiais dos que são responsáveis pelas coisas públicas” (Ab Saber, 1953: 216-217).

Há que se guardar a distância em relação à década de 1950 com os dias atuais, ainda que o Geógrafo paulista tenha sido educado e generoso na descrição, a cidade de Manaus não possuía quase dois milhões de habitantes.

Manaus tem uma área construída muito grande em termos de extensão no território. São 29,5 Km de Leste a Oeste, do Lago do Puraquequara ao Igarapé do Tarumã; e possui de Sul a Norte 31,5 Km de extensão da beira do Rio Negro até a Reserva Adolpho Ducke, área do Governo Federal administrada pelo INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Como quase todas as maiores cidades brasileiras Manaus têm uma distribuição da pobreza muito misturada no espaço da cidade. Ao lado de bairros de gente mais abastada há favelas e ocupações de grandes proporções. Como a cidade é muito recortada por Igarapés e pequenos cursos de água, esses lugares de baixada são ocupados por uma população menos favorecida. Nos últimos anos há projetos de urbanização dos Igarapés do centro da Cidade – o Prosamim⁵⁶, que tem de certa forma modificado o ambiente urbano construído.

Há locais cuja organização e paisagens visuais se mantêm ainda com uma qualidade aprazível. O bairro da Ponta negra é um deles. Ocupando a parte Oeste da cidade de frente para o Rio Negro na foz do Igarapé do Tarumã, é bairro verticalizado e com grandes condomínios de gente muito rica.

⁵⁶ O Prosamim é um programa do Governo do Estado, na Gestão do Senador Eduardo Braga cujo objetivo é o “saneamento” dos Igarapés do centro de Manaus. O nome “Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus” já diz tudo. Na verdade o tal saneamento é questionável já que os Igarapés foram em quase toda a sua extensão canalizados. De fato, em algumas partes a nova paisagem urbana gerada é de melhor qualidade do que a anterior.

A população da cidade de Manaus hoje está próxima de dois milhões de habitantes. Há informações, na rede mundial de computadores, de que na previsão do lançamento de dados do Censo 2010 pelo IBGE a população atinja um total de 2.201.000 habitantes. Como sempre questionamos esses dados em função de conhecermos em outros momentos de nossa história de manipulação de dados da capital e dos municípios do interior por causa do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, mostraremos abaixo os números que temos segurança de estarem corretos.

Tabela 1 – Tabela da população da Cidade de Manaus.

Ano	População	Ano	População
1889	20.000	1960	154.040
1900	52.040	1970	311.622
1910	102.123	1980	633.383
1920	75.000	1991	1.011.501
1940	82.145	2000	1.405.835
1950	89.642	2005	1.565.709

Tabela 1 – Evolução da População de Manaus 1889-1950

Tabela mostrando as variações para mais ou para menos da população da cidade de Manaus entre os anos de 1889 até o ano 2005. Segundo o último censo do IBGE, nos dados preliminares a população de Manaus para o ano de 2010 é de 1.804.432 habitantes. Houve uma perda significativa de população entre 1910 e 1920 com posterior recuperação ainda que forma lenta.

Na face do Rio Negro que fica ao centro da Cidade, no Sul há bairros muito antigos onde é grande a presença de habitações palafíticas, sendo os Bairros de São Raimundo, Glória e Aparecida os mais importantes e populosos. Em seu texto já citado Ab Saber descreve de forma sintética a distribuição geomorfológica dos bairros:

“Alguns bairros, oriundos da fase mais recente de expansão da cidade, estão atingindo os níveis mais elevados do tabuleiro. O topo do tabuleiro possui a forma de extensa esplanada, marcadamente tabuliforme, enquanto os níveis altimétricos intermediários asilam colinas bem esculpidas que permanecem como que embutidas entre os largos desvãos do nível superior. Às praias de estiagem corresponde uma verdadeira *cidade palafítica*, das mais exóticas e pitorescas encontradas no território brasileiro. Por outro lado, o próprio rio, assim como principalmente os igarapés, asilam casas flutuantes que ficam à mercê do ritmo anual das águas, aproveitando-se dos mais rústicos espaços urbanos ainda existentes na zona central de Manaus. O centro da cidade, por sua vez, encontra-se nas “terras firmes” correspondentes ao nível dos terraços dos flancos dos igarapés. Exceção feita desses elementos tão variados, situados entre as altas margens do Rio Negro e a embocadura dos igarapés manauenses, os outros bairros da cidade estendem-se pelo sistema de colinas esculpido nos terrenos arenosos do tabuleiro pliocênico de Manaus. De modo geral, os bairros mais pobres e modestos estão nas praias de estiagem, nos flancos internos dos igarapés e no verso ondulado da barreira fluvial, enquanto os mais ricos envolvem a porção central da cidade, formando um cinturão irregular nas colinas de altitude média, dotadas de maior continuidade e suavidade de formas topográficas” (Ab Saber, 1953: 203).

A descrição é perfeita tendo apenas que ser retificada em função de algumas transformações que ocorreram nestes mais de cinquenta anos decorridos da visita que gerou o ensaio. A cidade flutuante que Ab Saber se refere como “*cidade palafítica*” foi retirada em 1966 no Governo do primeiro interventor do golpe militar o Professor Arthur César Ferreira Reis. As casas flutuantes já não existem mais como moradias e sim como flutuantes comerciais e de serviços. São raríssimos os flutuantes com habitações de famílias, e quando existem são na verdade mistos abrigando moradia e comércio ou serviços em geral relacionados às atividades náuticas. É mais comum a existência de flutuantes comerciais como postos de gasolina, lojas de conveniência e de oficinas de manutenção de motores e peças de barcos regionais e lanchas de luxo.

Há todo um processo que poderíamos identificar como sendo de diferenciações espaciais pela desigualdade, o espaço não seria somente diferenciado pelas suas qualidades intrínsecas, mas a partir de um processo de constante desigualdade de sua organização e de sua própria capacidade de geração de renda e de contribuir de forma técnica para o desenvolvimento da vida na cidade,

ao contrário, são espaços da pobreza, da deseducação em que o poder público contribui de forma bem direta para sua constituição dessa forma.

Desde a década de 1920, com os processos de migração das populações dos seringais que vieram para Manaus e passaram a ocupar os Igarapés, e o próprio Rio Negro em frente à cidade bem ao lado do Porto de Manaus, consolidou-se um processo de ocupação das áreas menos indicadas para a moradia, por sua insalubridade quando transformadas pelas densidades geradas pela ocupação e pela sua periculosidade por serem áreas sujeitas à sazonalidade de cheias e vazantes dos rios e igarapés.

Figura 13 – Imagem aérea da cidade flutuante em Manaus no ano de 1963.

A imagem mostra à frente do Centro da cidade que se formou na década de 1920. Ao alto da imagem à esquerda se vê a Praça dos Remédios. Fonte: Cartão Postal – Otoni Mesquita.

Milton Santos (1988) aponta diferenciações espaciais e afirma que há uma transformação em todos os níveis com reflexos na sociedade que vive e constrói por suas vivências os espaços de uso. São sempre intervenções, com sua natureza específica, políticas ou técnicas, mas que dão como resultado outro espaço, no

próprio lugar onde está a ação em questão. Com Manaus não seria diferente e poderíamos perceber em outro texto do autor estas implicações em outra escala, a das relações local-global:

“O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva. [...] Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre diferentes frações do território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão de firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial – e não mais nacional – dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucro graças à mobilidade internacional do capital, ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante. [...] É por isso que as diferenciações geográficas ganham uma importância estratégica fundamental” (Santos 1988:28).

Em Manaus a organização do espaço urbano se dá para a produção de mercadorias e não para a gestão do capital, especialmente do capital financeiro, não há em nossa opinião uma especialização dos espaços, não temos infraestrutura para tanto. O capital circula e valoriza determinados espaços. As classes valorizam suas vivências de acordo com suas capacidades de inserção na cidadania; nos espaços produzidos na cidade. Estes são produzidos seguindo a regra geral de “fixação do capital” em níveis que não são os dessas vivências, logo, não temos a capacidade de interferir na seletividade dos espaços escolhidos pelo capital para diferenciação, por mais que tenhamos com eles uma identidade cultural, histórica e social.

Há, entretanto, dois tipos de submissão. Às Leis urbanas que propõem determinado tipo de parâmetros para um modelo de urbanização e diferenciação espacial, criando tempos e espaços de uso da cidade específicos, e a submissão às

políticas públicas que propõem um determinado tipo de transformação do espaço nas cidades.

Somos submissos em Manaus da pior forma, copiamos o que foi feito de ruim em outras cidades e com um atraso enorme. Quando as soluções já foram até abandonadas em detrimento de outras mais adequadas à cidadania, aí nós copiamos o “modelo” de urbanização, o projeto de cidade.

Essas críticas são direcionadas ao processo de construção de nossa identidade urbana. Não somos capazes de gerar uma continuidade em nossa administração pública da cidade. Não somos capazes de administrar a cidade de Manaus de forma a percebê-la como um espaço da reprodução do capital. Mas essa não é justamente a intenção das elites locais? Então por que não conseguimos? Alguém lucra com isso? Somos incompetentes por absoluta falta de conhecimento da cidade e de suas particularidades sociais, econômicas, só conseguimos reproduzir - e da pior maneira, o espaço urbano e não cria-lo.

Márcio Souza já apontava isso na década de 1970, de uma forma um tanto amarga, mas apontava. Cremos que a crítica é válida, mas temos que perceber de onde vêm estes nossos caracteres culturais. A nossa história urbana, a nossa geografia ainda precisa ser contada. Há descrições dos processos de formação das cidades, mas estão presos a uma descrição da formação desses núcleos sem se preocuparem com a historicidade da formação.

Como citamos acima, Márcio Souza (2010) ao comentar sobre esse mesmo sentimento e percepção do provincianismo falando de artes e artistas, mas se aplica também à análise do poder público e da organização da burocracia do Estado nos dois níveis Estadual e Municipal:

“A cidade de Manaus, como província isolada e dependente, recorreu sempre a essa timidez, tornando-se uma população alienada culturalmente e mantida no abandono por esta desculpa sempre articulada: o isolamento nos constrange a aceitar nossa impotência. Mas frente a uma região de desafios, tão convidativa quanto o Oriente, Manaus faz estender o seu discurso pelo braço colonial, por entre os planos positivistas, sob os olhares selvagens. Um centro

que maneja a sua cultura como uma contrafacção necessária apenas para constar nos relatórios. [...] Curta memória, estrutura social arbitrária e castradora, eis a vocação aparente de Manaus. Como se faz um artista amazonense? Eis uma pergunta difícil de responder nessa mítica afetividade provinciana. Os exemplos pululam: Cláudio Santoro foi obrigado a despir-se da amazonidade para tornar-se o maior músico brasileiro contemporâneo; Tenreiro Aranha emasculou-se como poeta para vencer a escalada do funcionário público; Hahnemann Bacelar encontrou no crime e no suicídio uma maneira de iluminar de tragédia o pântano de seu trabalho reprimido; Thaumaturgo Vaz levou bofetadas de um governador; a lista ainda pode se estender por muitas páginas” (Souza, 2010:29).

Apesar da amargura o autor não deixa de ter razão. Aprofunda a sua crítica e vai mais além, mostrando que as origens históricas de tal situação têm raízes profundas em nossa cultura. Por fim ainda no seu “A expressão Amazonense” livro ainda da década de 1970, Souza nos mostra um painel duro e lúcido sobre essa nossa incapacidade de pensar a nossa própria cultura, as nossas cidades e acima de tudo os nossos valores como sociedade:

“Sabemos que a cultura portuguesa em sua empresa colonial nos trópicos não foi mero transplante; em grande parte foi obra de fusão, união da vivência mercantil lusitana com as coisas tropicais. Como afirma Capistrano de Abreu, Portugal não confiou a empresa colonial a homens de negócios; soube escolher homens próximos do poder político, militares, funcionários graduados, letrados, nobres menores e burocratas. A política do Marquês de Pombal, por exemplo, aplicava na Amazônia um sistema que reduzia a Capitania a um mero prolongamento produtivo do Reino, utilizando-se de maneira prática os conhecimentos operacionais conquistados pelos colonizadores no curto espaço de penetração. Assim, construíram fortificações, povoaram vilas e cidades e procuraram conquistar o elemento nativo para a ordem social da colônia” (Souza, 2010:28).

Ainda que Márcio Souza cometa um erro de interpretação sobre o fato de que a colonização tenha se dado de forma mais bem pensada pelos portugueses, o que não foi o caso, pois somente do Governo de Pombal em diante, meados do século XVIII, é que a administração foi pensada em termos de um controle maior da região através inclusive de políticas públicas específicas para a Amazônia. Antes o

processo foi sempre de resposta às demandas que iam surgindo e que ameaçavam o controle do território.

Esse processo foi longo e contínuo, de forma diferente das implicações da ocupação propriamente dita dos espaços que além de descontínua foi problemática, a formatação de um domínio social sobre os espaços naturais, depois vilas e por fim cidades teve um projeto muito claro de organização da sociedade local de forma servil. O Estado Português na Colônia e no Império, depois o Estado Brasileiro Republicano em seus vários formatos e épocas teve as mesmas atitudes com relação às sociedades e grupos locais. Cujas respostas foram sempre a mesma, submeter-se a uma percepção enganosa e desfocada dos interesses e intenções do colonizador ele próprio cometendo os mesmos erros de interpretação em relação aos processos mais amplos, de maior escala da vida social:

“A colonização portuguesa se agia com aparente imediatismo, cuidava para que esse assentamento fosse profundo, certo e objetivo. E é por isso que o grande trabalho de transculturação da Amazônia pela colonização portuguesa é ainda hoje um fenômeno mais expressivo e duradouro. [...] O equilíbrio do mercantilismo na Amazônia dura enquanto pode, quase cinquenta anos de rotina e recuos, com soluções vindas de cima para baixo, até que uma crise administrativa e econômica se instalará. O Amazonas desgarra-se e os sucessores de Lobo D’Almada não são capazes de solucionar os novos desafios. Recorrem às taxas excessivas sobre os produtos naturais e cultivados, fazendo recrudescer a velha diferença entre caboclos e brancos e levando a província à decadência” (Souza, 2010: 18).

Essa decadência acabou por deixar de lado um conjunto de medidas e propostas por Lobo D’Almada que era de fato um dos poucos homens de visão desse período colonial na Amazônia. O militar português havia conseguido um tênue equilíbrio entre as ações do Estado Português e os agentes locais que se opunham pelo menos na força ao domínio de Portugal. Como era homem de ação conseguiu produzir frutos que foram reconhecidos por todos, especialmente as lideranças que eram responsáveis pelas forças militares mesmo, produto da junção de portugueses, militares quase sempre, com índios em geral pelo casamento. Estes ameaçavam a

ordem da Colônia que Lobo D'Almada com muita dificuldade tinha conseguido conter. O afastamento do militar português, que não era bem quisto na Província do Grão-Pará levou à instabilidade na Comarca do Alto Amazonas:

“O século XIX começava com o Amazonas abandonado e sem perspectiva, uma terra que tinha sido uma espécie de laboratório agrícola florescente, com entreposto em Barcelos, cidade do médio Rio Negro que centralizava a administração colonial. Do Rio Negro havia saído o Café para o Rio de Janeiro e São Paulo, mais tarde a monocultura mais importante, o sustentáculo da monarquia brasileira. Agora, no despontar do novo século, o Amazonas era um reflexo passivo dos jogos internacionais e vítima da intolerância fiscal da metrópole. [...] Desde o fim do século XIX, a sociedade brasileira vinha sofrendo um processo de adaptação, em nível, estamental e sociocultural, aos sistemas institucionais tomados da moderna civilização ocidental. Este trabalho de reproduzir a ordem econômica interna, numa cópia das nações avançadas, provocava crescentes fracionamentos no poder. Durante o “ciclo da borracha”, esse processo tolhia-se pelos nexos de dependência com a velha ordem senhorial herdada da colônia, que já tinha um espírito capitalista voltado para a exportação, mas não podia contar com o mercado interno” (Souza, 2010:28).

O que Márcio Souza está observando é interessante para que possamos compreender o papel que a cidade de Manaus teve em diversos momentos por que passou nos ciclos econômicos extrativos. A migração sempre exerceu uma forte pressão em relação às questões sociais. Manaus não recebeu diretamente os migrantes nordestinos na primeira fase da borracha. Os migrantes foram dirigidos diretamente para as calhas dos rios em que havia seringais. O Estado do Acre recebeu a maior parte dos migrantes nesse primeiro momento.

Essa situação debilitava qualquer possibilidade de avanço nas demandas sociais já que o trabalho já começava com o seringueiro em dívida. Por sua vez, o dono do seringal também já estava em dívida com os comerciantes das duas grandes cidades, Manaus e Belém e por fim estes ficavam em dívida com os banqueiros e investidores Ingleses, Americanos e Alemães.

E continua Souza, mostrando que no plano político nacional a situação do Amazonas só piorava ainda mais a frágil estrutura interna do Amazonas, dentre os vários motivos pela fraca representação política e pela débil estrutura de classe e cultural da elite local.

“A estrutura social da exploração da borracha integrava-se suavemente a esta condição ruralizada do capitalismo, e nunca se mostrou anacrônica. Quando veio a depressão, o “setor novo” da sociedade nacional, que havia suportado as manobras sob fortes pressões morais e psicológicas, recebia o sangue novo do mercado interno criado pela crise internacional do capitalismo durante a I Guerra Mundial. Justamente na década de 20, depois de Eptácio Pessoa, o Governo Federal, que se mantivera sempre surdo aos apelos de industrialização, é obrigado a rever suas posições e reconhecer a realidade industrial. O coronel amazonense, que já estava despojado de seu domínio, descobre uma anomalia econômica em 1920. [...] E nos novos papéis econômicos emergentes, o Amazonas não encontraria maneira de atuar: era um quintal abandonado. Quando o governo de Rego Monteiro caiu, veio à tona todo o constrangimento dessa situação inesperada. Sem um lugar definido dentro da sociedade nacional, que agora se transformava em única alternativa, o Estado entrava em letargia. Se o Tenente Ribeiro Júnior pretendia inaugurar no afastado Amazonas a avalanche de mudanças que estava tirando o país do atoleiro latifundiário, abrindo as portas para novas manobras do imperialismo, o Amazonas mantinha-se verdadeiramente à margem e tomava o golpe como uma solução desesperada. [...] O movimento tenentista limpava o país dos ranços da velha república positivista, das ideologias de sacristia e punha incertezas nos bastões conservadores. Mas o Amazonas, com seu processo semifeudal estagnado, não podendo concorrer com as manobras do mercado internacional, contra os seringais racionalizados, entrou em colapso e ficou perseguindo o sonho do extrativismo. A mais dolorosa melancolia: ter de refletir de maneira opaca a luta da burguesia brasileira pelo poder, quando somente sabia refletir os contornos culturais europeus para o consumo colonial” (Souza, 2010: 161).

Este momento a que se refere Márcio Souza já foi comentado mais anteriormente quando citamos Wilson Cano (2009). Vale lembrar que todo esse processo se deu em função das desigualdades geradas pelos processos históricos da formação do território brasileiro. Tamanho desproporcional, elites regionais fragilizadas, e especialmente no Norte, no momento em que a região pôde contribuir para o país foi duramente explorada e não formou elites esclarecidas, diferenciações

de classe necessárias e uma percepção do que seria a importância da diversificação da produção baseada em uma organização do trabalho mais coerente com os valores de reconhecimento dos homens. Região sempre explorada da pior forma, inculta em suas percepções do mundo o resultado foi desastroso:

“Enquanto o Sul amadurecia, promovendo a manifestação interna da economia competitiva, inicialmente de uma maneira tímida, e, depois com rápidas mudanças, num processo que se completaria em 1930, os amazonenses viviam mergulhados no delírio da monocultura, com uma estrutura tão antiga que só, por um milagre de mau gosto, pôde se manter durante trinta anos. [...] Esta defasagem constante e tão característica da experiência amazônica oferecia amargos frutos. Quando os coronéis acordaram do delírio e tentaram uma aliança, mesmo precária, com as classes hegemônicas no poder, sentiram que o panorama era outro e exigia funções novas para o extrativismo. A elite amazonense não possuía alcance ideológico para preencher esta exigência, nem o Brasil possuía recursos para mudar a órbita da região rumo a uma trajetória de autos sustentação semelhante ao fenômeno sulista” (Souza, 2010: 162).

O “ciclo da borracha” está documentado, as taxas, preços, quantidades produzidas, tabelas, valores. As ruas de Manaus estão documentadas, fotografadas, as relações de trabalho, a construção das paisagens, está tudo lá. Porém, na verdade está tudo como que catalogado, e não analisado, é claro que não falamos de todos os autores, não temos essa pretensão, e nem de todos os campos do conhecimento.

Na medida em que pensamos nos autores mais antigos e nos que escreveram da década de 1990 para cá, percebemos que os recortes ficam mais interessantes do ponto de vista das relações entre o objetivo como relação e o que é subjetivo como imaginário. O que é cultural contribui para as territorialidades, assim como o que é econômico; pensamos, no entanto, que não podemos comparar o Dr. Djalma Baptista com o Prof. Dr. José Aldemir, pois as ferramentas teóricas e metodológicas foram diferentes de autor para autor.

Há leituras que reificam o econômico como se o “social” fosse a variável frágil do sistema e o econômico (“O Ciclo...” – “A Zona Franca...”) fosse a variável forte e

determinante. cremos que essa determinação fez com que em relação aos anos 1910 e 1970 não surgissem muitos trabalhos sobre o período porque ele não é considerado importante economicamente. Mas as relações estão lá, aconteceram e construíram o território e as territorialidades.

Há momentos de nossa análise que temos de caminhar pelo cultural (cultura como manifestação de um imaginário social, culinária, artes, folclore, etc.), ora teremos um caminho mais facilitado pelas relações do trabalho. Em outros momentos nosso caminho se dá pela circulação e trocas de mercadorias entre Manaus e o interior, ou seja, esses Territórios e territorialidades vão se construindo dentro de camadas analíticas que ao serem relacionadas, vão construindo nossos espaços sociais.

Em função do longo período em que a cidade de Manaus esteve longe dos processos nacionais e internacionais da produção e circulação de mercadorias, como uma cidade quase totalmente imersa nas escalas locais de produção e circulação de bens e serviços, alguns autores consideram esse processo como uma estagnação, uma crise social, e vemos que na verdade, não há de fato essa crise, a cidade e seus agentes estavam realizando os processos sociais históricos que lhe cabiam naquele momento específico, inclusive consolidando uma relação territorial com outros lugares da Amazônia, Brasil e América do Sul. Há uma leitura equivocada e unívoca sobre a cidade de Manaus no que diz respeito à vida social no período entre a década de 1910 e a de 1970.

No primeiro caso, há uma mudança de estruturas do processo econômico local de fato, mas que não representa uma “estagnação” da vida social, uma crise sim, no que diz respeito à vida econômica, mas não uma “morte” da vida social, da cultura, da vida econômica como um todo.

O governo militar já preparava a cidade para transformações mais profundas de longo prazo, dotando-a de lugares de gestão administrativa ao nível do Governo Central - Comando Militar da Amazônia [1968] /Base Aérea de Manaus [1957] - dos territórios necessários ao processo de ocupação da Amazônia, tendo Manaus como centro irradiador desta política, portanto um lugar geopolítico por concepção. A Zona

Franca de Manaus foi apenas mais um destes processos, o principal, mas um dentre outros.

No segundo capítulo, construímos uma análise de como se deram os embates espaciais, territoriais, culturais entre alguns dos agentes que participaram da formação de Manaus. Até o momento, estamos em um processo de reflexão sobre as consequências nos espaços da cidade desses processos, especialmente no que diz respeito às relações da cidade com a água e da cidade com sua localização – quase o centro geográfico da floresta amazônica. Cabe a partir de agora começar a construir um painel com alguns dos fatos que nos mostraram ao longo dos anos em que medida podemos entender a sociedade e a vida social do Amazonas e de Manaus como sendo as atitudes, comportamentos e valores que transformaram Manaus em cidade do esquecimento.

Figura 14 – Obras do Porto de Manaus em 1901.

A Imagem mostra as obras do Porto de Manaus em 1901, na época de vazante do Rio Negro. Observar a escala de altura do muro de arrimo e contenção em relação à escala humana. Fonte – Relatório de Viação e Obras Públicas do Governo Republicano / 1905.

Após a cidade de Manaus ter sido transformada por todas as intervenções em sua estrutura urbana, arquitetônica e por certo o próprio comportamento social de seus habitantes, pelos anos iniciais do século XX, o Brasil passa por momentos de definição de suas fronteiras com alguns países, especialmente a Bolívia, na disputa pelo território do Acre.

A cidade de Manaus passa a ser importante base de localização das comissões que procuraram resolver estas demandas diplomáticas. Em uma destas missões o jornalista, escritor já reconhecido e engenheiro militar Euclides da Cunha chega à cidade nos últimos dias de 1905.

Euclides da Cunha aporta em Manaus como chefe da Comissão de Reconhecimento e Exploração do Alto Purus, em suas duas estadas entre dezembro de 1904 e abril de 1905, e depois na volta de sua missão entre setembro e dezembro de 1905 ele pouco passeia por Manaus. Reclamava do clima, teve não muito boas impressões das pessoas. Suas primeiras palavras sobre a cidade e a região não são elogiosas, porém à medida que a penosa estadia vai se concretizando começa a compreender um pouco mais as dinâmicas da vida social.

Em pleno auge do ciclo da borracha, Euclides da Cunha percebeu e anotou muitas situações interessantes. Em carta⁵⁷ para Afonso Arinos ele percebe a grande quantidade de pessoas de países diferentes na vida urbana de Manaus. Refere-se à cidade sempre em um tom bastante crítico, mas reconhece que se surpreendeu com a organização da vida na cidade e da própria presença do Estado e dos representantes legais do país em um lugar tão isolado. A sua estada em Manaus segundo Robério Braga (2002) acabou por estender-se além do que esperava. No

⁵⁷ Mesmo depois de um tempo na cidade Euclides da Cunha ainda reclamava do clima e fazia críticas às vezes diretas outras veladas aos que tinham descrito Manaus e seu clima em outras épocas. Nessa carta a Afonso Arinos ele chamará a cidade de “capital de seringueiros” além de comparar as nacionalidades presentes na cidade e seus hábitos: “Somente hoje posso mandar-te uma breve notícia – tais as atrapalhões, tais os embaraços que me salteiam aqui nesta ruidosa, ampla, mal-arranjada, monótona e opulenta capital dos seringueiros. Escrevo-te doente, este delicioso clima do ilustre e ingênuo Bates, resume-se num permanente banho de vapor – à noite, pela madrugada, pela manhã, durante o dia todo em que reina a canícula, livremente oscilando de 29 a 30°. [...] Felizmente a gente é boa. Em que pese o cosmopolitismo desta Manaus, onde em cada esquina range o português emperrado ou rosna rispidamente o inglês e canta o italiano – a nossa gente ainda os suplanta com as suas belas qualidades nativas de corações – e, certo, uma das minhas impressões de sulista está no perceber que o Brasil ainda chega até cá” (Cunha apud Braga, 2002: 42)

primeiro momento ficou à espera da comissão peruana que custou a chegar, além de ter reclamado em cartas a amigos no Rio de Janeiro da pouca receptividade dos governantes locais.

Hospeda-se em um chalé rústico do Engenheiro Alberto Rangel, já quase nos limites da cidade de então, o imóvel era descrito pelos que conviveram com o também escritor e autor de “inferno verde”, como uma espécie de casa de campo. À época a cidade de Manaus na direção Sul-Norte ia somente até o novo Cemitério de São João, e dali um pouco mais para norte e leste seguia-se um conjunto de ruas, morfologicamente arrumadas em uma quadrícula ortogonal, bairro conhecido como vila municipal. Área ainda hoje aprazível, com ruas largas e arborizadas, se tornou elitizado, especialmente por suas características do parcelamento do solo em que as glebas foram subdivididas em lotes de grande dimensão, e que se prestam de forma perfeita à verticalização.

Em suas observações de uma cidade que estava à época em plena transformação e ebulição Euclides da Cunha deve ter ficado chocado e extremamente irritado com o que viu. Se por um lado, os que comentam e estudam suas obras nos mostram que havia uma forma bem clara na sua maneira de analisar a vida social, por outro o rígido Engenheiro Militar tinha razões suficientes para ficar amolado.

A cidade de Manaus vivia àquela época, meados da década de 1910 um processo intenso de migração, sua população em 1900 era de 52.040 habitantes e uma década depois já havia quase dobrado, eram 102.123 habitantes. Esse processo que foi contínuo durante a primeira década do século XX deve ter deixado desnorteado o positivista e republicano Euclides, que cria piamente nos preceitos positivistas da própria bandeira nacional “Ordem e Progresso”.

A “ordem” Conteana tinha tudo a ver com uma organização da sociedade baseada na racionalidade e nas relações republicanas, na “res-publica” clássica e não admitiria uma sociedade de aventureiros, de pessoas que estavam claramente a construir um conjunto de relações não tão sólidas quanto deveria supor Euclides da Cunha para o Brasil naquele momento, por motivos inversos, o mesmo sentimento de angústia que deve ter tido com Canudos. O “progresso” excessivo e sem “ordem”

deve ter sido complexo de compreender em Manaus; o inverso da “ordem” excessivamente pia e religiosa sem “progresso” do arraial baiano.

As instáveis circunstâncias de uma cidade em constante crescimento, as tênues relações das pessoas das mais diversas etnias com os espaços, o controle talvez muito pouco eficaz do Estado sobre as convivências sociais dos grupos de pessoas constantemente a chegar e a exigir respostas às suas demandas que nem sempre eram atendidas pela simples falta mesmo de condições materiais para tanto, tudo isso criava sentimentos de tensão, como afinal também criou em outros escritores e literatos que escreveram sobre a Amazônia na mesma época.

A ideia de modernidade estava sempre deslocada, estava sempre em uma fronteira pouco clara e sempre muito fluída, por isso a elite da cidade buscou com tanta premência a construção, que Otoni Mesquita (2009) chama de “refundação”, de uma nova cidade. Chega a ser visualmente estranha a imagem do Teatro Amazonas imponente em sua escala monumental em um espaço ainda não totalmente dotado de infraestrutura.

A imagem que vemos abaixo é anterior à estada de Euclides da Cunha em Manaus. Vemos o Teatro Amazonas em seu contexto urbano um pouco antes de ser concluído. O que está em seu entorno também passa por um processo de transformação dos espaços urbanos. Nessa época, finais do século XIX e anos iniciais do século XX o centro da cidade de Manaus e seu entorno imediato foi totalmente reformulado, nos seus traçados e nas suas infraestruturas instaladas.

Figura 15 – Obras do Teatro Amazonas em 1895.

A imagem mostra o imponente Teatro Amazonas com as obras de adaptação do seu entorno à sua escala monumental. Ao fundo do Teatro, à direita na Imagem, o aterro do Igarapé do Espírito Santo já quase concluído faltando apenas as obras de urbanização da Avenida Eduardo Ribeiro. Fonte – Humberto Barata Neto / Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas.

A modernidade nesse caso só podia mesmo ser um cenário, uma vitrine que zelosamente as elites locais mostravam com gosto a todos os visitantes ilustres, e parece esse não ter sido o caso de Euclides da Cunha que além de reclamar muito de tudo comenta com muita razão:

“... caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, e ali, salteadamente, entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do yankee espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Gand” (Cunha apud Braga, 2002: 43).

A cidade mesmo passando por momentos de pujança econômica, assim como o Estado de que era capital vivia muitas contradições e das mais diversas naturezas, econômicas, sociais e até morais justo porque era um espaço social

ainda em transformação e consolidação. O intelectual amazonense Robério Braga em um belo exercício de imaginação literária⁵⁸ questiona sobre as impressões que teria tido Euclides da Cunha se porventura tivesse participado mais da vida de Manaus nos meses em que lá ficou.

Pensamos que o resultado retrata bem o que era a vida de Manaus à época, com uma grande multiplicidade de comportamentos ao mesmo tempo. O trecho retrata dos sentimentos de pertencimento à cultura europeia ao mais extremo ato de repulsa moral na oferta de crianças para o trabalho doméstico.

O mundo estava mudando, o controle social era tênue na Europa e no mundo civilizado. Em países como a Inglaterra a situação da classe trabalhadora descrita por autores mais críticos era insuportável algumas décadas antes (Engels, xxxx) não conseguimos nem imaginar como seria em Manaus.

⁵⁸ A cidade descrita por Robério Braga está em constante mutação, por volta de 1905 a cidade de Manaus, talvez estivesse mesmo perto da floresta, como afinal ainda hoje está, há o verde em todos os lados da cidade, a pouco mais de 60 quilômetros de Manaus ainda se embrenham na mata para caçar, os que ainda praticam a caça como um esporte de aventura, se é que poderíamos considera-la como um esporte dentre os muitos outros esportes de aventura que se praticam nas matas próximas a Manaus. De outro modo, o adjetivo “pacato”, que denota um estado, nos parece exagerado, pois de fato com as características conhecidas de Manaus para essa época a cidade não tinha nada de pacata, é só vermos os relatórios dos Presidentes à época para percebermos uma preocupação com a segurança dos cidadãos. O texto, no entanto tem um forte poder de descrição da cidade que segundo Braga “Era uma cidade pacata, sombreada, de floresta próxima, com pouco mais de 52 mil casas, sendo que destas mais de 30 poderiam ser consideradas urbanas e 21 suburbanas, a indicar um crescimento que vinha desde 1900, na esteira comum da atividade econômica que a borracha propiciava. [...] Inquieto em voltar-se para o Brasil e instalado, podemos assim dizer, no coração da Amazônia tão fantasiada, não deve ter apreciado os anúncios de jornais dando conta da temporada lírica do Teatro Scala de Milão, nem os ensaios do Teatro Avenida de Lisboa, com a mágica *A Gata Borralheira*, e com a programação de Sarah Bernhardt, de Paris. [...] O que terá pensado dos anúncios classificados em que Joaquim França Júnior se propunha a ensinar piano e canto, instalado no *Hotel Cassina*, que hoje cai aos pedaços com a angústia de todos nós, impotentes ante a sanha destruidora do nosso patrimônio arquitetônico? Como terá compreendido as afinações do piano por Carlos Witte, naturalmente, à luz do sol, em quase todas as esquinas da cidade. [...] Que terá refletido dos anúncios de empregos domésticos para meninos de 10 a 14 anos de idade, ou do combate da Maçonaria aos frades estrangeiros e às ambições políticas de instituições civis? [...] Terá ele fugido à moradia silenciosa da vila Glicínia, para assistir, no Teatro Amazonas, à empresa espanhola de Joca Carvalho, com o maestro Romeu Dionesi? Ou terá ficado ilhado naquele recanto aprazível do Bairro do Mocó, hoje Adrianópolis, em razão da greve dos boleiros dos carros de luxo da cidade, que sofriam prisões e multas por descumprirem a vontade da polícia administrativa de então? E pelo mesmo motivo, terá faltado ao leilão de ricas jóias e móveis, promovidos pelo agente Camilo Ramos? [...] Terá assistido ao desfile do pomposo carro alegórico do Clube dos Terríveis no carnaval daquele 1905, ou terá preferido meditar sobre a opinião da imprensa na questão da desincorporação do Acre no nosso território? Ou mais, como terá visto a chegada do vapor Itaperuna, conduzindo deportados do Rio de Janeiro, brasileiros, portugueses, italianos, espanhóis e alemães, que seriam vendidos no rio Purus?” (Braga, 2002: 86-87).

Imaginamos que ao contrário, viver mais da vida na cidade, se isso tivesse ocorrido, talvez tivesse despertado ainda mais os sentimentos em Euclides da Cunha de rejeição ao que estava presenciando. Estas especulações são apenas para tentar mostrar que havia diferentes formas de perceber o que estava acontecendo na cidade de Manaus naquele momento.

Ainda que Robério Braga talvez estivesse sendo irônico em alguns momentos, imaginamos que pode ter havido um pouco de orgulho ferido do amazônida sendo criticado tão duramente pelo intelectual da metrópole, ainda mais que algumas páginas depois em seu livro “Euclides da Cunha no Amazonas” ele vai citar outros autores que retrataram a cidade de Manaus de forma inversa a do intelectual carioca.

Os sentimentos envolvidos nas análises sobre a vida na Amazônia naquele período são de fato confusos. Não foram poucos os autores que ao mesmo tempo em que exaltavam a força dos homens que construíram uma cidade daquele porte em plena selva, criticavam o abandono em que aquela sociedade se encontrava. Os discursos e a interpretação de Euclides da Cunha sobre aquele momento “épico” podem ser sintetizados no ensaio “o caucheiro” de seu livro “À margem da história” onde constrói com grande poder de síntese e maestria um dos personagens dessa cruel história:

“O Caucheiro é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia. É o homúnculo da civilização. [...] Mas compreende-se esta antilogia. O aventureiro ali vai com a preocupação exclusiva de enriquecer e voltar; voltar quanto antes, fugindo àquela terra melancólica e empantanada que parece não ter solidez para aguentar o próprio peso material de uma sociedade. Acompanha-o, em todas as conjunturas da sua atividade nervosa e precipitada, o espetáculo das cidades vastas, onde trilhará um dia transformando em esterlinos o *oro negro* do caucho. Dominado de todo pela nostalgia incurável da paragem nativa, que ele deixou precisamente para a rever apercebido de recursos que lhe facultem maiores somas de felicidades – atira-se às florestas; enterreira e subjuga os selvagens; resiste ao impaludismo e às fadigas; agita-se adoidadamente, durante quatro, cinco, seis anos; acumula algumas centenas de milhares de soles e desaparece, de repente...[...] Surge em Paris. Atravessa em pleno esplendor dos teatros ruidosos e dos salões,

seis meses de vida delirante, sem que lhe descubram, destoando da correção impecável das vestes e das maneiras, o mais leve resquício de nomadismo profissional. Arruína-se galhardamente; e volta... Reata a faina antiga: novos quatro ou seis anos de trabalho forçados; nova fortuna prestes adquirida; novo salto sobre o oceano; e quase sempre novo volver ansioso em busca de fortuna perdida, numa oscilação estupenda das avenidas fulgurantes para as florestas solitárias. [...] A este propósito correm as mais curiosas versões em que se destacam famosos caucheiros em Manaus” (Cunha, 1975: 72).

Podemos ter o ímpeto de imaginar que estes eram causos contados como existem muitos em circunstâncias históricas e sociais de frentes pioneiras e de expansão como do ouro, da prata e de pedras preciosas. Porém, mesmo que se possa retirar daí um pouco do peso da aventura, da violência, da exploração e do desperdício de vidas humanas, por certo, do que fica como tênue versão romanceada de nossa história amazônica justifica a assertiva de Euclides em afirmar que talvez a Amazônia fosse uma “terra melancólica e empantanada que parece não ter solidez para aguentar o próprio peso material de uma sociedade”.

Um pouco mais tarde, já no início da década de 1910 com certos prenúncios de uma crise que se avizinhava com algumas alterações no preço da borracha no mercado internacional e decréscimos de produção e exportação em alguns anos seguidos, o que afetava a balança comercial do Estado, a população de Manaus ou não suspeitava por imaginar viver um sonho perfeito ou estava de fato desinformadas da real situação da produção da borracha no oriente e das próprias transformações políticas por que passava o mundo.

Creemos que nenhuma das hipóteses é verdadeira. O sonho do fausto já havia se desfeito e a própria vida urbana na cidade de Manaus já era considerada um problema complexo de ser equacionado. Por outro lado, havia no Estado do Amazonas uma imprensa bastante ativa e organizada, em quase todos os casos havia nos jornais circulantes uma grande quantidade de informações sobre os mais variados assuntos, e não só em Manaus; no interior, por exemplo, o jornal “A Gazeta do Purus” editado em Lábrea e de circulação diária tratava não só dos interesses dos produtores e comercializadores da borracha, mas também de assuntos da

capital Manaus e de outros Estados, dos movimentos dos portos, das taxas de atracação dos barcos, dos impostos, dentre outros assuntos.

A cidade possuía uma já consolidada infraestrutura urbana, bairros bem arrumados quanto ao desenho de sua morfologia e acima de tudo serviços com uma razoável eficiência. A Manaus de 1910 era uma grande cidade para os padrões do Brasil, que à época possuía apenas 10 cidades com mais de cem mil habitantes.

Figura 16 e Figura 17 – O Carnaval de rua em Manaus em 1913.

As imagens mostram o animado carnaval de Rua de Manaus no início do que seriam os anos de crise da borracha, 1913. Fonte: Livro A Ciência a Caminho da Roça.

O carnaval de 1913 foi animado como nos mostram as fotos acima realizadas em Manaus pelos membros da Expedição de Cientistas que viajaram para o Estado do Amazonas à época, para estudarem a situação das endemias que assolavam a região amazônica naquele momento.

Período de transição em que já havia movimentos sociais de trabalhadores contestando as condições e as relações de trabalho na cidade de Manaus. Período em que também a própria elite local já começava a estar preocupada com as constantes repetições de números negativos do valor da borracha nos mercados internacionais, Manaus vivia um período de transição e de ebulição social.

Nesse ano, as imagens nos mostram muita animação nas ruas, os cafés lotados, pessoas com lança-perfumes, carros enfeitados nas ruas, tudo isso traduzia um sentimento de pertencimento a um momento histórico bastante peculiar. Como

havia percebido Elizabeth Agassiz em 1865, Manaus era uma cidade das oportunidades, e segundo a autora “possuía também uma mistura de raças e etnias que era impressionante” para a época.

Nas fotos acima quando analisamos a imagem do carnaval em um café da capital do Amazonas, percebemos que Madame Agassiz tinha certa razão, é só perceber a diversidade de tipos de pessoas no mesmo ambiente no que aparentemente seria um ambiente, pelo estilo da decoração e das roupas, com alguma sofisticação.

Mas nem tudo eram flores. Os próprios médicos, cientistas locais, e os que visitavam a região já alertavam para a discrepância entre os modos de viver na cidade de Manaus e a realidade do interior inóspito das selvas de onde se retirava a riqueza que construía e financiava o fausto da vida na agora bela capital do Amazonas.

Há nesse momento no Brasil uma discussão muito importante sobre a situação da saúde pública, e esse tema estava relacionado ao modo de vida das pessoas em todos os ambientes, tanto os ambientes urbanos como os ambientes rurais. Há relatórios sobre visitas bem anteriores às comissões dos médicos mais famosos como Oswaldo Cruz, Vital Brasil, em que estudantes de medicina, por volta de 1905 anotavam os comportamentos e práticas sociais nas vilas do interior do Estado do Amazonas, e ficavam horrorizados com a “ignorância” dessas pessoas que reproduziam técnicas curativas para as “febres palustres” muito próximas da barbárie.

O pano de fundo, no entanto para essa discussão era outro. O que estava em jogo era o atrito entre um Brasil tido e considerado pelos que moravam nas grandes cidades do sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, como moderno, e um Brasil arcaico, ou seja, a maioria das outras regiões. Em vários momentos da história do Brasil esse discurso excludente foi eficiente para explicar as desigualdades regionais, as desigualdades de renda e principalmente as distâncias que separavam modos de vida muito diferentes.

O que acontecia na verdade é que, não se colocava em discussão talvez a verdadeira questão: as discrepâncias não eram de cultura e formas de viver a natureza, e sim, nas formas como a sociedade brasileira à época tratava a própria forma de construir a sociedade, ou seja, o atraso existia em todos os lugares do Brasil, inclusive em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que não existiam eram as condições de reprodução do território do país.

Não queremos dizer, que se houvessem as possibilidades e condições de reprodução que as pessoas iriam de uma ora para outra se “civilizar”, como entendiam alguns pensadores da época que já comentamos (Murari, 2009), estamos tentando mostrar que as relações da base da economia nas outras regiões do país não se reproduziam nos mesmos moldes dos grandes centros. O trabalho, nessas regiões mais longínquas, especialmente no interior do Amazonas não possuíam os mesmos estatutos normativos, jurídicos das grandes cidades e das regiões ricas. Uma exploração secular, quase escravagista era a tônica dessas relações de produção no interior.

Figura 18 – Casa de seringueiro.

A imagem mostra a precariedade e a rusticidade das casas dos seringueiros nos anos finais do século XIX. Fonte – Álbum da Exposição sobre a borracha em 1902. Coleção Brasileira da USP – Acervo Digital – Biblioteca José Mindlin.

O debate à época entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX era focado nas diferenças entre o Brasil das grandes cidades e do litoral e o Brasil rural, do interior, em muitos momentos identificados como a mesma coisa e o pior, pensados a partir do prisma das condições naturais e biológicas, o clima, as condições naturais, o homem e suas formas de lidar com o meio. Por isso, um dos aspectos mais importantes que aconteceram para a abertura de um canal maior de conhecimento desse outro Brasil foram as viagens científicas realizadas por vários motivos nas primeiras décadas do século XX.

Em trecho de seu livro “Ciência, Nação e Região – as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas, 1890 – 1930” Júlio Cesar Schweickardt (2011), vai nos mostrar que esse debate era muito bem acompanhado pelos médicos e cientistas do Amazonas, que possuíam conhecimento das teorias e técnicas mais modernas e recentes e tinham conhecimento da situação de calamidade pública do saneamento e da saúde pública do interior do Estado do Amazonas. Sabiam também que a situação não era somente de políticas públicas, mas de diferenças culturais entre a população e os médicos que cuidavam de tentar amenizar essas graves situações.

O que acontecia concretamente é que não tinham muitas possibilidades, os médicos, os cientistas, os pedagogos e intelectuais de construir algum tipo de interferência e de transformação nos hábitos de higiene, de saneamento e de saúde pública dessas populações justo porque elas estavam submetidas a um abandono secular, às demandas e humores dos ciclos econômicos e nunca se construíam de forma seguida e recorrente hábitos – de saúde e educacionais, que pudessem transformar estas vivências no longo prazo em novas formas de vivência social. As instituições além de frágeis, nunca se consolidavam e criavam uma estrutura plausível e uma presença constante que pudessem gerar cidadania.

3.3 – Do renascimento da vida à ilusão do futuro.

A expansão do capitalismo no Brasil teve como um de seus capítulos segundo Cardoso e Muller (1978) a “penetração geográfica na Amazônia” diferindo das outras regiões do País pelo “ritmo, forma e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras”. O que decorre daí é que, como *“o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume”* (Cardoso e Muller, 1978: 07), aí reside o problema, pois, como estas relações assumiram uma “forma” extrema de exploração do trabalho pelo “aviamento”, duras relações de mando entre as classes, com violências que até hoje espantam a todos – vide o caso da violência no Pará e o trabalho escravo no Pará e Tocantins; e o contexto político que não avançou após todos estes anos então as possibilidades de transformação dessas relações ficam em um horizonte que nos parece longínquo.

Os autores traduzem bem o contexto em que as relações de classe aconteceram sem criar as condições políticas, históricas e institucionais para o surgimento de um pensamento e uma ação que pudessem fazer frente aos processos de dominação:

“Para um melhor entendimento deste processo, cabe dizer que a Amazônia nunca conseguiu criar interesses sociais de certa magnitude (classes e grupos radicados na região) que pudessem constituir-se em obstáculo ao tipo atual de penetração. Os interesses que surgiram na região estiveram subordinados ao capital localizado no sul do país (juta e mineração) ou, quando locais, eram dispersos, sem representação ou força política (pequenos produtores, mineradores, jaticultores), além de terem sido dependentes de ondas mercantis extrativistas de duração relativamente curta e de caráter predatório. A Amazônia nunca estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada punha-se de lado” (Cardoso e Muller, 1978: 11).

Para que possamos compreender a situação de fato do obscurecimento e dos véus que encobriram e encobrem ainda hoje a percepção do que foi a cidade de

Manaus no período escolhido entre as décadas de 1910 a 1970, temos que construir a leitura da produção do espaço urbano nesse tempo, porém temos também que construir uma reflexão sobre os problemas envolvidos na criação desse discurso, como e por quem ele foi criado e quais as consequências dele na vida urbana e social da cidade de Manaus e do Estado do Amazonas, dada a importância da capital para o Estado como um todo.

Ao discutirmos para compreender todo esse processo um ângulo de perspectiva da visada tem que estar aberto ao processo da vida urbana na Amazônia como um todo. Como nos apontam Silvana Kampel, Gilberto Câmara e Antonio Monteiro (2001) em uma boa síntese:

“A diversificação das atividades econômicas e as mudanças populacionais resultantes reestruturaram e reorganizaram a rede de assentamentos humanos na região. A visão da Amazônia no início do século 21 apresenta padrões e arranjos espaciais de uma Amazônia diferente: em meio a floresta tropical um tecido urbano complexo se estruturou, levando a criação e o uso do termo "floresta urbanizada" pelos pesquisadores que estudam e acompanham o processo de ocupação da região (Becker, 1995). [...] Contudo, o crescimento da população urbana não foi acompanhado da implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Baixos índices de saúde, educação e salários aliados à falta de equipamentos urbanos, denotam a baixa qualidade de vida da população local (Becker, 1995 e 1998); Browder e Godfrey, 1997; Monte-Mór, 1998). A condição de vida nas cidades e nos assentamentos urbanos constitui um dos maiores e piores problemas ambientais na Amazônia (Becker, 2001)” (Kampel; Câmara; Monteiro, 2001: 02).

Essa excelente síntese dos processos sociais e geográficos, com suas escalas de influência realizada por Silvana Kampel e a equipe da pesquisa do INPE, nos mostra que na verdade o processo todo não foi tão homogêneo. Sempre em todos os momentos históricos houve um descompasso entre os fatos econômicos que iam acontecendo e gerando migrações de população para a região, o que gerava impactos, e as necessárias intervenções do poder público com seus serviços não aconteciam na mesma escala de amortização dos impactos que os fatos geravam. Isso se repetiu continuamente na Amazônia o que em nossa opinião

enfraqueceu a formação social dessas cidades e dessas pessoas que as habitavam com a consequente falta de solução de continuidade da formação social, quase como se a Amazônia fosse um grande acampamento.

“O processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não se deu linearmente, o contexto político e econômico ao longo do tempo foram determinantes destas flutuações. Atualmente, a urbanização da região encontra-se em fase de estruturação, caracterizando-se ainda como uma região de "fronteira", onde a dinâmica das cidades ainda é muito intensa e estável, incluindo o surgimento de novos assentamentos urbanos. Há de se considerar ainda a diferenciação entre o processo de urbanização do território e a urbanização da população: 70% da população vivem em núcleos urbanos e os outros 30% estão inseridos no contexto urbano (Becker, 2001), o que salienta ainda mais a importância destes processos para a região” (Kampel; Câmara; Monteiro, 2001: 03).

Este processo descontinuado, complexo, com idas e vindas, da vida urbana na Amazônia gera por si muitas questões que discutiremos ao longo do trabalho, o caso de Manaus que é nosso tema possui a particularidade de se ter produzido um discurso de ausência, de não interpretação de suas vivências urbanas por um período de tempo grande demais e é isso que nos movimenta e motiva.

A pergunta daí decorrente como questão principal é por que as elites tinham esta leitura da cidade de Manaus, da vida urbana e da vida social da própria sociedade amazonense? Como se deu a vida econômica, social e os arranjos políticos e quais seriam em relação à “estagnação” os efeitos para o crescimento da cidade de Manaus no período?

Outros temas decorrem diretamente deste questionamento. Como foi possível que ao longo de tanto tempo, e repetimos, ainda hoje, nós tomemos essa atitude de abrir mão de nosso direito e dever de pensar a nossa sociedade, a nossa cultura e as nossas possibilidades econômicas como agentes que vivem a/e na Amazônia?

A cidade de Manaus, mesmo tendo sofrido intervenções das políticas públicas de Estado, do Governo Federal, como a criação do Comando Militar da Amazônia

(1957), Base Aérea de Manaus (1953) e Aeroporto de Ponta Pelada (1951), Zona Franca de Manaus (1968) dentre outras políticas públicas em Manaus, no Amazonas e na Amazônia.

A vida social em Manaus, seus agentes, classes e a sociedade em geral, na cidade através de atitudes, ações e, o Estado com suas políticas públicas e os Governos com seus Planos e projetos nos níveis Estadual e Municipal poderiam ter produzido outros modos de vida urbana e situações outras de construção do espaço urbano?

A economia regional mudou após 1910 e a cidade existente para essa nova realidade talvez estivesse superestimada. A mudança ocorreu, mas a adaptação à nova realidade também. O tipo de porto construído para o comércio da borracha era talvez inadequado para as novas circunstâncias do comércio regional e local, mas ele estava lá e era usado de alguma forma. Novos equipamentos também foram construídos, a cidade foi mudando em cada década destes anos. Havia um movimento cultural. Havia uma vida urbana que era ativa e possuía as suas características. O que ocorreu com certeza é que esta cidade construiu, teceu redes de relações com o interior do Estado, ela era abastecida por produtores de carne, de produtos regionais, de alimentos enfim.

“1918 é o ano do cinema americano em Manaus. Nas telas do Odeon e do Polytheama, ouvem-se socos e disparos por todos os lados. É o “far-west”, os filmes de bang-bang chegando, entusiasmando e dividindo as plateias juvenis. O grande herói era Tom Mix, por muitos imitado, mas nunca igualado. Nem Will Rodgers nem Buck Jones conseguiram desmontar o famoso “cow-boy”. Entre centenas de filmes exibidos, apareceram Sangue gaúcho (1920), Estrela simbólica (1925), O herói desconhecido (1927), A grande emboscada (1927), todos com Tom Mix, e mais, Cupido vaqueiro, com Will Rodgers, em 1924; Galopes e galanteios, em 1927, e a Estância sinistra, com Buck Jones, e outros. [...] Os seriados continuavam a encher as salas: A casa dos mistérios (1921), Homem sem nome, Fio de destino (1923), A bala de bronze, As aventuras de Robinson Crusoe (1924), Os mistérios do expresso (1925), Febre de Ouro (1926), O telefone da morte, 1928) e Crime da diligência de Lyon, em (1929). E fazendo rir às gargalhadas brilhavam nas telas Carlitos, Buster Keaton e Harold Lloyd” (Costa, 1996:101).

Este trecho de Selda Vale da Costa no mostra de forma poética, referindo-se ao cinema e salas de exibição que as vidas continuavam. E podemos deduzir do trecho que se o lazer que na racionalidade econômica da população em geral é uma atividade secundária, que com alguma normalidade a vida social foi se arranjando. Mais adiante a autora vai fazer referência a outras atividades econômicas e mesmo a novas formas de estilo de vida sendo incorporadas já na década de 1920:

“A década de 20 marcou uma nova direção nos rumos da política da economia da região. Manaus voltou-se para o Brasil e o Rio de Janeiro passou a centro das atrações e modelo da elite. A região começou a ser visitada por brasileiros ilustres, entre eles, D. Pedro de Orléans e Bragança e Mário de Andrade, em 1927, e Paschoal Carlos Magno, em 1929. Mário de Andrade chegou a empolgar a pacata Manaus, pois, após sua viagem de turista aprendiz, o Odeon iniciou as “Quintas-feiras Futuristas”! Deixou impressas imagens de uma Amazônia recompondo-se do caos da queda da borracha, à procura de novas raízes: “Todos se propõem conhecedoríssimos das coisas desta pomposa Amazônia de que tiram fantástica vaidade improvável, ‘terra do futuro’... Mas quando a gente pergunta, o que um responde é castanheira, o outro discute, pois acha que é pato no tucupi. Só quem sabe mesmo alguma coisa é a gente ignorante da terceira classe. Poucas vezes, a não ser entre os modernistas do Rio, tenho visto instrução mais desorientada que a desta gente, no geral falando inglês... [...] Procurava-se diversificar a economia, com algumas indústrias de beneficiamento de borracha, balata e pau-rosa. A pecuária foi incentivada nos campos do Rio Branco, hoje Roraima. Notícias sobre petróleo na região começaram a jorrar em manchetes de jornais de setembro de 1930” (Costa, 1996:106).

Analisando essas transformações sociais que estava ocorrendo logo após o período econômico da borracha a autora aponta em outro trecho em relação a uma empresa formada por empresários alguma força econômica ainda existente em Manaus. Em conjunto com o poder público, empresários formam uma empresa de cinema a “Amazonia Cine-Film” para produzir películas de propaganda do Amazonas e da região uma preocupação que já se nota, de encontrar soluções para os problemas econômicos que viviam.

“A Amazônia Cine-Film foi uma aliança bem sucedida entre Estado e capitais particulares: “Um dia o cel. Avelino Cardoso guarda-livros da

Associação Comercial, propôs-me fazer um Film de toda a Região do Amazonas. Formava-se uma empresa com diversos comerciantes e mandava-se vir uma máquina moderna. Organizou-se então a 'Amazonia Cine-Film', com os comerciantes Mendes & Cia., Manoel Gonçalves, M. Corbacho, Avelino Cardoso e eu, como cinegrafista. Não convidaram J. G. Araújo não sei por quê. Mandaram buscar uma máquina Bell & Howell, a melhor da época, uma Duplex para copiar os filmes. Alugou-se uma casa à rua 10 de Julho, e nos porões foram instalados os laboratórios. O primeiro Film que fiz foi para o cel. Leopoldo de Mattos... Nesse espaço de tempo, chegaram da América 3.000 metros de filmes negativos da Kodak e assim dei início ao Film Amazonas, o maior Rio do mundo" (Costa,1996:164).

Ao comentar sobre a presença dos portugueses migrantes que participaram da vida na cidade de Manaus após do declínio do Ciclo da Borracha, o Professor Samuel Benchimol infere que estes agentes foram responsáveis, junto com espanhóis, árabes e judeus pela vida econômica do Amazonas na época da crise, corroborando o depoimento à Professora Selda Vale da Costa do cineasta Silvino Santos sobre a empresa montada para realizar filmes sobre o Vale Amazônico.

Há uma curiosa listagem de nomes de empresários portugueses todos começando com a letra "J", que Benchimol chamou de a "era dos J" em que ele demonstra que os mais ricos localizavam seus comércios, representações e serviços na região central da cidade; mas havia aqueles também que se instalavam em bairros mais longínquos dando vivacidade econômica à vida da cidade em todos os seus espaços.

Figura 19 – Fac-símile de página do Relatório de produtos exportados pelos Portos de Belém e Manaus em 1900.

Produto	Exportação Direta	Exportação em Trânsito
	(Porto de Manaus)	(Porto de Belém)
Borracha	7.172.874kg	5.645.174kg
Castanha	54.243 Hc	6.828 Hc
Peixe Sêco	253.877 Kg	54.473 Kg
Piaçava	568.960 Kg	—
Cacau	18.561 Kg	2.362 Kg
Tabaco	19.561 Kg	—
Guaraná	309 Kg	—
Couro/Verde	140 Kg	160
Couro/Veado	3.313 Kg	803 Kg
Couro/Onça	5 unidades	—
Camaru	35 Kg	—
Couros Div.	245 Kg	—
Óleo	5.645 latas	4.291 latas
Mixira	2.205 latas	1.983 latas
Copaíba	1.276 latas	943 latas
Bálsamo	1.174 latas	—
Farinha	622 alqueires	—
OBS: A mixira era extraída da carne de peixe-boi		

A imagem mostra uma listagem da JUCEA – Junta Comercial do Estado do Amazonas do ano de 1900, dos produtos exportados pelos Portos de Belém e Manaus.

O mais importante a considerar das afirmações de Samuel Benchimol é que estes migrantes “Na época da crise e da depressão, nas décadas dos anos 20, 30 e 40, substituíram os antigos exportadores anglo-saxões e germânicos, que

emigraram para seus países de origem, passando a dominar como aviadores e exportadores, nas capitais e no interior, juntamente com os descendentes dos imigrantes judeu-marroquinos e sírio-libaneses.” (Benchimol, 1999: 70)

O professor Samuel Benchimol (1999) afirma em seu livro sobre a formação cultural na Amazônia, que em muitos casos a debandada de famílias e de empresários com o final do ciclo da borracha foi considerável, mas apenas daqueles capitalistas que não estavam envolvidos com a migração propriamente dita. Os Ingleses e Alemães que estiveram em Belém e Manaus, eram na verdade funcionários das empresas estrangeiras; Engenheiros, Contabilistas e outras funções técnicas necessárias ao funcionamento dos serviços oferecidos. Os que ficaram haviam migrado em diversas condições sociais e épocas diferentes. Portugueses, Espanhóis, Árabes e Judeus, já estavam na Amazônia um pouco antes do Ciclo Econômico da Borracha, e apenas se firmaram como grandes e pequenos empresários em Manaus e Belém.

Apresentamos um quadro síntese dela para mostrar a importância e quantidade de agentes econômicos existentes na cidade especialmente considerando a escala da economia local, após a crise dos valores de comercialização da borracha. Neste quadro contamos apenas os empresários portugueses e espanhóis, pelo fato de que estes se mantiveram com suas famílias à frente dos negócios, da crise da década de 1910 até à abertura da Zona Franca de Manaus, e alguns poucos até os dias atuais.

Figura 20 – Quadro dos Empresários Portugueses e Espanhóis em Manaus entre 1910 e 1940.

Listagem de empresários Portugueses e Espanhóis em Manaus entre 1910 e 1940(*)				
Portugueses		Espanhóis		Total por atividades
Recebedores de Borracha	38	Recebedores de Borracha	15	53
Armazéns	05	Armazéns	02	07
Estivas	02	Estivas	03	05
Empório de ferragens	01	Empório de ferragens	--	01
Livraria	03	Livraria	--	03
Navegação	02	Navegação	--	02
Representação e Seguros	01	Representação e Seguros	--	01
Construtores	02	Construtores	06	08
Padaria e Mercearia	06	Padaria e Mercearia	02	08
Sapataria / Roupas	03	Sapataria	--	03
Farmácia	01	Farmácia	--	01
Aviadores e Armadores	02	Aviadores	01	03
Funerária	01	Funerária	--	01
Total	67	Total	29	96
(*) Estas datas podem significar uma maior quantidade de empresários. Antes de 1910 já havia empresários portugueses e espanhóis em Manaus; e após 1940 muitas das famílias listadas criaram a partir dos seus negócios iniciais outros empreendimentos levados a termo por seus descendentes.				

Como mostra a Imagem do Quadro muitos empresários ficaram em Manaus após a decadência da Borracha, e estes fortaleceram suas posições como novas elites empresariais após a retirada das empresas estrangeiras da cidade de Manaus.

O período histórico entre as décadas de 1950 e 1970 foram talvez as mais ricas em mensagens que tinham a intenção de construir mundos, versões da história e formas de ver o mundo. Hoje, as questões são outras, menos politizadas e menos afeitas a tocar questões em que perpassem transformações de mundo muito significativas. O mundo está em ritmo mais acelerado, e já não se pensa mais pelo coletivo. Tentaremos mostrar neste capítulo um período da cidade de Manaus, que foi gestado nas décadas anteriores, mas se concretizou entre as décadas de 1950 e

1970, porque aí, estavam maduras as conjunturas que permitiram tais ações, tais relações entre os grupos sociais.

Há uma discussão muito interessante produzida na CEPAL sobre as condições econômicas, políticas e sociais das dinâmicas do capitalismo Latino-americano que nos esclarecem muito sobre nossos momentos vividos nas mesmas épocas. Para que possamos compreender as circunstâncias em que as Políticas Públicas foram pensadas para a Amazônia e para as Cidades Amazônicas e as estratégias pensadas para a cidade de Manaus pelo Estado Brasileiro e pelos Militares antes e depois do Golpe de 1964:

“Desse modo, os setores produtivos endividados passaram a depender não apenas da política monetária e creditícia interna, mas também das taxas internacionais de juros e da situação da balança de pagamentos. (...) À medida que essas mudanças financeiras iam se extremado, o sistema produtivo perdia uma parcela apreciável de seu poder econômico e político. Com isso se inaugurou um novo eixo de ordenação das economias nacionais. Num nível extremo, poderíamos afirmar que os mecanismos de controle da economia nacional tenderam a se reduzir, uma vez que a composição de algumas normas de funcionamento do sistema econômico internacional restringia o âmbito e a capacidade decisória autônoma dos grupos locais” (CEPAL, 2000: 837).

O trecho citado acima está se referindo às décadas de 1950 e 1960, portanto vemos que as Políticas Públicas sofriam restrições em suas capacidades de investimento e isso se agravava ainda mais se tratando de uma Região como a Amazônia, onde a integração era a pauta desde o Governo de Getúlio Vargas.

No Governo de Juscelino Kubistchek a abertura da Rodovia Belém-Brasília tenta implementar alguma transformação e avanço nesse premente processo de integração da Amazônia, e como sempre pelo aspecto mais complexo da questão, a expansão da fronteira agrícola, beneficiada que seria pela Rodovia Federal que rasgava o cerrado em direção à vasta imensidão verde da Amazônia.

Mas como isso tudo não se deu de forma isolada, usemos mais uma vez a sólida interpretação política e econômica da CEPAL para ancorar e corroborar nossa análise:

“Os grupos dominantes emprenharam-se na reorganização do sistema interno, para facilitar a implantação de uma nova modalidade de dependência. Para assegurar sua participação no poder, como já dissemos, foi necessário, vez por outra, que eles modificassem seu centro de atividade, passando do sistema produtivo para o sistema financeiro. (...) Na medida em que o crescimento se reduziu e as demandas se concentraram nos grupos de alta renda, tornou-se impossível atender satisfatoriamente às demandas das massas. A política de contenção salarial, aplicada com frequência, muitas vezes impôs a necessidade de se empregarem práticas repressoras nas organizações sindicais. (...) Durante 1981, os países latino-americanos, de um modo geral, mergulharam numa crise econômica e financeira que pode ser considerada a mais profunda e prolongada desde a crise mundial dos anos 1930. Nela se combinaram, cumulativamente, vários fatores negativos de origem externa e interna” (CEPAL, 2000: 838-839).

A ideia de que todo esse processo era capaz de acontecer de forma isolada, sem que nas decisões dos Governos Centrais entrassem em pauta um conjunto de demandas das classes dominantes e dos militares e seu pensamento geopolítico seria e foi ingenuidade. Na Amazônia de forma geral, as classes dominantes estavam em outro ritmo em suas relações com os mercados globais nas décadas de que estamos nos referindo, a situação do Brasil e da América Latina entre 1950 e 1980. Alguns poucos visionários como (Fulano de tal Sabbá) que fundaram a Refinaria de Manaus em 1950 tinham uma percepção geopolítica apurada, mas eram raros. No que diz respeito aos que governaram o Amazonas nesta época não raro os que sequer tinham conhecimento da Região Amazônica.

“Desde meados dos anos 1960, o dinamismo do comércio internacional e o crescimento econômico de muitos países da região haviam posto em dúvida as afirmações que postulavam a necessidade de transformar as relações econômicas nos planos internacional, regional e nacional. Desde meados dos anos 1970, o abundante financiamento externo acentuara, em muitos grupos, a

convicção de que a melhor solução para o desequilíbrio externo seria a liberalização das relações econômicas externas, uma vez que a orientação da atividade produtiva deveria atribuir uma importância crescente aos sinais provenientes dos mercados mundiais. (...) Já se vinha gerando, ou havia uma intenção de reimplantar, uma política de crescimento econômico baseada nos princípios liberais das relações econômicas nacionais e internacionais. Ela se pautava numa visão particular do funcionamento da economia internacional, na validade dos sinais do mercado e num prognóstico da evolução do mundo desenvolvido” (CEPAL, 2000: 837-839).

Pensar que não estamos isolados e que nossas vivências não foram uma obra do acaso nos ajuda a perceber, contra o quê estamos lutando. Ocorre que ao contrário do que poderia parecer, a dependência e a restrição foram a tônica de nossas atitudes. O liberalismo estava aí batendo à nossa porta, os militares ao contrário do que diziam integraram a Amazônia usando capital estrangeiro e usando capital do estado para financiar grandes empreendimentos que nos tornavam dependentes mais ainda, e nós felizes da vida porque conseguíamos ter videocassetes de última geração.

Essa compreensão é fundante para estudar a cidade de Manaus. Em outro trecho do estudo de história política e econômica da América Latina produzido pela CEPAL veremos ao contextualizarem um longo período desde a década de 1950 até a década de 1980 a importância do conhecimento das conjunturas históricas e da compreensão dos planejamentos de longo prazo, das políticas públicas bem elaboradas, do Estado profissionalizado, para o próprio exercício do poder político e do poder burocrático do Estado:

“As novas condições externas ofereciam oportunidades, mas o aproveitamento delas estava longe de ser fácil no contexto do estilo em vigor até então. Era imprescindível que houvesse uma mudança nas funções do Estado e que se estabelecessem relações de outra natureza com as empresas multinacionais, bem como condições diferentes de funcionamento para o comércio e o financiamento exteriores. Naturalmente eram funções das condições específicas de cada país e, em especial, da etapa em que se encontrava seu processo de transformação produtiva e de sua dotação de recursos. Em alguns casos, exigia-se uma forte ampliação do papel das empresas públicas; em outros, o apoio a grupos privados nacionais

aos quais coubesse modernizar algum setor, e, por toda parte, uma capacidade maior de manobra para as empresas transnacionais, uma ampliação das tarefas do governo em seus diferentes níveis e reformas das políticas econômicas. Como veremos mais adiante, os países reagiram de forma dessemelhantes e, por sua vez, obtiveram resultados muito diferentes” (CEPAL, 2000: 822).

Enveredar por uma discussão da Economia não é nossa intenção, mas algumas questões se apresentam e deveremos discuti-las para que possamos compreender e fundamentar nossas próprias questões e análises sobre a cidade de Manaus já que estaremos estudando as formas de se especializarem na cidade as condições gerais de produção de uma dada época.

Há temas que nos interessam mais do que outros. As discussões relativas à estagnação das Economias nos países da América Latina e no Brasil em particular, e as discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que causaram impactos na esfera pública e nas suas capacidades de gerar conhecimento e aparato técnico, além de gerar formas de organização da vida social nos interessam, e como nos mostram os técnicos da CEPAL mais uma vez:

“Muitos países efetuaram modificações importantes na estrutura institucional de suas economias. Paulatinamente, os governos avançaram no planejamento de suas atividades, tanto de curto quanto de longo prazo. Embora nem sempre se tenha conseguido enquadrar sua ação no quadro de referências de um plano formal, a atividade pública realmente adquiriu coerência e clareza de objetivos. A capacitação crescente das burocracias e das tecnocracias públicas permitiu que se levassem adiante importantes investimentos, tanto na infra-estrutura quanto em setores industriais, e que se implantassem políticas econômicas capazes de executar estratégias de longo prazo e de buscar uma adaptação às condições externas mutáveis” (CEPAL, 2000: 822).

Nos estudos de economia houve uma discussão teórica sobre o subdesenvolvimento; se era uma etapa dos processos da economia global ou se possuía uma história própria e uma lógica intrínseca ao seu desenrolar enquanto processos históricos. No caso do desenrolar da história espacial, econômica e social

das cidades, questionamos exatamente a mesma coisa. Celso Furtado explicando essa relação na economia propõe que *“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”* (Furtado, 1961:180).

Em um artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra discutindo um texto clássico de Celso Furtado sobre estagnação na Economia brasileira encontramos alguns subsídios para nos aproximarmos da questão:

“Devido ao esgotamento, em alguns países da América Latina, do dinamismo do desenvolvimento industrial apoiado na substituição de importações, passou a prevalecer em certos meios intelectuais e políticos a crença de que grande parte das economias representativas da região encontrava-se, a médio ou a longo prazo, ante uma situação de estagnação estrutural ou, no melhor dos casos, de insuficiência dinâmica. Esta convicção deu lugar à elaboração de estudos empíricos e modelos teóricos de corte estagnacionista. (...) Nossa idéia, não obstante, é que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa, no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode, inclusive, apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subcentros econômicos quanto aos níveis de produtividade. (...) No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou ainda, ao tipo de dinamismo que o anima” (Serra e Tavares, 2000: 592-593).

Os autores complementam argumentando em relação aos “modelos teóricos de corte estagnacionista” que essa percepção encobre outras possibilidades de entender a economia brasileira a partir de outro ponto de visada:

“Uma consequência importante da aceitação da tese da estagnação secular é o prejuízo que traz à compreensão da dinâmica atual do capitalismo nas economias maiores da região. A convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo leva ao desinteresse pelas análises sobre como o mesmo opera e se expande que seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles que se propõem a promover ou apressar sua substituição” (Serra e Tavares, 2000: 594).

3.4 – Fechando a cena – a desigualdade como modo de vida.

A cidade de Manaus não deve ser interpretada em sua trajetória como produto de relações espaciais - geográficas e históricas, sem estar contextualizada em suas relações econômicas e sociais nos momentos em que se relacionou com outras cidades, com situações e sistemas, com instituições, com políticas públicas, dentre uma infinidade de ações sociais que vivenciou em sua existência.

Não se deve ter a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação ou mesmo de compreensão das relações no tecido social bordado pela história, por seus agentes, promotores ou não de seu desenvolvimento. Pode ter ocorrido, o que é provável, momentos em que a cidade cresceu desmesuradamente sem se desenvolver. E não se deve por fim interpretar e entender a cidade de Manaus como se fosse à escala local um “modelo reduzido” de uma “dinâmica geral” (Lepetit, 2001:191) de um sistema econômico abrangente.

Há circunstâncias históricas, sociais, culturais e principalmente geográficas que impedem esta operação na dimensão em geral pretendida pelos autores que assim o fazem. Erros que conduziram a entender a cidade por ciclos econômicos estanques, sem relações uns com os outros na longa duração e ainda mais descontextualizados de uma escala maior das relações econômicas e sociais concretizadas e materializadas no espaço.

Portanto analisar cidades envolve compreender suas dinâmicas próprias, relacionadas é claro a outras escalas e dimensões espaciais, redes mais abrangentes dentre outras formas de construir a análise teórica, mas envolve também a percepção do particular, da história e da geografia da cidade em suas existências do presente, no recorte temporal, metodológico e teórico em que a análise está sendo realizada. Não é possível ler as cidades de ontem com os argumentos das dinâmicas sociais do tempo presente. Não é possível ler a cidade de hoje sem conhecer os argumentos, da vida vivida no tempo passado. O futuro será talvez produto da reflexão que se construirá com o ir e vir dos argumentos teóricos e conceituais, do debate entre os dados e as teorias.

O processo de organização espacial do território na Amazônia, a formação das cidades e suas relações, e, principalmente qual o papel da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas nesse processo que tentamos construir neste trabalho nos levou a um caminho sem volta: Entender que todos esses processos fazem parte de um painel maior de organização mesmo das estruturas geográficas, históricas e sociais da Amazônia, do Brasil e em uma escala mais ampla da América Latina.

Até ai nenhuma novidade. Porém, ao articularmos a formação de uma cidade, importante nos contextos geográficos do território amazônico, os caminhos e descaminhos da produção dos espaços urbanos dela e de suas relações econômicas na ordem de suas escalas de produção e reprodução do capital, estamos a entender o pano de fundo e ao mesmo tempo o cenário, com personagens, atos, ações, fundações, refundações, agentes e atores que entram e saem da cena, um quadro que beira o impossível de ser percebido no todo e compreendido em suas partes importantes – que sempre dependem o todo e a parte de um ponto de referência no olhar que procura e escrutina.

Há esperança, no entanto, e essa esperança está relacionada justo com este ponto de referência do olhar. Pode parecer estranho, mas é necessário olhar para frente e para trás no tempo e no espaço, e tentar perceber porque os arranjos foram estes e não outros. Não se trata aqui de um olhar preso ao maniqueísmo de que teria sido melhor de uma ou outra forma, mas de tentar perceber que o ocorrido teve um motivo, ou um conjunto de motivos e que se ele em nossa opinião deu errado, ou foi incompleto e poderia ter sido melhor, encontrarmos os motivos e tentar fazer diferente.

O Amazonas, suas cidades e sua capital Manaus, e enfim todos nós que aqui vivemos, todos nós da Amazônia e do Brasil merecemos um esforço de que o processo mude onde tem de mudar, e mude mais uma vez, e outra, e justo porque é processo, ele não tem um fim. Os produtos decorrentes de certos momentos de nossa história espacial e social não foram bons e por isso queremos o melhor. A vida social, no tempo e no espaço, na história e na geografia é um anel de Möebius.

Antes de passarmos para o final que se anuncia cabe ainda nessa já longa exposição sobre a Amazônia, o Amazonas e a cidade de Manaus, alguns comentários e análises sobre a situação atual na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas.

Até o momento, em todo o trabalho, estivemos construindo um longo painel da vida social, das apropriações culturais dos espaços espoliados à natureza e também espoliados culturalmente pelos colonizadores na formação de vilas e cidades e de todo um conjunto complexo de relações que solidificaram tijolo por tijolo uma construção social múltipla e incompleta como afinal o Brasil também o é.

Agora é o momento de falar um pouco sobre como somos hoje para que possa fazer sentido o que mostramos do ontem. Como disse Jacques Le Goff sobre Marc Bloch, mas que em nossa opinião se aplica a quaisquer dos campos das ciências ditas sociais:

“O presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício do historiador: “compreender o presente pelo passado” e, correlativamente, “compreender o passado pelo presente”. (...) A elaboração e a prática de “um método prudentemente regressivo” são um dos legados essenciais de Marc Bloch, e essa herança tem sido até agora muito insuficientemente recolhida e explorada. A “faculdade de apreensão do que é vivo..., qualidade suprema do historiador”, não se adquire e exerce senão “por um contato perpétuo com o hoje”. A história do historiador começa a se fazer “às avessas”...” (Le Goff, 2001:25)

Alertamos que dadas as circunstâncias muito dinâmicas dessa mesma vida urbana no sentido de que a população muitas vezes simplesmente não espera, e nem deveria mesmo esperar, que os planos, projetos e soluções do poder público para os espaços da cidade satisfaçam suas demandas; a população simplesmente ocupa, ordena, e põe a funcionar uma cidade muitas vezes informal e sem planejamento, que somados a outros lugares e espaços mal planejados e mal projetados pelo poder público tornam infelizmente a cidade de Manaus uma das mais problemáticas e feias das capitais brasileiras.

Não deveria ser assim. Poderia não ter sido assim. Manaus possui talvez um conjunto de condicionantes dos espaços construídos que mais agridem o entorno natural de todas as cidades brasileiras. Por outro lado, em Manaus a diversidade de paisagens naturais, a diversidade de elementos da vida biológica e vegetal é imensa e a cidade não aproveita este potencial.

Figura 21 – Quadro síntese da situação social do Amazonas.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Norte e Amazonas

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Norte	Amazonas
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	2,33	2,36
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	10,91	9,84
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	68,94	58,36
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	20,50	20,30
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	6,55	6,02
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	439,30	432,22
	Índice de Gini	54,01	52,26	50,90
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	22,10	21,50
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	89,60	78,20
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	14,92	12,76
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	8,50	10,31
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	931,04	963,56
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	10,56	7,04
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	7,12	7,67
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	62,05	74,75
	Acesso à energia elétrica	98,82	95,96	97,88
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	73,89	70,77
	Internet no domicílio	28,14	13,00	12,71

O quadro faz parte de um estudo publicado em 2011 pelo IPEA mostrando a situação social de todos os Estados Brasileiros. Fonte: Site do IPEA/IPEADATA. Acesso 2012.

O Estado do Amazonas é detentor de estatísticas nada invejáveis em seus indicadores sociais. Poderia ter números que mostrassem uma realidade totalmente diferente, mas não os tem. Interessa-nos localizar e contextualizar essa situação para que possamos entender o que nos faz denominar e categorizar a cidade de Manaus, sua capital como Cidade-Estado.

O mais vasto Estado da Federação com uma área de 1.559,162 Km² e uma população pelo Censo do IBGE 2010 de 3.483.985 Habitantes, portanto com uma densidade de 2,23 habitantes por quilômetros quadrados. O Amazonas possui apenas 62 Municípios e sua Capital Manaus detém mais da metade da população do Estado com 1.802,014 habitantes, ou 51,72 % da população total do Estado.

É de se imaginar que dadas às circunstâncias tecnológicas do mundo de hoje, de muitos anos de políticas públicas na Amazônia e acima de tudo sendo o Amazonas um vasto território pouco denso, com a população em geral concentrada e pouco distribuída, no sentido de que nos municípios a população também quase sempre se concentra nas sedes, as estatísticas poderiam ser diferentes.

O modelo de ocupação ao longo das calhas dos rios foi eficiente em específicos momentos para as demandas históricas e sociais, e serviu bem, visto que em determinadas situações mesmo no interior havia vida pensante, como o intelectual italiano Ermano Stradelli que foi funcionário público – promotor de justiça, no interior do Amazonas nas últimas décadas do século XIX até a década de 1920 quando se afasta do serviço público por causa da lepra adquirida em Lábrea ou Tefé (Cascudo, 2001). Stradelli pesquisou, compilou e difundiu muito da cultura e lendas indígenas. Pensava-se o Amazonas, escrevia-se sobre sua história.

As décadas de 1950 e 1960 na história brasileira representam uma inflexão nesse processo social da vida vivida na escala local, e isso em todo o país. São claras as diferenças nas relações entre o interior e as sedes das cidades, entre o interior e as capitais dos Estados em todas as regiões do Brasil.

Com as políticas do Estado Nacional de integração do território brasileiro, e também do território Amazônico ao resto do país, que para tanto se abriram estradas, Belém-Brasília, criaram-se Cidades, como a própria capital do País, houve uma maior aceleração dos ritmos da vida social - afinal em todo o mundo capitalista.

A integração dos ritmos mais lentos do anterior processo histórico diminuíram as capacidades das sociedades locais se integrarem ao novo processo social. Isso aconteceu, e não foram de todo resolvidos os graves problemas brasileiros da

concentração em certas regiões das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

Essas transformações das práticas sociais anteriores se deram com a industrialização do país no início do século XX e principalmente da década de 1930 em diante. Autores trabalham (Cano, 2008) com a ideia de que a primazia de São Paulo já vinha desde antes da década de 1930 e se amplia com o avanço da industrialização do país e em particular com uma maior concentração dessa indústria no Estado de São Paulo e na Região Sudeste:

“Em síntese, a liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida (pré-1930), tendeu a acentuar-se por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio polo. Isto é, essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, somada à marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Em resumo, o processo de concentração industrial obedeceu – conforme diz a boa doutrina – à fria lógica capitalista de localização industrial” (Cano, 2008: 13).

O que ocorreu em seguida não é difícil de entender. Por mais que o Estado Nacional tivesse a intenção de ocupar o território, de integrá-lo, não conseguiria transformar a lógica do capitalismo, como diz o autor “a fria lógica capitalista de localização industrial” que por motivos óbvios de logística o Amazonas e a Amazônia em particular só poderiam acompanhar este crescimento das atividades e econômicas, e também a transformação e modernização da vida social a partir de suas principais cidades. No Amazonas a capital Manaus.

A concentração em Manaus de todas as infraestruturas, ou se pode supor das condições mínimas da reprodução no espaço do capital industrial causou uma concentração exacerbada em Manaus de população, de capital e de arrecadação. Isso esvaziou o interior como em nenhum outro momento histórico e reforçou a fragilização dos laços das cidades do interior com a capital do Amazonas.

Se por um lado à medida que as tecnologias foram transformando os lugares e tornando-os capazes potencialmente de serem integrados ao mercado mundial, por outro lado, diminuiu a possibilidade de extensão dessas benesses aos lugares mais longínquos, pois a lógica das instalações dessas tecnologias é a do capital, que é a lógica do mercado e do consumo, e se não há demanda não há tecnologia, um claro são os dados sobre telefonia móvel e internet no interior do Amazonas nos dados que adiante mostraremos.

As infraestruturas são caras, só o Estado Nacional possui essa possibilidade de instalar a tecnologia de acesso ao mundo. A situação do interior do Estado só piorou e os números das estatísticas sociais hoje são alarmantes.

No caso de Manaus, essa população que se tornou partícipe da vida na capital do Estado, não teve as suficientes condições de educação, formação técnica e profissional para ser absorvida de modo benéfico no processo de produção (transformação) de mercadorias do Distrito Industrial.

Em Manaus há uma grande quantidade de população marginalizada no mercado de trabalho, na educação e principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania, por isso, desde o início afirmamos a não existência da vida nos moldes da “sociedade urbana” de Henri Lefebvre em Manaus.

A seguir alguns dados sintéticos em estudo realizado pelo IPEA sobre a situação social nos Estados brasileiros e aqui mostraremos a que é relativa ao nosso Estado:

Figura 22 – Continuação do Quadro síntese da situação social do Amazonas.

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Norte	Amazonas
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	75,61	58,46
	Extrema pobreza (rural)	12,64	10,46	10,38
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	289,33	252,62
	Índice de Gini (rural)	49,02	47,57	43,11
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	674,51	603,18
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	18,66	12,53
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	82,31	87,45
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	42,58	16,16
	Internet no domicílio (rural)	4,25	2,18	0,05
Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS. Notas: ¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008. ² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007. ³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.				

O quadro faz parte de um estudo publicado em 2011 pelo IPEA mostrando a situação social de todos os Estados Brasileiros. Fonte: Site do IPEA/IPEADATA. Acesso 2012.

Se tomarmos a expectativa de vida a mais após os 60 anos, com o Brasil tendo 21,30 anos; a Região Norte com 20,50 anos o Estado do Amazonas está dentro da média geral com 20,30 anos; porém esses dados da Região Norte e do Amazonas podem ter um significado cultural, já que a estrutura familiar na Região Norte é um pouco diferente do que as do resto do País, principalmente tomando no país as áreas mais urbanizadas.

Raros os casos em que, proporcionalmente na Região Norte e no Amazonas, os idosos que vivem sozinhos em relação ao conjunto da população. Ainda mais que nas cidades do interior do Amazonas, como no Nordeste já muito noticiado, há cidades que dependem quase que totalmente da renda dos Idosos e dos seus benefícios previdenciários.

Porém, se tomarmos o item Renda Domiciliar per capita do quesito Pobreza e Desigualdade, essa renda auferida pelos membros da família e pelos idosos em particular é inferior no Amazonas do que na Região Norte e no Brasil. No Amazonas essa renda é de 432,22 reais por pessoa; e na Região Norte é de 439,30 por pessoa e, no Brasil, sendo maior que o salário mínimo a renda por pessoa nas famílias é de

631,71 reais. Isso ocorre imaginamos porque como há um alto índice de desemprego e uma baixa escolaridade e formação profissional dos trabalhadores com uma menor renda familiar.

Para confirmar basta vermos no quesito Trabalho e Renda os itens Desemprego e Rendimento médio do trabalho (salário); que respectivamente para o Brasil é de 8,16% a taxa de desemprego e 1.116,39 reais a média salarial ou 1,79 salários mínimos vigentes.

Na região Norte o desemprego é de 8,50% dentro da média nacional e a do Estado do Amazonas é de 10,31% muito superior e ainda mais considerando que a capital Manaus oferece quase 83% dos empregos do Estado.

Voltando ao quesito Rendimento Médio do Trabalho (salário) a diferença é pequena, mas considerada junto à média de pessoas por família do Amazonas que é de 3,4 pessoas, a do Norte 2,8 e a do Brasil 2,2 pessoas por família, essa pequena diferença se torna um dado grave e que faz baixar a média de rendimento por pessoa dentro das famílias (IBGE, 2010).

No Brasil o rendimento médio vale a pena repetir, é de 1.116,39 reais; na Região Norte é de 931,04 reais e no Amazonas é de 963,56 reais, portanto maior que a média do Norte, porém bem menor que a renda média do Brasil e ainda por cima, agravada pelo número de membros das famílias.

A situação se agrava quando os dados são relativos ao interior do Estado do Amazonas e ficam claras as condições de infraestrutura (ou a falta delas) a que estão submetidas essas populações.

A cobertura de atendimento à população idosa é muito baixa nas áreas rurais do Estado do Amazonas, com apenas 58,46% da população total do Estado, sendo na Região Norte 75,61% mais de 17% a diferença e no Brasil 86,49% com uma diferença em relação ao Amazonas de 28,03%. Quando associamos a estes dados a Renda Domiciliar per capita os dados ficam ainda piores, pois a renda do idoso sustenta os outros membros da família e cai para 314,25 reais no Brasil; 289,33 na Região Norte e 252,62 reais no Estado do Amazonas.

Nos quesitos Cultura⁵⁹ com os itens Telefonia Celular e Internet os dados do Amazonas são alarmantes. No Brasil a Telefonia Celular no Domicílio tem uma porcentagem de 54,49% dos domicílios; na Região Norte cai para 42,58% dos domicílios com uma diferença de quase 13%, mas quando vemos o Estado do Amazonas ela cai mais ainda para 16,16% dos domicílios. No item Internet por domicílio os números do país não são bons, apenas 4,25 dos domicílios rurais a possuem, no Norte este número cai para 2,18%, no Amazonas o número é assustador, são apenas 0,05% dos domicílios rurais que possuem acesso à Internet.

Estes números são sintéticos, mas revelam uma desigualdade muito presente em relação aos outros Estados e ao País como um todo, mas revelam também uma desigualdade mais grave a da diferença e distância de renda na população do Estado do Amazonas e a precariedade dos números que representam a vida social em nosso Estado. Mas de onde vem essa realidade?

Antes de tentar responder esta pergunta, cuja resposta elucidará também o esquecimento da história e da geografia de Manaus entre as décadas de 1910 e 1970; o esquecimento enfim da produção dos modos de espacialização da produção e do consumo na cidade de Manaus nestas décadas por parte das elites e das classes intelectuais amazonenses, iremos mostrar de forma breve o outro lado dessa questão. É quase incompreensível o Amazonas estar, para além destes dados sociais aqui situados; entre os Estados brasileiros que pagam mais impostos do que recebem do Governo Federal.

A lista é bem pequena, os Estados de São Paulo; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Minas Gerais; Paraná; Santa Catarina; Amazonas e Espírito Santo por ordem de arrecadação e recolhimento de impostos para o país. Estes estados nos últimos dez anos sempre estiveram em déficit em relação ao Governo Central,

⁵⁹ O que nos deixa intrigados na leitura destes dados é que os itens relacionados à Cultura não estarem diretamente relacionados à existência de infraestruturas básicas da transmissão da Cultura de modo geral e historicamente. Os números são mostrados e computados a partir da Telefonia Celular e dos acessos à Rede Mundial de Computadores – Internet, e não são referidos à existência ou não de Escolas, Museus, Bibliotecas, Centros Culturais, Parques Urbanos ou Não, Hortos, Zoológicos dentre inúmeros equipamentos que em outros momentos representaram equipamentos culturais. Não é nossa especialidade mas estranhemos tal metodologia e tais escolhas.

pagando mais do que recebendo de transferência de verbas. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Fazenda em 2011 e são dados recolhidos ao longo de todos os anos dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, portanto de meados da década de 1990 até 2010, e fazem parte do conjunto de dados que servem para o Planejamento das Políticas Públicas do Governo Federal.

No que diz respeito aos Estados brasileiros que possuem a maior arrecadação de impostos, nos três níveis do Estado, e nos diferentes tipos de impostos arrecadados, a lista permanece a mesma com a diferença que a arrecadação do Amazonas é superior ao dos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná.

Dos oito estados o Amazonas com sua arrecadação de R\$ 8.454.123.023,49 de reais é o quinto Estado brasileiro em arrecadação. Se formos analisar que o Estado do Amazonas tem hoje o vigésimo quarto lugar em população, ficamos diante de uma situação complexa de ser explicada.

Poderíamos pensar na extensão do Estado do Amazonas, nas suas longas distâncias e na complexidade de administrar um Estado cuja vida se pauta por uma extrema sazonalidade das águas, que sobem e descem todos os anos em níveis assustadores. Mas estas dinâmicas já são conhecidas a pelo menos 400 anos, portanto a vida vivida em embate com a natureza não é dado novo por aqui. Ficamos então com o nosso problema inexplicável: Um estado pouco populoso, que arrecada muito, mas que tem índices sociais pífios.

O desenvolvimento deste processo histórico e social teve um importante componente geográfico que foi determinante tanto para o Amazonas quanto para a cidade de Manaus; a distribuição espacial da vida social de acordo com algumas circunstâncias afeitas à densidade de ocupação dos espaços na construção das redes sociais fossem elas econômicas, religiosas, simbólicas, materiais, ou seja, a capacidade tecnológica e técnica de reproduzir a vida cotidiana.

Ora, se formos entender essas geografias veremos que o acontecido, e só foi daquela forma e não de outra (Heller, 1992), a distribuição sempre deficiente no

espaço, as relações de exploração dos ciclos extrativos, e a forte concentração da vida política, econômica e cultural em um único ponto do território causou a conformação imaginária do discurso social da forma como ele foi construído: dependente e sem a capacidade de autorreflexão sobre a vida social.

Jacques Marcovitch em livro recente e muito completo sobre os quadros dos problemas Amazônicos, mas que servem bem a uma reflexão sobre os problemas sociais e históricos da construção de um discurso crítico em todos os processos sociais, sejam eles espaciais, territoriais, dentre outros que envolvem o espaço e o tempo da vida social reflete de forma concisa:

“Desde o período colonial, sucessivas ondas migratórias impossibilitaram a formação, na Amazônia, de comunidades homogêneas. Especialistas apontam uma fragmentação de culturas extrativas, obedecendo a interesses externos, que determinou certa descontinuidade florestal e consequente dispersão das populações ribeirinhas, até pouco tempo sem maiores atenções no desenho das políticas públicas” (Marcovitch, 2011: 33)

O autor refere-se aqui às políticas públicas das grandes escalas no espaço amazônico e seus impactos sobre a vida social em toda a superfície da região; afinal seu livro é sobre a “Gestão da Amazônia”, no entanto poderíamos estender a reflexão às questões nas cidades e das cidades e suas relações, que, via de regra são políticas públicas em um nível da ação do poder público local. Os problemas econômicos, históricos e suas consequências geográficas, nos espaços e nos territórios resultantes acontecem no cotidiano e no vivido nas cidades e por elas se transmitem às populações mais afastadas e que dela dependem para viver suas relações com os mercados por exemplo.

O mesmo se deu para o período posterior à década de 1970. A economia regional mudou e nesse momento se dá o inverso, a cidade não estava preparada para o que aconteceu. Novas relações econômicas, novos fluxos econômicos, processos de migração em massa para Manaus, dentre outros eventos sociais e espaciais importantes.

O Estado do Amazonas como um todo também sofreu com a falta de percepção da elite local, e nesse caso nacional também, sobre os problemas que implantação de um polo econômico regional desta dimensão iria causar à capital do Amazonas. O Estado do Amazonas sofreu esvaziamento do interior e dos seus municípios, que só começa a se resolver já agora em um tempo bem recente com a forte presença da Petrobrás no Amazonas além de alguns polos de mineração, mas para o tamanho territorial do Estado algo ainda incipiente. Como nos mostra Sylvio Mário Puga Ferreira, sempre o Governo Federal dá as rédeas nos processos de produção dos espaços territoriais da Amazônia:

“Com o declínio do Ciclo Áureo da Borracha a partir de 1912, a Amazônia *atravessa um período de estagnação socioeconômica*. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, com a aprovação do art. 199 que determinava a aplicação de 3% da Renda Tributária Nacional para a Valorização Econômica da Amazônia, inaugura-se o “Ciclo dos Incentivos”, a partir da criação da SPEVEA (Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia), e da Zona Franca de Manaus em 1957, esta inicialmente simples entreposto comercial. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que vigorou de 1964 a 1967, implementa no âmbito do desenvolvimento regional a chamada “Operação Amazônia” que a partir de 1966, reordena no plano jurídico, institucional, político e econômico as formas de intervenção do Governo Federal na região” (Ferreira, 2000:01).

As circunstâncias em que ocorreram os problemas gerados pelos processos de intensificação no Amazonas e em Manaus da vida econômica decorrentes da implantação da Zona Franca de Manaus, das Políticas Públicas da SUDAM e dos Programas de incentivo à Indústria iam mesmo gerar transformações na cidade de Manaus, era previsível já que estes processos valorizam a terra urbana, implantam, ou melhor, necessitam da implantação de uma infraestrutura mínima para sua operação; o que não estava previsto, pelo menos na intensidade em que ocorreram foram as consequências sociais desse processo. O pesquisador e professor de Ciências Sociais da UFAM Ernesto Renan Freitas Pinto faz uma boa síntese desse momento e critica os processos de transformação urbana da cidade de Manaus:

“Brasilmar Ferreira Nunes, pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, já se referiu ao fato de que, do ponto de vista estritamente capitalista, a Zona Franca de Manaus poderia ser considerada uma experiência bem sucedida, pois criou um setor industrial moderno onde não existia nada parecido, criou empregos, integrou a Amazônia ao setor industrial do país e ao mercado interno e assim por diante. Para ele, entretanto, é necessário perceber todas as consequências do modelo. É o caso, por exemplo, de se verificar o que significa para a classe operária que se criou em Manaus com o advento do Distrito Industrial um processo recessivo como o que atravessa atualmente a economia brasileira. Parece que, em Manaus, perder o emprego possui uma significação ainda mais grave do que perder o emprego no sul do País, onde a economia e o próprio parque industrial podem oferecer possibilidades de recolocação dos desempregados. Em Manaus, o trabalhador encontra dificuldade muito maior de encontrar nova ocupação, e a consequência é que todo o investimento que representa a formação desses trabalhadores pode estar sendo jogado fora, de uma forma inconsequente. Tomado o problema em sua dimensão mais ampla, ou seja, quais serão as possibilidades de sustentação da Zona Franca de Manaus em termos do modelo de funcionamento, é necessário saber de que forma será pensado esse modelo diante da tendência de diminuição gradual do Estado e da adoção das “leis de mercado”, sobretudo em relação à política industrial do país. Essa é uma questão particularmente crítica sobre as perspectivas de futuro da Zona Franca de Manaus” (Pinto, 1992: 128).

É bem claro como mostramos na introdução que o fator trabalho tem um peso muito significativo nos arranjos sociais e na competitividade do mundo contemporâneo. O trabalho e os arranjos de classe na luta pelas suas posições dentro desse processo de forte circulação induzida de capital industrial e comercial são na verdade elementos de desagregação e distanciamento das classes.

Se por um lado estas dinâmicas urbanas causadas por esta política pública específica – a criação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial de Manaus trouxeram um crescimento da cidade de Manaus, crescimento sem desenvolvimento das estruturas urbanas e muito menos o desenvolvimento humano equivalente, por outro lado para piorar a situação o esvaziamento do interior do Estado do Amazonas acabou por destruir toda uma rede produtiva de produtos agrícolas, pesca, dentre outras atividades do setor terciário aumentando a dependência de Manaus com a importação de alimentos e derivados. Como mostra mais adiante em seu texto Renan Freitas Pinto:

“A nossa intenção aqui é buscar levantar questões relacionadas com as consequências sociais de uma mudança no modelo vigente na Zona Franca de Manaus. É necessário colocar, logo de saída, que não precisamos de nenhuma pesquisa para chegar à conclusão de que a Zona Franca de Manaus, mesmo considerando todos os seus aspectos positivos, não se transformou afinal em um processo de promoção social para a população de Manaus, uma vez que a vida das pessoas não melhorou depois da Zona Franca. É muito mais fácil perceber e demonstrar que as coisas pioraram que a vida se tornou mais difícil e mais complicada para a grande maioria, que a cidade como um todo se tornou mais pobre e mais problemática. Que despencaram drasticamente os serviços públicos como o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde e a habitação, em níveis de calamidade pública. Que aumentaram a pobreza; a falta de saneamento, a falta de segurança, a criminalidade, a degradação da própria cidade em seus aspectos urbanísticos e arquitetônicos” (Pinto, 1992: 128-129).

Houve por certo uma alteração de seus espaços urbanos em uma nova matriz e não mais o modelo anterior de produzir a cidade como vitrine, como cenário europeu bem no meio da hileia amazônica, usando “modelos de planos urbanos exógenos”, a partir da renda gerada pela economia extrativa da borracha. Mas ficam perguntas: Considerar os diferentes tempos e modos de construção social das condições gerais de produção, considerar os modos de construir a vida vivida é por acaso ser desenvolvido ou subdesenvolvido? Ter uma opinião sobre o que está sendo vivido por acaso é um pecado, uma “leseira” provinciana? Por que temos que ter um pensamento único? Por que temos que pensar Manaus sempre do mesmo modo? Baseados que sempre estivemos em Políticas Públicas do Governo Central, ficamos dependentes de três ações salvadoras que mudaram tudo para justamente deixar como estava:

“... assentados em três grandes mudanças. A primeira mudança ocorre com a Lei nº 5.122, de 28.08.1966, que transforma o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), tornando-o um banco de investimento regional dotado de mais recursos. A segunda mudança acontece logo após com a Lei nº 5.173 de 27.10.1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A terceira mudança acontece com a edição do Decreto-lei nº 288 de 28.02.1967, que reformula a Zona Franca de Manaus e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)” (Ferreira, 2000:01).

Infelizmente no Amazonas somos pouco afeitos ao debate. Não estamos desqualificando nossos processos históricos e geográficos de produção de nossos territórios, cidades e territorialidades; eles fazem parte de nossa cultura e de nossa formação. Pensamos do modo que pensamos hoje por causa deles, e esse em nossa opinião é o problema.

É óbvio também que não estamos desqualificando os autores locais ou não que já escreveram sobre Manaus, porém, o debate sobre a cidade de Manaus, a produção do seu espaço urbano inserido dentro de um debate maior sobre a própria Amazônia precisa ser acrescido de uma crítica aos “modelos” de desenvolvimento ou subdesenvolvimento da economia local em relação à economia do País, e também da América Latina e do Capitalismo.

Se vivemos uma época, um tempo de “estagnação” não vivemos esse tempo em função de uma “incompetência” exclusivamente nossa. Não é esse o caso. E também, vivemos esse tempo encontrando soluções muitas vezes criativas que sequer conhecemos porque desqualificamos nossa história social, urbana e econômica⁶⁰.

O que pretendemos não é entender este processo todo de uma vez, mas dar o primeiro passo significaria muito para a cidade de Manaus. Estamos inseridos em um processo maior, e mesmo quando estivemos por circunstâncias históricas envolvidos em uma ordem próxima não perdemos nossa possibilidade de reproduzir e construir a vida social. Isso teve e tem um valor, deve ser compreendido para que possamos inclusive ter clareza de nossa posição de força dentro dos campos de luta político-econômica do País.

⁶⁰ Há um belíssimo livro do Padre João Daniel (2004) que compilou longos anos de história da sua convivência com indígenas da Região Amazônia e que produz de uma forma bastante interessante, guardadas as devidas distâncias de tempo e ideológicas do pensamento religioso uma espécie de roteiro de sobrevivência dos homens brancos na Amazônia. Não seríamos capazes de dizer que estas lições e outras de outros autores que escreveram de forma lúcida sobre as dinâmicas sociais e naturais das Amazônia possam ser usadas sem uma adaptação crítica mas que seriam um começo de formas novas de pensar a Amazônia temos certeza.

Considerações finais

O futuro da Amazônia são os homens. O futuro do Amazonas é o conhecimento. O futuro de Manaus é a cidadania. Lugar comum? Com certeza, e temos perfeita consciência de que estes valores, ações, arranjos sociais se interpõem, se completam e acontecem a partir de um conjunto de vivências necessárias ao seu desenrolar. Lutamos por isso todos nós ao longo de muitos séculos de História.

O que acontece e mostramos nesse trabalho é que o futuro não pode ser um ciclo econômico, um determinado tipo de riqueza natural – como o gás e o petróleo, que até trazem empregos, riqueza e outras benesses, mas, se não forem acompanhadas no vivido das cidades, no território, pelos homens como conhecimento que gere cidadania de nada adiantará. E temos motivos para pensar assim.

Esse trabalho mostrou que ao longo da história de ocupação da Amazônia a valorização dos espaços e do território que foram conquistados aos nativos, dos que aqui nasceram, teve sempre uma relação direta com as políticas dos colonizadores de expandir um Império, no caso o Império Português de Ultramar, e a Amazônia era, junto com o Brasil considerado um continente um lugar dos mistérios e dos espaços sem fim. Ocorre que dada à dimensão dos espaços que por aqui encontraram defrontaram-se com uma escala muito maior do que podiam suportar e que acabou por causar uma ocupação sempre frágil, no limite da barbárie nos momentos iniciais.

A partir de meados do século XVIII, com as políticas do Marquês de Pombal para a Amazônia as coisas melhoram um pouco porque os religiosos, tanto carmelitas quanto jesuítas tinham conseguido de alguma forma criar uma rede de articulação entre aldeamentos, vilas e pequenas cidades e estavam já um pouco mais aptos a circular pelos vastos espaços pessoas e mercadorias. O Estado português se adapta a essas condições e vai criando aos poucos um conjunto de circunstâncias tanto no que diz respeito à produção quanto no que diz respeito ao controle do território.

O pano de fundo de todo esse processo foi que mesmo tendo, cem anos depois, durante o ciclo da borracha que se iniciava a Amazônia finalmente havia entrado no mercado internacional pela exportação do “ouro negro” como era chamada a borracha por muitos dos agentes sociais de diversas épocas, e mesmo assim não conseguiu constituir uma sociedade sólida o suficiente para gerar diferenciações de classe, embates, diferenças e avanços sociais fortes o suficiente para tornar-se de fato uma sociedade. Não havendo uma sociedade sólida; como disse Euclides da Cunha, que não possuía consistência para aguentar peso próprio de uma civilização, fomos construindo um conjunto de situações históricas sempre incompletas e em sua incompletude frágeis.

O Amazonas por sua vez tendo a maior dimensão espacial desse enorme e diferenciado complexo territorial foi o Estado da Região Amazônica que mais sofreu com isso. Sua capital Manaus apresenta em escala reduzida todos os males da grande região e do Estado de que é capital em sua formação histórica: a incompletude também.

Por causa destes fatores demonstrados, por causa da má formação e interrupções históricas de seus processos sociais, o Amazonas e a cidade de Manaus acabam por sofrer de três grandes males de origem: processos desumanos das relações de trabalho entre os homens; construção discursiva de uma Cosmogonia fundacional sempre exógena, que nega e não incorpora seus próprios valores, porque como foi construída aos saltos, em ciclos, não se consolidou como um imaginário e uma memória social sólida também.

Por fim, o último e mais grave mal de origem é que a partir do discurso, que nomina e define o mundo ao redor, que nos redime e nos impulsiona, nossas sempre frágeis elites nos construíram e nos constituíram em momentos históricos em que estávamos atrelados ao mercado nacional e ao mercado internacional, ora como exportadores de matéria prima extrativa, ora como exportadores de mercadorias com algum valor agregado, mas que apenas montamos – o ciclo da borracha e o ciclo da zona franca de Manaus que ora vivemos.

Assim sendo, o pressuposto operacional da construção de nossas memórias social é o esquecer. Parece-nos que vivemos sempre no presente sem fim. Vivemos

sós, e só no presente, negamos o passado e não temos futuro. E esse fato, para piorar nossa situação é baseado, é fundado a partir de um engano: a percepção de que a modernidade é a mesma coisa que o capitalismo.

Tomamos como moderno os atos de enriquecer, de exportar, de esbanjar, de sermos arrivistas, de sermos saudosos do que já tivemos, e de sermos saudosos do que não vivemos ainda. Junte-se tudo isso com as incompletudes históricas e os pontos de inflexão e rupturas de nossa formação social e o caldo está formado. Manaus é uma cidade sem memórias.

Para fechar temos esperança que um dia seremos uma sociedade que a cada dia se constrói a partir de sólidas percepções do que somos e de onde vivemos, de nossas limitações e de nosso medos, sem que de modo algum precisemos construir uma cidade, os discursos sobre ela, nossa capital, Manaus a partir de um jogo onde o ponto de partida seja a “memória das ausências” e o ponto de chegada as “ausências da memória”.

REFERÊNCIAS:

A Amazônia que mudou quatro décadas depois. In. Canais de Conjuntura Nacional / CIMI – Assessoria Teológica. – Brasília, 2006 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

A abertura para o mundo: 1889 -1930 / coordenação Lilia Moritz Schwarcz. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História Brasil Nação: 1808 - 2010).

A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 / Eduardo Vilela Thielen, Fernando Antonio Pires Alves, Jaime Larry Benchimol, Marli Brito de Albuquerque, Ricardo Augusto dos Santos e Wanda Latmann Weltman – Rio de Janeiro: FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

A igreja arma sua tenda na Amazônia. / José Aldemir de Oliveira e Pe. Humberto Guidotti (organizadores). – Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In. Revista da Faculdade de Letras, Geografia I – série; Vol. XIV, Porto, 1998. pp. 77-97.

AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus / Aziz Nacib Ab’Saber. – São Paulo: Boletim Paulista de Geografia; 15 de Outubro de 1953.

A economia do subdesenvolvimento / organização A. N. Agarwala, S. P. Singh; tradução de Maria Celina Whately. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo do Alto Amazonas. Manaus, GRAFIMA, 1984.

Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia / Eneas Salati [...] et.al.. – São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, 1983.

Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo: Como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana / Organização Willi Bolle; Edna castro e Marcel Vejmelka. – São Paulo: Globo, 2010.

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade / Perry Anderson; tradução de Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias / Perry Anderson; [tradução Fabrizio C. Rigout, Paulo Cesar Castanheira]. – São Paulo: Boitempo, 2012.

ANDRADE, Moacir de. Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas. / Moacir de Andrade. – Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

Antropologia francesa no século XX. GROSSI, M. P.; MOTTA, A.; CAVIGNAC, J. A. (Orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2006.

A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – São Paulo: Contexto, 2011.

BALANDIER, Georges. A desordem: elogio do movimento / Georges Balandier: tradução de Suzana Martins. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BALDUÍNO, Dom Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural – Entrevista com Dom Tomás Balduino – Série Depoimentos. In. Estudos Avançados 15 (43). – São Paulo: USP – Instituto de Estudos Avançados, 2001.

BAZE, Abrahim. Professor Samuel Isaac Benchimol – Ensaio biográfico de um educador e empresário. / Abrahim Baze. – Manaus: Editora Valer, 2010.

BATISTA, Djalma. Amazônia – Cultura e Sociedade / Djalma Batista; organização de Tenório Telles. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

_____. O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento / Djalma Batista. 2.a edição. – Manaus: Editora Valer / Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural / Samuel Benchimol. – Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. Amazônia: Um Pouco – Antes e Além – Depois. Ilustr. de Jorge Palheta e Moacir Andrade; Prefácio de Artur Cezar Ferreira Reis, Ed. Umberto Calderaro, 1977.

_____. Manáos – do Amazonas: Memória empresarial. Manaus: Edição do Governo do Estado do Amazonas, Universidade do Amazonas, Associação Comercial do Amazonas, 1994.

_____. Manual de Introdução à Amazônia. Edição reprográfica, Manaus, Agosto, 1996.

BETTIN, Gianfranco. Los sociólogos de la ciudad. Colección Arquitectura / Perspectivas. – Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico / Pierre Bourdieu. – São Paulo: Bertrand, 1989.

BOXER, C. R. O Império Marítimo Português: 1415-1825 / C. R. Boxer; tradução Inês Silva. – Lisboa: Edições 70, 2001.

BRAGA, Genesino, 1906. Chão e Graça de Manaus. Manaus, Editora Grafitec Ltda, 1995, 3.^a Edição.

BRAGA, Robério. Euclides da Cunha no Amazonas. / Robério Braga – Manaus: Editora Valer / Fundação Lourenço Braga, 2002.

Brasil, país do passado? Ligia Chiappini, Antonio Dimas e Berthold Zilly (organizadores). – São Paulo: EDUSP, Editorial Boitempo, 2000.

BRAUDEL, Fernand. A Dinâmica do Capitalismo / Fernand Braudel; tradução Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. História e Ciências Sociais: a longa duração. In. Nova História em perspectiva Vol. 1 / organização e introdução de Fernando A. Novais e Rogerio Forastieri da Silva. – São Paulo: Cosac e Naify, 2011.

BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J.. Cidades da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira / John O. Browder & Brian J. Godfrey; tradução de Gisele Vieira Goldstein, colaboração de Joscilene Souza. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BURKE, Peter. Hibridismo Cultural / Peter Burke; traducción Sandra Chaparro Martínez. – Madrid: Akal, 2010.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis / Italo Calvino. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, Nazareno José de. Terras de Uso Comum no Brasil: Abordagem histórico-socioespacial / Nazareno José de Campos. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 - 2005 / Wilson Cano. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. Ensaios sobre a crise urbana do Brasil / Wilson Cano. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala da teoria e metodologia: ensaios / Ciro Flamarion Cardoso — Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História).

CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo / Fernando Henrique Cardoso & Geraldo Muller. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. 2.^a edição.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Momentos de história da Amazônia. / João Renôr Ferreira de Carvalho. – Imperatriz: Ética, 1998.

CEPAL. Transformação e crise na América Latina e no Caribe, 1950-1984. In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL/ Organização Ricardo Bielschowsky; Tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. As alegorias do Patrimônio / Françoise Choay. – São Paulo: UNESP, 2006.

CIDADES: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos – Volume 1 Número 1, 2004. – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004-V. 5.,n.8.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário: Plano Pastoral / Assessoria teológica de Paulo Suess. - Brasília, 2009.

Conceito de Modo de Produção / Eduardo Fioravante [...] et.al. coordenação e tradução de Philomena Gebran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos / Emília Viotti da Costa. – 9. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Selda Vale da. Eldorado das ilusões. Cinema & sociedade: Manaus (1897-1935) Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga / Fustel de Coulanges; tradução de Fernando de Aguiar. – São Paulo: Martins Fontes, 1981.

Crise colonial e independência: 1808 -1830; volume 1 /coordenação Alberto da Costa e Silva. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808 - 2010).

CUNHA, Euclides da. 1866-1909. C977a. À margem da história; introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo, Cultrix: Brasília, INL, 1975.

DANIEL, Pe. João. Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Vol. 1 e Vol. 2.

DEPAULE, Jean-Charles & Topalov, Christian. A cidade através de suas palavras. In. Palavras da Cidade / organizado por Maria Stella Bresciani. – Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

Desígnio - Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. – n. 1 – março/2004 – São Paulo: Annablume.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920 / Edinea Mascarenhas Dias. – Manaus: Editora Valer, 1999.

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In. Brasil: questões atuais da reorganização do território / Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores. - 3.a edição. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Os sentidos da Rede: Notas para discussão. In. Redes, Sociedades e Territórios / Leila Christina Dias, Rogério Leandro Lima da Silveira (Organizadores). - Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2005.

_____. Redes: Emergência e Organização. In. Geografia: Conceitos e Temas / Iná Elias de Castro [et.al.](Organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. A importância das Redes para uma nova regionalização brasileira: Notas para discussão. In. Brasil, Século XXI – Por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes / Organizadores: Ester Limonad, Rogério Haesbaert, Ruy Moreira. - São Paulo: Max Limonad, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros ensaios / Maria Odila Leite da Silva Dias. – São Paulo: Alameda, 2005.

Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). / Ronaldo Vainfas [et. al.]. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Do Positivismo à Desconstrução – Ideias Francesas nas Américas / Leyla Perrone-Moisés (organizadora). – São Paulo: EDUSP, 2004.

DOMINGUES, Ângela. “Régulos e absolutos”: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII). In. Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna / Rodrigo Bentes Monteiro e Ronaldo Vainfas. – São Paulo: Alameda, 2009.

DUARTE, Cristovão Fernandes. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In. Sobre urbanismo / Denise Barcellos Pinheiro Machado (org.) – Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006. – (Coleção Arquitetura e Cidade).

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano – A essência das Religiões / Mircea Eliade; tradução de Rogerio Fernandes. – Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

_____. A Provação do Labirinto – conversas com Claude-Henri Rocquet / Mircea Eliade; tradução Luiz Felipe Bragança Teixeira. – Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. Sobre o tempo/Norbert Elias; editado por Michael Schröter; tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica: Andrea Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

Explorações geográficas: percursos no fim do Século / Iná Elias de Castro, Paulo Cesar de Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (organizadores). – 2.^a Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder / Raymundo Faoro. – Rio de Janeiro: Globo, 2001. – 3.^a Edição.

Fernand Braudel e a história – Chateauvallon/Outubro 1985. Tradução Pedro Jordão/ Lisboa: Teorema, 1987.

Fernand Braudel – Tempo e História / Marcos Antônio Lopes (Org.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil / Florestan Fernandes. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

_____. A Sociologia numa Era de Revolução Social / Florestan Fernandes. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

_____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes / Florestan Fernandes. - São Paulo: Dominus - USP, 1965.

_____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento / Florestan Fernandes. - Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica / Florestan Fernandes. - Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. A função social da guerra entre os Tupinambás / Florestan Fernandes. – Rio de Janeiro: Editora Globo (GloboLivros), 2010. - Coleção Azul.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha: 1889-1914. / Sylvio Mário Puga Ferreira. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FOLCH, Ramon. Gobernabilidad y problemas socioecológicos / reprografia sem referências / s/d.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas / Michel Foucault; tradução Sérgio Lourenço de Almeida. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território / Bertha K. Becker, Mariana Miranda, Lia Osório Machado. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos / Celso Furtado. – 4.^a Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. / Celso Furtado; Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 3.^a Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade / Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade / Paulo Cesar da Costa Gomes. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. 10.a Ed.

GORZ, André. Metamorfoses do Trabalho – Crítica da Razão Econômica / André Gorz; tradução Ana Montoia. – São Paulo: Annablume, 2003.

_____. O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital / André Gorz; tradução de Celso Azzan Júnior. – São Paulo: Annablume, 2005.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano / Mark Gottdiener. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.2.a. ed.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva / Maurice Halbwachs; tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo/David Harvey; tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo, Boitempo, 2011.

HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214. 1994.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. 2001.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras. 2002.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HATOUM, Milton. Dois Irmãos / Milton Hatoum. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HELLER, Agnes. A condição política Pós-moderna / Agnes Heller & Ferenc Fehér; tradução Marcos Santarrita. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HIMMELFARB, Gertrude. Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano / Gertrude Himmelfarb; tradução de Gabriel Ferreira da Silva. – São Paulo: É Realizações, 2011.

História e economia: questões / organizado por Osvaldo Coggiola. – São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789 – 1848 / Eric Hobsbawm. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. A Era do Capital: 1848 – 1875 / Eric Hobsbawm. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. Há muito a entender sobre o Modo de Produção Asiático – Introdução. In. Formações econômicas pré-capitalistas / Eric J Hobsbawm [Org.]. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HUERTAS, Daniel Monteiro. Da fachada atlântica à imensidão amazônica – Fronteira Agrícola e integração territorial / Daniel Monteiro Huertas. – São Paulo: Annablume, 2009; FAPESP; Belém: Banco da Amazônia.

HUYSEN, Andreas. Em busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización; traducción de Silvia Fehrmann. – Ciudad de Mexico: GOETHE INSTITUT / FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, México, 2002.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego / Werner Wilhelm Jaeger; [tradução Arthur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Monica Stahel; revisão do texto grego Gilson Cesar Cardoso de Souza]. – 3.a ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KOSELLECKE, Reinhart. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês / Reinhart Kosellecke; tradução do original alemão [de] Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. – Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KROEMER, Günter. A caminho das malocas Zuruahá. - São Paulo: Loyola, 1991.

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In. Ler Braudel / Maurice Aymard... [et al.] ; tradução de Beatriz Sidon. – Campinas, SP: Papirus, 1989.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos / Bruno Latour; tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LÉFEBVRE, Henri. Espaço e política / Henri Lefebvre; Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O Direito à Cidade / Henri Lefebvre; tradução Rubens Eduardo Frias. – São Paulo: Centauro, 2001.

_____. A Revolução Urbana / Henri Lefebvre; tradução Sergio Martins; Revisão Técnica Margarida Maria de Andrade. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. A cidade do capital / Henri Lefebvre; tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Sociologia de Marx / Henri Lefebvre; tradução Carlos Roberto Alves Dias. - São Paulo: Companhia Editora Forense, 1968.

_____. Marxismo / Henri Lefebvre; tradução de William Lagos. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In. *Apologia da História, ou, O ofício do Historiador* / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz; Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Leituras da Amazônia: revista internacional de arte e cultura / publicação do Instituto de Ciências Humanas e Letras: Mestrado de Letras e Natureza e Cultura na Amazônia; Universidade Federal do Amazonas e Universidade Stendhal - Grenoble 3 – CRELIT. Ano 1, n.º1 (abril, 1998 / fevereiro, 1999) – Manaus: Valer, 1999.

LEMINSKI, Paulo. *Toda Poesia* / Paulo Leminski. – 1.a Edição. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade. In: Catia Antonia da Silva; Désirée Guichard Freire; Floriano Godinho de Oliveira. (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, v. 1, p. 41-58.

_____. “Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea”, *Confins* [Online], 14 | 2012 / posto online em 19 Março 2012, Consultado o 30 Março 2012. URL : <http://confins.revues.org/7424> ; DOI : 10.4000/confins.7424

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana* / Bernard Lepetit; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

Ler Braudel / Maurice Aymard... [et al.] ; tradução de Beatriz Sidon. – Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMONAD, Ester. (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre* / Ester Limonad (organizadora). – Niterói: UFF/GECCEL, 2003.

LOEBENS, Guenter Francisco. Movimento e organizações indígenas no Brasil. In. *Canais de Conjuntura Nacional/ Povos Indígenas - movimento* / CIMI. – Brasília, 2008 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

_____. Raposa Serra do Sol e o futuro da Amazônia. In. *Canais de Conjuntura Nacional/ Povos Indígenas - movimento* / CIMI. – Brasília, 2008 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

_____. Raposa Serra do Sol em pauta na Organização dos Estados Americanos (OEA). In. *Canais de Conjuntura Nacional/ Povos Indígenas - movimento* / CIMI. – Brasília, 2008 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

_____. Raposa Serra do Sol: a luta dos Povos Indígenas de Roraima pela Terra / Guenter Francisco Loebens / Monografia apresentada em Curso de pós-graduação lato-sensu. - Manaus, 2008. Cópia autorizada.

LOUREIRO, Antonio. A grande crise. / Antonio Loureiro. 2ª. Ed. – Manaus: Editora Valer, 2008.

LUZ, Nícia Vilela. A Amazônia para os negros americanos – As origens de uma controvérsia internacional / Nícia Vilela Luz; Prefácio de Sergio Buarque de Holanda. – Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

_____. A Luta pela Industrialização do Brasil. – São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.

MALERBA, Jurandir. A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821) / Jurandir Malerba. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCOVITCH, Jacques, 1947 – A Gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas/Jacques Marcovitch. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha / José de Souza Martins. – 2.a edição. – São Paulo: Hucitec; UNESP, 2002.

_____. A sociabilidade do homem simples / José de Souza Martins. – São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A política do Brasil lúmpen e místico / José de Souza Martins. – São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Alex Fiúza de. Modo de produção mundial e processo civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx / Alex Fiúza de Mello. – Belém: Paka – Tatu, 2011.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. / Neli Aparecida de Mello. – São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, Thiago. Manaus: Amor e Memória. – Manaus: Fundo Comunitário das Indústrias da Zona Franca de Manaus, Funcomiz, 1983.

MENDES, J.A. A crise amazônica e a borracha / J.A. Mendes. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A prosa do mundo. Título original: Le Prose du monde. 192p. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____. O conceito de natureza. In. O nó górdio - Jornal de Metafísica, literatura e artes. [Tradução de Antonio Abranches], Ano 1, N.1 – Dez 2001. Especial – Homenagem a Maurice Merleau-Ponty - Por ocasião dos 40 anos de sua morte: Um pensamento distante. p.69-70. – São Paulo, 2001.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910 / Otoni Moreira de Mesquita. – Manaus: Editora Valer, 1999.

_____. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900) / Otoni Moreira de Mesquita. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MICHILES, Aurélio. O Quintal da minha Casa. In. Estudos Avançados 19 (53). – Instituto de Estudos Avançados da USP, 2005.

Migrações para Manaus / coordenadores: Mário Lacerda de Mello e Hélio A. de Moura, prefácio de Clóvis Cavalcanti. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

Milton Santos: o homem e sua obra / Maria Auxiliadora de Silva (Org.). – Salvador: EDUFBA, 2009. 271p.

MIRANDA, Bertino. A cidade de Manaus; sua história e seus motins políticos – 1700 - 1852. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1984.

MITRE, Antonio. O Dilema do Centauro – Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano / Antonio Mitre. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Modernas Tradições: Percursos da cultura ocidental – séculos XV – XVII / Berenice Cavalcante [et.al.]. – Rio de Janeiro: Access, 2002.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus / Mário Ypiranga Monteiro. – Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

_____. História da cultura amazonense. Manaus, Edição do Governo do Estado do Amazonas, 1977.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil – O Território Colonial brasileiro no “Longo” Século XVI / Antonio Carlos Robert de Moraes. – São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. / Péricles Moraes. – Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico / Ruy Moreira. 1 ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.

MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo / Richard Morse. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Col. Corpo e Alma do Brasil.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica / Carlos Guilherme Mota; Prefácio de Alfredo Bosi. – São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. O mundo que o português criou, ruiu. Florestan Fernandes e nós. In. Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia. / João Cezar de Castro Rocha (organizador), com a colaboração de Valdeir Lopes de Araújo. – Rio de Janeiro: Topbooks, Ed. UniverCidade, EDUERJ, 2003.

MURARI, Luciana. Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922) / Luciana Murari. – São Paulo: Alameda, 2009.

Negritude e Modernidade: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro / Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento de Amazonas. - São Paulo: Publicação do Gov. do Amazonas, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. Aurora – Reflexões sobre os preconceitos Morais / Friedrich Nietzsche / Tradução de Paulo Cesar de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NORA, Pierre. Les Lieux de mémoire (dir.), Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, 3 tomos : t. 1 - La République (1 vol., 1984). Paris: Gallimard, 1984. [tradução livre Margarida Neves e Leandro Konder / Disciplina – Memória, História e Literatura / Doutorado em Letras e Literatura – UFF / 1993].

O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos, 1865 -1866 / organização Maria Helena P. T. Machado. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia / Eneas Salati... [et. al.]. – São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 1983.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso / José Aldemir de Oliveira. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

_____. Manaus: As contradições de uma cidade na (da) selva. In. Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano / Brasilmar Ferreira Nunes (Organizador); Ana Clara Torres Ribeiro [...]et al. – Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

_____. Cidades na Selva. / José Aldemir de Oliveira. – Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. & SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: Cidades na Floresta/Edna Castro, organizadora. – São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Questão Nacional na Primeira República / Lúcia Lippi Oliveira. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PEREIRA, Paulo César Xavier. São Paulo: a construção da cidade – 1872 -1914 / Paulo César Xavier Pereira – São Carlos: RiMa, 2004.

_____. Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades. In. Palavras da Cidade / organizado por Maria Stella Bresciani. – Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925) / Maria Luiza Ugarte Pinheiro. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Iconografia compulsiva da modernidade, mágicas mecânicas e urbanização. In. Revista Amazonense de História da Universidade Federal do Amazonas, V.1, N. 1. – Manaus: EDUA, 2002.

PIZARRO, Ana. Amazônia – As vozes dos Rios / Ana Pizarro; tradução Romulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro; V.2; N.3; 1989; p.3-15. – Rio de Janeiro: CEPEDOC / FGV, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro; V.5; N.10; 1992; p.200-212. – Rio de Janeiro: CEPEDOC / FGV, 1992.

POULANTZAS, Nicos. Classes sociais e luta de classes. In. Poulantzas – Coleção Grandes Cientistas Sociais – 47. Organizador: Paulo Silveira / Coordenador Florestan Fernandes. – São Paulo: Ática, 1994.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder / Claude Raffestin, tradução de Maria Cecília França. – São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. Dimensão temporal e sistemas espaciais no terceiro mundo / Milton Santos. – (Paris) reprografia: síntese da Pesquisa no Institut du Développement Economique et Social. Presses Universitaires de France, 1973.

_____. O retorno do Território. In. Território: Globalização e Fragmentação / Organizadores: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. – São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1993.

REIS, Arthur César Ferreira. Lobo d'Álmada – Um estadista colonial / Arthur César Ferreira Reis. 3.a Edição. – Manaus: Academia Amazonense de Letras; Prefeitura Municipal de Manaus e Editora Valer, 2006.

_____. O seringal e o seringueiro / Arthur César Ferreira Reis. 2ª. Ed. Ver. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas / Governo do Estado do Amazonas, 1977.

_____. *Súmula de História do Amazonas*. / Arthur Cézar Ferreira Reis. 3.a edição. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2001.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. / Arthur Cézar Ferreira Reis. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

Revista Amazonense de História da Universidade Federal do Amazonas, v. 1, n. 1 (2002 -). – Manaus: EDUA, 2002.

Revista do Centenário da Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA, Editora L & A. Brasília - Distrito Federal. 1991.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c.1530 – c. 1630* / Rodrigo Ricupero. – São Paulo: Alameda, 2009.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *O capitalismo anterior à Revolução Industrial*. In. Fernand Braudel – *Tempo e História* / Marcos Antônio Lopes (Org.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie da idéia de nação: Brasil e Argentina* / Maria Elisa Noronha de Sá. – Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SAES, Décio. *Uma contribuição à crítica da Teoria das Elites*. In. *Revista de Sociologia e Política – Dossiê Ideologias Políticas*. N.3. – Grupo de Estudos Estado e Sociedade (GEES). – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1994.

SALIBA, Elias Thomé. *Prefácio*. In. *Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)* / Luciana Murari. – São Paulo: Alameda, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação* / Boaventura de Sousa Santos. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* / Milton Santos... [et al.].- Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3.ed. p. 13-21.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional* / Milton Santos. – São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 2.a edição.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial* / Paulo F. Santos. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800 - 1920* / Roberto Santos. - São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e saneamento no Estado do Amazonas, 1890-1930*. / Júlio Cesar Schweickardt. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

Seminário: O Tratado de Tordesilhas (l.: 1994: Recife). Tordesilhas: um marco geopolítico/org. Manuel Correia de Andrade. - Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra – O corpo e a cidade na Civilização Ocidental / Richard Sennett; tradução de Marcos Aarão Reis. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Bernardo Ricupero. – São Paulo: Alameda, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In. O Fenômeno Urbano / Georg Simmel. [Organizador Otávio Guilherme Velho]; tradução S. Marques dos Reis. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

Sobre urbanismo / Denise Barcellos Pinheiro Machado (org.) – Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006. – (Coleção Arquitetura e Cidade).

Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano / Brasilmar Ferreira Nunes (Organizador); Ana Clara Torres Ribeiro [...] et al. – Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SOUZA, Jessé. Patologias da Modernidade – Um diálogo entre Habermas e Weber / Jessé Souza. – São Paulo: Annablume, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII / Laura de Mello Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo. / Márcio Souza. 3ª edição. – Manaus: Editora Valer, 2010.

SUESS, Paulo. A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989 / Paulo Suess. – Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. A história dos Outros escrita por nós. In. História missionária / CIMI – Assessoria Teológica. – Brasília, 2006 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

_____. A história dos Jesuítas no Brasil. In. História missionária / CIMI – Assessoria Teológica. – Brasília, 2006 – site: www.cimi.org.br – acesso em Dezembro de 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. Uma entrevista. In. PRAGA Revista de estudos marxistas 2, junho -1997. Editorial Boitempo.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL/ Organização Ricardo Bielschowsky; Tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro, Record, 2000.

VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico / Paul Virilio; tradução de Paulo Roberto Pires. – Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WAIZBORT, Leopoldo. As aventuras de Georg Simmel. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. V. 1.

_____. (Org.). Dossiê Norbert Elias. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. V. 1.

_____. (Org.). A ousadia crítica. Ensaios para G. Cohn. 1. ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1998. V. 1.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII) / Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron; tradução de Antonio de Padua Danesi. – São Paulo: EDUSP, 2011.

ANEXOS

MAPA 01 – Mapa da Evolução Urbana da cidade de Manaus.

MAPA 02 – Mapa dos Vetores de expansão urbana da cidade de Manaus em relação às datas dessas polaridades geradas pelas novas centralidades.

MAPA 03 – Mapa das Fases da vida Urbana de Manaus em relação às Escalas de Ocupação do Território Amazônico.

MAPA 04 – Mapa da macro escala da cidade de Manaus em relação às Bacias Hidrográficas.

MAPA 05 – Mapa das localizações dos principais Igarapés e pontos das beiradas dos Rios Negro e Solimões.